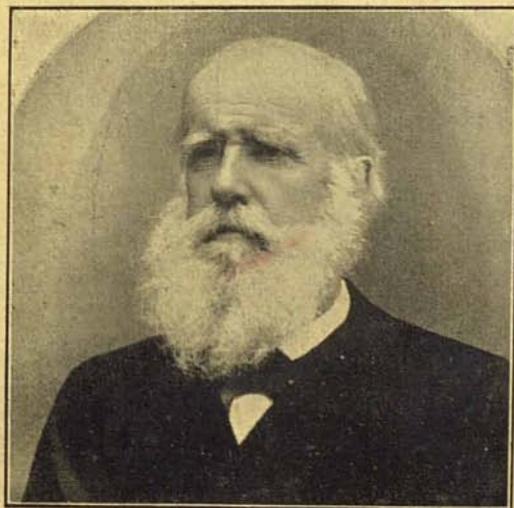


COLLECCÃO GRANDES HOMENS



BENJAMIN MOSSÉ

VIDA DE

DOM PEDRO II

EDIÇÕES CULTURA BRASILEIRA S/A

COLLECÇÃO
GRANDES HOMENS

●
JA' PUBLICADOS:

- 1 — Paul-Louis Hervier
DICKENS
- 2 — Seché e Bertaut
GEORGE SAND
- 3 — Raymond Escholier
A vida gloriosa
de VICTOR HUGO
- 4 — René Benjamin
A vida prodigiosa de
BALZAC
- 5 — Émile Dermenghen
MAHOMET
- 6 — Vicente Themudo Lessa
LUTHERO
- 7 — Marcelle Tinayre
A vida amorosa de
MME. de POMPADOUR
- 8 — Armand Praviel
Vida da
DUQUEZA DE BERRY
- 9 — J. Lucas-Dubreton
Vida de
ALEXANDRE DUMAS, PAE
- 10 — E. Carel
Vida do
PADRE ANTONIO VIEIRA

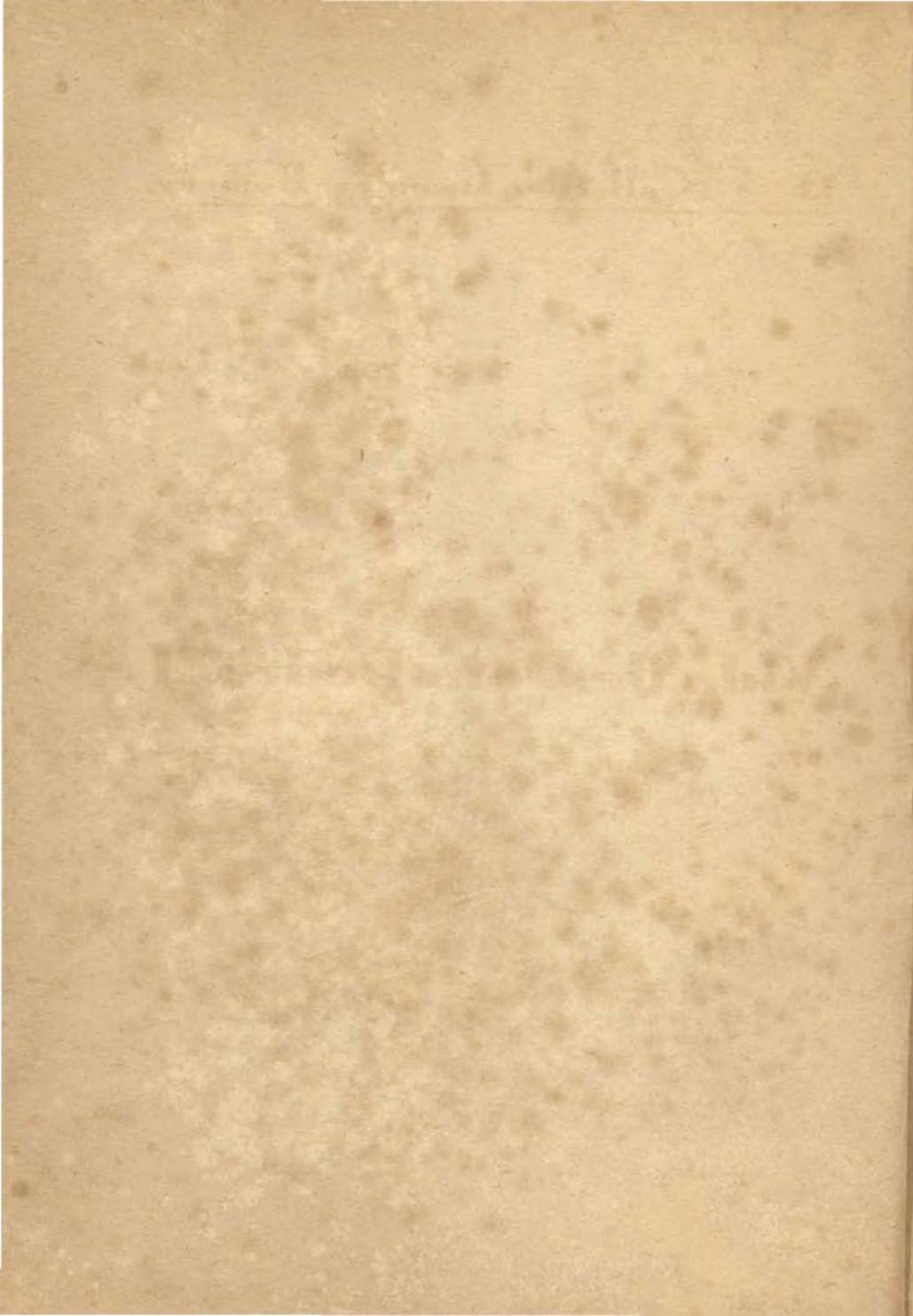
A SEGUIR:

VIDA DE LAFAYETTE









11 - Collecção Grandes Homens

Vida de Dom Pedro II

B. MOSSÉ

(OFFICIAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA)

DOM PEDRO II

IMPERADOR DO BRASIL

O príncipe philosopho ultrapassa o poeta coroado
de Potsdam.

(Lamartine)

— Magestade, sois o netto de Marco Aurelio.

(Victor-Hugo)

Eis o que eu chamo um grande e bom soberano,
homem que pela sua conducta está em condições de
tornar o alto posto que occupa um exemplo e motivo
de louvor para a sua raça!

(V. E. Gladstone)

O Imperador tem feito tanto pela sciencia, que
todo sabio lhe deve o maior respeito.

(Charles Darwin)

Tradução de
Herminia Themudo Lessa

EDIÇÕES CULTURA BRASILEIRA S/A * SÃO PAULO
Rua Conselheiro Nêbias, 255 * Tel. 4-6262 * Caixa Postal 2715

BIBLIOTECA SENADO FEDERAL

Este volume acha-se registrado

sob o número 2849

do ano de 2000

Prefacio de Edições Cultura Brasileira

Aos leitores habituados com o typo de romance-biographia recentemente inaugurado por um grupo de escriptores europeus, a obra de Benjamin Mossé será, logo ás primeiras paginas, um tanto enfadonha. Não houve nem podia haver da parte do seu autor o proposito de phantasiar. Tudo aqui é controlado, documentado. Não se trata de uma biographia no sentido moderno da palavra, mas de uma resenha dos principaes acontecimentos verificados em nosso paiz durante o Segundo Reinado.

A' medida que se familiarisa com o livro, é impossivel negar-lhe o valor como repositório de factos e datas, sem os quaes não se terá nunca uma idéa, tanto quanto possivel justa do velho monarcha, ainda hoje tão discutido, negado por uns, affirmado por outros. A variedade e riqueza dos elementos

postos á disposição de Benjamin Mossé, e a probidade com que procurou fixar os traços mais salientes do imperador, como homem e como chefe de Estado, dêram em consequencia uma obra que é menos a apologia do soberano do que um trecho, e dos mais empolgantes, da historia do Brasil. A abolição e a guerra do Paraguay, dois episodios assignalaveis, occupam uma parte destacada no livro de Mossé.

Nada mais se exigiria para recommendar esta obra aos estudiosos; mas é digna de toda consideração, além disso, a maneira como o autor se refere, sempre com abundancia de pormenores, á influencia de Dom Pedro II no mundo das sciencias, artes, letras e erudição. Suas viagens á Europa ficaram assignaladas pelo interesse dispensado aos sabios e instituições culturaes. Quanto a este ponto, não ha negar, Dom Pedro II foi um continuador das tradições, já então esquecidas, dos principes da Renascença, sob cujo influxo animador floresceram as artes nas suas estupendas e multiplas manifestações.

Ponha-se de lado, porém, o que possa haver de diletantismo na inclinação do monarcha pelos sabios, poetas e escriptores do seu tempo; um ponto nos interessa ainda hoje: a projecção que o imperador conseguiu dar ao nome do Brasil nos meios cultos da Europa, projecção que devia e não foi continuada por nenhum dos nossos chefes de governo. O factó, mesmo, de ter sido festejada

em Paris, como adeante se verá, a Abolição do captiveiro, prova que a esse tempo nós mereciamos um pouco mais de attenção do mundo civilizado.

EDIÇÕES CULTURA BRASILEIRA, ao entregar aos leitores de lingua portugueza, tornando-a duplamente accessivel, pelo idioma e pela ampla vulgarisação, a obra de Benjamin Mossé, tem em mira collaborar no interesse cada vez mais accentuado pela figura do grande monarcha deposto em 1889.

De tudo quanto sobre elle se escreveu, o livro de Mossé, embora com as falhas de character literario já assignaladas, é dos mais valiosos. Deve ser tomado como contribuição, e não monumento definitivo, ao estudo de folego que continúa a desafiar a penna de um historiador imparcial e, ao mesmo tempo, escriptor capaz de, pela seducção do estylo, sem prejuizo do amor á verdade, res-taurar a figura sympathica do imperador-patriarcha.

Prefacio da Ediçãõ Franceza

Escrever em França a biographia de um imperador não é facil, na época em que vivemos. E' quasi uma temeridade.

Confesso francamente que não ousaria jamais narrar, mesmo summariamente, a vida de D. Pedro II, imperador constitucional do Brasil, si elle não me houvesse apparecido, não como soberano, mas como philosopho; não como senhor do seu povo, — pois não é um rei absoluto, um autocrata — mas como philanthropo, amigo da humankindade, bemfeitor de sua patria.

Estou desculpado, portanto.

Não vou falar de um monarcha, mas do chefe de uma "democracia coroada", como a denominou recentemente o general Mitre, antigo presidente da Republica Argentina, referindo-se á nação brasileira. Vou falar a respeito do primeiro cidadão desse grande e bello paiz, onde, segundo o sr. de Grelle, ministro da Belgica, "reina um sentimento de democracia, de nivelamento das classes so-

ciaes, de independencia em todas as manifestações do livre arbitrio, differente de muitos outros Estados, mesmo os de forma republicana”.

E' um homem de bem, de intelligencia e coração, philosopho, sabio, que justifica plenamente as celebres palavras de Platão: “Os povos só serão felizes quando os philosophos forem reis.”

Além disso, D. Pedro II é o mais puro modelo do verdadeiro patriotismo, do desinteresse, do amor á liberdade, da dedicação ao progresso. Sua vida e sua obra excitarão, certamente, a admiração de todos os que o conhecerem melhor neste livro.

Contemplan-se-á esse grande homem que tão bem desenvolveu a obra de seu augusto pae, que fundou o Imperio do Brasil sobre os immortaes principios modernos.

Darei a conhecer esse principe illustre que soube conquistar o amor do seu povo, como o respeito e a admiração de toda a Europa, dirigindo, ha cincoenta annos, a surpreendente evolução de sua patria, presidindo a uma das maiores obras de transformação social realizadas no presente século.

Os verdadeiros patriotas francezes gostarão de conhecer as qualidades civicas e humanitarias desse rei liberal e popular; e os espiritos cultos nos agradecerão a publicidade de uma das mais bellas paginas da historia contemporanea, de que foi admiravel heróe o principe philosopho.

Agora que estamos desculpados perante a

opinião publica, por mais severa que seja, vamos entrar no assumpto, procurando sempre a verdade historica, que se antepõe a qualquer consideração particular; porque a historia é o tribunal incorruptivel, imparcial, a que devem comparecer, em completa egualdade, os reis e os povos.

Villa de Monclar, Avignon, 1889.

BENJAMIN MOSSÉ.

CAPITULO I

O BRASIL E D. PEDRO I

SUMMARIO: — O Brasil, colonia portugêsa — Proclamação de sua independencia em 1822 — D. Pedro I, fundador do Imperio — Seu reinado — Abdicação de duas corôas — Deixa o Brasil em 1831 — Morte do principe libertador de dous povos.

O Imperio do Brasil, que a D. Pedro I deve sua constituição, remonta a tres quartos de seculo apenas. Pedro Alvares Cabral, navegador portugês, descobriu o territorio no anno de 1500. De 1501 a 1530 fizeram-se as primeiras explorações por ordem dos reis de Portugal. Em 1526 e em 1531 foram estabelecidas as primeiras colonias.

No anno de 1549 o primeiro governador geral portugês fundou a cidade da Bahia, que se tornou capital do Brasil. De 1640 a 1808

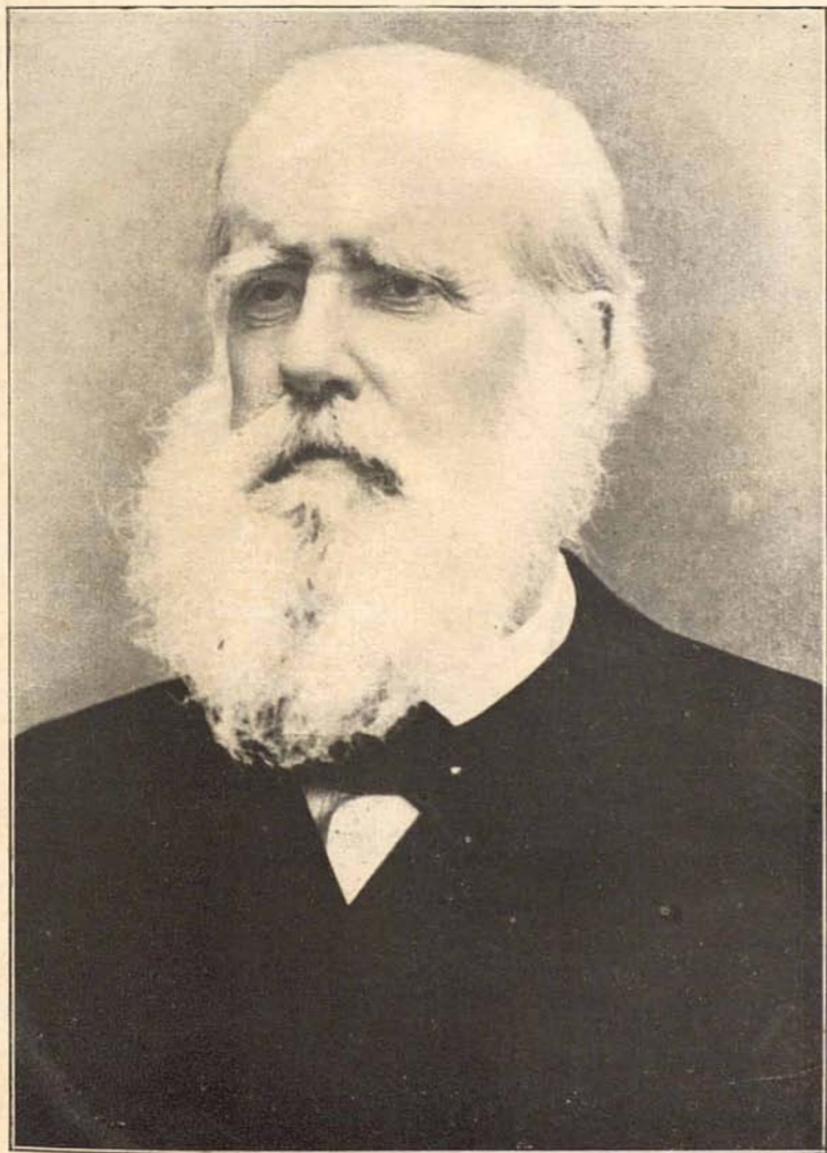
são os vice-reis que governam a colonia, cujo progresso foi entravado no seculo XVI e no começo do seculo XVII devido ás guerras com os aborigenes e os francêses, de 1624 e 1654 com os hollandêses e, a partir de 1680, com os hespanhóes.

Em 1626 tornou-se o Brasil um principado. A residencia dos vice-reis foi transferida, em 1762, da Bahia para o Rio de Janeiro.

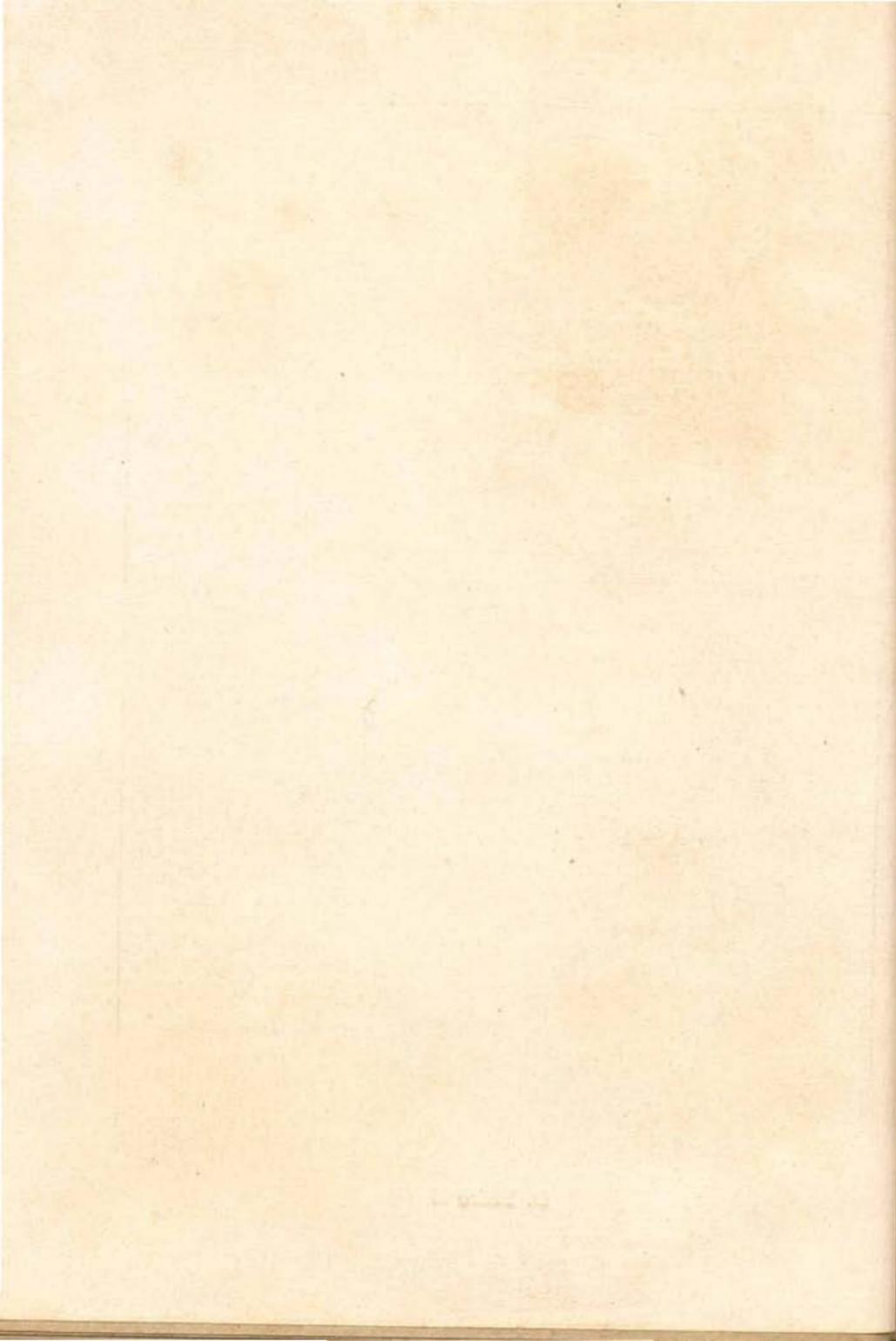
Até o inicio deste seculo permaneceu como uma vasta colonia completamente sujeita a Portugal. Um acontecimento imprevisto determinou novos destinos ao immenso paiz.

E' que em 1807 Napoleão 1.º, o conquistador da Europa, havia impellido a marcha invasora de seus exercitos para além dos Pyrineus. Alliado da Hespanha, impoz então a Portugal o rompimento com os inglêses, e o pequeno reino teve de ceder, crendo evitar assim a invasão estrangeira.

Governava Portugal, na qualidade de regente, o principe do Brasil, D. João, em nome de sua mãe D. Maria I. Pelo decreto de 25 de outubro de 1807 adheriu o regente ao bloqueio continental; por outro de 8 de novembro, ordenou o sequestro das propriedades inglêsas. O ministro britannico em Lisboa, Lord Strangford, pediu seus passaportes e transportou-se para



D. Pedro II



bordo da esquadra inglêsa que cedo deu inicio ao bloqueio de Portugal, enquanto uma segunda esquadra se apoderava da Madeira.

Quasi todo o exercito portuguez foi distribuido pelo litoral para resistir aos novos inimigos. (1) Mas soube-se então que os hespanhões e os francêses tinham invadido Portugal e que Junot marchava sobre a capital. (2) Um tratado havia sido assignado a 27 de outubro em Fontainebleau entre a França e a Hespanha para a partilha de Portugal, e o *Moniteur* acabava de dizer que "a casa de Bragança cessara de reinar".

Não se podia sonhar em resistir a esta medida.

1) Os documentos portuguezes e inglêses o affirmam. Eis um trecho do despacho de 1 de dezembro de 1807, do almirante sir Sidney Smith: "The distribution of the portuguese force was made wholly on the coast, while the land side was left totally unguarded". (*Barrow, Life and correspondence of Adm. Sir Sidney Smith*, Londres, 1848, tomo II, p. 266).

2) "Essa noticia foi levada a Lisboa pelo tenente-coronel Lecor (Carlos Frederico) que fizêra destruir a ponte sobre o Zezere, o que retardou por dois dias a marcha de Junot. Lecor, nomeado coronel, depois general, commandou uma divisão no exercito de Wellington. Em 1815, passou ao Brasil onde prestou relevantes serviços durante as guerras do Prata e da independencia". Falleceu no Rio de Janeiro em 1830. Tinha sido feito barão da Laguna por D. João VI, e visconde por D. Pedro I.

Seguiu o príncipe regente os conselhos de seus ministros e de Lord Strangford, que entrou logo em correspondencia com o governo português, e embarcou para o Brasil com a familia real e uma côrte numerosa. Deixava o Tejo a frota portugêsa em 29 de novembro. Compunha-se de oito navios, quatro fragatas, tres corvetas, uma escuna e uma quarentena de embarcações armadas em guerra. (3)

A Inglaterra voltava, pois, a ser a aliada de Portugal. Uma parte da esquadra que bloqueava o Tejo acompanhou até o Rio de Janeiro a frota portugêsa. No dia seguinte Junot entrava em Lisboa. (4)

Assim os acontecimentos forçaram o príncipe regente a realizar o projecto de antemão concebido por D. João IV — o fundador da

3) O visconde Strangford começava assim seu despacho de 29 de novembro de 1807 a Canning: "I have the honour of announcing to you that the prince regent of Portugal has effected the wise and magnanimous purpose of retiring from a kingdom which he could no longer retain, except as the vassal of France; and that His Royal Highness and family, accompanied by most of his ships of war and by a multitude of his faithful subjects and adherents, have this day departed from Lisboa, and are now on their way to the Brazils, under escort of a British fleet."

4) Em suas instrucções a Junot, havia dito Napoleão: "Nenhum accordo com o príncipe do Brasil, mesmo quando promettesse tomar armas contra a Inglaterra. Entrae em Lisboa, apoderae-vos dos navios e occupae os estaleiros". (Mem. de la duchesse d'Abrantes, X, 375.

dynastia de Bragança — no seculo XVII, pelo ministro D. Luiz da Cunha em 1736, pelo Marquês de Pombal em 1761 — de transferir para a America a séde da monarchia portugueza.

Aos 7 de março de 1808 desembarcou no Rio de Janeiro a familia real. A cidade constituiu-se em capital do reino portuguez.

Declarando guerra a Napoleão, em seu manifesto de 1.º de maio, pôde dizer o principe regente que *levantava a sua voz de seio do novo imperio que tinha vindo crear.*

Começou a guerra em Hespanha e Portugal por uma sublevação geral das populações. Conta-se que Portugal poz então em armas 335.439 homens, cousa verdadeiramente extraordinaria para a sua população. (5)

As tropas brasileiras sahidas do Pará, e muitos vasos de guerra portuguezes, aos quaes se reuniu no caminho uma corveta inglêsa, realizaram a conquista de Cayenna e de toda a

5) Em 1811, segundo BALBI, *Essai statistique sur le royaume du Portugal*, Paris, 1822, (vol. 1.º, p. 360) — "Entre os brasileiros que se illustraram nesta campanha para a independencia de Portugal, mencionamos o sabão mineralogista José Bonifacio de Andrada e os poetas Luiz Paulino Pinto da França e Joaquim José Lisboa. O primeiro, que deveria, mais tarde, ser o grande ministro da independencia brasileira, foi major e depois tenente-coronel de um batalhão formado de professores e estudantes da Universidade de Coimbra e das escolas do paiz. Pinto da França morreu como general do exercito portuguez.

Guayanna (1809). Mais tarde, em seguida á paz geral, o Brasil as restituiu á França.

Desde a chegada da familia de Bragança, foram abertos os portos do Brasil ao commercio das nações, graças ao conselho de um sabio economista brasileiro, Silva Lisboa, visconde de Cayrú.

Aos 16 de junho de 1815 era o Brasil elevado á categoria de reino, e a antiga monarchia portuguesa tomava o nome de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Em 1816, por morte de sua mãe, o principe regente era acclamado rei, sob o nome de D. João VI.

Em 1821 voltava á Europa, deixando no Brasil o principe D. Pedro, herdeiro da corôa, com o titulo de Principe Regente do reino do Brasil.

Portugal, no anno precedente, havia sido theatro de uma revolução em favor do estabelecimento do regimen constitucional. D. João VI havia accedido a nova ordem de cousas, a que havia tambem adherido D. Pedro, seu filho.

Mas as Côrtes Constitucionaes — a Assembléa Constituinte que tomava assento em Lisboa — usurparam cedo todas as prerogativas reaes. O rei tornou-se quasi seu prisioneiro.

Relativamente ao Brasil, as Côrtes adoptaram uma politica differente daquella que D. João

VI seguira. Havia elle feito do Brasil um reino com um poder central estabelecido no Rio de Janeiro. A' frente do governo ficara D. Pedro com um ministerio composto de tres membros. Tinha fundado tribunaes e escolas de ensino superior.

Empreheram as Côrtes destruir a obra de D. João VI. Decretaram a suppressão dos tribunaes e das escolas, a volta a Portugal do principe D. Pedro e a divisão do Brasil em muitos governos distinctos, dependendo todos directamente da metropole.

Era pura e simplesmente destruir o reino do Brasil fundado por D. João VI, e transformal-o em dezoito ou dezenove colonias sem laço de dependencia entre si. A immensa colonia brasileira não se conformou e sacudiu energicamente a tutela de Portugal.

Travou-se a luta entre o Brasil, tendo á frente o principe D. Pedro, e as Côrtes de Lisboa, luta desigual entre um grande paiz, que reclamava sua liberdade, e um pequeno reino que lh'a recusava. Aos 7 de setembro de 1822, proclamou o principe a independencia do Brasil, e a 12 do mez seguinte foi aclamado Imperador, sob o titulo de D. Pedro I.

Separava-se assim a antiga colonia da mãe patria, sem, comtudo, se desligar da Casa de Bragança. Aquelle que deveria ser em breve

o chefe da dynastia tornou-se o heróe da independencia e o fundador do imperio do Brasil.

Aos 25 de março de 1824 prestava o juramento de obediencia á Constituição que elle mesmo havia redigido com a assistencia de seus conselheiros de Estado.

Em 1825 reconheceu Portugal a independencia do novo imperio. No anno seguinte o Imperador do Brasil, tornou-se tambem rei de Portugal, devido á morte de D. João VI. Abdicou, porém, no mesmo anno, á corôa do reino, depois de haver outorgado aos portuguezes uma carta constitucional.

Sua filha mais velha foi proclamada rainha, sob o nome de D. Maria II. D. Pedro, o principe imperial, nascido em 1825, seria o herdeiro da corôa do Brasil.

Ora, este paiz, desde a proclamação da independencia até o anno de 1828, não havia conhecido os beneficios da paz. De 1822 a 1823 teve de enfrentar a guerra da independencia. Combates se empenharam na Bahia, Piauhy, Maranhão e deante de Montevidéo. As ultimas tropas portuguezas haviam sido expulsas do paiz, mas o noov imperio, até 1825, havia ficado de baixo da ameaça de uma invasão portugueza. Além disso, em 1824, uma guerra civil, promptamente abafada, explodiu nas provincias do norte, de Pernambuco ao Ceará.

Outra guerra iniciou-se no Prata, em 1825, entre o Brasil e a Argentina, que disputavam entre si o dominio da Banda Oriental. D. Pedro I foi mal favorecido durante a luta. A opposição empregou todos os meios ao seu alcance para tornar a guerra impopular. Em 1828, graças á mediação da Inglaterra, o territorio em litigio foi constituido em Estado independente sob o nome de Republica Oriental do Uruguay.

O Brasil, entretanto, via-se perturbado por grave inquietação que deveria terminar na abdição de D. Pedro. Depois da usurpação do throno de Portugal por D. Miguel, a opposição liberal no Brasil começou a temer que D. Pedro I tivesse a intenção de empenhar o Imperio americano numa guerra européa.

Havia então grande rivalidade entre os naturaes do Brasil e os brasileiros de adopção — os *adoptivos* — isto é, os portuguezes que haviam adherido á independencia brasileira, ou por devotamento a D. Pedro I, ou por ambição pessoal, desejosos de partilhar com o imperador a gloria da fundação de um grande imperio. Muitos destes portuguezes occupavam posições elevadas na administração, na politica e no exercito.

O proprio D. Pedro I era portuguez de nascimento. Educado nos principios do regimen absolutista, era um verdadeiro liberal. Duas

cousas o provam a um tempo: a Constituição que propoz aos brasileiros em 1825, e a carta constitucional que outorgou aos portugueses.

Era, porém, jovem, ardoroso e inexperiente. Por sua vez, seus adversarios politicos eram tambem inexperientes como elle na pratica do regimen parlamentar.

Agitada a opinião publica, um pronunciamento popular e militar se produziu no Rio de Janeiro, aos 6 de abril de 1831. Reclamavam do Imperador a demissão de um ministerio que elle acabava de constituir e a reintegração dos ministros que havia destituído. D. Pedro I tinha de seu lado parte da guarnição e numerosos partidarios, quer do Rio, quer das differentes provincias do Imperio. Teria podido lutar e vencer. Não o quiz. Havia já annuciado ao seu Conselho de Estado a intenção de abandonar o paiz. (6).

Tomou, pois, a nobre resolução de abdicar em favor de seu filho, aos 7 de abril de 1831, deixando assim aos brasileiros um imperador brasileiro nato.

Embarcou para a Europa, indo combater em Portugal pelo restabelecimento do regimen constitucional e pela restituição da corôa que D. Miguel havia usurpado á sua filha D. Maria II.

“D. Pedro I, escreveu nosso sabio compa-

6) S. LEOPOLDO — Memorias.

triotas Augusto de Saint-Hilaire, deixou o Brasil a 13 de abril de 1831. (7). Fez ingratos e talvez seja lamentado por isso. O que mais o prejudicou foi ter nascido na Europa e conservar para com os seus compatriotas uma inclinação muito natural, sem duvida, mas que devia sacrificar a seus subditos americanos. Foi mal assistido. A experiencia e a instrucção sempre lhe faltaram, algumas vezes a energia. Mas, a boa vontade não o desamparou jamais. Si elle quizesse defender sua autoridade com armas na mão, teria encontrado homens que não lhe exigiriam senão o sustento; o sangue correria, porém, e D. Pedro não era um tyranno.

A historia terá elogios para a moderação de que deu provas em tal circumstancia. Louval-o á pelos sentimentos generosos que demonstrou naquella noite de 7 de abril em que renunciou á corôa. Mas repetirá que se fizesse algumas con-

7) AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE, *Précis historique des révolutions du Brésil, depuis l'arrivée de D. Jean VI en Amérique, jusqu'à l'abdication de D. Pedro I* — publicado no fim do tomo II de sua *Voyage dans le districts des Diamants* — Paris, 1833. Sobre os acontecimentos deste reino que prepararam o 7 de Abril de 1831, ler-se-á tambem com proveito a obra de DÉBRET, *Voyage pittoresque au Brésil*, 3.º vol. — as *Memorias offerecidas á nação brasileira* por F. GOMES DA SILVA (Londres, 1831) e as *Memorias* do VISCONDE DE S. LEOPOLDO. A obra do inglês ARMITAGE é um livro inspirado pela opposição desta época, cheia de inexactidões, segundo nos informou um brasileiro muito a par da historia do seu paiz.

cessões poderia ainda conservar a soberania, e censural-o-á pelo facto de, mediante uma abdição que ninguem delle exigia, haver entregue a todos os azares das revoluções o Imperio do qual tinha sido o glorioso fundador."

Este principe cavalheiresco, que havia sido o libertador de dous povos e que abdicara a duas corôas, morreu aos trinta e seis annos em Lisboa, a 24 de setembro de 1834.

"Foi rei, foi rei... mas rei da liberdade!" — disse de D. Pedro I um dos mais afamados poetas do Brasil, o preclaro tribuno José Bonifacio de Andrada e Silva, neto do primeiro ministro da Independencia. (7).

8) Eis um trecho da bella poesia de José Bonifacio:

"Curve-se a frente ante a memoria egregia
Do lidador da nossa independencia;
Nós saudamos tambem nossa existencia
e não saudamos só a c'rôa regia.
Gemeas idéas são **Pedro Primeiro**
E — libertado o **Povo Brasileiro**

JOSE' BONIFACIO, nascido em Bordeus, morreu em São Paulo em 1886. Era professor da Faculdade de Direito de São Paulo e foi um dos representantes do Partido Liberal dessa provincia, primeiro na Camara, depois no Senado. Será sempre lembrado como uma das grandes glorias da tribuna politica brasileira e um dos nomes mais puros, mais honrados e mais populares do paiz. Nos ultimos annos de sua vida tinha posto sua palavra eloquente a serviço da causa abolicionista. Era uma bella figura, de olhos azues, olhar penetrante e cabellos louros. Falava sempre com ardor admiravel. Tinha o dom de fascinar e de provocar o entusiasmo no auditorio.

Capitulo II

COMEÇO DO REINADO DE D. PEDRO II

SUMMARIO: — D. Pedro II, aclamado imperador aos cinco annos (7 de abril de 1831) — Agitação federalista — Palavras de Augusto de Saint-Hilaire — A primeira regencia (1831-35) — Anarchia e guerras civis — Reforma constitucional de 1834 — Diogo Feijó, regente do Imperio (1835) — Transformação dos antigos partidos e a origem dos dous partidos actuaes (1836) — Feijó abdica á regencia (1837) — Araujo Lima, eleito regente — Continuação da agitação politica e das guerras civis — D. Pedro II durante a minoridade. Seus estudos. Precocidade. Declarado maior em 1840. Sagração e coroação — Casamento.

Em consequencia da abdicção de D. Pedro I, que se verificou em 7 de abril de 1831, como tivemos occasião de ver, seu filho D. Pedro, principe imperial, no mesmo dia foi accla-

mado "Imperador Constitucional e defensor perpetuo do Brasil" sob o nome de D. Pedro II. (1)

Havia nascido aos 2 de dezembro de 1825 no palacio da Boa Vista, em S. Christovam, arrabalde do Rio de Janeiro.

Tinha cinco annos apenas o imperador de tão immenso paiz. Sua mãe, a Imperatriz D. Leopoldina, filha do imperador da Austria, morrera quando D. Pedro tinha um anno sómente. Seu pae delle se separava agora para bater-se na Europa e defender, na antiga patria, a causa da liberdade.

A mocidade e o isolamento do novo imperador inspiravam receios a todos quantos conheciam a agitação dos espiritos, naquelles dias. Todos acreditavam haver soado a hora da dissolução do Imperio.

Augusto Saint-Hilaire escrevia então: (2)
"Quanto ao Brasil, repousam hoje seus destinos sobre a cabeça de um menino. E' uma creança que une ainda as provincias deste vasto Imperio, e sua existencia unicamente oppõe uma barreira

1) O nome inteiro do Imperador era — D. Pedro II de Alcantara, João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Xavier de Paula Miguel Gabriel Raphael Gonzaga. Por seu pae, um **Bragança** e um **Bourbon**, por sua mãe um **Habsburgo**.

2) **Précis historique**, já citado.

aos ambiciosos que surgem de todos os lados, de igual mediocridade e pretensões igualmente gigantescas". (3)

"... em suas veias corre o sangue destes reis cuja gloria aventureira tem tido mais influencia sobre os destinos do mundo que a dos mais illustres soberanos da Inglaterra e da França; destes reis sob cujos auspicios foram descobertas a rota da India e o territorio do Brasil. Só, entre os brasileiros, une este menino o presente ao passado. Consagrado inteiramente á sua patria, poderá, entretanto, estabelecer um elo feliz entre ella e o Velho Mundo."

"Em torno do jovem D. Pedro agrupem-se, pois, todos os brasileiros que ligam o sentimento de honra ao nome de sua patria, os que amam sinceramente a liberdade e não a querem ver arrebatada por uma multidão de tyranos ambiciosos e vis".

Saint-Hilaire continúa: "Idéas de federalismo foram semeadas entre todas as provincias do Brasil... A união americana e, sobretudo, o espirito que anima os americanos, tendem a tornar cada vez mais compacta a sociedade que formou este povo, ou, pelo menos, a que se forma em cada provincia. Os brasileiros, ao contrario, não saberiam estabelecer no seu seio o sys-

3) Vide a *Aurora Fluminense* n.º 482 (Nota de Augusto de Saint-Hilaire).

tema federal sem começar por desfazer os fracos laços que os unem ainda. . . Tenho vivido entre os brasileiros, laços de sympathia e de reconhecimento me ligam a elles. Amo o Brasil quasi tanto como ao meu paiz. Que não se exija de mim penetrar num futuro que se desenharia com as perspectivas mais sombrias. Não tenho vivido sómente no Brasil. Vi tambem as margens do Prata e as do Uruguay. Até ha pouco constituia um dos mais bellos paizes da America meridional. Seus habitantes queriam estabelecer a federação entre si mesmos, mas começaram por se desunir. Cada villa, cada aldeia, quiz *constituir uma patria á parte*. Chefes ignobéis se levantaram de todos os lados. A população foi dispersa ou aniquillada, as estancias, destruidas. Extensões de territorio que formavam quasi provincias não apresentam senão cardos e espinhos. Onde pastavam rebanhos innumeraveis, andam apenas cães selvagens, veados, avestruzes e traiçoeiros jaguares."

A despeito dos temores bem fundados e da situação critica do Imperio, bem como da elevação ao throno Imperial de uma creança de cinco annos, estava o Brasil destinado a triumphar de todos os obstaculos que apparentemente se deveriam oppor á grandeza de seu futuro.

Abdicando, D. Pedro I havia designado para tutor de seus filhos — o jovem imperador

e as princezas suas irmãs — o antigo primeiro ministro do tempo da Independencia, — o sabio José Bonifacio de Andrada e Silva, que voltara do exilio em 1828.

Mediante tal escolha, estava certo D. Pedro I de collocar ao lado de seu filho um homem de coração e de abnegação, que havia aprendido a conhecer á sua custa os perigos do poder e que não podia ensinar a seu augusto discipulo senão principios cheios de sabedoria e patriotismo.

Com enthusiasmo havia o povo brasileiro aclamado o seu jovem imperador.

Na obra magnifica do pintor Debret — “Voyage pittoresque au Brésil” — a scena da aclamação de D. Pedro II no largo do Paço é representada numa gravura colorida. Vê-se a uma janella do palacio, de pé sobre uma cadeira, este imperador de cinco anos, cercado dos ministros e das altas personalidades da cõrte, tendo ao lado as duas irmãs, mais velhas do que elle.

Membros da municipalidade do Rio, com a vestimenta tradicional, hoje abandonada, vão, a cavallo, saudar o imperador. O povo, em delirio, invade o paço, e as tropas, tendo os fuzis ornados de folhas com côres nacionaes, apresentam as armas ao jovem soberano.

O painel é a expressão exacta da alegria

dos brasileiros. Sentiam-se felizes por ver emfim um soberano nascido no paiz.

Havia certamente seu tanto de ingratidão em todas estas ardentes demonstrações, para com o imperador que se havia afastado. Eram, porém, inspiradas por um sentimento patriótico, e D. Pedro I, ainda no porto, a bordo de um navio inglês, mostrou-se satisfeito ao receber as noticias do testemunho de amizade que o povo consagrava a seu filho e successor.

Durante a menoridade de D. Pedro II, governou o Imperio uma regencia. A principio se compunha dos senadores Marquês de Caravelas e Vergueiro, e do general Francisco de Lima e Silva, até 17 de junho; depois, até 12 de outubro de 1835, ficou constituida pelo mesmo general e pelos deputados Costa Carvalho e Braulio Muniz. Entrava o Brasil no periodo das regencias, até 1840, o mais agitado de sua Historia, o mais perigoso para a vida nacional.

Durante este periodo parecia inevitavel a dissolução do Brasil, e teria certamente o Imperio perecido no nascedouro se o bom senso e o patriotismo da maioria dos brasileiros não houvesse conjurado o perigo.

Os sabios conselhos de um jornalista, deputado Evaristo Ferreira da Veiga, então muito influente, ajudaram a regencia a desviar os perigos mais sérios. Partiam estes perigos, em



Imperatriz Thereza Maria Christina

particular, da propaganda federalista que ameaçava a unidade do Brasil.

Se a energia patriótica de alguns homens de Estado, sustentada pelo devotamento da grande maioria da nação, não o tivesse preservado de um golpe homicida, teria o Imperio se fraccionado em diversas republicas rivaes, sem força e sem prestigio. Outro mal sério para a unidade era a indisciplina das tropas, resultado da ignorancia e dos maus exemplos de alguns chefes militares.

Esta indisciplina se havia revelado já no tempo da guerra da Independencia. Na Bahia, em 1823, deante do inimigo, alguns commandantes haviam deposto o seu general em chefe, o francês Labatut. Um delles, o coronel Caldeira, no anno seguinte, pagava com a cabeça a participação que tivera naquella revolta, pois seus soldados se insurgiram contra elle e o assassinaram.

Após o 7 de abril de 1831, revoltas militares irromperam no Rio e em diversas provincias, a tal ponto que os proprios generaes e commandantes propuzeram ao governo a dissolução do exercito, que muitos delles, pelo exemplo, haviam concorrido para desmoralizar e degradar.

O exercito foi, em grande parte, dissolvido. Tornara-se tão impopular que, a 5 de dezembro de 1833, ousou a multidão atacar e saquear, no

Rio, a casa em que se reunia a "Sociedade Militar". Só ficou no Rio um unico batalhão, o *batalhão dos officiaes-soldados*. A' guarda nacional e aos voluntarios coube a honra de manter a ordem e defender por toda a parte o governo e a unidade nacional, antes da desorganização do exercito. que, felizmente para elle e para a nação, tinha então chefes instruidos á européa como Andréa (barão de Caçapava), Calado, M. J. Rodrigues (barão de Taquary), Caxias e J. J. Coelho (barão da Victoria).

Guerras civis e tumultos sérios estallaram desde 1831 em quasi todas as provincias do Imperio, notadamente no Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.

Algumas destas guerras intestinas, como a revolução do Pará, começaram pelo assassinato e o saque, e assignalaram-se por actos de banditismo e ferocidade. Teve inicio, em 1835, pelo exterminio do governador da provincia, do general Santiago, do commandante das forças navaes e do capitão de fragata James Inglis, mestiço, então o mais brilhante official da marinha brasileira, tendo se distinguido na guerra do Prata por muitos actos de valentia.

A revolução do Maranhão, de 1838 a 1841, teve o mesmo aspecto selvagem, a mesma crueldade. Outros movimentos sediciosos, o da Bahia (1837-38) e o do Rio Grande do Sul (1835-

45), fôram revoluções politicas, republicanas e separatistas. Com effeito, o federalismo degenerava em separatismo, no Brasil como em toda a America hespanhola, do golpho do Mexico ao Prata, com excepção do Chile e do Paraguay, unicos paizes de origem hespanhola que haviam permanecido fortemente unitarios. (4)

O partido liberal monarchista (*liberal moderado*) conservou o poder de 7 de abril de 1831 a 29 de setembro de 1837, e teve de lutar contra os federalistas e republicanos (*partido liberal exaltado*) e os reaccionarios (*partido restaurador* ou *caramurú*, nome do seu principal jornal).

Reclamava este partido o regresso de D. Pedro I, agora duque de Bragança, para governar o Imperio a titulo de regente. Os irmãos

4) Os Estados Unidos da Colombia constituiram a Republica de Colombia desde o ultimo anno. Terminaram os unitarios por triumphar e a constituição veio a ser reformada. Os conflictos e luctas entre o governo central e os governadores das provincias, que eram electivos, vão enfim cessar e findará neste paiz o periodo das guerras civis. Possui a America ainda outros **Estados Unidos** (Venezuela, Mexico, etc.). Terão elles podido prosperar como a grande democracia anglo-saxonia, cuja organização têm procurado imitar? O segredo da prosperidade dos Estados Unidos da America do Norte se encontra na energia, no senso pratico deste povo e na grande corrente emigratoria que desde muito se dirige para aquelle paiz. Os ingleses são por toda a parte os mesmos — na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Canadá, na Australia.

Andradas eram os principaes conselheiros do partido. Antonio Carlos, enviado a Lisboa (1833), não conseguiu que o duque de Bragança se decidisse a voltar ao Brasil. (5)

Foi então que o governo da regencia retirou de José Bonifacio a tutela do jovem imperador, convidando-o a deixar a cidade do Rio. Em seu logar foi nomeado, para junto de D. Pedro II, o Marquês de Itanhaem. O bispo de Chrysopolis, ancião virtuoso e venerado, foi encarregado da educação do imperador, em companhia de outros brasileiros e alguns estrangeiros (6).

Assim recebia o principe uma educação liberal e forte no meio de toda esta agitação politica, de todas estas perturbações que punham

5) Porto Seguro, **Historia da Independencia** (Ms.). O autor se achava então em Lisboa com seu pae, o engenheiro Varnhagen, que conversou com Antonio Carlos depois da entrevista deste com o imperador. E' sabido que a imprensa, na Inglaterra e no Brasil, occupou-se desta missão, de Antonio Carlos.

6) "Eis os nomes de alguns dos professores do jovem imperador: A. Boulanger, leitura; Boiré — lingua francêsa; Nathanael Lucas — lingua inglêsa; Dr. Roque Schuch — lingua allemã; Felix Emilio Taunay — geographia e historia; bispo de Chrysopolis — religião, lingua latina, mathematicas; marquês de Sapucahy — literatura; Alexandre Vaudelli — sciencias naturaes; Simplicio Rodrigues de Sá (discipulo de J. B. Debret) — pintura. D. Pedro II teve muitos outros professores e, ainda hoje, um sabio, continúa estudante. Assim o vimos em Cannes e em Aix-les-Bains."

em perigo a existencia do Brasil, que desacreditavam o Imperio na Europa, que tornavam impotente o governo e paralyzaram o desenvolvimento das grandes riquezas do paiz.

Combatia-se em quasi todas as provincias. Antes de tudo, havia necessidade de restabelecer a ordem e a união. Por esse motivo, os liberaes moderados fizeram todas as concessões razoaveis pelo voto do Acto Addicional á Constituição de 1834.

Estabelecia o Acto Addicional a autonomia provincial pela criação de Assembléas Legislativas provinciaes com grandes attribuições. Na expressão de Charles Reybaud — “todos os actos legislativos dos primeiros anos que se succederam ao 7 de abril de 1831, tiveram o cunho do mais exaggerado e menos pratico liberalismo.”

Em sua obra de organização, a primeira regencia havia fracassado. Foi substituida por um unico regente, cuja acção pessoal exclusiva foi vantajosa aos interesses da nação.

Diogo Feijó, o regente, homem austero, cheio de desinteresse e patriotismo, na qualidade de ministro já havia dado provas de grande energia contra os agitadores. Aos 12 de outubro de 1835 tomou posse do cargo e uma vez mais prestou grandes serviços ao Brasil e á causa da união dos bons cidadãos, combatendo sem treguas a anarchia.

Em 24 de setembro do anno precedente, morre D. Pedro I em Lisboa. Desde então cessara a razão de existir ao partido *reaccionario* (*restauradores*). A maioria dos seus membros alistou-se na opposição parlamentar formada em 1836, nas fileiras dos *liberaes moderados*.

Dois dentre os membros mais eminentes do partido moderado, Bernardo de Vasconcellos — orador famoso — e Pedro de Araujo Lima, depois marquês de Olinda, dirigiam essa opposição designada mais tarde pelo nome de partido *conservador*, o qual sahiu triumphante das eleições de 1836.

Conseguiu o regente Feijó pacificar o Pará em 1836, graças á energia do general Andréa.

Deante, porém, da opposição crescente da Camara dos deputados, persuadido de que era um obstaculo á pacificação dos espiritos, não hesitou em abdicar. Pedro de Araujo Lima, o novo regente, constituiu seu gabinete a 29 de setembro de 1837.

Pela primeira vez ascendia ao poder o partido *conservador*. Depois disto, até os nossos dias, como na Inglaterra os *tories* e os *whigs*, liberaes e conservadores se alternaram no poder.

Governaram os conservadores de 29 de setembro de 1837 a 21 de julho de 1840.

Uma revolta militar rebenta na Bahia, e o poviléo se allia aos insurrectos. Pediam a sepa-

ração e a republica. Immediatamente a população do interior e das cercanias da provincia se armou contra a revolução. Vieram tropas do Rio e Pernambuco. Depois de muitos combates, sob o commando do general Calado, apoderaram-se da cidade, após encarniçada lucta. Os vencidos, para se vingar da derrota, haviam ateado fogo a varios bairros. Todas as revoltas, excepto a do Rio Grande, iniciada em 1835, foram dominadas no governo de Araujo Lima, muito energico contra os rebeldes e os inimigos da união nacional.

A guerra civil, que tantos males causava á provincia do Maranhão, terminou sómente em 1841. Foi paralyzada pelos habeis esforços do jovem general Luiz Alves de Lima e Silva, feito barão de Caxias e destinado a tornar-se, sob os titulos de visconde, conde, marquês e duque de Caxias — a maior celebridade militar do Brasil, o Wellington deste paiz.

O governo do regente sustou o progresso dos revolucionarios do Rio Grande do Sul, que se haviam apossado de uma parte da provincia de Santa Catharina e ameaçavam o districto de Curityba, hoje provincia do Paraná, que pertencia então á de S. Paulo.

O general Andréa, pacificador do Pará, foi enviado para Santa Catharina. Tambem para alli se encaminhou uma flotilha sob o comman-

do de Mariath. Forçou esta a entrada da Laguna e destroçou a flotilha separatista, dirigida por Garibaldi.

As forças de Andréa, constituídas em sua maioria de guardas nacionaes, fizeram recuar os invasores para o Rio Grande, onde o novo exercito brasileiro — pouco numeroso devido aos fracos recursos do paiz, que não permittiam grandes armamentos — sustentado pelos partidarios da união, combatia os inimigos da patria, provocadores da guerra fratricida.

Os mais illustres filhos do Rio Grande defendiam, armados, a causa da união.

Ao mesmo tempo reinava grande agitação nas republicas do Prata. O tyranno Rosas, chefe do partido federal argentino, dominava pelo terror a Confederação Argentina. Estava, porém, sempre em lucta com os unitarios, que de armas em punho, defendiam o estandarte liberal. Na Republica do Uruguay, dois generaes, Rivera e Oribe, disputavam igualmente pelas armas o poder supremo.

Rosas tomou o partido de Oribe. Todos estes *gauchos* estavam em relação constante com os do Rio Grande do Sul, onde a guerra civil era ainda excitada pelas intrigas de fóra. Assim, a pacificação desta provincia, no meio de tal confusão, era cousa assáz difficil.

O segundo regente esgotou nisso, como o primeiro, os seus esforços.

D. Pedro II, jovem embora, profundamente commovido e entristecido, assistia a todas essas convulsões politicas, pensando nos meios de lhes pôr um termo.

Aliás, as provas duras e crueis a que desde o berço se submetteu e cedo o conduziram á escola do infortunio, concorreram para dar-lhe ao espirito um character sério e medidativo, á intelligencia uma maturidade precoce, ao pensamento uma rara elevação.

Grave e reflectido, viveu sempre entregue ao estudo e ao trabalho. Desejoso de tudo saber e de tudo aprender, consagrando-se á instrucção, dia e noite, ia ao ponto de se erguer do leito para reaccender a lampada que o bispo, seu preceptor, havia prudentemente apagado. (7).

Esforços intellectuaes de tal natureza desenvolveram cedo suas faculdades excepçionaes e fizeram d'elle um homem antes de tempo.

Inspirou, assim, inteira confiança ao Parlamento, que, temeroso de uma parte do paiz sempre em agitação, julgou necessario encurtar de tres annos a época legal para a maioridade do jovem imperador.

D. Pedro II não passava dos quinze annos em 1840. A guerra acabrunhava uma das pro-

7) PINTO DE CAMPOS, O Senhor D. Pedro II, pg. 22.

vincias mais importantes do Imperio, propagando-se pelas demais. Uma angustia geral opprimia a nação. Todo o progresso estava entravado. Como dissera um senador brasileiro, "o paiz havia feito experiencia dos governos electivos".

Foi então que os liberaes Hollanda Cavalcante (visconde de Albuquerque), Vergueiro, os Andradas, com Alvares Machado á frente, bem como muitos conservadores — entre os quaes o marquês de Paranaguá (Villega Barbosa), o general F. de Lima e Silva, o conde de Lages — vieram supplicar ao imperador que salvasse o paiz e o throno, acceitando, a despeito dos verdes annos, o exercicio do poder que a Constituição não lhe deveria confiar senão tres annos depois.

Movido de patriotismo e sentindo-se aliás, á altura da missão para que era solicitado tão prematuramente, acceitou-a D. Pedro II, corajosamente, á hora do perigo. Reunidas as duas Camaras em assembléa geral, aos 23 de julho de 1840 foi declarada a maioridade, organizando elle o seu primeiro ministerio.

A 18 de julho do anno seguinte, realizou-se, na Cathedral do Rio, a cerimonia da sagração e coroação de D. Pedro II, no meio do entusiasmo geral. As festas se prolongaram por varios dias.

A 23 de julho de 1842, em Vienna, foi assignado o contracto de casamento do imperador com a princesa Thereza Christina Maria de Bourbon, filha de Francisco I, rei das Duas Sicilias.

Partiu do Rio a 5 de março e chegou a Napoles a 21 de abril de 1843 uma divisão naval brasileira conduzindo o conselheiro José Alexandre Carneiro Leão (depois visconde de S. Salvador de Campos), embaixador extraordinario de D. Pedro II. Compunha-se da fragata *Constituição*, capitão J. J. Maia, sob o pavilhão do contra-almirante Theodoro de Baurepaire, e das corvetas *Euterpe* e *Dois de Julho*, tendo por capitães João Maria Wandenkolk e Pedro Ferreira de Oliveira. O principe de Syracuse representou, por procuração, o Imperador D. Pedro II, no casamento celebrado a 30 de maio, na capella Palatina.

A 2 de julho a divisão brasileira partiu para o Brasil, conduzindo a Imperatriz. Seguiu-a a divisão napolitana composta do navio *Vesuvio* e das fragatas *Parthenope*, *Elizabetha* e *Amelia*. (8)

8) O conego Silveira, depois arcebispo da Bahia, publicou, na revista *Minerva Brasileira* (tomo 1.º, 1843, Rio), uma descripção da viagem da esquadra brasileira, do Rio a Napoles e de Napoles ao Rio: *Itinerario da viagem que fez a Napoles o conego Manoel Joaquim de Silveira, na qualidade de capellão da Camara de S.M.*

A 3 de setembro chegava a esquadra ao Rio de Janeiro e no dia seguinte a imperatriz desembarcava com o imperador que havia ido ao seu encontro. (9)

Desde esse dia a Caridade sentou-se no throno do Brasil.

a Imperatriz do Brasil, a Sra. D. Thereza Christina Maria, a bordo da fragata "Constituição". Da viagem de Napoles ao Rio ha outra descripção pelo official napolitano Rodriguez: *Descrizione del viaggio a Rio de Janeiro della flotta de Napoli*, — 1 vol. in — 8.º — com gravuras, Napoles 1844.

9) Uma das mais velhas medalhas sahidas da Casa da Moeda do Rio commemora este acontecimento. Foi gravada por Z. Ferrer, então professor na Escola de Bellas Artes do Rio. No Catalogo da collecção numismatica da viscondessa de Cavalcante achamos a descripção de outra medalha commemorativa do casamento de S.S. M.M. (Vide Viscondessa de Cavalcante, *Catalogo das Medalhas brasileiras e estrangeiras, referentes ao Brasil*, 1888, in 8.º, p. 30-31).

CAPITULO III

UM POUCO DE GEOGRAPHIA PHYSICA E POLITICA DO BRASIL

SUMMARIO: — O Brasil e suas instituições politicas, de relance. Extensão territorial — População em 1840 e 1888 — Divisão territorial, Clima — Riqueza — Commercio — Constituição politica do Brasil — Função dos poderes — Governo parlamentar — Elegibilidade dos estrangeiros naturalizados e acatholicos — Administração das provincias — Dito de Julio Ferry — Eleições — Liberdade religiosa — Liberdade de imprensa — Uma palavra do duque de Wellington sobre as instituições do Brasil. Uma passagem de Ed. de Grelle.

Vemos, pois, um soberano de quinze annos á frente de um immenso Imperio, de um povo que apenas nascia — como o seu proprio imperador — para a vida politica e que, naturalmente, devia passar pelos periodos de uma completa forma-

ção — periodos laboriosos para uma nação inexperiente e, por isto, entregue a mil perigos.

Desde o começo de seu reinado, teve D. Pedro II uma divisa de que não se afastou jamais, para felicidade de seu povo e para sua propria gloria: "Progresso, Liberdade, Patriotismo." Progresso intellectual e social; liberdade sabiamente regulada pela lei; patriotismo fecundo em devotamento, moralidade e dignidade.

Ao subir ao throno, foi a pacificação do Imperio o seu primeiro cuidado. Sómente á sombra da paz podia florescer um governo sabio. Que laboriosos esforços para acalmar os espiritos indisciplinados e restabelecer a ordem, sem a qual não ha governo possivel!

*
* *
*

Como funcionava o governo deste Imperio? Como ainda funciona? Quaes as suas instituições?

E' de importancia conhecel-as, agora que chegamos á maioridade de D. Pedro II e se acha elle á frente do governo, jovem ainda, mas com a precocidade de intelligencia e superioridade de instrucção a que os primeiros homens de Estado desta época já renderam homenagem deante do parlamento.

O Brasil é um dos mais vastos Imperios do mundo. Do ponto de vista da extensão territo-

rial, vem depois do Imperio britannico, da Russia, da China e dos Estados Unidos da America do Norte.

E' dezeseis vezes maior que a França. Sua superficie, segundo os melhores calculos, é de 8.337.218 kilometros quadrados.

Possuia, em 1840, uma população de cinco milhões de habitantes, dos quaes mais de dois milhões de escravos negros. (1)

Possúe hoje mais de quatorze milhões, e é preciso dizer que não ha escravos desde 13 de maio de 1888.

Dividia-se, em 1840, em dezoito provincias. Duas outras foram creadas depois. E' muito pouco, porquanto se torna necessario desenvolver neste vasto Imperio os centros de actividade governamental. Para a unidade nacional nada mais perigoso do que uma defeituosa divisão administrativa. Depois da nossa grande revolução francêsa, matamos o provincialismo, creando a divisão em departamentos. Em vez de *normandos, borquinhões, provençaes, languedocianos*, como então se dizia, tivemos um só povo — o *povo francês*.

1) Segundo Von Roon, citado pelo principe Adalberto da Prussia, (*Travels* t. 1.º p. 269), a população do Brasil sem contar os selvagens, se compunha naquella epoca de 5.125.000 habitantes, sendo livres 1.780.000 e escravos 3.345.000.

No Brasil, a provincia de Sergipe é quarenta e sete vezes menor que o Amazonas, e Minas Geraes tem trinta e sete vezes mais habitantes que Matto Grosso (2).

A maior parte das provincias, como o Pará, Amazonas, Matto Grosso, Minas Geraes, são tão grandes como os maiores reinos da Europa.

Relativamente aos climas do Brasil, apresentam grande variedade, conforme a latitude e altitude das diversas regiões. E' geralmente quente no littoral. Ao sul do tropico, porém, as provincias do Panará, Santa Catharina e Rio Grande gozam de um clima temperado, mesmo no littoral. No interior do paiz, entre o tropico e o equador, o calor não é exaggerado no estio. No inverno o frio é muitas vezes bastante rigido. Cae geada algumas vezes em Minas Geraes e São Paulo. Isso acontece porquanto quasi todo o interior é formado de planaltos. (3)

2) Vide o art. **Brasil**, que acaba de apparecer na *Grande Encyclopedie*, escripta por Levasseur, do Instituto, barão do Rio Branco, Eduardo Prado, barão de Ourem, E. Trouessart, Paul Maury e Zaborowski.

3) O Dr. Sigaud, francês, que ha longos annos exerceu a medicina no Rio de Janeiro, começa assim a sua obra — *Du Climat et des maladies du Brésil* (PARIS, 1844): "O clima do Brasil é reputado com justiça o melhor dentre os principaes paizes do globo. Está para o continente das duas Americas como o da Italia para a Europa." Entretanto, no mês de outubro de 1849 foi a febre amarella introduzida na Bahia por um brigue americano chegado de

Nova Orleans, e o primeiro caso desta molestia se apresentou no Rio de Janeiro a 27 de dezembro de referido ano. Desde essa data muitas epidemias devastaram as grandes cidades do littoral, mas a molestia não chegou a penetrar no interior, onde é elevado o terreno, para além das serras littoraneas.

Na Europa foram muito exaggerados os surtos de febre amarella. São principalmente os agentes de emigração, a serviço de um paiz vizinho do Brasil, que fazem na Europa a campanha de descredito. Para restabelecer a verdade, daremos aqui as cifras das victimas de febre amarella no Rio de Janeiro, logar onde as epidemias produzem maiores devastações:

1850	3.860	Transporte	12.673
1851	471	1871	8
1852	1.943	1872	102
1853	853	1873	3.467
1854	11	1874	829
1855-56	0	1875	1.292
1857	1.336	1876	3.476
1858	800	1877	282
1859	500	1878	1.174
1860	1.249	1879	974
1861	247	1880	1.433
1862	12	1881	219
1863-68	0	1882	95
1869	274	1883	1.336
1870	1.117	1884	618
	---		---
	12.673	Total	33.978

Este quadro é extrahido da obra de émile Allain — Rio de Janeiro (Paris, 1886). Accrescentaremos que, segundo o censo de 1849, a cidade do Rio tinha então 205.206 habitantes (o Municipio Neutro 266.466) e que em 1884 a cidade subia já a mais de 350.000.

O sabio Agassiz encontrou no Amazonas, debaixo da linha equinocial, logares em que a temperatura média lembrava a do meio dia da França. E' o Brasil um bello paiz, cheio de riquezas naturaes, que, para serem inteiramente exploradas, só aguardam capitaes e o trabalho humano.

Seu sólo é de uma fertilidade incomparavel. A vegetação tropical ostenta no Brasil toda a sua majestade e, nas partes elevadas do centro ou pouco afastadas da costa, do mesmo modo que nas provincias do sul, todas as culturas da Europa medram perfeitamente. (4)

4) Sabe-se que uma carta do celebre navegador florentino Americo Vespuccio, cuja memoria foi rehabilitada pelos trabalhos de Humboldt, e do historiador brasileiro Varnhagen, veio a ser o primeiro documento que proclamou na Europa as bellezas da natureza brasileira. Esta carta escripta de Lisboa, em 1503, a Lourenço P. de Medici, foi traduzida em varias linguas e publicada muitas vezes desde 1504. "Dequelli paesi, dizia Vespuccio, la terra é molto fertile e amena e de molti colli, monti e infinite valle e de grandissimi fiume abundante e de saluberrimi fonti irrigua... Arbori grandi li senza cultori pervengano, de le quale assai fructi sonno al gusto delectabili e ali humani corpi utili... Tuti li arbori li sonno odoriferi, e cada uno du se gummi, o vero olio, o vero qualche altro licore mandano, dei qualli si a nui le proprieta note fosseno, non dubito che alli humani corpi salute seriano: e certamente si el Paradiso Terrestro in qualche parte de la terra sia, non lontano da quelli paesi esser distante existimo.. El cielo e laire una gran parte del anno sonno sereni, vacui de grossi vapori... El cielo é ornato de

Sua exportação, que augmenta sempre, consiste principalmente em productos da agricultura e de suas admiraveis florestas: o café, do qual a exportação brasileira representa hoje mais da metade da producção total do globo, o assucar, o algodão, o tabaco, o cacau, a borra-cha, as madeiras de tinturaria e obra de entalhe.

Muitas provincias exportam tambem ouro e diamantes. E' sabido que os diamantes do Brasil são os mais bellos do mundo.

Sob o ponto de vista politico, o Brasil é uma monarchia constitucional representativa, regida pela Constituição de 25 de março de 1824 e pelo Acto Addicional de 12 de outubro de 1834, que estabeleceu a autonomia das provincias, e pela lei regulamentar de 12 de maio de 1840, que interpretou muitas disposições do Acto Addicional.

Vimos que a Constituição de 1824 foi obra de D. Pedro I e seus conselheiros de Estado entre os quaes devemos citar Villela Barbosa, marquês de Paranaguá, Carneiro de Campos, marquês de Caravellas, Maciel da Costa, marquês de Queluz, Nogueira da Gama, marquês de Baependy, Carvalho e Mello, visconde de

bellissimi segni e figure in nelequale io ho notato da cherca XX stelle de tanta chiarezza de quante alcune volte habiamo veduto Venere e Jove..." (Edição de Vicencia, 1507).

Cachoeira, e o barão e depois marquês de Santo Amaro.

A Constituição brasileira é verdadeiramente liberal. Reconhece quatro poderes: o legislativo, o moderador, o executivo e o judiciário.

São votadas as leis, com a sanção do imperador, por uma Camara de deputados, eleitos por cinco annos, e por um Senado. Tem o imperador o direito de *veto*, de character suspensivo. Jamais o soberano fez uso deste direito. Uma mesma proposta, votada de novo em duas legislaturas consecutivas, converte-se em lei.

São os senadores nomeados vitaliciamente pelo imperador, que os escolhe entre os tres mais votados eleitores. O Senado assim composto é uma das creações mais sabias da Constituição brasileira. Cada um de seus membros é eleito pelo povo; mas, uma vez empossado, torna-se completamente independente. Não é mais obrigado a cortejar o poder, os eleitores e os chefes do partido. (5)

Para o cargo de senador exige-se a idade de quarenta annos e a estatistica demonstra que, no espaço de cinco ou seis annos, a renovação

5) Outro paiz da America, o Canadá, possui tambem um senado cujos membros são inamoviveis. Mas no Canadá os senadores, em numero de 180, não são apresentados pelos eleitores como no Brasil. São nomeados pelo governador geral em nome da Rainha.

da maioria do Senado se opera pela mortalidade. (6)

Segundo leis recentes, podem ser deputados e senadores os estrangeiros naturalizados, bem como os acatholicos.

A iniciativa dos impostos, do recrutamento e da escolha de uma dynastia, constitue prerogativa da Camara.

O poder moderador é exercido pelo soberano, na nomeação dos senadores, na convocação das duas Camaras para reuniões extraordinarias quando o exigem os interesses do Estado, na sancção dos decretos e resoluções das duas Camaras, na prorogação ou adiamento do Parlamento, na dissolução da Camara dos deputados quando a salvação do Estado o requer, na nomeação e recondução dos ministros, na suspensão dos magistrados em casos previstos pela Constituição, na concessão de indultos, na moderação de penas, na concessão de amnistia.

O imperador é isento de responsabilidade. E' o chefe do poder executivo e o exerce em seus ministros que são os responsaveis.

Cada provincia é administrada por um presidente, de nomeação imperial, e possui uma

6) Em 1832, quando se tratava de reformas constitucionaes, quizeram abolir a inamovibilidade dos senadores. Felizmente para o Brasil, esta proposta foi rejeitada, devendo-se isso em grande parte a um deputado pela Bahia, Rebouças, um verdadeiro patriota e liberal.

"assembléa legislativa provincial", de poderes assáz extensos. Vota o orçamento e os impostos provinciaes e municipaes, fixa o effectivo da milicia policial, toma resoluções sobre as obras publicas, a instrucção, a divisão territorial, etc. A descentralização administrativa é largamente applicada no Brasil.

Ha cerca de um anno, em um banquete em Paris, Jules Ferry, ao ouvir de um antigo ministro brasileiro, o barão de Mamoré, quaes as attribuições das assembléas provinciaes no Brasil, exclamou: "Mas que Imperio federal o Brasil!"

Tinha razão. Desde 1834 é o Brasil uma verdadeira federação. Differe da dos Estados Unidos pelo facto de serem ali electivos os governos, mas se approxima bastante da federação imperial britannica. (7)

7) Em *Le Brésil* (monographia já citada) lemos com prazer a passagem seguinte do capitulo *Histoire*, com a assignatura do barão do Rio Branco e de E. Levasseur: "Para satisfazer aos liberaes monarchistas, partidarios da autonomia provincial, foram votadas, em 1834, reformas constitucionaes (Acto Adicional). Os federalistas pediram então que os presidentes de provincias fossem electivos ou escolhidos pelo governo central mediante listas apresentadas pelas assembléas provinciaes. Mas a maioria teve o bom senso de repellir (12 de julho) as propostas que quebrariam a unidade nacional e se tornariam a causa de luctas semelhantes áquellas que têm entravado o progresso de muitos estados hispano-americanos".

Exprimimos ao barão do Rio Branco o desejo de conhecer sua opinião sobre esta questão de autonomia provincial.

Existe no Brasil o systema representativo em todos os gráus da hierarchia dos conselhos deliberativos. O municipio ou a communa, a provincia e o Imperio, têm os seus representantes eleitos.

Até 1881, as eleições se processavam em dois gráus. Desde então se estabeleceu a eleição directa, de que foram promotores um chefe liberal, Saraiva, presidente do Conselho, e um conservador, o barão de Cotegipe.

São escolhidos os ministros dentre os membros da maioria parlamentar da Camara dos deputados e do Senado.

A religião do Estado é a catholica, mas a Constituição proclama a tolerancia religiosa.

vincias, disse-nos o barão, tem mais inconvenientes ainda que a eleição destes funcionarios. Primeiramente, pode a lista compor-se de nomes que não inspirem confiança ao poder central. Depois, os que forem preteridos converter-se-ão provavelmente nas provincias em adversarios do poder central, com grande prejuizo da união nacional. Os presidentes electivos occasionariam certamente conflictos entre o governo central e os governos provincias. Cada presidente, homem de partido, nenhuma garantia offereria á opposição e prepararia sempre a eleição de seu successor. Não tendo nenhum meio de vencer a opposição teria de revoltar-se.

O barão do Rio Branco louva muito a autonomia provincial, mas entende que ella já existe nas provincias mais ricas e populares, sendo sobretudo a organização federal das possessões inglézas o que conviria imitar e que isto se póde fazer nos limites do Acto Addicional. Em sua opinião é bastante crear nas pro-

Até agora, todavia, os templos acatholicos não devem ter exteriormente apparencia de confissão religiosa. Esta interdicção, incompativel com os sentimentos liberaes de um povo tão esclarecido, foi supprimida no anno findo (1888) por um projecto de lei votado pela Camara.

São livres no exercicio de seu culto religioso todos os cidadãos; igualmente são elegiveis e idoneos para todos os cargos.

Taes são as principaes disposições das leis fundamentaes do Imperio brasileiro.

Accrescentaremos que ha inteira liberdade de imprensa e de palavra. A liberdade de imprensa degenera mesmo em licença muitas vezes.

Charles Reybaud conta que, em 1850, o conselheiro Marques Lisboa, ministro do Brasil em Londres, falava, deante do velho duque de Wellington, sobre a situação do Imperio e a vi-

vincias mais importantes duas Camaras e o governo parlamentar. Seria o presidente nomeado sempre pelo poder central, por um periodo de quatro annos. Governaria com os ministros provincias, (interior e instrucção publica, commercio, agricultura e obras publicas, finanças) tirados da maioria parlamentar. O presidente poderia ser substituido antes da expiração do prazo governamental se as duas Camaras de provincia ou os dois terços da Camara dos Deputados o pedissem ao governo central. Os senadores seriam eleitos, porém inamoviveis. O presidente teria o direito de dissolver a Camara dos deputados. Na *Colonial Office List*, livro publicado annualmente na Inglaterra, achar-se-iam instrucções mui precisas sobre a organização especial de cada possessão britannica.

talidade de suas instituições, que haviam permitido atravessar, sem confusão, o periodo tão tempestuoso de uma regencia de dez annos. Meditou o duque alguns instantes. Depois, em voz lenta e grave, e como que pesando as palavras, respondeu: "Sim, tendes razão, podeis orgulhar-vos de vossa Constituição e de vosso paiz; não conheço na Europa um unico Estado que tivesse resistido a semelhante prova".

Terminaremos este capitulo com uma passagem de Edouard Grelle, ministro da Belgica no Rio de Janeiro. Este diplomata, educado em um paiz verdadeiramente livre, representado por elle tão dignamente no estrangeiro, enviou recentemente ao seu governo um relatorio que se tornou publico. (8)

Eis suas palavras do Brasil sobre D. Pedro II: "Na terra brasileira, no meio da mais bella e rica natureza do globo, floresce a verdadeira liberdade. A favor do regimen monarchico constitucional reina no Brasil um sentimento de democracia, de nivelamento das classes sociaes, de independencia em todas as manifestações do livre arbitrio, muito mais vivamente pronunciado do que em muitos outros Estados de forma republicana."

8) Ed. de Grelle, Ministro da Belgica no Rio de Janeiro — *E'tude sur le Brésil* (relatorio official), Bruxelles, 1888, p. 20).

Capitulo IV

PACIFICAÇÃO DO IMPERIO

SUMMARIO: — Começo do governo de D. Pedro (1840) —
Pacificação do Maranhão — Rebeliões em São
Paulo e Minas (1842) — Restabelecimento da
ordem — Pacificação do Rio Grande do Sul
(1845) — Revolução em Pernambuco (1848) —
Victoria dos partidarios do governo (1849) —
As victorias da lei e da unidade nacional segui-
des sempre da mais completa amnistia — Um
trecho de Charles de Ribeyrolles sobre D. Pedro
II.

Vimos que D. Pedro II havia tomado as re-
deas do governo a 23 de julho de 1840, numa
época agitada e após nove anos de guerras civis.
"Os inicios do reinado — diz Charles Reybaud
— não podiam ser inteiramente isentos de agi-
tação e perturbações. Não se passa sem transi-
ção da desordem para a ordem. Mas tambem
um paiz tanto melhor se disciplina quanto por

mais tempo soffreu em consequencia do desprezo da ordem."

Começou o imperador a governar com os liberaes. Faziam parte deste gabinete Hollanda Cavalcante, visconde de Albuquerque, senador por Pernambuco, Aureliano de Sousa, visconde de Sepetiba, senador pelo Rio, e os dois irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco, deputados por S. Paulo.

Divergencias no seio do ministerio determinaram, alguns mezes depois, a subida dos conservadores, a 23 de março de 1841, com o marquês de Paranaguá, Villela Barbosa.

A provincia do Maranhão foi pacificada em 1841, como já dissemos, pelo general Lima, mais conhecido pelo titulo de Caxias, que começou a usar desde essa data.

Mas no anno seguinte outra revolução explodiu nas provincias de S. Paulo e de Minas Geraes, sendo restabelecida a ordem pelo mesmo general, depois da batalha de Santa Luzia, em 23 de agosto de 1842.

Outro chefe conservador, Costa Carvalho-marquês de Monte Alegre, foi chamado, excusando-se, porém. Um liberal, Almeida Torres, visconde do Macahé, foi então encarregado de organizar o novo ministerio, em 2 de fevereiro de 1844.

O governo dos liberaes prolongou-se até 29

de setembro de 1848, com o gabinete de que fallamos e o de 5 de maio de 1846, visconde de Albuquerque; de 22 de maio, Alves Branco, visconde de Caravellas; de 8 de março de 1848, visconde de Macahé, e o de 31 de maio do mesmo anno, Paula e Souza.

Foi durante o governo dos liberaes que o general Caxias, nomeado pela administração precedente commandante em chefe do exercito do Rio Grande do Sul, veio a pacificar esta provincia em 1.º de março de 1845. No mesmo anno tiveram inicio as difficuldades com a Inglaterra, a proposito do *bill Aberdeen* de que falaremos no cap. VII.

Dois gabinetes liberaes haviam sido derribados no mesmo anno pela Camara dos deputados. D. Pedro II encarregou um dos chefes do partido conservador, o marquês de Olinda — o antigo regente Araujo Lima — de organizar novo ministerio em 29 de setembro de 1848. Este gabinete foi constituido com o velho membro da segunda regencia, o marquês de Monte Alegre, Costa Carvalho, com Eusebio de Queiroz, Rodrigues Torres, visconde de Itaboraahy, e M. F. de Souza e Mello.

Nova revolução estalou em Pernambuco, dirida pelos deputados liberaes desta provincia. Muitos combates se déram, e a 2 de fevereiro de 1849, o exercito revolucionario, por um movi-

mento rapido, tentou apoderar-se da capital, a cidade do Recife, que o energico presidente Tosta, marquês de Muritiba, soube defender com os voluntarios e os guardas nacionaes apoiados pelas forças da marinha. A chegada do pequeno exercito do general Coelho, no meio do combate assegurou a victoria do governo.

Foi esta a ultima revolução no Brasil, revolução local como as que se deram em 1842!

O resultado foi augmentar enormemente em todas as provincias a força do partido conservador, porquanto as classes dirigentes e a população estavam fartas de agitações e guerras intestinas.

D. Pedro II, até 3 de setembro de 1853, governou com ministerios conservadores.

Aos 6 de outubro de 1849 o marquês de Olinda deixou o gabinete, divergindo de seus collegas e do imperador, a respeito da politica que se deveria seguir. Foi substituido na presidencia do Conselho pelo marquês de Monte Alegre. O conselheiro Paulino de Souza, depois visconde do Uruguay, foi nomeado ministro dos negocios estrangeiros. Desde 23 de julho, o conselheiro Tosta, chegado de Pernambuco, havia assumido a pasta da marinha.

Foi com este ministerio que D. Pedro II conseguiu, em 1850, supprimir o trafico negreiro e, pela intervenção armada de 1851 e 1852, as-

segurar a independencia do Uruguay e do Paraguay, e libertar os povos do Prata de uma tyrannia odiosa. Em 1852, o gabinete apresentou ao imperador a sua demissão, achando-se reduzido a um unico deputado devido á entrada no Senado de varios de seus membros.

O ministro da Fazenda, visconde de Itaboraahy, foi nomeado presidente do Conselho e reorganizou o ministerio com dois de seus collegas do gabinete precedente e tres novos ministros, em 11 de maio de 1852.

A este novo ministerio conservador succedeu, em 1853, o do marquês de Paraná, que inaugurou a politica de "conciliação", de que falaremos mais adeante.

Desde 1849 temos tido occasião de ver como o jovem imperador, tão habil quanto corajoso, havia assegurado a ordem por toda a parte.

Prestava assim immenso serviço ao seu Imperio, pondo fim á anarchia. Inapreciavel é por certo este primeiro beneficio de D. Pedro II. Sobretudo cheio de gloria para o imperador, porquanto as victorias da lei e da unidade nacional foram sempre seguidas de amnistia geral.

Perseguições ou execuções capitaes jamais foram permittidas por D. Pedro II. Perdoava sempre os crimes politicos. Persuadia-se, com razão, de que o rebelde da vespera seria o servidor mais dedicado do dia seguinte, quando

agraciado. Fez, aliás, experiencia desta verdade governamental que tão poucos soberanos têm o bom senso de comprehender e a habilidade de praticar. Não via no rebelde senão um desencaminhado que devia voltar á razão.

Não seria isso o sentimento mais justo da dignidade humana, tal como o concebem os verdadeiros philosophos, os espiritos mais elevados?

Charles de Ribeyrolles, emigrado francês do tempo de Napoleão III, amigo de Victor Hugo, pode escrever as linhas seguintes no seu livro — *Le Brésil pittoresque*: “Depois de sua installação e coroação, houve perturbações na provincia de Minas e em S. Paulo. Em relação a certos pontos de vista, dahi resultaram lutas, tristes lutas de familia que fazem sangrar a patria e encher de lagrimas os olhos maternos. A insurreição foi vencida e se abriram os processos judiciarios. Mas não houve logar para o carasco. Pelo decreto de amnistia, de 14 de março de 1844, as prisões se despejaram, e no anno seguinte terminou no Rio Grande do Sul uma velha guerrilha que havia durado dez annos como o cerco de Troya. O anno de 1848 foi a grande data das idéas e dos povos. A commoção da Europa oscilou até os mares do Sul. No Brasil, as idéas se agitaram, mas os braços per-

1) Rio de Janeiro, 1859, t. 1.º, pags. 140-141.

maneceram em repouso. Não se combateu senão em Pernambuco, e desta vez durante treze horas. A velha cidade tantas vezes tratada com rigor muito soffreu com a revolução. Jamais fatigada, esta ultima crise custou-lhe caro, muito caro. Mas as feridas se cicatrizaram depois, e desde muito que nem um vencido permanece nas masmorras. Quantas vezes na Europa a dor se conserva por mais tempo!

“Aos politicos de além-mar, que julgam os Imperios e os imperadores segundo o direito romano, parecerá isso um phenomeno, uma excentricidade, um escandalo. Mas no Brasil, ha muitos annos não ha processos politicos, prisioneiros de Estado, processos de imprensa, conspirações, deportações. O pensamento não está sujeito á acção da justiça, suspeito, notado, como alguma cousa presa na alfandega. Em todas as confissões, a alma é livre e livre o cidadão em seus movimentos. A razão de Estado dormita.

“E por que tudo isto? Porque D. Pedro II faz consistir a Majestade não na prerogativa, não na pessoa, mas no character, nas obras. Porque o espirito geral do paiz é a tolerancia, a conciliação, a sociabilidade. Porque o proprio catholicismo, embora tendo o privilegio de Estado, não recorre espectacularmente ao anathema e á excommunhão.”

São palavras escriptas por um republicano francês, um exilado que havia achado asylo na terra hospitaleira do Brasil e que ahi morreu em 1860! (2)

D. Pedro II poderia receber homenagem mais tocante? Poder-se-ia melhor glorificar o seu reinado?

2) A imprensa do Rio de Janeiro encaminhou uma subscrição para a erecção de um monumento á memoria de Riberyolles no cemiterio em que foi sepultado e Victor Hugo enviou os versos seguintes que foram gravados sobre o seu tumulo:

*"Il accepta l'exil, il aime les souffrances;
Intrépide, il voulut toutes les délivrances;
Il servit tous les droits par toutes les vertus,
Car l'idée est un glaive et l'âme est une force;
Et la plume de Wilberforce
Sort du même fourreau que le fer de Brutus."*

CAPITULO V

A GUERRA DE 1851 A 1852

SUMMARIO: — A guerra de 1851 - 1852 contra Rosas, ditador de Buenos Aires — Antecedentes — Os crimes de Rosas — Intervenção da França e da Inglaterra — O Brasil alliado aos povos do Prata contra o tyranno Rosas — Combate de Tonelero — A Batalha de Monte Caseros — Queda de Rosas.

Depois de haver pacificado o Imperio, D. Pedro II, a despeito de seu vivo amor da paz, viu-se forçado a intervir nos negocios do Prata, levado pelas provocações do famoso Rosas, ditador da Confederação Argentina. A honra e os interesses do Brasil, tanto quanto sua missão civilizadora na parte oriental da America do Sul, exigiram a intervenção armada.

Rosas havia tido questões com a França e a Inglaterra. Seu nome adquiriu triste celebridade

entre nós, através de discussões nas Camaras e na imprensa, durante o reinado de Luiz Philippe.

De 28 de março de 1838 a 29 de outubro de 1840, os almirantes francêses Leblanc, Dupotet e de Mackau, bloquearam Buenos Aires, protegendo o governo de Montevidéo e o general Lavalle, chefe do exercito dos unitarios argentinos, em luta contra Rosas.

Todos os documentos officiaes deste tyranno, chefe do partido federal da Argentina, começavam assim: "Viva a Confederação Argentina! Morte aos selvagens unitarios!"

Governava Rosas pelo terror desde 1829. E tudo o que a Confederação Argentina possuia de mais illustre na politica, nas letras, no exercito, todos os liberaes argentinos haviam emigrado para Montevidéo, para o Brasil e para o Chile. (1)

1) Na republica Argentina, como em toda a parte, o unitarismo é o estandarte dos verdadeiros liberaes. **LORD DERBY** acaba de dizel-o muito bem (janeiro de 1889) em um notavel discurso pronunciado em Ashton — under — Line e cheio de citações historicas: "Well, I will not multiply examples, but I lay it down, and I challenge Home Rulers to show the contrary, that as a rule, throughout the civilized world in modern times, wherever in any country the attempt has been made to weeken the central power of the State in order to strengthen that of some particular province, the Liberal or progressive party has been found on the opposing side."

O partido unitario acabou por triumphar completamente, na Argentina, em 1860, graças ao general Mitre, o illustre homem de

Nas batalhas travadas durante estas terri-
veis guerras civis, os officiaes prisioneiros aca-
baram degolados ou fuzilados, em conformidade
com as instrucções de Rosas.

Eis alguns documentos tomados ao acaso
em um capitulo assáz commovente das *Memorias
de Garibaldi*, escriptas por Alexandre Dumas
pae: "Quartel-general em Ceibal, 14 de setem-
bro de 1841... Entre os prisioneiros encon-
trava--se o bandido e traidor unitario, ex-coronel
Borda, que *foi executado summariamente com
outros pretensos officiaes, tanto de cavallaria
como de infantaria...* (Assignado) Manoel
Oribe".

"Catamarca, 29 do mês de Rosas, de 1841
— A Sua Excellencia o governador D.C.A. Ar-
redondo — Após mais de duas horas de fogo e
depois de passada a fio de espada toda a infan-

Estado que teve a gloria de continuar a obra interrompida do grande
Rivadavia. Os unitarios não reformaram a Constituição suppri-
miindo os governadores electivos, porque a influencia do governo
central ainda haveria de preponderar por muito tempo num paiz
que, até o presente, só possui um porto, o da capital. Mas os ar-
gentinos não deixarão de realisar um dia essa reforma, para obviar
á contingencia em que o governo nacional se encontrou muitas vezes,
de recorrer ás armas (**intervencion nacional**) afim de subjugar as
resistencias e as revoltas dos governadores provincias. A Re-
publica Argentina fará então o que, depois de uma longa experiencia
de federalismo, acaba de fazer a Colombia; e não terá mais gover-
nadores de provincias que traiam a causa nacional deante do ini-
migo, como em 1827 e em 1865.

taria, foi por seu turno derrotada a cavallaria, tendo escapado somente, com 30 homens, o chefe, que está sendo perseguido, e cuja cabeça será em breve exposta em praça publica como já o foram as dos pretensos ministros Gonzalés e Dulce e a de Espeche. Viva a federação! (Assignado) M. Maza."

Segue-se a lista de prisioneiros fuzilados: um coronel, sete commandantes, cinco capitães, quatro ajudantes e um tenente.

Numa carta escripta, depois da batalha do Arroio Grande, pelo coronel Jeronymo Costa — o mesmo que commandava as forças de Martin Garcia, quando os francêses occuparam esta ilha — lê-se: "*Aprisionámos mais de 150 commandantes e officiaes, que foram immediatamente executados.*"

Poderíamos multiplicar as citações ao infinito, recorrendo às narrativas dos argentinos Florencio Varela, Rivera Indarte, A. Wright, Marmol e Sarmiento e do uruguayo Andrés Lamas.

Afim de exterminar seus inimigos, Rosas creou a famosa sociedade *Mas-horca*, isto é, *mais forcas*.

"Por ordem superior, — diz Alexandre Dumas estavam filiados à *Mas-horca* o chefe de policia, os juizes de paz, todos, emfim, quantos tinham que velar pela manutenção da ordem publica. Assim, quando os membros da Sociedade

resolviam invadir a residencia de um cidadão para saqueal-a e assassinar o dono da casa, seria baldada, por parte da victima, a esperança de qualquer auxilio. Ninguem poderia ajudal-o a oppor-se a taes violencias, executadas á plena luz do dia ou pela calada da noite."

"Estes factos odiosos —, conta Alfredo de Brossard (2), — foram colhidos nas proprias publicações do governo argentino por Florencio Varela, autor de uma eloquente carta, que lembra as mais energicas paginas de Junius e que nunca foi refutada".

Florencio Varela, que redigia o *Commercio del Plata* em Montevidéo, cidade heroica que jamais cedeu ás investidas de Rosas, foi covardemente assassinado por agentes do ditador.

Rivera Indarte (3) avaliou em mais de vinte e duas mil o numero de victimas de Rosas, de 1829 a 1843. E o tyranno proseguiu na sua obra por mais nove annos! Eis, segundo Indarte, a lista das victimas durante o periodo indicado:

2) *Considérations historiques et politiques sur les republiques de la Plata*, por ALFREDO DE BROSSARD, antigo addido á missão extraordinaria da França: (Paris, 1850, 1 vol. in 8.º).

3) RIVERA INDARTE, *Rosas y sus opositores* (Montevideo, 1843 — Reimpresso em Buenos Aires, 1853). Vide tambem ANDRÉS LAMAS, *Apuntes historicos sobre las agresiones del dictador argentino Rosas* (2.ª ed. Buenos Aires, 1877) e A. WRIGHT, *Apuntes historicos de la defesa de la Republica*, (Montevideo, 1845)

Envenenados	4
Degolados	3.765
Fuzilados	1.393
Assassinados	722
Mortos em acção de guerra.....	14.920
Fuzilados por deserção, mortos em escaramuças, etc.	1.600
	<hr/> <hr/>
	22.404

O governo brasileiro pretendia, desde 1844, fazer cessar esse estado de cousas, vindo finalmente a saber que o ditador se preparava para lhe declarar guerra logo que vencesse a resistencia da cidade de Montevidéo, sitiada desde 1842 por um exercito argentino, sob as ordens de Oribe.

O ditador, que desejava conquistar primeiro a Republica do Uruguay e o Estado paraguay, havia protestado contra as diligencias do Brasil, na Europa, tendentes ao reconhecimento da independencia do Paraguay, conquistada por este paiz em 1810.

D. Pedro II encarregara, em 1844, um de seus mais illustres homens de Estado, o Marquez de Abrantes (Calmon Du Pin), de chamar a atenção da Inglaterra e da França para a situação do Prata, apontando a necessidade de se defender a independencia do Uruguay e de restabelecer a ordem e a paz nos paizes, visinhos.

O Marquês de Abrantes sahiu-se bem da sua missão. A Inglaterra e a França tomaram a resolução de intervir, commettendo, porém, o erro de excluir o Brasil de qualquer cooperação. O ministro dos negocios estrangeiros do gabinete de sir Robert Peel era então Lord Aberdeen; Guizot presidia o conselho de ministros da França. "Os dous gabinetes — diz de Brossard — julgaram mais prudente não empenhar o Brasil numa luta com vizinhos, evitando assim novos motivos de rivalidade entre a Côrte do Rio de Janeiro e as Republicas belligerantes; suppuzeram que a intervenção, ou melhor, a *mediação armada*, á qual estavam decididos, offereceria ás partes interessadas um penhor mais valioso de sinceridade e imparcialidade, desde que fosse dirigida exclusivamente por Estados evidentemente alheios, pela situação geographica e importancia adquirida, a toda e qualquer ideia ou necessidade de engrandecimento territorial. Estes motivos, muito mais apparentes do que reaes — porque a frieza de relações sobrevindo entre as côrtes de Londres e do Rio por occasião da repressão do trafico negreiro, foi um grande elemento decisivo — estes motivos, diziamos, não eram, no entanto, isentos de valor. Mau foi, no entanto, que tivessem prevalecido, porque, adoptando-os, as potencias mediadoras afastaram de si o auxilio mais immediato, mais economico e,

portanto, mais efficaz, representado pelo concurso das forças de terra, offerecido pelo Brasil. Deste modo, ficaram reduzidas por iniciativa propria ao emprego de suas forças navaes e á futura contribuição muito incerta e por isso mesmo bastante inefficaz das tropas de desembarque vindas da Europa”.

O bloqueio das costas de Buenos Aires foi estabelecido, a partir de 18 de setembro de 1845, pelos almirantes Lainé e Inglefield. Nesse mesmo anno, os commandantes Trébouart e Hottan obtiveram a bella victoria de Obligado, no Paraná, apoderando-se das baterias confiadas ao general Lucio Mancilla, cunhado de Rosas.

Dois annos depois, em 15 de julho de 1847, a Inglaterra, verificando o resultado nullo do bloqueio, retirou a sua esquadra e entrou em accordo com Rosas. O almirante francês Leprédour continuou sosinho o bloqueio até 11 de junho de 1848.

A partir desta data, a França limitou-se a abonar ao governo de Montevidéo quarenta mil piastras para as necessidades da guarnição e da defesa da praça, onde muitos dos nossos compatriotas se distinguiram na legião francesa, composta de voluntarios commandados pelo coronel Thielbault.

A legião italiana era commandada por Garibaldi.

Em 1850, diminuiu o governo francês os subsidios que enviava ao governo de Montevideo. Começou então o governo brasileiro, desde 1.º de julho desse anno, a fornecer as sommas necessarias á defesa da praça. A 23 de setembro, o general Guido, ministro argentino no Rio, pediu os seus passaportes, que lhe foram entregues a 30. Ao chegar a Buenos Aires, a *Mas-horca* fez retumbar pelas ruas os seus gritos de morte contra os brasileiros e o governo imperial. Arana, ministro das Relações Exteriores, publicou a 13 de outubro um despacho que havia dirigido ao general Guido a 2 do mesmo mês, felicitando-o por haver "*deixado um paiz cujo governo desleal e perfido era um "inimigo asqueroso" da America.*"

Era essa a linguagem da chancellaria de Rosas!

A respeito do ditador argentino, observou um escriptor: "Estava sempre rodeado de bobos e palhaços, conservando essa singular companhia no meio dos negocios mais serios: "E' possivel que o seu ministro das Relações Exteriores pertencesse a essa farandulagem.

A 25 de dezembro de 1850, um tratado de alliança contra Rosas foi assignado entre o Brasil e o Paraguay, enviando o primeiro para Assumpção e Humaytá muitos officiaes, que foram os instructores do exercito paraguayo. O gene-

ral Bellegarde, official de engenharia nascido no Brasil, o commandante Leverger, francês de nascimento, mais tarde promovido a contra-almirante, Porto Carrero e Villagran Cabrita figuravam entre esses officiaes.

Referir-nos-emos aos tres ultimos, quando nos occuparmos da guerra iniciada em 1864 pelo ditador do Paraguay contra o Brasil.

A 16 de março de 1851, o ministro Paulino de Souza communicava ao presidente da Republica Oriental do Uruguay ter o Brasil resolvido defender o governo de Montevideo contra o exercito do general Oribe. Esta attitude do governo imperial decidiu os generaes Urquiza, e Virasoro, governadores das provincias ou Estados de Entre Rios e Corrientes, a romper com o chefe da Confederação (4), o primeiro em 3 e o segundo em 30 de abril.

Havendo sido assignado, em 30 de maio, um tratado de alliança entre o Brasil, a Republica do Uruguay e o Estado de Entre Rios, o general Urquiza começou a ser maltratado nos documentos officiaes do pitoresco governo de Ro-

4) As datas de 16 de março (declaração do governo imperial) e 3 de abril (resolução tomada por Urquiza de romper com Rosas) correspondem ás observações de DON JUSTO MAESO que se acham á pg. 427, tomo II, de sua traducção de uma obra de W. PARISH (Buenos Aires y las provincias de Rio de La Plata). Podemos dizer como MAESO: "Esto no admite dudas".

sas. Basta citar, como elemento de prova, as palavras iniciais da lei de 20 de setembro, votada pelo Congresso de Buenos Aires (Honrada Sala dos Representantes): "Viva a Confederação Argentina! Morte aos barbaros e asquerosos unitarios! Morte a Urquiza, louco, traidor e bandido unitario!"

O artigo 4.º ordenava o seguinte: "Nos documentos publicos da provincia de Buenos Aires é prohibido dar o titulo de general ao traidor Justo José Urquiza. Em todos esses documentos será tratado de hoje em diante pelos vergonhosos titulos de louco, traidor e bandido unitario." (5)

Um exercito de vinte mil brasileiros, sob as ordens do marechal Caxias, penetrou na Republica Oriental, enquanto a esquadra imperial do almirante Grenfell ameaçava Buenos Aires e protegia o avanço das tropas do exercito aliado.

Em 19 de outubro, á chegada do exercito de Entre Rios, Oribe capitulou, depois de ter mantido durante dez annos o cerco de Montevidéo, que parecia prestes a succumbir, depois de uma heroica resistencia, que lhe valeu, dada por Dumas pae, o titulo de "Nova Troya".

A 21 de novembro, por motivo das opera-

5) Ao tempo da intervenção anglo-francêsa, os francêses, os inglêses, o rei Luiz Philippe e os nossos ministros eram tratados de igual forma em Buenos Aires.

ções contra Rosas, foi assignado outro tratado entre o Brasil, o Uruguay, Entre Rios e Corrientes.

O primeiro exercito dos alliados marchou sobre Buenos Aires. Grenfell forçou, em 17 de dezembro, a passagem de Tonelero, que Mancilla não conseguiu defender; e a guerra terminou, em 3 de fevereiro de 1852, com a batalha de Monte Caseros, ganha pelo general Urquiza, que tinha sob as suas ordens, além do corpo do exercito de Entre Rios e Corrientes, a divisão brasileira do general Marques de Souza (conde de Porto Alegre) e uma pequena divisão uruguaya. (6)

Não foi necessaria a intervenção do corpo principal do exercito brasileiro, que se achava

6) Nesta batalha o general Urquiza commandava um exercito de 25.206 homens (18.545 argentinos, 4.020 brasileiros e 1.641 uruguayos). O Marechal Caxias tinha em seu acampamento de Colonia 16.000 brasileiros. Em Monte Caseros era de 23.000 homens o exercito de Rosas. Fraca foi a resistencia opposta ao ataque dos alliados. As perdas dos argentinos de Urquiza elevaram-se a 250 entre mortos e feridos. As dos brasileiros e uruguayos foram: **brasilieiros:** 2 officiaes e 16 sub-officiaes e soldados mortos e 10 officiaes e 59 sub-officiaes e soldados feridos, ou seja, 87 homens fora de combate, tendo mais tarde morrido um dos dez officiaes citados; — **uruguayos:** nenhum morto e 2 officiaes e 17 sub-officiaes e soldados feridos, isto é, 19 homens fora de combate, dos quaes 1 official e 3 soldados morreram posteriormente em consequencia dos ferimentos). Publicamos estes numeros porque o editor das **Memorias** do general Cesar Diaz deixou de os citar.

acampado nos arredores da cidade da Colonia do Sacramento e prestes a embarcar para Buenos Aires. Rosas tratou de fugir, refugiando-se a bordo de um navio inglês que o conduziu á Inglaterra. Os aliados somente a 18 de fevereiro entraram em Buenos Aires.

Foi um dia de festa! Sarmiento narrou o entusiasmo (7) da população e os testemunhos de reconhecimento para com os brasileiros.

O *Annuaire de la Revue des Deux Mondes*, de 1852, apreciou nos termos seguintes a posição do Brasil: "Seria injusto não reconhecer a habili-
dade e firmeza empregadas pelo gabinete do Rio de Janeiro nesta questão, que redundou para elle numa incontestavel victoria, tanto mais lisonjeira para o espirito nacional quanto o Brasil ganhou o direito de affirmar ter conseguido aquillo em que fracassaram os governos mais poderosos da Europa."

7) Sarmiento, *Campaña del Ejercito Grande Aliado*, 1852, p. 1779.

CAPITULO VI

CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO

SUMMARIO: — Obra de civilização e de progresso — Pacificação e unidade nacional asseguradas desde 1849 — Suppressão do trafico dos negros (1850) — D. Pedro II e o marquês de Paraná — Politica de conciliação (1853-58) — Construcção das primeiras estradas de ferro e das linhas telegraphicas (1854-58) — Primeiros passos para attrahir os colonos europeus e incremento das escolas — Apaziguamento dos espiritos graças á politica de conciliação — Uma passagem de Ribeyrolles sobre a primeira parte do programma de D. Pedro II — Os dois grandes partidos constitucionaes, momentaneamente confundidos nesta epoca, separam-se em 1858 e alternam-se depois no governo — Série de mudanças politicas a partir de 1853 — O que era o Brasil no começo do reinado de D. Pedro e o que é agora — Cifras de 1840 e dos ultimos annos — Receitas — Valor comparado da producção de 1840 e da de hoje — Cifras do commercio exterior — Estradas de ferro — Telegraphos — Immigração.

E' a partir desta epoca que começa para o Brasil, graças ao seu imperador e aos ministros de que se soube rodear, uma éra de progresso que excita a admiração de quantos conheceram a situação deste paiz durante a menoridade de D. Pedro II.

E' conveniente ler o que os viajantes europeus dignos de fé e sympathicos ao Brasil têm escripto sobre a situação desse grande Imperio no seu começo e durante a menoridade de D. Pedro II. E' preciso comparar as descripções de Debret, de Ferdinand Denis, de Augusto de Saint-Hilaire, de Rugendas, de Kidder, com as dos estrangeiros que nos ultimos trinta annos visitaram o mesmo paiz: Charles Reybaud em 1856, Charlos de Ribeyrolles antes de 1860, Kidder (segunda viagem) e Fletcher em 1879, Agassiz em 1865, o barão de Hubner em 1882. E' necessario confrontar o Brasil de 1822 a 1840 com o Brasil actual, sobretudo depois da data gloriosa de 13 de maio de 1888.

Que admiravel transformação! Dir-se-ia que um sopro magico passou sobre o paiz, dissipando a ignorancia das massas populares, a confusão, a desordem, a ruina, consequencias da anarchia e da escravidão vergonhosa, para dar logar a uma instrucção mais elevada e mais difundida, á ordem, ao respeito á lei, á justiça, ao apaziguamento das paixões e dos odios politicos,



O imperador D. Pedro II e família no Hotel Empreza Poços de Caldas em 1887. — Ao lado direito, em pé, vê-se o conde d'Eu; ao lado esquerdo, de pé, a princesa Izabel.

a uma comprehensão mais exacta da verdadeira liberdade e do systema representativo, a um patriotismo mais esclarecido, ao incremento da riqueza publica, a todos os progressos da civilização moderna, á confiança e ao credito nos principaes paizes da Europa, emfim á redempção de dous milhões de escravos, á victoria do grande principio da egualdade e da dignidade humana.

O regimen parlamentar não era perfectamente comprehendido no paiz antes da elevação de D. Pedro II ao throno. Havia ainda muito a fazer para consolidar a união das provincias, para estabelecer a ordem, para desenvolver os principios liberaes da Constituição e do Acto Adicional, para animar o commercio e a industria, para desenvolver a instrucção.

Era preciso, sobretudo, para honra do genero humano, supprimir o trafico negro, emancipar os escravos, apagar esse opprobrio dos tempos antigos, triste legado da barbaria. E tornava-se mais do que urgente velar pela prosperidade nacional, abrindo estradas, franqueando os rios aos navios estrangeiros, construindo estradas de ferro e telegraphos, estimulando a agricultura e a colonização, fortalecendo as conquistas do genio moderno por todos os meios possiveis.

Tal foi a tarefa immensa e gloriosa que o jovem imperador, secundado por notaveis homens de Estado, emprehendeu com energia e cumpriu

com maravilhoso exito, graças ao concurso de seu povo.

A partir de 1849, estava a ordem restabelecida em todo o Imperio. Cumprira-se a primeira parte do programma de D. Pedro II, ficando assegurada a unidade nacional como a haviam desejado D. Pedro I, José Bonifacio, Ledo e todos os varões energicos que collaboraram na obra da independencia do paiz. As vistas largas desses homens superiores abrangiam os horizontes de uma patria grande, poderosa e respeitada. Não se limitavam ao circulo restricto de uma provincia. Haviam desejado construir um Brasil e não Guatemalás e Costa-Ricas (1).

“Foi uma obra util — disse Charles de Ribeyrolles, falando da primeira parte do program-

1) E' sabido que a Confederação da America Central se scindiu desde o começo em cinco pequeninas Republicas rivaes: Guatemala, Costa Rica, S. Salvador, Honduras e Nicaragua. Homens eminentes destes pequenos Estados sonham desde ha muito em reunil-os de novo em uma unica Republica; e, no momento em que escrevemos estas linhas, parece proxima a realização desse notavel projecto: Assim o desejamos e esperamos. Ao unitarismo pertencerá sempre a victoria final Tambem a antiga Republica da Colombia, fundada pelo grande Bolivar, veiu, pela criação de rivalidades e herões provincianos, a dividir-se em tres Estados: — Venezuela, Colombia e Equador. Um publicista portuguez, Silvestre Pinheiro Ferreira, propoz em 1842 a divisão do Brasil, que elle julgava demasiado grande, em varias Monarchias. Esse publicista, que se converteu em sonhador de utopias nos ultimos annos de sua vida, não comprehendia Estados maiores que o pequeno Portugal...

ma de D. Pedro II —. Era indispensavel constituir a unidade do paiz e não o deixar estilhaçar-se em satrapias federalistas ou maritimas.

Se se pretende ser um povo, é preciso primeiro ser-se uma patria." (2)

Consagrou-se D. Pedro II, desde então, á tarefa de pacificar os espiritos e animar toda a sorte de progresso.

Em 1850 foi supprimido o trafico negreiro. No mesmo anno inaugurou-se a primeira linha de navegação a vapor entre o Brasil e a Europa.

De 1854 a 1858 foram construidas as primeiras estradas de ferro e estendidos os primeiros fios telegraphicos; crearam-se as primeiras linhas de navegação fluvial; procurou-se e facilitou-se a immigração européa; começou a augmentar o numero de escolas e de estabelecimentos de educação.

Para ser feliz em seus projectos de civilização, comprehendera o Imperador a necessidade de apaziguar quanto possivel os odios politicos e congregar, embora temporariamente, todos os homens de boa vontade, afim de facilitar a reorganização dos partidos e fazer esquecer as paixões e excessos que, repetidamente, haviam ateadido a guerra civil.

Obedecendo a esta sabia inspiração, constituiu, a 6 de setembro de 1853, um ministerio pre-

2) Obra citada, tomo II, p. 140.

sidido pelo conselheiro Carneiro Leão, marquês de Paraná, e composto de membros dos dois grandes partidos constitucionaes do Imperio: o conservador e o liberal.

De 1853 a 1858, os dois partidos confundiram-se; e essa politica conciliatoria, politica de bom senso e de razão, exerceu uma influencia salutar na vida social e nos costumes politicos do paiz.

Com a morte do marquês de Paraná (3 de setembro de 1856), o marechal Caxias, ministro da Guerra, assumiu a presidencia do Conselho, seguindo-se-lhe o ministerio do marquês de Olinda (4 de maio de 1857).

A partir de 1858, quando de novo se separaram os partidos, passaram estes a governar alternadamente.

Iniciou-se então a luta politica nos jornaes, nas duas Camaras e nas reuniões eleitoraes, por meio do voto do eleitor e da discussão na imprensa e na tribuna parlamentar.

O partido conservador governou de 1858 a 1862: ministerios visconde de Abaeté (12 de dezembro de 1858), Ferraz (10 de agosto de 1859) e Caxias (2 de março de 1861); o partido liberal, de 1862 a 1868: ministerios Zacharias de Vasconcellos (24 de maio de 1862), marquês de Olinda (31 de maio de 1862), Zacharias de Vasconcellos (15 de janeiro de 1864), Furtado

(31 de agosto de 1864), Olinda (12 de maio de 1865) e Zacharias (31 de agosto de 1866).

Voltou ao poder o partido conservador, de 1868 a 1878: ministerios visconde de Itaborahy (16 de julho de 1868), marquês de S. Vicente (21 de setembro de 1870), visconde do Rio Branco (7 de março de 1871), e duque de Caxias (25 de junho de 1875); e o partido liberal, governou novamente de 1878 a 1885, constituindo os ministerios Sinimbú (5 de janeiro de 1878), Saraiva (28 de março de 1880), Martinho de Campos (21 de janeiro de 1882), Lafayette Pereira (24 de maio de 1883), Paranaguá (3 de julho de 1883), Dantas (6 de junho de 1884), Saraiva (6 de maio de 1885).

Finalmente, desde 1885, é o partido conservador que preside aos destinos do Brasil: ministerios barão de Cotegipe (20 de agosto de 1885), e João Alfredo Corrêa de Oliveira (10 de março de 1888). (3)

Com o auxilio de politica tão habil quanto

3) O telegrapho nos informa (junho de 1889) que os conservadores dissidentes, alliados aos liberaes, acabam de derrubar o ministerio Corrêa de Oliveira que, no anno passado, conseguira a abolição da escravatura. O imperador recorreu a tres chefes conservadores que não conseguiram formar novo ministerio. Confiou então essa missão ao conselheiro Saraiva, liberal, que se excusou, indicando o visconde de Ouro Preto (Affonso Celso), que neste momento organiza um ministerio liberal.

sabia, D. Pedro II dotou o seu paiz de instituições fecundas, liberaes e populares.

Uma simples comparação entre a situação financeira e industrial do começo do reinado de D. Pedro II e a situação actual demonstrará eloquentemente o progresso do Brasil.

No anno de 1831-32, primeiro do actual reinado, as receitas do Imperio foram de 11.171:520\$000 réis. O mil réis equivale a 2 fr.04c.

No anno de 1840-41, primeiro do actual reinado, as receitas do Imperio subiram a 16.310.571\$000 réis.

Desde então, continuaram a sua marcha ascendente, demonstrada pelas cifras abaixo:

1862-63	48.342:182\$000	réis
1872-73	109.108:063\$000	réis
1882-83	127.972:047\$000	réis

Actualmente, (1889) as receitas geraes elevam-se a 153.148.000\$000 réis.

Quanto ao seu valor, a producção brasileira era, em 1840, de 50.000.000\$000 réis, ou seja, 125 milhões de francos; e é hoje de 500.000:000\$000 réis ou 1 billião e 250 milhões de francos, segundo o "Jornal do Commercio" do Rio, em sua revista commercial de 1887.

Eis, agora, segundo um estudo notavel de Levasseur, do Instituto, as medias das cifras of-

ficiaes, — “as quaes, accrescenta esse sabio, são de certo inferiores á realidade” — referentes ao commercio exterior do Brasil, por periodos quinquennaes:

Annos	Contos de réis	Equivalente em milhões de francos
1834-39	79.000	197
1839-44	96.000	240
1844-49	105.000	282
1849-54	148.000	370
1854-59	212.000	530
1859-64	236.000	590
1864-69	312.000	780
1869-74	347.000	867
1874-79	359.000	897
1879-84	397.000	992

Em 1884-85, o commercio exterior attingiu 404.000 contos de réis (1 billião e 10 milhões de francos), sendo 178.000 referentes á importação e 226.000 á exportação.

Em 1886-87, elevou-se a 472.000 contos de réis (1 billião e 180 milhões de francos), sendo 209.000 de importação e 263.000 de exportação.

A eloquencia destes numeros é incontestavel e contribue certamente para a gloria do reinado de D. Pedro II.

Quanto ás estradas de ferro, demonstraram identico progresso.

A primeira estrada foi inaugurada no Brasil, em 1854, por Irineu de Souza, barão e visconde de Mauá.

Em 1867, havia apenas 601 kilometros de vias ferreas.

A 31 de dezembro de 1870 já existiam 997 kilometros.

Só depois da guerra do Paraguay, a partir de 1871, sob o ministerio do visconde do Rio Branco (1871-75) (4) é que tomou maior impulso a construcção de estradas de ferro. Os successores desse ministerio imitaram-o, principalmente Sinimbú e Antonio Prado.

Em 1883, o Brasil tinha em exploração 4.865 kilometros de via ferrea; em 1884, 6.116 kilometros, além de 1.650 em construcção.

A 31 de dezembro de 1887, havia já 8.486 kilometros em exploração, 1.397 em construcção e 3.597 em estudo. Hoje (31 de dezembro de 1888) existem 9.200 kilometros em exploração e 9.000 em construcção ou em estudo.

Nenhum paiz da America — exceptuados os Estados Unidos e o Canadá, — possui tão vasta rêde de estradas de ferro. E, no entanto, o Brasil não é um paiz de planicies como a Re-

4) Ver, sobre a politica larga e emprehendedora deste ministerio (1871-75), vivamente apoiada por D. Pedro II, as bellas paginas do dr. Louis Couty, em sua obra: *l'Esclavage au Brésil*. p. 33-39. (Paris, 1881, Guillaumin et Cie.).

publica Argentina, exigindo a construcção de todas essas linhas grandes obras de arte e avultadissimas despesas. (5)

Em 1873, o Brasil possuia 3.469 kilometros de linhas telegraphicas terrestres.

No anno seguinte (22 de junho), foi ligado á Europa por um cabo, tendo sido estabelecida outra linha submarina ao longo da costa.

Em 1875, o Brasil possuia 5.151 kilometros de linhas telegraphicas terrestres de propriedade do governo; em 1882, — 7.420 kilometros; em 1885, — 9.299; em 1886, — 10.610. Hoje possui mais de 18.000 kilometros, contando-se as linhas telegraphicas das estradas de ferro.

Um dos grandes meios empregados pelo governo imperial para desenvolver os recursos do paiz, foi a protecção dispensada á immigração européa. Levaram os europeus consigo suas artes, sua sciencia e seu trabalho para essa região tão bem dotada pela natureza, tão rica, a que não falta hoje senão um requisito essencial: população. O Brasil possui ainda enormes zo-

5) Estados Unidos, 242.205 kilometros; Canadá, 19.851; Brasil, 9.200; Republica Argentina, 6.205; Estados Unidos Mexicanos, 6.133; Chile, 2.693; Perú, 2.600; Uruguay, 553; Est. Unidos da Venezuela, 286; Costa-Rica, 274; Estados Unidos da Colombia (hoje republica da Colombia, depois da reforma constitucional), 231; Guatemala, 213; Equador, 120; Honduras, 111; Paraguay, 72; Bolivia, a pequena estrada de La Paz a Aygachano (lago Titicaca.)

nas desertas, e poderia conter uma população de mais de 600.000.000 de habitantes si fosse tão povoado como a França.

Em 1870, o Brasil recebeu apenas 9.123 immigrants. Em 1887, 54.990. No anno findo (1888), 131.268 immigrants entraram no paiz pelos dois portos do Rio e de Santos. No primeiro trimestre deste anno (1889) já desembarcaram nos portos citados e no de Victoria . . 43.489 immigrants: 15.349 em Santos, 24.860 no Rio e 1.280 em Victoria.

D. Pedro II, secundado por seus ministros e pelo povo, ia assegurando, assim, á sua obra civilizadora o exito mais completo.

CAPITULO VII

POLITICA EXTERNA

SUMMARIO: — Politica externa de D. Pedro II. — As duas guerras estrangeiras de seu reinado (1851-1852 e 1864-1870) travadas contra os tyrannos do Prata e do Paraguay. — Generosidade depois da victoria. — As questões com a Inglaterra antes de 1850. — O bil Aberdeen (1845) — Consequencias. — A suppressão do trafico, devida á energia de D. Pedro II e do ministro Eusebio de Queiroz (1850). — Novas questões com a Inglaterra em 1862. — Ruptura das relações diplomaticas. — Arbitragem do rei da Belgica, favoravel ao governo imperial. — Satisfacção obtida (1865) — Restabelecimento das relações diplomaticas entre os dois paizes (1865) — Impossibilidade actual de questões semelhantes. — A consideração em que são tidos D. Pedro e o Brasil, na Europa. — Appello á intervenção de D. Pedro II em tres questões de arbitragem internacional.

O grande imperador, tão devotado á civilização do seu povo, seguiu sempre, nas relações externas, uma politica leal e pacifica.

Se é verdade que, durante o seu governo, o Brasil sustentou duas guerras com paizes vizinhos, não é menos exacto que D. Pedro II foi a isso provocado.

E' de notar ainda, que essas guerras não foram dirigidas contra povos, mas contra tyrannos da peor especie que ousavam intitular-se governadores ou presidentes de Republicas imaginarias, com o fim de abusar da autoridade.

Já nos referimos á primeira dessas guerras, contra os ditadores Rosas e Oribe (1851-52).

O Brasil teve por alliados, em tal luta, todos os liberaes, todos os espiritos esclarecidos das duas republicas do Prata. Defendeu então contra Rosas a independencia do Paraguay, gravemente ameaçada, assim como a do Uruguay, quasi destruida, porquanto os exercitos do ditador buenairense dominavam todo o territorio dessa Republica, com excepção da capital.

D. Pedro II e os brasileiros — já o dissemos — foram saudados em Buenos Aires como libertadores, depois da victoria de Caseros e da quêda do tyranno.

Mais tarde vieram a guerra do Uruguay, (1864-1865) e a campanha contra o ditador da

pretensa republica do Paraguay (1864-1870), da qual falaremos mais adiante.

Attribuiam-se então a D. Pedro II e ao Brasil projectos de conquista. Esta accusação foi desmentida pela continuação da guerra. Nem uma pollegada de terreno foi reivindicada pelo Brasil após a victoria. D. Pedro foi, como sempre, o defensor da independencia do Paraguay, e procurou organizar este paiz com os destroços do povo que Lopez II conduzira á ruina e á destruição. Limitou-se a regular a questão das fronteiras, acceitando uma linha menos vantajosa do que a determinada por Lopez I, no começo de seu governo.

Em 1852, o Brasil obteve de seus vizinhos do Prata, para todas as bandeiras, a liberdade de navegação nos rios Uruguay e Paraná. E, em 1858, conseguiu do governo do Paraguay, não sem difficuldade, a abertura do rio deste nome ao commercio estrangeiro. (1)

D. Pedro II abriu tambem a todas as bandeiras, em 1866, a magnifica via fluvial do Amazonas e de seus principaes affluentes e conseguiu regularizar pacificamente numerosas e importantes questões de fronteiras com quasi todos

1) Tratado de 12 de fevereiro de 1858, assignado em Assumpção entre os plenipotenciarios do Brasil e do Paraguay, o conselheiro Silva Paranhos (depois visconde do Rio Branco) e o general Solano Lopez (depois ditador do Paraguay).

os vizinhos, estando apenas por liquidar os que dizem respeito ás Guyanas Francêsa e Inglêsa, á Republica Argentina e á Colombia.

“Os que estudaram o Brasil com imparcialidade — diz Charles Reybaud — fazem justiça ao imperador, notando que elle, mesmo com os adversarios mais fracos, sempre evitou as perturbações que levam á guerra, não occultando qualquer pensamento ambicioso em seus actos. Comtudo, alguns agentes politicos de grandes Estados européus, desejosos de mostrar sua perspicacia e de se darem importancia, attribuiram ao Brasil outros designios.

“O Brasil tem outras conquistas a fazer, mais urgentes e mais fecundas que a dos paizes que o cercam. Tem de arrancar á esterilidade o seu magnifico territorio; tem de encher, com o êco das machadadas e com as vozes masculas dos trabalhadores, o silencio de suas solidões; tem de tornar os seus rios, que são os mais bellos do mundo, accessiveis á navegação e ao commercio; tem de abrir estradas através da immensidade do Imperio para pôr em communição o centro com o litoral, para abrir ao mundo este livro fechado e cheio de mysterios da America interior; tem de fazer brilhar a luz da civilização nas profundezas de suas florestas virgens; tem, numa palavra, uma obra gigantesca a realizar,

obra que encetou com decisão, mas que só com o trabalho de um seculo poderá terminar” .

Os primeiros annos do governo de D. Pedro II foram assignalados por graves questões com a Inglaterra.

Uma lei brasileira de 1831 tinha abolido o trafico dos negros, declarando criminoso esse commercio ignobil e proclamando livres todos os escravos que aportassem ao Imperio.

Mas . . . como fazer cumprir esta lei, quando a anarchia reinava por toda a parte; quando as forças navaes do Imperio combatiam os inimigos da ordem e da união, no Amazonas e seus affluentes e nos lagos e rios do Rio Grande do Sul?

Não obstante, a Inglaterra mostrava-se cada vez mais insistente junto ao governo do Brasil, apesar da crise difficil que este atravessava.

D. Pedro II só conseguira pôr fim ás guerras civis em 1845, e vimos que uma ultima revolução provincial estalara em 1848-1849.

Ora, nesse mesmo anno de 1845, o Parlamento britannico votava o celebre *bill Aberdeen*, que autorizava a marinha inglêsa a perseguir e a destruir, mesmo em portos brasileiros, os navios suspeitos de se empregarem no trafico de escravos.

As maiores violencias foram então empregadas nas aguas do Imperio, provocando, no Brasil, um movimento geral de indignação contra o governo de um povo que se enriquecera com o trafico dos negros e que só o abolira em 1807. Em 1.º de março de 1799, Canning declarava ainda, em pleno parlamento, que a Inglaterra tinha quasi o monopolio desse commercio, vangloriando-se disso!

Os negreiros e todos os que se interessavam no trafico dos negros, alimentando a indignação popular, desorientavam as massas, bradando que a melhor das respostas a dar á Inglaterra era perseverar no commercio que o estrangeiro queria prohibir.

O governo de D. Pedro II tornou-se impotente em face da indignação geral da qual participavam até inglêses eminentes como Lord Cairns.

Apesar do *bill Aberdeen* e das violencias da marinha inglêsa, o trafico dos escravos augmentou.

O numero de negros introduzidos no Brasil pelos contrabandistas descera, em 1841, a 16.000. Em 1845 fôra de 19.000.

Após a apresentação do *bill Aberdeen*, os documentos levados ao parlamento inglêz accusavam as cifras seguintes:

Em 1846, foram introduzidos no Brasil	50.324	negros
Em 1847, " " " "	56.172	"
Em 1848, " " " "	60.000	"
Em 1849, " " " "	54.000	"
Em 1850, " " " "	23.000	"

Nesta época, em suas notas diplomaticas, dizia o Brasil:

“A Inglaterra quer a suppressão do trafico de negros. O governo imperial tambem o deseja e está firmemente decidido a usar de todos os meios para attingir esse fim. Mas o que lhe paralyza a boa vontade, o que lhe entrava a acção é precisamente a intervenção violenta da Inglaterra numa questãõ interna em que não lhe assiste o direito de intervir; é um attentado contra a soberania do Imperio, commetido por uma lei inglêsa. Já não era facil ao governo imperial chamar á razão os proprietarios de terras e os intermediarios commerciaes que julgavam estar a fortuna do paiz relacionada com a continuação do trafico; mas as difficuldades tornam-se bem mais graves e mesmo insuperaveis desde que uma questãõ de honra se lhes vem juntar exigindo-se ao Brasil, com a espada ao peito, uma reforma que elle pretende fazer voluntariamente. Estes excessos diminuem a autoridade do governo imperial sobre os seus agentes administrativos e judiciarios e sobre o povo”.

Em summa ,a intervenção inglêsa não serviu senão para augmentar o trafico. A esquadra era impotente para impedir desembarques num littoral de mais de 1.200 leguas. A repressão efficaz deste trafico vergonhoso não podia ser feita senão em terra e pelo governo imperial, cuja força moral estava abatida pelos processos da Inglaterra.

Em 1850, estando restabelecida a ordem em todo o Imperio, foi votada pelo Parlamento uma lei que estabelecia penas severas contra os traficantes.

D. Pedro II tinha então um ministerio forte, composto de homens cheios de prestigio e venerados por todo o paiz.

O chefe do gabinete era o marquês de Monte Alegre, Costa Carvalho, antigo membro da Regencia. O ministro de Justiça era Eusebio de Queiroz, estadista de rara energia e alta distincção.

Fortemente apoiado pelo Imperador e firmado na lei de 4 de setembro de 1850, Eusebio de Queiroz perseguiu os negreiros, deportou os estrangeiros que se entregavam ao odioso commercio e fez vigiar todas as praias pela policia. A marinha brasileira, que não tinha mais revoltas a combater, poudede dedicar-se á caça dos negreiros. E, dentro de pouco terminou o trafico no Brasil.

Em 1851, sómente 3.287 africanos desembarcaram no Imperio; em 1853, apenas 700; e, no espaço de 3 annos, de 1853 a 1856, esse numero desceu a 512.

Desde então não vieram mais escravos da Africa; só os nascimentos alimentavam a escravidão.

Veremos mais adiante como esta odiosa instituição foi mais tarde atacada em suas raizes e destruída para sempre.

Novas questões com a Inglaterra surgiram em 1862.

Christie, o ministro inglês no Brasil, que residia no Rio de Janeiro, era um homem imprudente.

Vendo que certas reclamações por elle apresentadas ao governo brasileiro, a respeito de um navio naufragado e da prisão de alguns marinheiros embriagados, não eram attendidas, recorre á violencia. Em obediencia a ordens suas, cinco navios brasileiros foram capturados nas proximidades do porto do Rio.

A indignação dos brasileiros explodiu com razão; e o povo sentiu então que o coração de D. Pedro II batia unisono com o seu.

Evidentemente, o Brasil não podia lutar contra a Inglaterra; o governo teve de ceder, pagando a somma injustamente reclamada. Mas o imperador protestou energicamente, enviando ao

ministro inglês os seus passaportes e retirando de Londres a legação imperial.

A questão, graças á intervenção do rei de Portugal, foi submettida á arbitragem do rei dos belgas.

Leopoldo I deu razão ao governo imperial. Na propria Inglaterra se operou na opinião publica um grande movimento favoravel ao Brasil.

Emfim, em 1865, quando se encontrava em seu acampamento de Uruguayana, cercado de seus alliados, os presidentes das Republicas da Argentina e do Uruguay, D. Pedro II recebia o ministro inglês Thornton que lhe vinha propôr o restabelecimento das relações de amizade entre os dois governos, e exprimir-lhe quanto a Rainha, o governo e o povo inglês lamentavam o que se passara.

Na sua resposta, cheia de dignidade, D. Pedro II declarou que, depois de dada aquella satisfação, estavam restabelecidas as relações de amizade entre o seu governo e o da Inglaterra, accrescentando que esta se mostrara verdadeiramente grande, ao fazer justiça ao Brasil".

Estamos tratando, porém, de factos muito remotos e que hoje, certamente, não se repetiriam.

O Brasil e o seu imperador são hoje em dia apreciados na Europa muito favoravelmente.

Nenhum soberano goza no estrangeiro de tamanho prestigio e tão grande popularidade co-

mo este príncipe illustre. E nenhuma nação inspira, na Europa, mais respeito do que o Brasil.

E, no entanto, D. Pedro II não tem exercitos nem esquadras bastante poderosas para influirem nos destinos do mundo; o militarismo não domina em seu paiz, como na Europa civilizada, que se transformou em grandes acampamentos promptos a se lançarem uns contra os outros ao primeiro tiro de canhão.

A autoridade moral de D. Pedro II, devida ao seu espirito pacifico, cresceu de tal maneira no concerto das nações que, em muitas questões graves em que foi necessario recorrer á arbitragem, foi o Imperador convidado a designar pessoalmente um dos membros do tribunal chamado a julgar e a decidir esses conflictos. Prova evidente da confiança que inspirava ás potencias cujo interesse ou honra estavam em jogo, a escolha deste soberano justo!

Assim é que um representante de D. Pedro II, o visconde de Itajubá, tomou parte no congresso internacional de Genebra na questão de *Alabama*, entre a Inglaterra e os Estados Unidos.

Mais tarde, D. Pedro II enviou outro representante ao tribunal arbitral de Washington, encarregado de julgar as reclamações de muitos governos europeus sobre certos actos praticados durante a guerra civil dos Estados Unidos.

O representante de D. Pedro II foi, desta

vez, o visconde de Arinos, actualmente ministro em Londres. Este diplomata brasileiro, que ha pouco tempo ainda representava tão dignamente o Brasil em Paris, teve a honra de presidir em Washington o tribunal em que tomaram tambem assento os representantes dos Estados Unidos e da França.

Emfim, as reclamações feitas por muitos governos europeus á republica do Chile foram julgadas em Santiago por um arbitro nomeado por D. Pedro II.

Esta honra coube, a principio, a Lopes Netto, depois a Lafayette Pereira, antigo primeiro ministro do Brasil; e, depois da partida deste jurisconsulto, ao barão d'Aguiar de Andrada, hoje ministro do Brasil em Lisboa.

CAPITULO VIII

GUERRA DO URUGUAY E DO PARAGUAY

SUMMARIO: — Guerra do Brasil contra o governo de Montevideo (1864-1865) — Tomada de Paysandú e capitulação de Montevideo — O ditador do Paraguay, Lopez II, invade a provincia brasileira de Matto Grosso — Os grandes projectos de Lopez II — A ordem do Merito — A corôa imperial — A imprensa paraguaya no tempo de Lopez II — Invasão da Republica Argentina — Triplice alliança do Brasil, Argentina e Uruguay contra Lopez II — Victoria naval dos brasileiros em Riachuelo — D. Pedro II em Uruguayana (1865) — Invasão do Paraguay pelos alliados (1866) — Primeiras batalhas — Victorias em Confluencia, Estero Bellaco e Tuyuty — Inacção dos alliados — Derrota dos mesmos em Saúce. — Tomada de Curuzú pelos brasileiros — Os alliados derrotados em Curupaity (1866) — O marechal Caxias nomeado generallissimo dos brasileiros — D. Pedro II nesta

epoca, sua actividade e patriotismo — O cholera no exercito — Movimento offensivo de Caxias: marcha de flanco — Couraçados brasileiros forçam a passagem de Curupaity — Novas victorias dos brasileiros — Passagem de Humaytá pelos couraçados e tomada de Cierva — Tomada de Humaytá e de Tebicuary — Campanha de Pikysry: victorias de Caxias em Itororó, Avay, e Lomas Valentinas — Lopez II refugia-se na cordilheira de Ascurra — Caxias, enfermo, volta ao Rio — O conde d'Eu, general em chefe — Difficuldades da nova luta — Victorias do Conde d'Eu em Peribebuy e em Campo Grande — Perseguição ao inimigo. Cerro-Corá: Lopez II é morto — A paz restabelecida — D. Pedro não quiz nunca entrar em accordo com Lopez II — Uma palavra do Imperador. — O conde d'Eu consegue do governo paraguay a abolição da escravatura.

Falemos agora, succintamente, da famosa guerra do Paraguay, á qual já nos referimos. Foi uma campanha longa mas cheia de glorias para o exercito brasileiro.

O governo de D. Pedro II tinha feito justas reclamações ao de Montevideó, que estava então nas mãos do partido *blanco*. O outro partido, o *colorado*, dirigido pelo general Flores, dominava desde alguns annos atrás quasi todo o paiz, procurando derrubar os *blancos*.

Nas republicas hispano-americanas, os partidos da opposição não têm senão um meio de chegar ao poder: a revolução, a guerra civil. Não ha possibilidade de vencer um governo nas elei-

ções e o presidente, que é sempre um homem de partido, prepara a eleição do seu successor. (1)

As reclamações do governo imperial não foram attendidas por Montevideo: o ultimatum do enviado do Imperador, o conselheiro Saraiva, um dos mais illustres estadistas brasileiros, foi rejeitado (9 de agosto de 1864). Esse ministro deixou Montevideo e um exercito brasileiro, commandado pelo general João Propicio Menna Barreto, barão de S. Gabriel, invadiu a Republica Oriental e apoderou-se de Paysandú (2 de janeiro de 1865) de acordo com o general Flores, que fóra reconhecido como belligerante. Os alliados marcharam contra Montevideo, que cercaram, enquanto a esquadra imperial do almirante Tamandaré bloqueava o porto.

A praça capitulou a 20 de fevereiro de 1865. Por uma convenção assignada no mesmo dia entre o general Flores e o governador de Montevideo, com a approvação do ministro brasileiro, conselheiro Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco, aquelle general ficou como

1) O partido do general Bartholomeu Mitre, cuja presidencia coincidiu com a época mais gloriosa da Republica Argentina, que deve todos os seus progressos a esse governo esclarecido e patriótico, não poude voltar á actividade depois de 1868. Duas vezes procurou vencer pela revolução e duas vezes foi esmagado. Mesmo nos Estados Unidos, o partido vencido depois da guerra de successão só poude fazer um presidente após 20 annos de lutas.

governador provisorio da Republica e esta allia-
da ao Brasil contra o Paraguay.

Como se sabe, o ditador do Paraguay, Lopez II (2); tinha iniciado, em 1864, as hostilidades contra o Brasil, sem declaração de guerra. Apoderou-se, em 12 de novembro, do paquete brasileiro *Marquês de Olinda*, aprisionando passageiros e tripulação. A bordo encontrava-se o coronel Carneiro de Campos, deputado, nomeado presidente da provincia de Matto Grosso.

Logo depois, Lopez II fez invadir a parte meridional desta provincia, do lado do rio Paraguay, pelo general Barrios, com 4.200 homens e 10 navios de guerra, e do lado da fronteira do Apa pelo general Resquin com 5.000 homens.

Matto Grosso tinha, então, apenas uma guarnição de 875 homens disseminados pelo seu territorio, 5 pequenas canhoneiras e a guarda nacional, que não fora mobilizada por não se esperar uma invasão.

Apesar disso, 155 brasileiros, commandados pelo coronel Porto-Carrero, resistiram durante

2) Muitos escriptores francêses escreveram: **Don Lopez**. Nunca se deve empregar o **Don** dos hespanhóes assim como o titulo inglês **Sir** antes do nome de familia: elle deve preceder sempre o primeiro prenome. Assim, é Don Francisco Lopez e não Don Lopez que se deve dizer: Sir Robert Peel e nunca Sir Pêel. Em Portugal, Hespanha, Italia e Brasil, o titulo de **dom** ou **don** pertence a raras familias; mas ficou em uso na Hespanha e nos paizes em que se fala o hespanhol dar-se esse titulo a toda a gente.

tres dias a Barrios, no pequeno forte de Nova Coimbra, (26 a 28 de dezembro de 1864), repeliram um assalto e, depois de terem esgotado as munições, operaram a retirada na pequena canhoneira *Amambahy*, não sendo perseguidos pelo inimigo. Na aldeia de Dourados, um destacamento brasileiro de 15 homens, commandado pelo tenente Antonio João Ribeiro, foi cercado por 200 paraguayos, mas não se rendeu, tendo sido dizimado.

Os paraguayos limitaram-se a ocupar a parte meridional de Matto Grosso, não ousando atacar a capital, Cuyabá, onde um brasileiro nascido na França, Augusto Leverger, contra-almirante reformado, organizou a defesa, formando, com a guarda-nacional, um pequeno exercito de 2.676 homens. Era bem pouca gente para enfrentar os 9.000 homens de Barrios e Resquin! Mas Lopez II conhecia pessoalmente Leverger; e a reputação deste velho marinheiro deteve os paraguayos.

A 27 de janeiro de 1865, o conselheiro Silva Paranhos (Rio Branco), enviado extraordinario do Brasil no Prata, publicou em Buenos Aires uma nota circular dirigida ao corpo diplomatico e que foi o manifesto de guerra do governo imperial contra o ditador do Paraguay.

Lopez II tinha militarizado o seu paiz e governava-o despoticamente. O povo paraguay

habituara-se á obediencia passiva desde os primeiros annos da conquista hespanhola. Os jesuitas haviam estabelecido ali, no seculo XVII, um governo elogiado por alguns escriptores europeus. No seculo XVIII, tendo armado e disciplinado os Guaranyes, os jesuitas ousaram resistir aos reis de Hespanha e de Portugal. Tornou-se necessaria uma guerra para submeter os indios. Os exercitos do Brasil e de Buenos Aires destruíram o dos Guaranyes, na batalha de Caibaté (1756). E foi então que Portugal (1759) e a Hespanha (1767) expulsaram aquelles religiosos. Depois da independencia das colonias hespanholas, o Paraguay, sob o governo despotico do Dr. Francia, passou a viver em completo isolamento, sem relações com o resto do mundo. Depois de Francia veio Lopez I, (Carlos Lopez) fallecido em 10 de setembro de 1862, tendo-lhe succedido Lopez II (Francisco Solano Lopez).

Este ultimo, durante a ditadura do pae, visitara rapidamente a Europa. Aos 18 annos já era general e commandava em Corrientes um exercito de observação, que não chegou a combater. Os quartéis e os exercitos da Europa, assim como, na França, as festas do 2.º Imperio, deslumbraram esse jovem pretencioso e ignorante. De volta ao seu paiz e nomeado ministro da Guerra e da Marinha, só se preocupou com o augmento do exercito paraguayano e da organização de uma esquadra.

Feito presidente, após a morte do pae, procurou alliar-se com o Brasil. Porém, certos estadistas brasileiros, talvez erradamente, não o tomaram a serio, e Lopez abespinhou-se.

Era seu plano augmentar o Paraguay com prejuizo da Argentina, conquistando as provincias de Corrientes e Entre-Rios, assim como a ilha de Martin-Garcia, que domina a entrada do Paraná e do Uruguay. Contava, como Napoleão, fazer-se acclamar imperador após a victoria.

Encontrou-se na alfandega de Buenos Aires, em 1865, o modelo de uma coroa imperial que o ministro paraguayo em Paris, Benitez, mandara submitter á sua apreciação.

No mesmo anno, Lopez II creou a *Ordem Nacional do Merito*, calcada no plano da Legião de Honra creada por Bonaparte.

Mas havia, entre a ordem paraguaya e as de todos os outros paizes, a seguinte differença: o grande cordão do Merito de Lopez II não podia ser concedido aos presidentes das Republicas. O artigo 3.º do decreto de 8 de abril de 1865 era assim redigido: — “A mas del Presidente de la Republica, la Gran Cruz podrá solo conferirse en el pais al Mariscal de sus Ejercitos y al Jefe de la Iglesia del Estado y en el extranjero unicamente a los Jefes vitalicios de Estados Sobranos.”

Assim, a distincção da Grã-Cruz pertencia de direito ao presidente do Paraguay e não podia ser por elle concedida senão ao marechal do exercito paraguay (só havia um marechal, que era o proprio Lopez II) e ao bispo de Assumpção; no estrangeiro, o chefe de Estado só podia conferir essa honra aos imperadores e reis; os presidentes de Republicas deveriam contentar-se com o posto de grandes officiaes da ordem de Lopez II. . . .

O Paraguay possuia apenas um jornal, o *Semanario*, que era o orgão official.

Durante a guerra appareceram tres ou quatro jornaes creados, como o *Semanario*, para insultar os alliados e seus chefes, para publicar elogios a Lopez e para transformar em victorias todas as derrotas.

Esses jornaes mostravam bem o nivel intellectual e moral do povo paraguay depois de uma série de governos tyrannicos. Não se pode imaginar nada mais ridiculo do que certos artigos da imprensa official de Lopez II (3).

3) Eis a traducção literal de um trecho da *Estrella* (n.º de 10 de julho de 1869), jornal official que substituiu o *Semanario*.

"Quando é que a historia do mundo apresentou, nas culminancias dos seculos, um **Genio** igual ao **Marechal Lopez**?

"Nunca... nunca.

"**Alexandre, Julio Cesar, Constantino, Frederico Guilherme, Napoleão**, foram athletas que, com as asas do genio, puderam ele-

Em 1864, o ministro Carreras, enviado ao Paraguay pelo governo de Montevideo, conseguiu dissuadir Lopez II da linha politica por este traçada e envolvel-o em guerra contra o Brasil, persuadindo-o de que uma alliança secreta fôra assignada entre o Brasil e a Argentina para a conquista e partilha do Paraguay e do Uruguay.

Carreras pagou caro esta invenção porque, estando refugiado no Paraguay, após a victoria em Montevideo dos brasileiros e de seu alliado o general Flores, (20 de fevereiro de 1865), foi

var-se acima de todos os campeões de Marte; conquistaram a immortalidade; mas qual dentre elles se elevou tão alto, qual dentre elles dominou o espaço e a immensidade como o **Marechal Lopez?**

"Consultae as epocas, os seculos, as luzes e os elementos, consultae os accidentes, as circumstancias e os meios, e vereis que o **Marechal Lopez é o Genio dos genios.**"

Um outro artigo do mesmo jornal, em 13 de junho de 1869, trazia um paralelo entre Lopez, o **Salvador** e Jesus Christo, com vantagem para o primeiro. Eis um trecho:

"Mas o nosso **Genio Salvador** não partiu para o Egypto; não, Salvador partiu tambem, mas para o campo da honra, para o campo de batalha! Em 8 de junho de 1865!"

"E não deixou a **Barbacan** onde folhas verdes lhe formavam o leito; deixou a **Grandeza** e o **Conforto** da sua alta posição social e politica; deixou os doces prazeres da vida para correr os riscos da aspera vida dos herões..."

Conservámos os italicos e as letras maiusculas do original, fazendo notar que estes trechos foram extrahidos de dois artigos de fundo do jornal citado.

aprisionado em 1868, submettido á tortura e fuzilado em 27 de setembro (4).

Lopez tinha, em 1864, um exercito de 80.000 homens, ao passo que o do Brasil era em tempo de paz, de 15.000. Porém, obedecendo ao apello do Imperador, organizaram-se rapidamente

4) Muitos outros uruguayos ou orientaes tiveram a sorte do Dr. Carreras. Citaremos apenas o Dr. Rodriguez Larreta, que fôra secretario da legação do Uruguay, o coronel Francisco Laguna que offerecera os seus serviços ao ditador e o antigo consul Antoine Nin Reyes. Larreta e Laguna foram fuzilados em 22 de agosto de 1868 e Nin Reyes em 26.

O numero de victimas de Lopez II, nos seus 5 ultimos annos de vida, foi certamente superior ao das victimas de Rosas em vinte e um annos de tyrannia.

Só a loucura pode explicar a conducta do ditador paraguayo depois das primeiras derrotas. Muitos dos seus generaes, Robles, Bruguez, Barrios (seu cunhado), um grande numero de officiaes superiores, o bispo Palacios, ministros e altos funcionarios, seus dois irmãos, Benigno e Venancio Lopez, um outro cunhado, Bedoya, paraguayos e estrangeiros, sem exceptuar mulheres, foram fuzilados, mortos a golpes de lança ou por meio de torturas. Quando Lopez morreu, a mãe delle respondia a um processo e recebia regularmente um castigo de bastonadas porque os juizes (todos officiaes do exercito) não lhe arrancavam a declaração de ter querido envenenar o filho.

Os nomes de grande numero de francêses figuram nas relações dos fuzilados que os alliados encontraram e publicaram em 1868 e 1870 em Buenos Ayres e no Rio. Entre as damas paraguayas e estrangeiras que Lopez mandara para as florestas do interior e que foram libertadas em 1869 pelo exercito brasileiro, encontrava-se Mme. Lasserre, em solteira Dorothee Duprat, autora da narrativa commovente das privações e soffrimentos supportados por ella e

numerosos batalhões de voluntarios, tendo sido mobilizada uma parte da guarda nacional. (5)

suas companheiras durante a guerra do Paraguay. Seu irmão, Aristide Duprat, foi fuzilado a 8 de agosto de 1868; seu pae, Cyprien Duprat e seu marido, Narcise Lasserre, a 22 desse mês.

Lopez II, que se tornara louco furioso, encontrou, entretanto, republicanos bastante ingenuos que o defenderam na imprensa europeá, de 1865 a 1870, illudidos pelas informações do ministro paraguayano em Paris. O mais curioso é que, sendo impossivel a correspondencia entre este ministro e Lopez, o primeiro forjava em Paris noticias do Paraguay, servindo-se dos despachos de origem brasileira e argentina publicados pelos jornaes francezes e ingleses.

5) O exercito brasileiro compunha-se então, além do estado maior e corpos especiaes, de 1 batalhão de engenharia, 1 regimento de artilharia a cavallo, 4 batalhões de artilharia, 5 regimentos de cavallaria, 16 batalhões de infantaria em 8 companhias, 5 em 4 companhias, 2 em seis, e muitas companhias de guarnição. Em 1865, depois do appello do governo, foram organizados 56 batalhões de voluntarios: 13 na Bahia, 11 no Rio de Janeiro (na cidade do Rio, 7; na provincia, 4), 8 em Pernambuco, 4 no Rio Grande do Sul, 3 em cada uma das provincias de S. Paulo, Minas e Maranhão, 2 no Pará, 2 no Piauhy, 1 em cada uma das provincias do Ceará, R. G. do Norte, Parahyba, Alagoas e Matto Grosso; 1 batalhão composto de voluntarios de Ceará, Piauhy e Sergipe; 1 (n.º 16, depois n.º 48) composto de estrangeiros. A guarda nacional do Rio Grande do Sul forneceu quasi toda a cavallaria do exercito imperial.

Em 1865, a esquadra brasileira compunha-se de 45 navios; em 1866, de 62, sendo 4 couraçados. Em 1867 havia 10 couraçados (um perdera-se em 1866 em Curuzú). Em fevereiro de 1868 a esquadra em operações tinha 13 couraçados, 28 canhoneiras, 4.500 homens e 155 canhões. Em abril de 1869, a frota brasileira, além de numerosos transportes, dispunha de 85 navios, dos quaes 16 couraçados, com um total de 277 canhões e 6.447 homens.

Em abril de 1865, Lopez II, ainda sem declaração de guerra, lançou contra a Republica Argentina um exercito de 30.000 homens, commandados pelo general Robles. Esse exercito ia occupar uma grande parte da provincia de Corrientes, emquanto a esquadra paraguaya se apossava de duas canhoneiras ancoradas em frente da capital da provincia.

A Republica Argentina, como succedera ao Brasil, foi forçada a acceitar a guerra; e uma triplice alliança foi assignada em Buenos Aires, em 1.º de maio de 1865, entre aquelles dois paizes e a Republica Oriental do Uruguay.

Os brasileiros estrearam com a victoria naval do Riachuelo (11 de junho de 1865) ganha

Em uma obra recente do capitão de fragata Chabaud Arnault, encontramos o seguinte trecho a respeito da marinha brasileira nessa guerra: "Os seus 500 officiaes, 6 ou 7.000 **marinheiros imperiaes** e soldados do **batalhão naval** provinham todos de um recrutamento exclusivamente nacional. Para instrucção theorica e pratica desse pessoal havia escolas que, sob certos pontos de vista não ficavam atrás das melhores da Europa.

O material tinha sido, do mesmo modo, objecto de cuidados especiaes.

Estaleiros de todos os generos permittiam a construcção da maioria dos navios, cascos e machinas; no Rio de Janeiro, abriam-se, ao lado de novos estaleiros, diques de reparação, onde se trabalhava activamente na construcção de pequenos couraçados.

Pode-se affirmar, pois, que os 3 grandes movimentos estrategicos da guerra do Paraguay: o assalto de Humaytá, a tomada de flanco das linhas de Pikysyry e o transporte da divisão Camara

pelo almirante Barroso, agraciado então com o título de Barão do Amazonas.

Uma divisão paraguaya que, sob o commando de Duarte, avançava pela margem direita do Uruguay, foi derrotada em Yatay pelos allia-dos, commandados pelo general Flores (17 de agosto); e as tropas paraguayas que, sob o commando de Estigarribia, tinham invadido a provincia do Rio Grande do Sul, foram forçadas a render-se em Uruguayana (18 de setembro de 1865).

D. Pedro II fôra reunir-se ao exercito do Rio Grande do Sul com seus dois genros, o conde d'Eu e o duque Augusto de Saxe, sendo-lhe

para a retaguarda dos destroços do exercito inimigo, puderam ser executados graças ao concurso dos navios. Si se accrescentarem a estes serviços de primeira ordem muitos combates brilhantes, reconhecimentos realizados de todos os lados, e o transporte incessante de viveres e de munições necessarios a um exercito d 60.000 homens, deve-se reconhecer que os marinheiros do Brasil tornaram-se credores dos melhores elogios pela sua intrepidez, habilidade e dedicação." (CHABAUD ARNAULT, *Histoire des flottes militaires*, Paris, 1889, pgs. 434 e 441).

A frota paraguaya, no mês de abril de 1865, contava 39 navios e muitas chatas. (Ver uma nota do **BARÃO DO RIO BRANCO** á obra de SCHNEIDER: *Historia da Guerra da Triplíce Alliança*, 3.º volume, pags. 194-195, Paris, 1889). O exercito de Lopez no começo da guerra era de 80.000 homens, segundo Thompson, e os generaes Resquin e Caballero (paraguayos); de 100.000 homens, segundo Masterman e Gould, encarregado de negocios inglêes.)

dado assim o ensejo de assistir á rendição dos paraguayos em Uruguayana.

A partir desse momento, D. Pedro, bem contra sua vontade, foi obrigado a deixar as tropas e a regressar ao Rio, porque a Constituição brasileira lhe vedava atravessar a fronteira sem autorização das Camaras.

Uma recepção entusiastica o acolheu no Rio.

“O poder do Brasil — escrevia então o sabio Agassiz — affirma-se neste momento pela continuação desta guerra, a mais importante das que se teem travado na America do Sul . Com effeito, a luta comprehendida pelo Brasil não tem character egoistico; em sua questão com o Paraguay, o povo brasileiro deve ser olhado como o porta-bandeira da civilização. Tudo o que sei a respeito desta guerra convenceu-me de que ella foi comprehendida por motivos honrosos e que, pondo de lado as pequenas intrigas individuaes, consequencias inevitaveis dos grandes movimentos, esta luta foi conduzida dentro de um espirito de desinteresse absoluto.

“O Brasil, nesta luta, merece a sympathia do mundo civilizado; o que elle ataca é uma organização tyrannica meio clerical, meio militar, a qual, tomando o titulo de Republica, deshonra o bello nome que usurpou.” (6)

6) Agassiz, “Voyage au Brésil.”

Em 1866, no mês de abril, os exercitos alliados estavam prestes a tomar a offensiva e a invadir o Paraguay, encontrando-se acampados na margem esquerda do Paraná, no territorio de Corrientes, em face do Passo da Patria.

A esquerda brasileira, commandada pelo almirante Tamandaré e reunida no mesmo ponto, fechava a entrada do rio Paraguay. O general Mitra, presidente da Republica Argentina, era o commandante em chefe dos alliados. Tinha sob as suas ordens 11.500 homens de seu paiz, 33.000 brasileiros, que formavam o 1.º corpo do exercito imperial sob a direcção do general Osorio, marquês de Herval (7) e 1.680 uruguayos commandados pelo general Flores.

O ditador Lopez II, com um exercito mais numeroso, aguardava-os em Passo da Patria, na margem direita do Paraná, perto da confluencia do Paraguay. A sua gente ficava assim protegida pelos dois grandes rios, alem de varias lagunas e trincheiras.

Os brasileiros tinham occupado, com 1.000 homens commandados pelo coronel Villagran

7) Na mesma data o Brasil tinha na fronteira do Uruguay o seu 2.º corpo de exercito (general Conde de Porto Alegre) composto de 14.500 homens mais uma reserva de 8.498 homens no Rio Grande do Sul, e 6.367 na provincia de Matto Grosso, commandados pelo contra-almirante Leverger.

Cabrita, a ilha, ou antes, o banco de Itapirú, em face do pequeno forte deste nome.

Os paraguayos, conduzidos pelo general Diaz, atacaram esta posição em 10 de abril de 1866, sendo repellidos.

Constituia uma operação bem difficil para um exercito a passagem através de um rio largo como o Paraguay.

No entanto, a tentativa foi levaad a cabo, com grande exito, pelo exercito brasileiro, sob a protecção da esquadra imperial, commandada pelo almirante Tamandaré.

O bravo Osorio, que quiz ser o primeiro a pisar a margem opposta, á frente de 10.000 brasileiros, conseguiu enganar o inimigo e, secundado pelo contra-almirante Alvim, fez desembarcar rapidamente seus homens em Confluencia, a 16 de abril de 1866.

No mesmo dia repellia um primeiro ataque paraguayoy; e, no dia seguinte, repellia um segundo, perto do pequeno forte de Itapirú, que cahiu em seu poder.

Desde então, as outras divisões do exercito atravessaram livremente o rio e desembarcaram sem resistencia.

Osorio e seus soldados tinham aberto o caminho. (8)

8) Os brasileiros perderam nos combates de Confluencia (16 de abril) e de Itapirú (17 de abril) 357 homens, entre mortos e feridos.

Por outro lado, os couraçados e canhoneiras do Brasil tinham forçado Lopez a abandonar as trincheiras de Passo da Patria, para concentrar os seus homens atrás das linhas fortificadas que rodeavam grande terreno entre as fortalezas de Humaytá e de Curupaity, sobre o rio Paraguay, e as posições de Sauce, Rojas e Espinillo. Estas linhas encontravam-se protegidas por pantanos e pequenos lagos e encobertas por florestas, sendo, em muitos pontos, inabordaveis, devido ao terreno pantanoso que as rodeava.

Os aliados, depois da passagem do Paraná, detiveram-se em Passo da Patria, tendo em Estero-Bellaco, dirigida pelo general Flores, a sua vanguarda, composta de algumas divisões brasileiras e do pequeno exercito oriental.

Inesperadamente, Lopez atirou contra estas forças numerosas divisões, commandadas pelo general Diaz.

A principio os paraguayos levaram vantagem. Mas Osorio chegou a 2 de maio de 1866, transformando a derrota em victoria. (9)

Alguns dias depois os aliados continuavam sua marcha para a frente e acampavam em Tuyu-

9) Os aliados perderam na batalha de Estero-Bellaco: brasileiros: 1103 homens fóra de combate e 4 canhões; uruguayos, 365 homens; argentinos, 49 homens. Perdas dos paraguayos: 2.450 homens fóra de combate, 4 canhões (3 tomados pelos brasileiros e 1 pelos uruguayos) e duas bandeiras (uma tomada por brasileiros e outra por argentinos).

ty, deante das trincheiras de Sauce e Rojas (20 de maio).

Faltavam mappas da região e não se encontravam guias. O Paraguay fôra sempre um mysterio para o estrangeiro. Por outro lado, a cavallaria dos alliados estava literalmente inerte. Não tendo sido organizado o serviço de provisões para alimento dos cavallos, este foram morrendo por falta de pastagens.

O general em chefe, Mitre, estava assim condemnado, por algum tempo, á immobibilidade.

A 24 de maio, Lopez, julgando surpreender e bater os alliados, lançou contra elles as suas melhores tropas, sob as ordens dos generaes Resquin, Barrios e Diaz. Travou-se uma batalha sangrenta. Os alliados triumpharam: a derrota do exercito de Lopez foi completa.

O presidente Mitre, porém, por falta de meios de transporte contentou-se em ficar senhor do campo de batalha. (10)

10) Os alliados eram em numero de 32.000 homens (21.000 brasileiros com 80 canhões, 10.500 argentinos com 34 canhões e 1.400 uruguayos com 6 canhões). Foram atacados por 25.000 homens. As perdas dos paraguayos foram de 6.000 mortos, 7.000 feridos, 4 canhões tomados pelos brasileiros e 7 bandeiras (3 tomadas pelos brasileiros, 3 pelos argentinos e 1 pelos uruguayos).

As perdas dos alliados foram as seguintes, brasileiros, 719 mortos (62 officiaes), 2.292 feridos (179 officiaes); argentinos, 126 mortos (11 officiaes), 480 feridos (37 officiaes) e 2 estandartes;

Emquanto esperava cavallos e a chegada do 2.º corpo do exercito brasileiro, Flores tentou romper, pelos bosques de Sauce, as linhas inimigas.

Osorio, doente, cedera o commando do 1.º corpo brasileiro ao general Polydoro Jordão.

Em 16 de julho travou-se uma luta encarniçada no logar chamado Boqueron, que foi tomado pelos alliados. Mas a 18, pretendendo avançar, soffreram estes um revés em Sauce. (11)

Nestes dois combates puderam tomar parte sómente algumas divisões dos alliados, cujas perdas foram muito grandes.

Emfim, no mês de agosto, chegou uma parte do 2.º corpo brasileiro commandada pelo general conde de Porto Alegre.

De combinação com a esquadra brasileira do almirante Tamandaré, Porto Alegre operou do lado do rio Paraguay.

A 2 de setembro, depois de um bombardeamento que fez perder aos brasileiros o cou-

uruguayos, 133 mortos (12 officiaes), 163 feridos (16 officiaes) e uma bandeira.

11) Perdas dos alliados nos combates de Boqueron (16 de julho) e Sauce (18 do mesmo mês): brasileiros, 3.611 homens fóra de combate (262 officiaes); argentinos 749 (59 officiaes); uruguayos, 250 homens (20 officiaes).

raçado "Rio de Janeiro", attingido por um torpede, Porto Alegre tomou de assalto o forte de Curuzú, defesa avançada de Curupaity. (12)

Reclamou então reforços para poder avançar, originando-se dahi uma discussão. Falta-va unidade de commando; os generaes alliados não conseguiam entender-se.

E enquanto elles discutiam e trocavam cartas, Lopez fortificava-se cada vez mais em Curupaity.

Afinal, o presidente Mitre, com a maior parte do exercito argentino, chegou a Curuzú para atacar Curupaity com o auxilio do 2.º corpo brasileiro.

O assalto, realizado a 22 de setembro de 1866, redundou em derrota. (13)

Foi preciso esperar novos reforços.

O pequeno exercito argentino, que tinha apenas 10.000 homens, em grande parte es-

12) Tomada de Curuzú: perdas dos brasileiros: 72 officiaes e 861 soldados ou marinheiros fóra de combate, e um couraçado destruido; perdas dos paraguayos: 2.500 homens, 13 canhões e 3 bandeiras. A posição fóra atacada pelo 2.º corpo brasileiro (8.137 homens) e pela esquadra imperial.

13) Curupaity foi bombardeada pela esquadra brasileira e atacada por 9.000 homens de infantaria e de artilharia argentina (o presidente Mitre como general em chefe dos alliados) e pelo 2.º corpo do exercito brasileiro (conde de Porto Alegre) que tinha então 10.380 homens, 3.900 de cavallaria. Este foi o unico

trangeiros, porque quasi todas as provincias se haviam recusado a fornecer contingentes de tropas ao governo federal, foi obrigado a dispensar 6.000 homens, encarregados de restabelecer a ordem nas provincias interiores da Republica.

A partir dessa data, e até principios de 1868, a Argentina não conseguiu ter no Paraguay mais de 6.000 homens, reduzindo-se ainda esse numero para 4.000 depois de janeiro de 1868, (14)

O exercito uruguayo já não tinha senão 500 homens sob o commando do general Henrique Castro. O presidente Flores retirara-se para Montevidéo, onde, pouco tempo depois, foi assassinado (20 de fevereiro de 1868).

combate em que as forças dos argentinos e brasileiros foram mais ou menos equaes. Os primeiros tiveram 2.082 homens fóra de combate (163 officiaes) e os brasileiros 2.020 (207 officiaes). Esta derrota produziu em Buenos Aires a maior emoção, porque nella pereceu grande numero dos melhores officiaes argentinos.

Além disso, fora esse até então, na historia militar da Republica Argentina, o combate em que seus exercitos tiveram maior numero de baixas. Os paraguayos, segundo Resquin, tiveram nesse dia, apenas 250 homens fóra de combate.

14) Encontramos o seguinte trecho em um livro de SIR RICHARD BURTON, que visitou, em 1868, os acampamentos dos alliados:

"Um sentimento excessivo de orgulho nacional reina entre os brasileiros por causa de sua grande superioridade numerica em relação aos seus alliados, enquanto os argentinos, como nos

Informados do desastre de Curupaity, D. Pedro II e toda a nação brasileira compreenderam que era indispensavel tentar um novo esforço.

O velho marechal Caxias foi investido do supremo commando de todas as forças brasileiras no Paraguay, ficando o almirante da esquadra sob as suas ordens.

O marechal chegou a Tuyuty em novembro de 1866 e occupou-se logo em reorganizar o exercito e disciplinar os batalhões de voluntarios que iam chegando.

Por sua vez, D. Pedro II, que já applicara em despesas de guerra a quarta parte da sua lista civil, passava grande parte de seu tempo

aconteceu na Criméa, se entristecem de representar um papel tão visivelmente secundario (whilst the Argentinos, like ourselves in the Crimea, are sore about playing a part so palpably second fiddle)." Ver BURTON, (Letters from the Battle-fields of Paraguay, pag. 323-27 (Londres 1870).

Apesar da brutal aggressão de Lopez II e da invasão de Corrientes em 1865, a guerra não era popular nas provincias argentinas, onde os antigos federalistas (Urquiza, governador de Entre-Rios e muitos outros) faziam votos pela victoria do ditador paraguayo.

Além disso, a Republica Argentina não era ainda o paiz florescente que é hoje. Sua população era então de 1.800.000 habitantes. O Brasil precisou mesmo fazer-lhe um emprestimo de guerra que, aliás, foi pago depois da paz. A grande prosperidade da Republica Argentina data precisamente desta guerra.

nos arsenaes, activando com ardor os trabalhos e a expedição de tudo o que fosse necessario ao exercito e á esquadra.

Numa das visitas por elle feitas a uma das fortalezas do Rio, explodiu um grande canhão. Muitos officiaes cahiram mortos ou feridos. Nessa dolorosa circumstancia, foram admiraveis a calma e a presença de espirito do imperador, bem como a bondade com que prodigalizou cuidados ás victimas.

Quanta actividade desenvolveu nessa circumstancia solemne e como foi secundado pelo povo e por seus ministros, sobretudo por Zacharias de Vasconcellos, Ferraz, depois barão de Uruguayana, Saraiva, Silveira Lobo, o marquês de Paranaguá, Affonso Celso, hoje visconde de Ouro Preto, o marquês de Muritiba e o barão de Coteqipel. . . .

D. Pedro II estava então na força da idade. Em 1865 contava 40 annos. Todavia, foi durante esta guerra que os seus cabellos louros começaram a embranquecer.

Viam-n'o sempre preocupado, pensativo, soffrendo a morosidade dessa guerra longinqua e trabalhosa, mas confiando sempre na victoria final e encorajando sem fadiga as manifestações do patriotismo nacional.

Todas as vezes que partiam tropas para o Paraguay — e seguiam reforços cada semana — D. Pedro ia a bordo dos transportes de

guerra, examinava tudo e apertava a mão de officiaes e soldados.

A nação brasileira mostrou-se digna deste imperador patriota. Vivia-se num admiravel ambiente de patriotismo. Fagundes Varella, poeta que morreu muito jovem, mas que será sempre recordado como um dos maiores poetas lyricos da lingua portugüesa, — o cantor inspirado de “Vozes da America”, dos “Cantos Meridionaes”, do “Evangelho das Selvas” e de muitas outras obras justamente consagradas, — publicára, nos annos que precederam esta guerra, uma de suas mais bellas poesias — A D. Pedro II, — que termina assim:

Oh! Não, consintas que teu povo siga
Louco, sem rumo, deshonoroso trilho!
Se és grande, ingente, se dominas tudo,
Tambem da terra do Brasil és filho!
Abre-lhe os olhos, o caminho ensina
Aonde a gloria em seu altar sorri,
Dize que viva, e viverá tranquillo,
Dize que morra, e morrerá por ti!

Nessa época, desappareceram as pequenas rivalidades das provincias. Os habitantes do Amazonas, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul mostravam-se igualmente orgulhosos do nome de brasileiros e só cuidavam da gloria da patria commum.

Via-se demasiado claro, pelo exemplo da Republica Argentina, o lado fraco das organizações federaes hispano-americanas.

Os reforços continuavam seguindo para o Paraguay; mas a expedição enviada do Rio em socorro de Matto Grosso, tendo que vencer distancias enormes, só conseguiu attingir essa provincia longinqua após dois annos de marcha. Em 1867, uma das divisões deste pequeno exercito apoderou-se de Corumbá, que teve de evacuar logo em seguida por haverem chegado grandes reforços aos paraguayos, senhores ainda da navegação, visto Humaytá, ao sul, fechar a passagem aos navios brasileiros. Uma outra divisão penetrou imprudentemente no territorio inimigo pela fronteira do Apa. Estava sob o commando do coronel Camisão, o qual, embora victorioso, foi obrigado, por falta de viveres, a bater em retirada para Nioac. Esta retirada memoravel foi narrada num livro muito apreciado na França. (15)

Quando o marechal Caxias, depois de tomadas todas as medidas necessarias, se dispunha a emprehender a offensiva, o cholera veio assolar os acampamentos tanto dos alliados como do inimigo.

Foi preciso vencer, em primeiro lugar, a epidemia, e substituir, com novos reforços, os milhares de victimas desse terrivel flagello.

15) A. d'Escragnolle Taunay, "La Retraite de Laguna" — (Paris, 2.^a ed. E. Plon, editor).

Finalmente, nos ultimos dias de julho de 1866, Caxias, depois de ter ordenado o abandono da posição de Curuzú, sobre o Paraguay, concentrou os exercitos alliados em Tuyuty; e, deixando o general de Porto Alegre de guarda a esta base de operações, executou uma marcha de flanco, afim de se collocar ao norte de Humaytá e rodear, tanto quanto possivel, as vastas linhas das trincheiras paraguayas. (16)

Em 31 de julho de 1867, apoderou-se de Tuyú-Cuê, procurando, dahi por diante, privar o inimigo dos reforços que lhe vinham do interior.

A 20 de setembro, a divisão de cavallaria brasileira, commandada pelo general Andrade Neves, alcançava uma victoria em Pilar; e, a 24, travou-se um violento combate em Estero

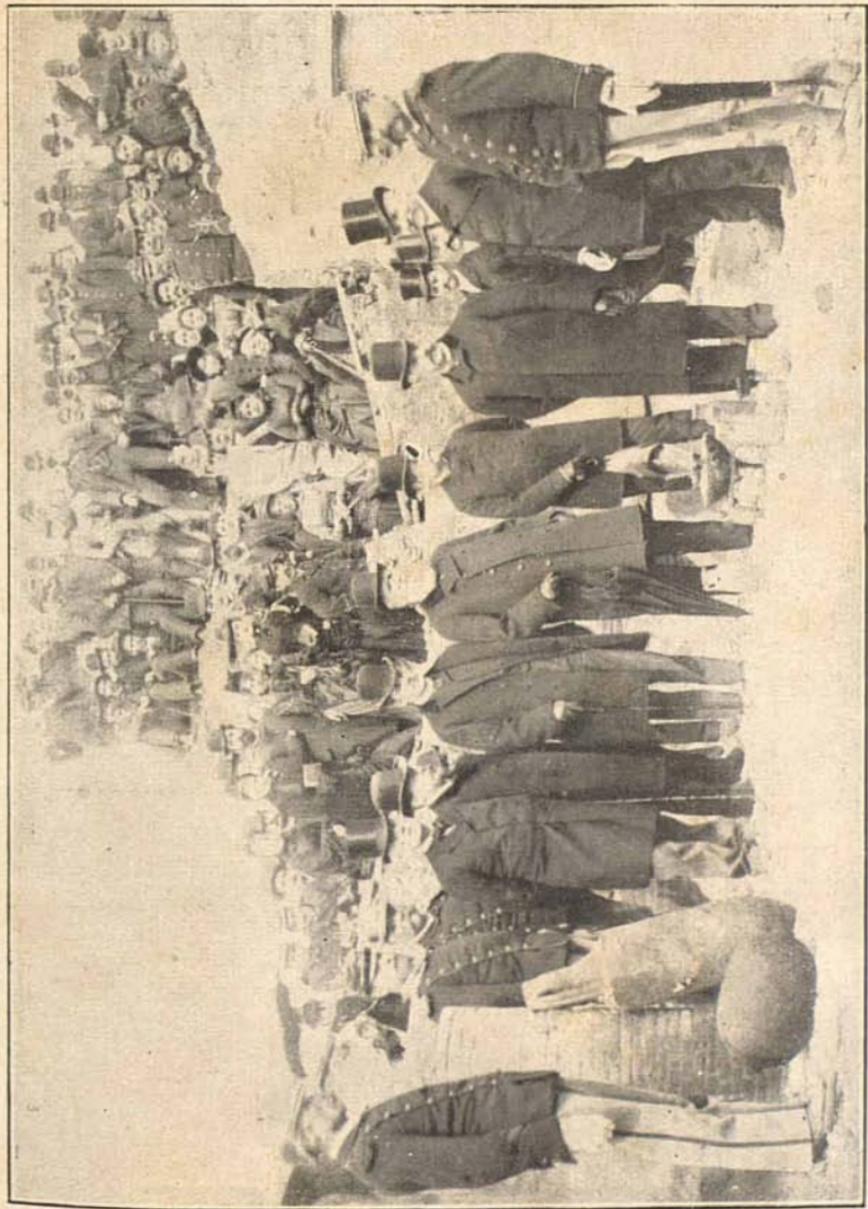
16) Era a seguinte a composição dos exercitos alliados nessa occasião (22 de julho de 1867):

General em chefe, o marechal Caxias.

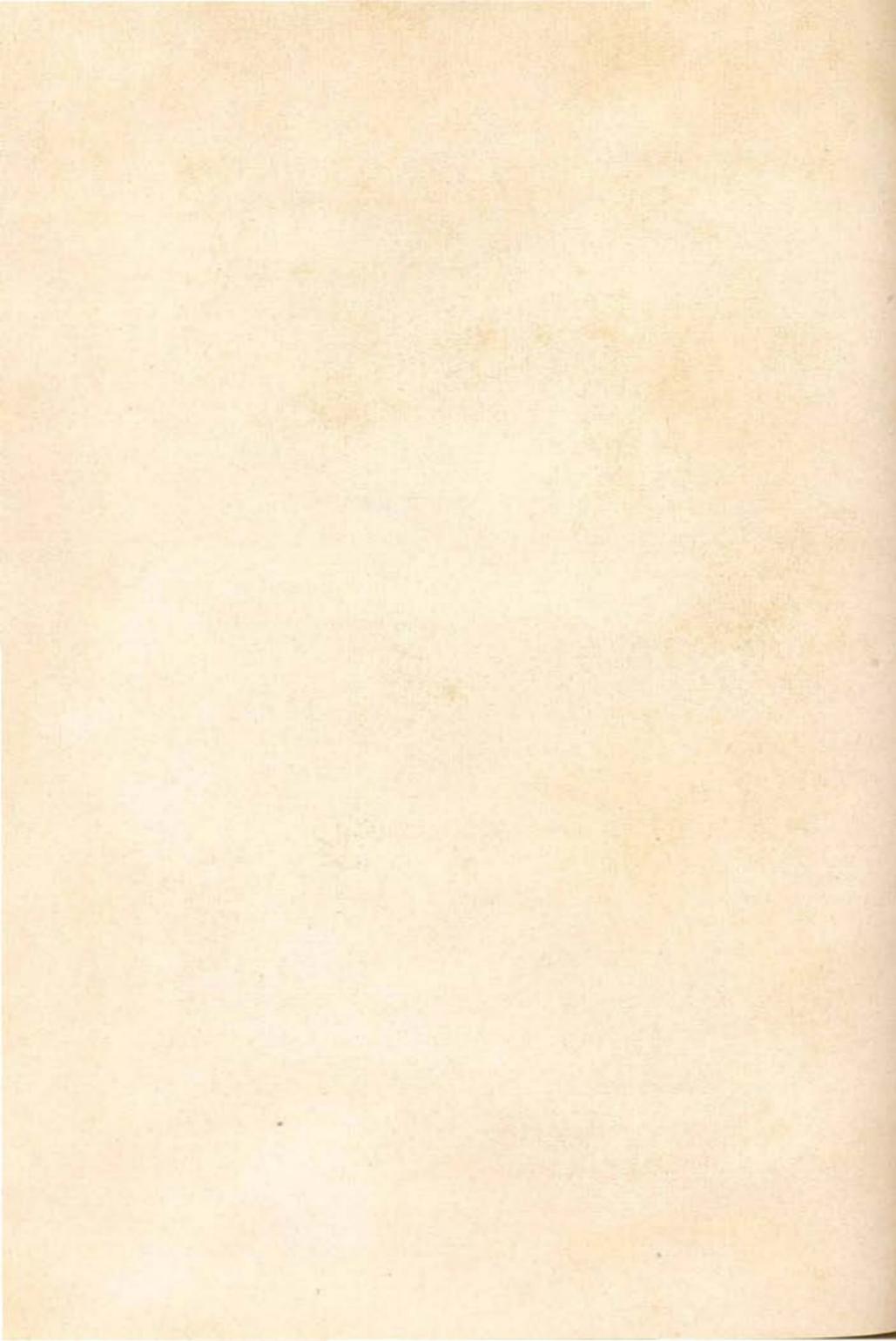
Brasileiros: 1.º e 3.º corpos, em marcha para Tuyú-Cuê, 21.521 homens (generaes Argollo e Osorio); 2.º corpo, em Tuyuty, 10.331 (general Porto Alegre); entrincheiramentos do Chaco (coronel, depois general Gurjão), 1.098; acampamento de Aguapehy (general Portinho) 2.600; guarda dos depositos e dos hospitaes em Passo da Patria e em Corrientes, 4.499; nos hospitaes, 10.557; na provincia de Matto Grosso, 7.000.

Argentinos: em Tuyuty, 700 homens (coronel Baez); em marcha para Tuyú-Cuê 6.016 (general Gelly y Obes.)

Uruguayos: 500 homens, em marcha para Tuyú-Cuê (general Castro).



D. Pedro II e comitiva em visita às ruínas de Pompéa. Photographia tirada em 1888.



Rojas entre as tropas do conde de Porto Alegre e os paraguayos, que tinham tentado apoderar-se de um comboio de viveres.

Pouco depois, varias divisões de cavallaria brasileira, sob o commando do general Victorino Monteiro, conseguiram dizimar a cavallaria inimiga nos combates de Paré-Cuê (3 de outubro de 1867) e Tataybá (21 de outubro).

A 29 do mesmo mês e a 2 de novembro, o general Menna Barreto (João Manoel) apoderou-se de Potrero-Obella e de Tayi, posição esta situada á margem esquerda do Paraguay, acima de Humaytá.

Duas canhoneiras paraguayas foram postas a pique pela bateria brasileira estabelecida em Tayi desde o primeiro dia da occupação.

Os couraçados brasileiros, sob o commando do almirante Ignacio (visconde de Inhauma), tinham já forçado a passagem de Curupaity (15 de agosto de 1867) e encontravam-se entre esta fortaleza e a de Humaytá. (17)

Para forçar as baterias de Humaytá, o almirante só esperava a occupação de Tayi e a chegada de seis couraçados de pequeno calado, construidos no arsenal do Rio e nos quaes se trabalhava dia e noite.

17) "Em 15 de agosto de 1867 o almirante brasileiro Ignacio, renovando a manobra ousada de que Farragut tinha muitas vezes dado o exemplo..." (DE POYEN, *Du rôle de l'artillerie navale depuis la création de la marine cuirassée*, Paris, 1882).

D. Pedro II e o seu conselheiro Affonso Celso, então ministro da Marinha, activavam os trabalhos com a sua presença. Em alguns meses estes 6 couraçados puzeram-se a caminho do Paraguay, onde chegaram em fevereiro de 1868.

Entretanto, Lopez, comprehendendo o golpe que Caxias lhe déra com a occupação de Tayí, a qual lhe cortava as communicações fluviaes com a capital, tentou, no dia seguinte, ou seja, em 3 de novembro de 1868, surprehender a base de operações dos alliados em Tuyuty.

Em primeiro logar, a ala esquerda dos paraguayos, commandada pelo general Caballero, conseguiu attingir de surpresa a direita do acampamento, formada pelos argentinos e por um batalhão de artilharia brasileira.

Este batalhão foi todo aprisionado, sendo os argentinos desbaratados.

A ala esquerda dos brasileiros repelliu o ataque. Mas os paraguayos da direita, tendo penetrado pelas linhas argentinas, surgiram deante do reducto central, onde o conde de Porto Alegre se bateu como um simples soldado.

Depois de varios assaltos repellidos e quando um grande numero de paraguayos se occupava em saquear o acampamento onde estacionavam os mercadores, os brasileiros toma-

ram a offensiva e os assaltantes foram postos em debandada, deixando, no campo de batalha, um terço do seu effectivo.

Tal foi a segunda batalha de Tuyuty. (18)

A 19 de fevereiro de 1868, ao amanhecer, seis couraçados brasileiros, commandados por Delphim de Carvalho, forçaram as famosas baterias de Humaytá, emquanto os grandes couraçados e todos os outros navios, formando a

18) As columnas de ataque dos paraguayos sob o commando do general Barrios formavam um total de 9.000 homens, segundo Resquin, chefe do estado-maior paraguayo. O conde de Porto Alegre tinha sob suas ordens 7.800 brasileiros e 710 argentinos (estando neste ultimo numero 240 homens da Legião paraguaya). Entretanto, 1.600 brasileiros sob o commando do coronel, depois general, A. da Silva Paranhos, tinham partido para proteger o comboio de viveres em Tuyú-Cuê, e 500 homens guardavam o Passo da Patria, porto do acampamento de Tuyuty. Porto Alegre não tinha, pois, na occasião do ataque do inimigo, senão 5.700 brasileiros e 710 argentinos e paraguayos occupando grande extensão de entrincheiramentos. Com 2.000 homens reunidos no reducto central poude elle enfrentar Barrios até que chegaram a brigada Paranhos e reforços brasileiros. A perda dos brasileiros foi de 259 mortos, 1.165 feridos, e 394 prisioneiros (14 officiaes.) num total de 1.818 somens fóra de combate (157 officiaes). Perderam ainda um canhão e a bandeira do 4.º batalhão de artilharia. Os argentinos (e os paraguayos da Legião) tiveram 35 mortos, 151 feridos e 51 prisioneiros (2 officiaes ou sejam 227 homens fóra de combate (26 officiaes). Perderam 12 canhões e 3 estandartes tomados pelo inimigo. A perda dos paraguayos foi de 2.734 mortos, 155 prisioneiros, 1.200 feridos e duas bandeiras tomadas pelos brasileiros.

esquadra do almirante Inhauma, bombardeavam as linhas inimigas. (19)

Os couraçados de Delphim de Carvalho chegaram a Tayi onde foi necessario que ficassem alguns, para o reparo de grandes avarias.

No mesmo dia, Caxias tomava de assalto o Reducto Cierva ou Establecimiento.

Desde então, Lopez não se sentiu mais seguro em Humaytá, sobretudo vendo repellido (2 de março) um primeiro choque contra dois couraçados brasileiros. Tratou de atravessar o rio deante dessa fortaleza, atravéz das florestas e pantanos do territorio do Chaco (margem direita do Paraguay) para ir organizar novas linhas de defesa mais ao norte, sobre o Tebicuary.

Em 21 de março de 1868, Caxias conseguiu romper as linhas de Curupaity, Sauce, Rojas e Espinillo. Começou então o cerco de Humaytá.

19) "A expedição teve, pois, bom exito, apesar de graves avarias, e lembra, por sua ousadia, as proezas de Farragut em Mobile e em Nova Orleans..." "DE POYEN, obra citada). "Foi, para a marinha brasileira, um grande successo que tornou possivel o assalto completo de Humaytá" (CHABAUD MATOUR, obra citada). Esta victoria foi alcançada no anniversario da segunda batalha dos Guararapes (19 de fevereiro de 1649) ganha pelos brasileiros e portuguezes contra os hollandêses que occupavam então aquellas praças fortes no norte do Brasil. E' sabido que essa guerra contra a Hollanda no seculo XVII durou 24 annos (1630-1654).

No mês de maio, feriram-se muitos outros combates, tendo duas divisões, uma brasileira e outra argentina, occupado Andai, na margem direita do Paraguay.

Em 16 de julho, um simples reconhecimento feito até Humaytá transformou-se em combate no qual o corpo de Osorio soffreu perdas consideraveis.

Alguns dias depois, os paraguayos de Humaytá evacuaram esta posição, retirando-se pela margem direita do rio, através dos lagos e florestas do Chaco. Mas foram atacados pelos alliados em Isla-Poi, na Laguna Vera, e, depois de muitos dias de luta obstinada, os remanescentes desta guarnição entregaram-se em 15 de agosto. (20).

20) 15 de agosto de 1868. As operações do marechal de Caxias para atacar as linhas de Humaytá, Espinillo, Sauce, Rojas e Curupaity, haviam começado em 22 de julho de 1867.

A tomada destas fortificações custou aos alliados neste periodo, as seguintes perdas: — **Brasileiros:** 1.315 mortos (156 officiaes) 4.989 feridos (481 officiaes), 560 prisioneiros (16 officiaes); **total, 6.864 brasileiros fóra de combate** (653 officiaes), 1 canhão, uma bandeira. **Argentinos:** — 163 mortos (14 officiaes), 243 feridos, (29 officiaes) 95 prisioneiros (9 officiaes); **total, 502 argentinos fóra de combate** (52 officiaes), 12 canhões, 3 bandeiras; **uruguayos:** — 1 morto, 3 feridos. **Perdas dos paraguayos:** 22 de julho de 1867 a 5 de agosto de 1868) 7.600 mortos, 2.378 prisioneiros (137 officiaes) e cerca de 4.900 feridos; 20 bandeiras tomadas pelos brasileiros e 4 apresentadas aos alliados na rendição de Isla-Poi; 207 canhões, sendo 18 tomados pelos brasileiros, 1 aban-

Caxias marchou então para o norte e apoderou-se das fortificações de Tebicuary mas, em 1.º de outubro, deteve-se deante das de Pikysyry, que não pode atacar pela frente nem contornar por causa dos charcos que as protegiam. (21)

Tomou então o partido de abrir uma estrada através das florestas pantanosas da margem direita do Paraguay. Depois, protegido pelos couraçados do almirante Inhauma, atravessou, á frente de 18.000 brasileiros, o rio e a nova

donado pelos brasileiros, 168 abandonados em Humaytá, 14 em Acaunguazú, 6 entregues em Isla-Poi; 4 canhoneiras armadas de 29 canhões, destruidas pelos brasileiros, assim como dois lanchões e um transporte.

21) Effectivo do exercito aliado sob o commando do marechal Caxias em 29 de setembro de 1868. **Brasileiros:** em marcha para Pikysyry, 25,950 homens; 11.º corpo, general Machado de Bittencourt, 11.550; 2.º corpo, general Osorio, 14.057; trem de equipagens, 343; em Humaytá, 5,002 (2.º corpo, general Argollo); total, 31.052 homens, sendo de engenharia, artilharia e pontoneiros, 3033; infantaria, 21.294; cavallaria, 6.282; trem, 343. **Uruguayos** em marcha para o Pikysyry, 300 homens (general Castro). — **Argentinos,** 4.300 homens commandados pelo general Gelly y Obes. No mês de junho este general precisara enviar uma parte de suas tropas para combater os rebeldes de Corrientes e em 15 de agosto avisou Caxias de que, segundo ordens de seu governo, devia ficar em Humaytá e talvez fosse chamado, com seus homens, a suffocar revoltas; entretanto, afastados os principaes perigos internos, este pequeno exercito desembarcou em Palmas, deante de Pikysyry, e ahi tornou a se incorporar aos brasileiros (27-30 de setembro).

estrada, indo desembocar ao norte das posições inimigas. (22)

Alguns dias depois desta marcha audaciosa, a estrada do Chaco foi destruída por uma inundação.

Em 6 de dezembro travou-se uma batalha junto ao Itororó, entre Caxias e o general paraguayo Caballero. A ponte de Itororó foi tomada e retomada diversas vezes. Ficou, afinal, em poder dos brasileiros.

No dia 11 de dezembro travou-se nova batalha em Avay, com mais uma victoria de Caxias sobre Caballero, cujos soldados oppuzeram aos brasileiros, em campo raso, a mais heroica resistencia. Esta derrota foi o mais bello feito de armas dos paraguayos durante toda a guerra.

Em 21 do mesmo mês, tendo Caxias recebido reforços, começou o ataque de Lomas Valentinas (Lomas de Itá-Ibaté e de Cumbarity) onde se encontrava Lopez. Era a primeira vez que o ditador dava aos seus soldados a honra

22) Effectivo do exercito de Lopez em Lomas Valentinas e arredores nos primeiros dias de dezembro de 1868: — Corpo do general Caballero, 6.600 homens; entrincheiramentos de Lomas Valentinas e de Pikysry, 13.000; Angostura, 1.300. Começado o ataque dos brasileiros, Lopez recebeu um reforço de 1600 homens. Total, 22.500. Effectivo do exercito alliado (5 de dezembro) sem contar 911 brasileiros que ficaram em Humaytá: — **brasileiros**, 24.666; **argentinos**, 4.300; **uruguayos**, 300. Total, 29.266.

de se encontrar no meio delles, ao alcance das balas inimigas.

O ataque durou de 21 a 27 de dezembro.

Desde 21, as primeiras linhas de Lomas Valentinas foram tomadas e todas as linhas de Pikysyry tomadas de flanco. Os aliados que estavam em Palmas puderam transpor a barreira de Pikysyry para se reunir a Caxias.

Em 27, Lomas Valentinas cahiu em poder do marechal Caxias.

O exercito paraguayano estava aniquilado e Lopez fugia, acompanhado de uns sessenta officiaes e soldados.

Esta victoria custou ao exercito brasileiro perdas enormes. Dizimado em Itororó, em Avay e sobretudo em Lomas Valentinas, a metade do seu effectivo foi posta fóra de combate, com batalhões inteiros destruidos (23).

23) Perdas dos aliados durante a campanha de dezembro de 1868: — **Brasileiros**, 2.099 mortos, (145 officiaes) e 7.980 feridos (611 officiaes), ou sejam 10.079 fóra de combate (806 officiaes). **Argentinos**: 99 mortos (9 officiaes) 364 feridos (26 officiaes) ou 464 homens fóra de combate (35 officiaes) e uma bandeira. Total das perdas dos aliados: 10.550 homens fóra de combate. Os paraguayos tiveram seu exercito aniquilado: perderam 26 bandeiras (21 tomadas por brasileiros, 3 por argentinos e 3 entreguas aos aliados em Angostura) e 109 canhões (16 na rendição de Angostura, 90 tomados pelos brasileiros, 3 pelos argentinos). Effectivo do exercito aliado em 31 de dezembro de 1868 em Angostura e Villeta: **brasileiros**, 17.377 homens (engenharia, artilharia, sappers e pontoneiros, 2.741; cavallaria, 4.025; infantaria, 10.611);

Alguns dias depois (30 de dezembro) tinha logar a rendição de Angostura, onde commandava o inglês Thompson, e Caxias fazia sua entrada em Assumpção, capital do Paraguay, que encontrou deserta. Os brasileiros ficaram senhores do curso do Paraguay e a navegação até Matto Grosso foi restabelecida. Em sua fuga, Lopez encontrara em Cerro-Leon tropas que a elle se vinham reunir; incorporados, dirigiram-se para

argentinos, 4.000 homens; uruguayos, 300. Total, 21.678 homens, além de 480 brasileiros em Humaytá. A comparação destes numeros com os que demos na nota precedente mostra quanto foi rude a campanha de Pikysry. Não se podiam destruir assim completamente 22.000 paraguayos que quasi sempre oppunham resistencia até ao ultimo extremo, sem soffrer perdas enormes. Ajuntemos ainda que se não fosse a incapacidade de Lopez, Caxias não teria obtido tal resultado porque 29.000 homens não são força sufficiente para atacar 22.000 protegidos por fortificações. Cremos que a historia militar não offerece exemplo de outra luta mais sangrenta, guardadas as devidas proporções. As tropas brasileiras mostraram grande bravura e admiravel tenacidade, conservando as posições conquistadas em 21 de dezembro. Viram-se batalhões compostos em media de 30 officiaes e 400 soldados perderem mais da metade de seu effectivo, mas os restos desses batalhões, incorporados a outros, continuavam a manter-se, defendendo toda a noite os 23 canhões tomados em Lomas (outros 32 tinham sido tomados em Pikysry) até que o inimigo, no dia seguinte, renunciasse a retomar essas posições. O velho marechal de Caxias não desceu do cavallo um só instante e visitou toda a noite as linhas de fogo onde officiaes e soldados brasileiros se batiam aos gritos mil vezes repetidos de — viva o Imperador! — Os correspondentes de jornaes, que observavam da esquadra brasileira a fuzilaria incessante sobre

as cordilheiras de Ascurra, no interior do paiz, onde o ditador conseguiu organizar novo exercito. (24)

O marechal Caxias, doente, precisou deixar o commando do exercito em janeiro de 1869, passando-o ao general Guilherme de Souza, e partir para o Rio com esperança de ahi restabelecer a saúde. Recebeu do Imperador, ao chegar, o titulo de duque e o grande cordão da ordem de D. Pedro I, honras bem merecidas que, desde a fundação do Imperio até o presente, não foram conferidas a nenhum outro brasileiro.

Foi então que o principe Gastão de Orleans, conde d'Eu, filho do duque de Nemours e esposo da Princesa Imperial Dona Isabel, herdeira do throno do Brasil, foi nomeado general em che-

as collinas longinquas, disseram que o espectaculo durante a noite era feérico. O 25.º batalhão de voluntarios (Bahia) contou 335 homens (27 officiaes) fóra de combate; o 24.º (Rio) 299 homens (9 officiaes); o 1.º batalhão do exercito regular (Rio), 202 homens (14 officiaes); o 16.º, 231 (22 officiaes), e assim muitos outros.

24) Reprovou-se muito nesta epoca o marechal de Caxias porque numa ordem do dia declara que, na sua opinião, a guerra terminára. Elle se enganou, porque Lopez jurara exterminar o infeliz povo paraguayoy. O general argentino Gelly y Obes acreditou, tambem, que tudo terminara, pois em seu relatório de 1.º de janeiro de 1869, sobre a tomada de Lomas Valentinas, lemos este trecho: "... en esta ultima batalha, como con verdade la blama el señor jeneral Rivas..." Este ultimo general tinha escripto em seu relatório de 31 de dezembro: "... Al terminar el parte de la ultima batalla de esta gloriosa campaña."

fe do exercito imperial em operações, assumindo o commando em 16 de abril de 1869.

Começou immediatamente os preparativos da campanha no interior do paiz, onde as difficuldades de transportes e abastecimentos deviam ser grandes porque iam encontrar-se numa região coberta de montanhas, desfiladeiros, florestas virgens, de accesso difficil, prestando-se admiravelmente á defesa, sobretudo contra exercitos privados de cartas do paiz e informações exactas. No mês de Abril de 1869, Lopez tinha um exercito de 16.000 homens e cerca de 110 canhões.

O conde d'Eu não se preoccupou com as difficuldades de sua missão. Soube desenvolver, a serviço do paiz que o adoptara e lhe confiava a sorte de seu exercito, preciosas qualidades de administração e bravura que justificaram plenamente a escolha do Imperador e seu governo.

Commandando o exercito brasileiro nesta ultima parte da guerra contra o Paraguay, o conde d'Eu cumpriu seu dever de general em chefe e soldado. Depois de reunir todas as informações possiveis sobre as novas posições occupadas pelo ditador Lopez e sobre o interior daquelle paiz desconhecido; depois de ter assegurado a suas operações todos os meios de marcha e movimento, attrahiu a attenção de Lopez para Ascurra, ameaçando-o por esse lado. Ao mesmo tempo, fazia elle proprio, á frente da parte prin-

cipal do exercito brasileiro, um grande desvio, atravessando gargantas e desfiladeiros quasi impraticaveis, abrindo atalhos nas florestas, e apresentou-se de improviso nos planaltos occupados pelo inimigo, cujas posições ficaram assim rodeadas.

Quando Lopez teve noticia deste movimento audacioso, bateu em retirada para os desertos do Interior, e esta manobra teria sido impossivel si o pequeno exercito argentino, sob as ordens do general Emilio Mitre, com o apoio de uma divisão do exercito brasileiro, não tivesse perdido alguns dias abrindo caminho do outro lado, em Altos.

Embora o movimento do conde d'Eu não tivesse alcançado o desejado objectivo, a rapidez com que se arremessara sobre o inimigo lhe permittiu tomar de assalto a cidade de Pirebebuy (12 de agosto) (25) então capital do Paraguay, e perseguir de perto o exercito inimigo.

Para retardar a marcha intrepida do jovem principe e ter tempo de fugir, o ditador ordenou ao general Caballero que esperasse os brasileiros com a maior parte do exercito paraguayoy.

Travou-se então uma batalha em Campo Grande, ou Nú-guazú, perto do Barreiro Grande, no dia 16 de agosto, permanecendo indecisa por algum tempo. O conde d'Eu, embora general em chefe, levado por seu ardor marcial, aven-

25) Piri, junco; bebui, leve.

turou-se tão temerariamente que seus ajudantes de campo Rufino Galvão, Salgado, d'Escragnolle Taunay e Almeida Castro, (26) vendo-o a alguns passos do inimigo, lançaram-se á frente do seu cavallo para o deter e arrancal-o á morte certa. Caballero foi batido e seu exercito arrasado.

Após a victoria, o conde d'Eu organizou expedições parciaes que perseguiram em todas as direcções os restos do exercito de Lopez II.

Deram-se ainda muitos encontros nas florestas do Interior, onde o inimigo vagueava procurando evitar combates. Afinal, a 1.º de março de 1870 um dos logares tenentes do principe, o general Camara, conseguiu surprehender Lopez II em Cerro-Corá, na margem esquerda do AQUI-

26) D'Escragnolle Taunay, brasileiro de nascimento, homem de letras, escriptor e orador illustre, e hoje senador do Imperio. E' um dos filhos do nosso pintor Nicolas-Antoine-Taunay, membro do Instituto, o Poussin des petits tableaux, como o chamou Charles Blanc na sua *Histoire de Peintres de l'Ecole française*. Ha no Brasil outros nomes francêses. Citaremos o do conde Henri de Beaurepaire Rohan, conde na nobiliarchia francêsa, visconde no Brasil, e general do exercito brasileiro. Foi ministro da guerra. E' filho do conde de Beaurepaire, emigrado em Portugal no começo do seculo, depois general no Brasil.

Quanto aos outros officiaes citados, Almeida Castro é hoje major honorario do exercito (era official dos voluntarios); Salgado, então capitão de fragata, é hoje contra-almirante e barão de Corumbá; Rufino Galvão, então coronel, é hoje general e visconde de Maracajú.

daban, perto das fronteiras do Paraguay com a provincia brasileira de Matto-Grosso.

O ditador, que só contava então com um milhar de homens, foi morto em sua fuga.

Terminara a guerra. Durara mais de cinco anos, custando ao Brasil um billião e meio de francos, e 50.000 homens mortos nos campos de batalha, hospitaes e acampamentos, em consequencia de ferimentos ou doenças entre as quaes o cholera, que fizera grandes estragos em 1867. (27)

O Brasil contentou-se com a victoria final. Não reclamou, como ficou dito, nenhum augmento de territorio.

27) Eis a estatistica exacta das perdas soffridas pelos belligerantes desde o ataque feito de improviso — sem declaração de guerra — por Lopez II contra a provincia de Matto Grosso (26 de dezembro de 1864) até o ultimo combate (1.º de março de 1870):

BRASILEIROS: 5.858 mortos (563 officiaes) 24.804 feridos (2.051 officiaes) 1.592 desaparecidos e prisioneiros (39 officiaes); **total, 32.254 brasileiros** (2.653 officiaes); duas bandeiras (o pavilhão da canhoneira Amambahy e o do 4.º batalhão de artilharia, feito prisioneiro em 3 de novembro de 1867), 65 canhões, sendo 60 no começo da guerra, na provincia de Matto Grosso, 4 na batalha de Estero-Bellaco (2 de maio de 1866) e um na segunda batalha de Tuyuty (3 de novembro de 1867); uma canhoneira, o **Amambahy**, (2 canhões), tomada pelos paraguayos em Matto Grosso; o couraçado **Rio de Janeiro** (6 canhões), a corveta **Jequitinhonha** (8 canhões), o transporte **Coronel Fidelis** e um lanchão, todos destruidos em combate. — **ARGENTINOS:** 1.572 mortos (105 officiaes), 4.026 feridos (374 officiaes), 343 prisioneiros (16 officiaes); **total, 5.944 homens** (495 officiaes); 8 bandeiras (os pavilhões das duas canho-

Os brasileiros retiraram-se do Paraguay satisfeitos por terem vingado sua honra e livrado esse paiz de um tyranno cujos crimes repercutiram em toda a America.

D. Pedro II teve motivos para mostrar-se orgulhoso desse triumpho que tornou illustres a sua patria, o seu exercito e o seu genro, tanto mais quanto nunca duvidára desse resultado.

Alguns de seus ministros e membros do Parlamento mostraram-se desanimados, no decurso dessa longa peleja, porque exigia despesas enormes. O theatro da guerra, o Paraguay, estava separado da parte povoado do Brasil por desertos immensos.

neiras atacadas pelo inimigo em 13 de abril de 1865, sem declaração de guerra, em Corrientes; 2 estandartes de cavallaria em 24 de maio de 1866; 3 de artilharia em 3 de novembro de 1867; uma bandeira em 27 de dezembro de 1868); 15 canhões sendo 3 abandonados na cidade de Corrientes e 12 tomados pelos paraguayos em 3 de novembro de 1867; e as canhoneiras 25 de Mayo, de 6 canhões, e Gualeguay, de 2; URUGUAYOS: — 488 mortos (40 officiaes), 704 feridos (73 officiaes) total 1,192 homens (113 officiaes); a bandeira do batalhão Independencia em 24 de maio de 1866; — **Total geral para os alliados: 39.390 homens fóra de combate sendo 3.261 officiaes, 11 bandeiras e estandartes, 77 canhões, 1 couraçado, 1 corveta, 3 canhoneiras, 1 transporte e 1 chata.**

PARAGUAYOS: Cerca de 85.000 mortos, feridos e prisioneiros; 545 canhões, sendo que 50 retomados pelos brasileiros em Matto Grosso; 261 tomados pelos brasileiros em combate no territorio paraguayoy, 13 pelos argentinos, 1 pelos uruguayos e 217 entregues ou abandonados aos alliados (na rendição de Uruguayana, na evacuação de Humaytá, na rendição de Isla-Poi, de Angostura, etc.); 121

Alguns ministros e deputados achavam preferível entrar em acordo com Lopez a continuar a luta; D. Pedro II jamais o consentiu e nesse ponto estava com a maioria de seu povo.

— Seria melhor abdicar do que entrar em acordo com semelhante monstro, disse muitas vezes.

Elle tinha fé na justiça de sua causa e no patriotismo dos brasileiros, e tomou a peito salvar a propria honra e a do seu paiz.

Logo que se installou em Assumpção um governo provisorio, composto de paraguayos, sob os cuidados do ministro do Brasil, Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, (15 de agosto de 1869), o conde d'Eu dirigiu a esse governo uma carta pedindo a emancipação dos escravos ainda existentes no Paraguay.

Eis o documento: "No quartel general de Arecutaguá, em 12 de setembro de 1869.

"Senhores —

"Em varios pontos do territorio desta Republica, que percorri á frente das forças

bandeiras sendo 93 tomadas por brasileiros, 11 por argentinos, 3 pelos uruguayos e 14 entregues aos aliados; 39 navios e 12 chatas, tendo 112 canhões (8 canhoneiras e 12 chatas armadas de 55 canhões destruidos ou tomados pelos brasileiros; 22 canhoneiras e pequenas embarcações foram postas a pique ou queimadas pelos proprios paraguayos.

Nas perdas dos argentinos (homens fóra de combate) estão comprehendidas as da legião paraguaya que servia em seu exercito.

brasileiras em operações contra o ditador Lopez, tive occasião de encontrar individuos que se diziam escravos, e muitos delles a mim se dirigiram pedindo que lhes concedesse a liberdade. Teriam assim motivo para se associar á alegria que experimenta a nação paraguaya ao se vêr livre do governo que a opprimia.

“Conceder-lhes o que pediam seria para mim uma agradável occasião de satisfazer meus sentimentos, se tivesse poder, para fazê-lo.

“Estando agora constituido o governo provisorio de que estaes encarregados, é a elle que compete decidir sobre todas as questões que interessam á administração civil do paiz. O melhor que posso fazer é, dirigir-me a vós, como o faço, para chamar a attenção sobre a sorte desses infortunados no momento da emancipação de todo o Paraguay.

“Se lhes concederdes a liberdade pedida, rompereis solennemente com uma instituição que infelizmente foi legada a diversos povos da livre America por muitos seculos de despotismo e de deploravel ignorancia.

“Tomando esta resolução, que pouco influirá sobre a producção e os recursos ma-

teriaes deste paiz, tereis inaugurado dignamente um governo destinado a reparar todos os males causados por uma longa tyrania e a dirigir a nação paraguayana para esta civilização que felicita os outros povos.

“Deus guarde a Vossas Excellencias.

Gastão d'Orleans.”

O governo provisorio do Paraguay, composto de Cirillo Rivarola, Carlos Loizaga, e José Diaz Bedoya, decretou, a 2 de outubro, a abolição total e immediata da escravidão. (28)

28) Encontrámos esta carta do conde d'Eu ao governo provisorio do Paraguay na obra de M. Edouard Hervé, da Academia Francêsa, LES PRINCES D'ORLE'ANS. A resposta do governo provisorio e o decreto de 2 de outubro de 1869 fôrão publicados no DIARIO DO EXERCITO EM OPERAÇÕES SOB O COMMANDO EM CHEFE DE S. A. O MARECHAL CONDE D'EU, P. 242,243. Este diario foi escripto por M. d'Escragnolle Taunay, ajudante de campo do Principe.

CAPITULO IX

A EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS. COMEÇO DA REFORMA.

SUMMARIO: — Historico da emancipação dos escravos no Brasil. Depois da suppressão do trafico, era necessario supprimir a escravidão. Sentimentos pessoaes do Imperador — Elle encoraja as alforrias e a emancipação gradual. Condições dos escravos no Brasil — Testemunho do dr. Couty. — A guerra civil dos Estados Unidos — Projectos do marquês de S. Vicente sobre a emancipação gradual (1866). D. Pedro II apoia vivamente esses projectos. — Resistencias encontradas pelo imperador — Idéas fundamentaes desse plano de emancipação — Paizes onde a reforma servil começou, como no Brasil, pela libertação dos recém-nascidos — Homens eminentes que aconselharam esse caminho — Fim da guerra do Paraguay (1870 — Movimentos da opinião favoravel á reforma — Ministerio do visconde do Rio Branco — Primeira viagem de D. Pedro II á Europa e primeira regencia da Princesa Imperial (1871 - 1872) —

Lei de 28 de setembro de 1871 sobre a emancipação gradual — D. Pedro II recebe essa notícia no Egypto. Sua satisfação — Opinião de M. Michaux Bellaire sobre a lei Rio Branco.

Já dissemos que existiu no Brasil a escravidão dos negros e que, em 1850, D. Pedro II, secundado pelo energico ministro Eusebio de Queiroz, tinha conseguido extinguir o trafico, isto é, a introducção de novos escravos africanos pelos contrabandistas, de connivencia com uma parte da população.

Não bastava, porém, supprimir o trafico, era preciso preparar a abolição da escravatura, e como o trabalho da lavoura, a grande riqueza do Brasil, era confiado aos escravos, seria necessario realizar esta reforma com prudencia para não arruinar a agricultura e o paiz.

A terrivel guerra civil que a questão da escravatura acarretou nos Estados Unidos, a emancipação dos escravos imposta á minoria a golpes de baioneta e a tiros, fizeram comprehender aos brasileiros quão perigoso e serio era o problema a resolver.

Por outro lado, todos achavam que o Brasil, juntamente com a Hespanha em suas possessões de Cuba e Porto Rico, não devia manter a escravidão em seu seio.

D. Pedro II desejava ardentemente, é certo, a emancipação gradual dos escravos; não sendo, porém, um rei absolutista, não podia decretal-a

com uma simples pennada. O que podia fazer era empregar todo o seu prestigio e encorajar os esforços dos politicos que trabalhavam nesse sentido.

Limitado pela Constituição, dirigindo um povo em que a opinião publica é soberana, D. Pedro II não saberia ser um autocrata. Para realizar sua aspiração philanthropica, precisava, em primeiro lugar, esclarecer a opinião e obter o apoio da maioria. Começou por animar as alforrias concedidas espontaneamente pelos proprietarios, e o resgate de escravos operado por sociedades emancipadoras ou por irmandades, conferindo recompensas, titulos ou condecorações, áquelles que assim procediam.

Quando a ordem dos Benedictinos, no Capitulo Geral, proclamou, a 3 de maio de 1866, a liberdade dos filhos de seus captivos, em numero de 1.600, o imperador foi pessoalmente ao mosteiro de S. Benedicto, do Rio, para felicitar o abade geral, a quem entregou um presente. Toda a imprensa annunciou esse gesto do imperador e o applaudiu.

Na qualidade de imperador, D. Pedro II tinha o usufructo de certo numero de escravos chamados *escravos da Nação*. Eram para elle protegidos, mais do que escravos. Trabalhavam mediante salario. Elles, ou seus filhos, frequentavam escolas fundadas pelo imperador; recebiam

ahi instrucção primaria e religiosa. Quanto aos seus escravos particulares, dos quaes podia dispor livremente, concedeu a todos a liberdade.

Durante a guerra do Paraguay, favoreceu a libertação dos escravos que pediam incorporação no exercito.

Na sua propriedade de Santa-Cruz, perto do Rio de Janeiro, encarregou-se da educação de muitos filhos desses libertos que partiam para a guerra e deu liberdade, á sua custa, ás mulheres e aos filhos desses defensores da patria. Seis mil libertos se arrolaram no exercito, mostrando-se diante do inimigo, dignos da liberdade.

Desde 1813 a Republica Argentina appellara para os seus escravos. A parte mais solida do exercito, na guerra da Independencia contra a Hespanha, — quasi toda a infantaria e artilharia —, se compunha de negros libertos. No seculo XVII, na guerra contra os hollandêses, (1630-1654) um regimento composto de negros, sob o commando do celebre Henrique Dias, cobriu-se de gloria. Sua fama chegou a Paris. Encontra-se o nome desse negro illustre em um numero extraordinario da *Gazette de France*, de 3 de Julho de 1648, em artigo intitulado: — "*Défaite des Hollandais au Brésil par les Portugais*".

Diversos decretos do governo brasileiro tinham melhorado as condições dos escravos e medidas indirectas tinham sido adoptadas para encorajar as alforrias.

E' preciso notar que a condição dos escravos, sobretudo nos ultimos trinta annos, já não era a mesma da epoca do trafico. Já não se viam as tristes scenas que o pintor francês Debret reproduziu em suas gravuras da *Voyage pittoresque au Brésil*; scenas commoventes que se repetiam, no começo deste seculo. em todos os paizes em que havia escravos: nos Estados Unidos, nas colonias inglêsas, hespanholas e francêsas.

Desde a suppressão do trafico, o escravo no Brasil passou a ser bem alimentado, bem alojado e bem vestido pelos lavradores. O trabalho a que se submettia era moderado, encontrando por parte dos senhores, solicitude e protecção. O lavrador tinha mesmo interesse em ser humano, para poupar e prolongar a existencia desses homens-machinas.

Uma lei prohibia então a separação dos membros de uma familia de escravos. Um negro casado, tendo filhos, só podia ser vendido com todos os seus.

Depois da emancipação total, decretada em 1888, quasi todos os escravos quizeram continuar nas propriedades ruraes onde tinham passado a mocidade e constituído familia.

Um francês, o Dr. Louis Couty, antigo professor das Faculdades de Medicina em França, e durante algum tempo professor da Escola Polytechnica do Rio, affirmou, numa obra conheci-

da (1) que “no Brasil o preconceito de raça não existe”.

“No Brasil, diz elle, não somente o preconceito de raça não existe, e a frequente união entre côres differentes formou uma população mestiça numerosa e importante, como, ainda, os negros libertos e os mestiços estão inteiramente misturados á população branca. Têm com ella relações intimas e diarias e lutam pela vida nas mesmas condições. Não sómente na mesa, no theatro, nos salões, nos logares publicos, mas no exercito, na administração, nas escolas, nas assembléas legislativas, encontram-se as côres misturadas em pé de egualdade, na mais completa familiaridade.

“O proprio escravo não é considerado um irracional, um sêr inferior que se utiliza; é um trabalhador preso ao sólo em condições ás vezes mais suaves que as de muitos assalariados na Europa.

“Todos os que têm estudado o Brasil reconhecem que o negro é bem tratado, bem alimentado, cuidado, si está doente, protegido quando velho, garantido contra o desemprego. (2)

1) *L'esclavage au Brésil*, Paris, Guillaumaïn et Cie., editores, 1881.

2) Muitos viajantes europeus que visitaram o Brasil desde o começo do seculo tinham declarado já que os escravos neste paiz

“E’ verdade que está sujeito a castigos phisicos; mas os que têm insistido nesse ponto estarão certos de que essas violencias, raras aliás, são mais penosas, nas condições em que se dão, do que outros castigos tambem injustos e outras miserias phisicas e moraes tão frequentes em nossos paizes civilizados? . . .”

Entretanto, até 1864 nenhum politico poudo pensar, no Brasil, em tomar a iniciativa de medidas para a emancipação geral dos escravos. E’ impossivel destruirem-se, em poucos annos, preconceitos seculares implantados nos costumes de um povo. A escravidão existia no Brasil desde o seculo XVI, isto é, desde a fundação dos primeiros estabelecimentos portuguezes.

Quantos annos de luta Wilberforce teve de sustentar antes de obter do Parlamento inglês a suppressão do trafico? Quantos annos Buxton e seus amigos combateram para chegar, em 1838, á emancipação completa dos escravos nas colonias inglêsas? A propria França não supprimiu a escravidão nas suas possessões de além-mar sómente em 1848?

Mas libertar escravos em colonias distantes não é o mesmo que libertal-os no proprio territorio, sobretudo quando constituem, como no

eram tratados com mais humanidade do que nas colonias inglêsas e françesas e nos Estados Unidos; podemos citar Koster, Auguste de St. Hilaire e Gardner.

Brasil em 1864, uma quarta parte da população do paiz, quando são os unicos trabalhadores agricolas de uma terra cuja principal riqueza é a agricultura. Nos Estados Unidos, — paiz bem mais rico que o Brasil, onde todas as industrias estão em pleno desenvolvimento, como nas mais bellas possessões inglêsas do Canadá e da Australia, — nos Estados Unidos, cuja espantosa prosperidade resulta da grande corrente emigratoria e da energia e do espirito pratico da raça ançlo-saxonia que o habita, — o numero de escravos era a oitava parte da população total quando se decretou a emancipação depois de rios de sangue derramados numa das mais cruentas guerras que a historia regista.

Ora, o problema da abolição completa era mais difficil de se resolver no Brasil do que nos Estados Unidos.

Foi abordado pela primeira vez em 1865. D. Pedro II não cessava de dizer aos seus ministros: "E' preciso que se comece a fazer qualquer cousa para que não aconteça o que se deu nos Estados Unidos. Deve-se preparar essa reforma com prudencia. Só conseguiremos a emancipação gradual; preparemol-a."

Em 1863 e em 1865, foi decretada nos Estados Unidos a emancipação total, sem indemnização. Os partidarios da escravatura nos Estados do Sul foram vencidos e derrotados pelos exercitos do Norte.

Não sómente os Estados do Sul perderam seus quatro milhões de escravos, o que representa um valor de dois billiões e quinhentos milhões de dollares, mas tiveram ainda em prejuizos de guerra um billião e oitocentos milhões de dollares, quatro billiões em gastos de guerra, e foram obriçados a pagar ao Norte, para liquidação da divida nacional, a somma de um billião de dollares. Estas parcellas attingem a um total de 9.300.000.000 de dollares, que em moeda franceza representam 48.453.000.000 de francos!

A luta gigantesca pela emancipação dos escravos custou aos Estados Unidos bem mais que esta somma colossal: cerca de 700.000 homens mortos e 2.200.000 feridos nos 625 combates e batalhas dessa guerra memoravel.

D. Pedro II, em sua sabia philanthropia, queria poupar ao seu povo desastre semelhante.

Elle dissera: "E' preciso preparar a reforma com prudencia."

Acolheu com agrado os projectos para emancipação gradual que lhe apresentou, em 23 de janeiro de 1866, o conselheiro Pimenta Bueno, depois marquês de S. Vicente.

Esses projectos estavam de accordo com as idéas de D. Pedro II e elle já se externára a respeito dellas com alguns homens de Estado brasileiros, notadamente com o proprio Pimenta Bueno.

Immediatamente, Sua Majestade fez remetter esse projecto ao presidente do Conselho, o marquês de Olinda, antigo regente do Imperio, de quem já falámos, pedindo-lhe que o submettesse ao exame do Conselho de Estado.

O marquês de Olinda era, porém, avesso a reformas. Limitou-se a mostrar em uma sessão do Conselho os trabalhos de Pimenta Bueno, em 17 de fevereiro; os conselheiros Souza Franco e Sapucahy acharam que não se devia tratar do assumpto durante a guerra do Paraguay.

D. Pedro II não poude obter do ministerio, naquella occasião, a convocação do Conselho para exame e discussão do projecto S. Vicente.

Sucedeu a este gabinete um ministerio que tambem pertencia ao partido liberal, em 3 de agosto de 1866, sob a presidencia de Zacharias de Vasconcellos. D. Pedro II encontrou nesse ministerio maior boa vontade.

Foi nessa época (julho de 1866) que a *Société française pour l'abolition de l'esclavage* dirigiu uma petição ao imperador do Brasil, assignada pelo duque de Broglie, Guizot, Laboulaye, A. Cochin, Andaluz, Borsier, principe de Broglie, Gaumont, Léon Lavedan, Henri Martin, conde de Montalembert, Henri Moreau, Édouard de Pressensé, Wallon e Eugène Yung.

D. Pedro II, depois de consultar seus ministros, respondeu que assim que as circumstan-

cias o permittissem, o governo imperial se occuparia dessa medida "reclamada pelo espirito do christianismo".

Essa resposta, datada de 22 de agosto de 1866, levou a assignatura do ministro da justiça, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, mas D. Pedro II mesmo a redigiu: o deputado Joaquim Nabuco encontrou o precioso autographo dessa resposta entre os papeis de seu pae, o conselheiro Nabuco de Araujo.

A 1.º de fevereiro de 1867, Zacharias de Vasconcellos convocou, em nome do imperador, para o mês de abril seguinte, todos os conselheiros, submettendo-lhes os projectos Pimenta Bueno e formulando certas questões.

A primeira discussão (as reuniões do Conselho do Estado são secretas) começou a 2 de abril e terminou a 9. As principaes idéas contidas no projecto foram adoptadas pela maioria, com ligeiras modificações, salvo o artigo que determinava a emancipação total em 31 de dezembro de 1889. Este artigo foi rejeitado.

A 11 de abril, uma commissão presidida pelo conselheiro Nabuco de Araujo foi encarregada de redigir o projecto em questão, de acordo com o resultado da primeira discussão no Conselho. Seguindo instrucções do governo, o marquês de S. Vicente, autor do projecto, devia assistir ás reuniões dessa commissão. Terminado o trabalho, seguiu-se a segunda discussão, pro-

longando-se de 16 de abril a 7 de maio de 1868. A maioria do Conselho determinara que o governo só poderia usar seu direito de iniciativa deante das Camaras após o restabelecimento da paz. (3)

Ora, a guerra do Paraguay terminou em 1.º de março de 1870, e o gabinete que succedeu ao de Vasconcellos oppunha-se a toda reforma immediata relativa á abolição. Esta opposição inesperada contrariava os planos do imperador, que se esforçou em vão para convencer a seus ministros — pertencentes então ao partido conservador — de que era impossivel permanecer no *statu quo*, a opinião publica reclamava o começo da reforma e o Brasil não devia ser o ultimo povo a libertar seus escravos.

3) Van Delden Laerne, autor de um livro sobre o Brasil, muito interessante na parte relativa á cultura do café, mas muito inexacto na parte historica, diz (pg. 62) que o ministro Zacharias de Vasconcellos apresentou em 19 de abril de 1867 um projecto de lei determinando para 1900 a abolição total. Isto é absolutamente falso. Esse ministerio fez estudar pelo Conselho os projectos S. Vicente, que foram adoptados, mas não os apresentou ás Camaras porque teria sido imprudencia discutir a questão servil durante a guerra do Paraguay. Quando foi discutida a reforma em 1871, todos os antigos membros do gabinete liberal de 1867 e 1868, salvo Zacharias de Vasconcellos, a defenderam, quer na tribuna quer na imprensa. Esse homem de Estado modificara suas idéas e tornou-se, em 1871, um dos maiores adversarios da reforma. Quasi um terço (quinze) dos quarenta e sete discursos pronunciados no Senado contra a lei Rio Branco pertencem a Zacharias de Vasconcellos.

Um facto veio dar ganho de causa ao imperador.

Um dos membros mais influentes do partido conservador na Camara dos deputados, Teixeira Junior, depois visconde de Cruzeiro, levou a questão á tribuna, pedindo a nomeação de uma comissão especial para redigir um projecto de emancipação gradual. A Camara acolheu esse pedido, e a 15 de agosto de 1870 o relatorio da comissão presidida por Teixeira Junior foi apresentado com um projecto identico ao de Pimenta Bueno, já acceto pelo Conselho.

O principio fundamental desse plano era a liberdade de todas as creanças que nascessem depois da promulgação da lei, as quaes deveriam entretanto servir, até á idade de vinte e um annos, aos senhores de suas mães.

A escravidão tinha, como se sabe, duas fontes — o trafico e os nascimentos. Em 1850 fôra supprimida a primeira; era tempo de se acabar com a segunda. Com a libertação dos recém-nascidos é que muitos Estados tinham chegado pacificamente á emancipação total dos escravos.

Portugal começara decretando, em 16 de janeiro de 1773, no tempo de D. José I e de Pombal, a liberdade dos recém-nascidos de mãe escrava no Reino; infelizmente, essa lei não attingia as possessões portuguezas na Africa e na America. Logo depois, esse principio foi adoptado na Pensylvania, em 1780; Connecticut e Rhode-

Island o adoptaram em 1784; New York, em 1799; New Jersey, em 1804; Chile, em 1811; Argentina, em 1813; Perú e antiga Colombia (Venezuela, Colombia e Equador) em 1821; Uruguay, em 1825; Paraguay, em 1842; Dinamarca, em 1847; Portugal, nas possessões da Africa, em 1856; Hespanha, em 1870.

Era o mesmo principio que, em 1758, Manoel Ribeiro Rocha, advogado na Bahia, e em 1810, Velloso de Oliveira, paulista, pediam que se applicasse no Brasil; que Condorcet aconselhava para as colonias francesas em 1781; que o conde Percy (depois duque de Northumberland), em 1807, e Buxton em 1823 (15 de maio) propunham, sem resultado, ao Parlamento britannico, e Hippolyte Passy, em 1838, á Camara dos deputados na França. Esse grande principio fôra rejeitado ou adiado, na França como na Inglaterra, e esse adiamento precipitou os acontecimentos e provocou a emancipação brusca e completa nas colonias francêsas e inglêsas.

A commissão da Camara brasileira propunha a applicação de certos impostos para a libertação gradual dos escravos nascidos antes da lei, e permissão ao proprio escravo para ter um peculio e resgatar-se.

Isso era preparar a emancipação completa.

Não nos referimos aqui senão aos pontos principaes do projecto. Aos que quizerem co-

nhecer todo o mecanismo e o texto dessa lei sabia, indicamos o excellente livro de Michaux Bellaire, eminente advogado da Corte de Cassação de Paris, livro intitulado: — *Considération sur l'abolition de l'esclavage et sur la colonisation au Brésil* (Paris, 1876).

Em fins de setembro de 1870, o visconde do Rio Branco, ministro dos negocios estrangeiros, em missão no Paraguay desde o começo de 1869, reassumiu o cargo.

Era grande partidario da reforma. No Conselho de Estado, em 1866, tinha approved as disposições dos projectos de Pimenta Bueno, excepto na fixação do anno de 1899 para a completa emancipação, por achar, segundo declarou por escripto, que o prazo era muito longo.

Com a maioria do Conselho, elle era de opinião que se iniciasse, depois da guerra, a discussão da reforma projectada. (4)

Dois membros do ministerio de que elle fazia parte, o barão de Cotegipe e o visconde Ca-

4) As discussões do Conselho sobre a reforma foram publicadas sómente em 1872, si bem que os relatorios e discursos tenham sido impressos antes sob o titulo de: *Trabalho sobre a extincção da escravatura no Brasil* (Rio, 1867, Impr. Nacional); e — *Pareceres do Conselho de Estado no anno de 1868 relativos ao elemento servil* (1871, Impr. Nacional). Os relatorios do visconde do Rio Branco foram reunidos e reimpressos na publicação seguinte: *Discussão da reforma do Estado Servil na Camara dos Deputados e no Senado*. (Rio, 1871, 2 vols., Impresa Nacional).

valcante, eram, como elle, partidarios da reforma; mas a maioria do gabinete, isto é, o presidente do Conselho e tres outros ministros, achavam que ainda não chegára a oportunidade e eram contrarios ás principaes disposições do projecto.

Em vista do desacordo nessa importante questão, o gabinete resolveu pedir demissão ao imperador.

D. Pedro II acceitou-a e encarregou immediatamente o marquês de S. Vicente, Pimenta Bueno, da formação de novo ministerio (29 de setembro de 1870).

A opinião da maioria da Camara era favoravel á reforma; ella se manifestara escolhendo os abolicionistas que tinham redigido o projecto de 15 de agosto contendo todas as idéas propostas por Pimenta Bueno em 1866.

O imperador achou que era justo confiar o governo ao homem de Estado a quem cabia o mérito da iniciativa de 1866.

Mas o marquês de S. Vicente, grande jurisconsulto e estadista de valor, não era feito para lutar contra a tempestada que se devia levantar entre os lavradores prejudicados em seus interesses.

No fim de alguns meses, durante as férias das Camaras, os ataques da imprensa foram sufficientes para desencorajar esse homem notavel. Voltou á calma de seus estudos e ao silencio do

seu gabinete de trabalho, e annunciou ao imperador que resignava ao poder.

D. Pedro II insisitiu para o conservar, mas foi inutil. Encarregou então de formar novo gabinete o visconde do Rio Branco, indicado por Pimenta Bueno.

Rio Branco prestara já grandes serviços ao paiz e ao Imperador como ministro e como diplomata, principalmente durante a guerra do Paraguay. O novo gabinete foi formado a 7 de março de 1871. Pertencia, como os dois precedentes, ao partido conservador. (5)

Alguns dias depois da formação deste ministerio, o Imperador teve noticia da morte da princesa Leopoldina, sua filha, casada com o duque Auguste de Saxe-Cobourg-et-Gotha. Esta noticia e a saúde da imperatriz decidiram-n'o a pedir ao Parlamento, que abriu os trabalhos a 3 de maio, permissão para visitar a Europa.

5) Presidente do Conselho e ministro das Finanças, o senador visconde do RIO BRANCO (José Maria da SILVA PARANHOS) nascido na Bahia em 16 de março de 1819 e fallecido no Rio em 1.º de novembro de 1880; ministro do Interior, o deputado CORRÊA DE OLIVEIRA (João Alfredo), de Pernambuco; Justiça, o senador SAYAO — LOBATO (depois visconde de Nichtheroy), nascido no Rio de Janeiro e fallecido na mesma cidade em 14 de setembro de 1883; Negocios Extranjeiros, M. F. CORRÊA, deputado pelo Paraná; Guerra, JAGUARIBE, senador pelo Ceará; Marinha, DUARTE DE AZEVEDO, deputado por S. Paulo; Agricultura, Commercio e Trabalhos Publicos THEODORO DA SILVA, deputado por Pernambuco.

Era a primeira viagem de D. Pedro II ao estrangeiro.

Partiu a 25 de maio de 1871, deixando como regente a princesa imperial, Dona Isabel, condessa d'Eu, herdeira do throno. Na Camara, quizeram votar uma somma importante para as despesas da viagem. Propoz-se tambem que uma esquadra acompanhasse D. Pedro II. Elle recusou. Sua lista civil lhe bastava, apesar de inferior á de muitos reis de paizes menos ricos que o Brasil. Além disso, elle queria viajar incognito, livre de etiquetas, com pequeno séquito e num paquete transatlantico, como seus compatriotas que embarcavam para visitar as maravilhas da Europa. Nas duas viagens que fez mais tarde revelou a mesma simplicidade e modestia.

A Camara conformou-se com a vontade do soberano que provocou, por seu desinteresse, a admiração de todos os subditos.

Desde os primeiros dias da sessão legislativa, a agitação dos clubes agricolas e os ataques da imprensa fizeram prever que a luta seria encarniçada. Houve scisão no partido conservador. O projecto do governo foi combatido com extrema violencia.

Essa luta memoravel durou cinco meses, na Camara e no Senado. Os maiores oradores da Camara, — José de Alencar, Andrade Figueira, Ferreira Vianna, Duque-Estrada, Teixeira, e

muitos outros — eram da opposição, opposição numerosa, dirigida pelo conselheiro Paulino de Souza, antigo ministro.

Perdigão Malheiro, um dos maiores jurisconsultos do Brasil, tinha aconselhado essa reforma numa obra notavel: *A escravidão no Brasil*; intimidou-se, porém, no momento da luta, alistando-se na opposição. No Senado, o visconde do Rio Branco encontrou na opposição alguns amigos politicos entre os quaes dois collegas do gabinete de 16 de julho de 1868, o visconde de Itaboraahy, antigo presidente do Conselho, e o barão, depois marquês de Muritiba, além de um liberal que como orador valia, só elle, toda uma opposição; Zacharias de Vasconcellos.

Mas Rio Branco era tambem grande orador parlamentar e, vivamente secundado pela maioria das duas Camaras e pela opinião publica, defendeu a reforma com a maior energia. A grande popularidade do seu nome, no Brasil, data dessa campanha parlamentar (6).

6) Durante os cinco mēses do período legislativo de 1871, o visconde do Rio Branco pronunciou no Senado e na Camara dos deputados 41 discursos, dos quaes 21 sobre a reforma. Occupam 500 paginas numa collecção intitulada — *Discursos do Sr. Conselheiro de Estado e Senador do Imperio J. M. da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, proferidos...* nas duas Casas do Parlamento em 1871, sendo presidente do Conselho de ministros. (Rio de Janeiro, 1872, in 8.º gr.

Eram as primeiras lutas que os abolicionistas travavam contra os partidarios do *statu quo*. Foram rudes, mas brilhantes.

A 28 de setembro de 1871, a lei foi votada pelo Senado e, no mesmo dia, sancionada pela princesa imperial regente (7).

O entusiasmo foi geral no Rio e em todo o paiz.

Na occasião do voto no Senado, os assistentes romperam em aclamações unanimes.

* * *

Foi em Alexandria, no Egypto, que D. Pedro II soube, por dois despachos privados (8) expedidos de Milão e Florença, que em seu vasto Imperio, a partir da gloriosa data de 28 de setembro, todas as creanças nasceriam livres. Seu coração de soberano e philanthropo experimentou a mais doce e profunda satisfação. Seu camarista e amigo, o visconde de Itaúna, testemunha das vivas emoções do Imperador ao receber a feliz noticia, contava, em uma carta que nos foi confiada, esta scena de jubilo: "Eu nunca vi o

7) 65 deputados pronunciaram-se pela emancipação e 45 contra (7 deputados estavam ausentes e havia duas vagas). No Senado a maioria foi mais sensivel: 33 pela reforma e 7 contra (16 senadores estavam ausentes e duas cadeiras estavam vagas.)

8) Esses despachos foram recebidos pelo imperador no dia do seu desembarque em Alexandria, 28 de outubro de 1871.

Imperador tão satisfeito!" E não tinha motivos para alegrar-se? Seu povo, em futuro bem próximo, seria composto de homens livres, independentes, em estado de concorrer, cada um de per si, para a prosperidade e grandeza do Imperio.

Elle contemplava de longe as felizes consequências de sua obra humanitaria. Essa bella obra não tardaria a ser completada.

Um escriptor de merito, Michaux Bèllaire, da Côrte de Cassação, dizia, referindo-se á lei Rio Branco, em um livro de que já falámos: "Um dia virá, e não está muito longe, em que a escravatura será completamente abolida no Brasil. E isto se fará sem perigo, sem commoção, porque a lei que examinamos preparou sabiamente essa transição"".

CAPITULO X

A ABOLIÇÃO COMPLETA

SUMMARIO: — Nova propaganda abolicionista começada em 1880. — Ministerio Dantas em 1884. — Seu projecto na Camara. — Esta é dissolvida. — Queda do ministerio Dantas ante a nova Camara. — Lei Saraiva-Cotegipe de 28 de setembro de 1885. — Progresso da idéa abolicionista. — Libertação de todos os escravos das provincias de Ceará e Amazonas. (1884) — Banquete em Paris. — Carta de Victor Hugo. — Doença do Imperador e viagem á Europa. (1887-88). — Adhesão de João Alfredo Corrêa de Oliveira e Antonio Prado ao partido abolicionista. — Grande numero de lavradores libertam seus escravos. — Mudança ministerial. — João Alfredo, presidente do Conselho. (10 de março de 1888), e A. Prado, ministro. — O novo gabinete propõe a emancipação immediata. — Lei de 13 de maio de 1888. — Não ha mais escravos no Brasil! —

O primeiro passo estava dado. Era agora uma questão de tempo. Bastava continuar a avançar.

Em 1879, o senador Jaguaribe, os deputados Joaquim Nabuco e Joaquim Serra, assim como alguns jornalistas entre os quaes Ferreira de Menezes, Patrocínio, Gusmão Lobo, Vicente de Souza e André Rebouças, insistiram que se fixasse a data para a emancipação total. (1)

Não era ainda um partido; era um pequeno grupo de homens de boa vontade, todos oradores ou escriptores distinctos.

1) Falaremos ainda de Joaquim Nabuco, o brilhante orador parlamentar, e Patrocínio, o jornalista e tribuno popular, que se immortalizaram na campanha da abolição. Seja-nos permitido lembrar aqui quatro nomes que têm sido um pouco esquecidos no Rio, em meio das grandes festas da emancipação, mas que foram lembrados na Europa, onde ha brasileiros que sabem guardar o sentimento de gratidão e a lembrança da patria: queremos falar dos jornalistas Gusmão Lobo, Joaquim Serra, Ferreira de Menezes e André Rebouças. Este ultimo foi um dos fundadores da **Sociedade brasileira contra a escravidão**, e fez sacrificios financeiros consideraveis na propaganda abolicionista.

FERREIRA DE MENEZES, fallecido em 1881, creára, no anno precedente, a **Gazeta da Tarde**, primeiro jornal francamente abolicionista no Rio. **JOAQUIM SERRA**, — um coração de escol, como Ferreira de Menezes. — falleceu ha pouco tempo (novembro de 1888) e teve a satisfação de vêr sua patria livre da escravidão. Todas as manhãs, desde 1879, lia-se no Rio um artigo desse escriptor attrahente, cheio de verve, espirito de um acentuado sabor parisiense. Escreveu seus **Topicos do Dia** até o dia seguinte á victoria final...

Gusmão Lobo foi outro combatente, de 1879 a 1888. Nunca o viram nas festas e **meetings** abolicionistas. Desde que uma lei de 1881 estabeleceu incompatibilidades parlamentares desconhecidas na França e em outros paizes, não teve mais entrada na Camara o

Fundaram a *Sociedade brasileira contra a escravidão* em 28 de setembro de 1880, nono aniversário da primeira lei emancipadora. (2)

A 24 de agosto, Joaquim Nabuco propuzera na Camara a libertação completa dos escravos para 1.º de janeiro de 1890, anno em que se celebraria o jubileu do reinado de D. Pedro II.

O gabinete e a maioria liberal recusaram-se a discutir essa proposta.

Os abolicionistas fizeram em todo o paiz ar-
dente propaganda. Foi consideravel o numero

grande orador que defendera tão brilhantemente o ministerio Rio Branco na imprensa e na tribuna. Tornou-se, desde então, jornalista infatigavel, trabalhador silencioso, de uma fecundidade e tenacidade notaveis e, no seu retiro, prestou os mais relevantes serviços á causa dos escravos. Seus artigos sobre a emancipação, escriptos numa bella linguagem, dariam uns doze volumes em grande formato. Póde-se dizer delle o que o filho de Buxton disse de Zachary Ma-caulay: "From the moment of his embracing the abolition cause... he flinched neither from toil nor privations; neither from oblaquy nor persecution; but sacrificed himself, with the whole of his personal hopes, to advancing the cause of Humanity. The privacy of his course was only checquered by occasional bursts of animosity, from those who felt their defeat to be in a great measure owing to his silent but steady exertions. To labour and suffer without prospect of gain or applause, in the simple hope of alleviating the miseries of others, was the lot that he cheerfully fulfilled..."

2) O deputado Joaquim Nabuco foi eleito presidente dessa sociedade, sendo o visconde do Rio Branco nomeado membro honorario. Grave enfermidade forçara este homem de Estado, então chefe da opposição, a deixar no mês de julho (1880) as discussões do Senado. A 1.º de novembro falleceu em Andarahy, no Rio de Janeiro.

de liberaes e conservadores que abraçaram a causa da abolição.

A 6 de junho de 1884, o Imperador encarregou o senador Dantas, abolicionista, de formar um ministerio. (3) A 15 de julho, o deputado Rodolpho Dantas, antigo ministro, apresentou á Camara, de accordo com o gabinete, um projecto declarando livres todos os escravos que tivessem attingido ou attingissem a idade de 60 annos, e augmentando os fundos creados pela lei de 1871 para serem applicados no resgate de escravos. A lueta se travou de novo, com o mesmo ardor de 1871.

A 28 de julho, um deputado republicano apresentou a seguinte moção que foi adoptada por 59 votos contra 52: — “A Camara rejeita o projecto do governo sobre a questão servil e recusa confiança ao gabinete”.

Nessa votação, 42 conservadores, 16 liberaes e um republicano, se pronunciaram contra o gabinete; 48 liberaes e 4 conservadores votaram com o governo.

3) Gabinete de 6 de junho de 1884: — Presidente do Conselho e ministro das finanças, Manoel Pinto de SOUZA DANTAS, senador pela Bahia; Interior, Philippe FRANCO DE SA', senador pelo Maranhão; Justiça, SODRE' PEREIRA, deputado pela Bahia; Guerra, CANDIDO DE OLIVEIRA, deputado por Minas Geraes; Marinha, almirante DE LAMARE, senador por Matto Grosso; Agricultura, Commercio e Trabalhos Publicos, CARNEIRO DA ROCHA, deputado pela Bahia.

No dia 30, Dantas annunciou á Camara, em nome do imperador, que a dissolução seria decretada depois do voto do orçamento.

Terminada a discussão dessa lei, decretou-se a dissolução (3 de setembro).

As eleições geraes não mudaram notavelmente a força relativa dos partidos na Camara. Na reabertura, nova moção dos adversarios do gabinete foi adoptada, em 4 de março de 1885. 50 deputados, sendo 43 liberaes, 3 conservadores e 2 republicanos, votaram com o gabinete; 52 contra, sendo 43 conservadores, 8 liberaes e 1 republicano.

O imperador encarregou da formação do novo gabinete (6 de maio) o venerando Sarai-va (4), homem de Estado justamente popular.

Em 1881, conseguira elle do Parlamento uma importante reforma, a *eleição directa*. Até então, as eleições se faziam, como dissemos antes, em dois graus. Fôra secundado nessa campanha por um dos mais eminentes chefes conservadores, o barão de Cotegipe, cuja morte recen-

4) Gabinete de 6 de maio de 1885: — Presidente do Conselho e ministro das Finanças, SARAIVA, senador pela Bahia; Interior, MEIRA DE VASCONCELLOS, senador pela Parahyba; Justiça, AFFONSO PENNA, deputado por Minas Geraes; Negocios Extranjeiros, o visconde, hoje marquês de PARANAGUA', senador pelo Piauhy; Marinha, SOUZA LEAO, senador por Pernambuco; Agricultura, Commercio e Trabalhos publicos, FERREIRA DE MOURA, deputado pela Bahia.

te (13 de fevereiro de 1889), annunciada pelo telegrapho, será lamentada por todos os brasileiros.

A iniciativa do gabinete Dantas, vivamente apoiada pela confiança do imperador, assim como as discussões travadas no Parlamento e na imprensa, tinham dado grande impulso á idéa abolicionista.

Saraiva conseguiu a votação de um outro projecto, pela Camara dos deputados, com o auxilio de um grupo que elle soube reunir entre uma fracção do partido liberal e os deputados conservadores dirigidos pelo seu *leader* Antonio Prado.

Deante, porém, da hostilidade de grande numero de liberaes, elle resignou o poder quando a discussão da lei era iniciada no Senado.

O barão de Cotegipe o substituiu, como primeiro ministro, e confiou a Antonio Prado a pasta da Agricultura, Commercio e Trabalhos Publicos, e a Belisario de Souza a das Finanças. (5)

5) Gabinete de 30 de agosto de 1885: Presidente do Conselho e ministro dos Negocios Extranjeiros, o **BARÃO DE COTEGIPE**, senador pela Bahia (nascido em Villa da Barra, na Bahia, a 23 de outubro de 1815 e fallecido no Rio em 13 de fevereiro de 1889); Interior, o **BARÃO DE MAMORE'**, senador pelo Amazonas; Justiça, **RIBEIRO DA LUZ**, senador por Minas; Finanças, **BELISARIO DE SOUZA**, deputado pelo Rio de Janeiro; Guerra, **JUN-**

A lei foi adoptada pelo Senado e sanccionada pelo imperador em 28 de setembro de 1885, quatorze annos, dia por dia, depois da lei Rio Branco.

Essa nova lei declarava livres os escravos a partir de 60 annos, como o havia proposto Dantas, mas deveriam servir ainda por tres annos a seus senhores; fixava, além disso, uma tabella do valor dos escravos, decrescente com os annos, e augmentava certos impostos para crear um fundo de encorajamento para a immigração.

A escravidão estava condemnada. "Si decretardes sem indemnização a emancipação dos sexagenarios, — disséra em 1884 um dos mais illustres conselheiros de Estado — a propriedade servil estará moralmente destruida pela vossa lei, e essa propriedade não terá mais razão de ser na consciência do legislador."

Entretanto, os abolicionistas ainda não estavam nem podiam estar satisfeitos. Seu *leader* na Camara, Joaquim Nabuco, continuava a pedir que se fixasse uma data proxima para a libertação total dos escravos, e os publicistas do partido continuavam em activa propaganda.

QUEIRA, senador pela Bahia (fallecido em 1888); Marinha, ALFREDO CHAVES, deputado pelo Rio de Janeiro; Agricultura, Commercio e Trabalhos Publicos, ANTONIO PRADO, deputado (hoje senador) por S. Paulo.

Em 1884, as provincias do Amazonas e do Ceará libertaram todos os seus escravos.

Esse facto glorioso foi celebrado por uma festa libertadora, a 25 de março do mesmo anno, anniversario do juramento prestado á Constituição do Imperio.

No mesmo dia, Patrocínio, então redactor chefe da *Gazeta da Tarde*, do Rio, hoje redactor chefe de *A Cidade do Rio*, reunia em Paris, em banquete fraternal, alguns deputados e jornalistas francezes e brasileiros para festejarem a abolição da escravidão no Ceará.

Foi nesse banquete que Schoelcher, no seu desejo ardente de ver proclamada a emancipação total dos escravos, atacou injustamente a lei brasileira de 1871, sem levar em conta as difficuldades que fôra preciso vencer para obtel-a. (6)

(6) Já fizemos ver que em todos os paizes em que se conseguiu a emancipação sem violencias e revoluções, as primeiras medidas tomadas foram a abolição do trafico e a liberdade dos recém-nascidos. No Brasil, ainda em 1871, todo o trabalho agricola estava nas mãos dos escravos que formavam um quinto da população do Imperio. De 1871 a 1880, nenhuma voz se levantou para pedir a emancipação total e immediata. Só em 1879 e 1880 é que se começou a pedir a emancipação gradual. Os abolicionistas brasileiros sempre fizeram justiça á lei de 1871 e ao estadista que se immortalizou na defesa della. SCHOELCHER terá a prova disso no seguinte trecho do discurso pronunciado na Camara dos Deputados por J. NABUCO, quando do fallecimento do VISCONDE DO RIO BRANCO.

Essa lei fôra, entretanto, o primeiro passo para a grande reforma, e permittira aos partidarios da liberdade começar alguns annos mais tarde sua propaganda para a completa emancipação.

Victor Hugo fôra convidado para o banquete. Não podendo comparecer, enviou a seguinte carta:

“Uma provincia do Brasil acaba de declarar abolida a escravidão. Eis uma grande noticia!

“A escravidão é o homem substituido no homem pelo animal; o que pôde restar de intelligencia nessa vida animalizada do homem, pertence ao senhor, segundo sua vontade e seu capricho. Originam-se dahi circumstancias terribes.

“Acabo de falar do sentimento nacional que acompanhou hontem á sepultura o visconde do Rio Branco mas o espectáculo que presenciámos ha um anno, quando a população inteira foi recebê-lo na sua volta da Europa, não foi menos imponente. Eram as honras do triumpho, que entre nós o povo concede apenas aos que fizeram alguma cousa para extender os limites da patria, para fazê-la collaborar na obra da arte, da justiça, ou da liberdade, obra commum á humanidade inteira.

“O homem, cuja perda lamentamos, não fez uma obra incompleta. Ha nesta grande realização uma parte definitiva. Ha dez annos que no sólo brasileiro todas as creanças nascem para a liberdade; e quando mesmo não fossemos além da lei de 28 de setembro de 1871, se esquecessemos o dever da nossa geração e do nosso tempo, ainda assim ella bastaria para deixar desassombrado o futuro, para nos deixar entrever o dia em que não existiria mais

“O Brasil desferiu um golpe decisivo na escravidão. O Brasil tem um imperador; este é mais do que um imperador, é um homem. Que elle continúe. Nós o felicitamos e o honramos. Antes que termine o seculo, a escravidão terá desaparecido da terra.

“A liberdade é a lei humana.

“Synthetizamos numa palavra a situação do progresso: a barbarie recúa, a civilização avança.”

“*Victor Hugo.*”

Encorajadas pelo exemplo do Ceará e do Amazonas, organizaram-se sociedades emancipadoras em varios logares. Grande numero de proprietarios declararam livres os seus escravos. Alguns como a viscondessa de Rio Novo, não tendo herdeiros directos, deixaram por testamento, a seus escravos libertos, a propriedade das terras em que elles tinham trabalhado. (1)

escravidão em nossa terra. Eis a sua gloria; venho affirmar-a do alto desta tribuna, porque essa gloria é o patrimonio de nossa idéa, é a riqueza de nossa causa, é a grande herança que Rio Branco mostra á ambição de nossos estadistas e deixa, como Alexandre, ao mais digno dentre elles.”

1) Devemos registrar que bem antes do movimento abolicionista, a condessa De Barral e de Pedra Branca tinha libertado todos os seus escravos.

A condessa De Barral, viuva de um francês, nasceu no Brasil. Todavia a alta sociedade parisiense conhecia essa dama illustre que dirigiu, no Rio, a educação da Princesa Imperial do Brasil e

D. Pedro II continuava a estimular esse bello movimento de generosidade nacional.

Infelizmente, no começo de 1887, após uma viagem á provincia de S. Paulo, cahiu gravemente enfermo de uma congestão do figado, complicada com febre palustre.

Quando entrou em convalescença, os medicos aconselharam uma viagem á Europa, indispensavel á cura completa.

D. Pedro II partiu a 30 de junho, e pela terceira vez a princesa imperial, dona Isabel, assumiu a regencia do Imperio.

Na ausencia do imperador, nos ultimos dias da sessão do Parlamento, a causa dos abolicionistas avançados recebeu a valiosa adhesão de duas figuras do Partido Conservador, estadistas muito influentes: conselheiros João Alfredo Corrêa de Oliveira, chefe daquelle Partido em Pernambuco e nas provincias do Norte, collega de Rio Branco no glorioso gabinete de 1871-75, e Antonio Prado, chefe do mesmo Partido em S. Paulo, a mais prospera, emprehendedora e adiantada das provincias do Imperio.

Esses dois homens de Estado annunciaram do alto da tribuna do Senado ao gabinete Cote-

da princesa Leopoldina. Seu pae, BORGES DE BARROS, VISCONDE DE PEDRA BRANCA, foi um poeta estimado e um dos mais illustres estadistas e diplomatas brasileiros. Foi, no reinado de D. Pedro II, ministro do Brasil na França.

gipe, que o paiz reclamava nova reforma, e convidaram o presidente do Conselho a determinar a data em que todos os escravos seriam declarados livres.

Era o que pediam os chefes dessa propaganda humanitaria, Nabuco e Patrocínio.

O barão de Cotegipe e seus collegas acharam que o governo devia limitar-se a manter as leis de 1871 e 1885.

Durante as férias parlamentares, iniciadas no mez de setembro, o senador Antonio Prado pôz-se á frente da propaganda abolicionista em São Paulo.

Sua acção se tornava mais efficiente porque elle, como seu pae, o veneravel Martinho Prado, e todos os membros da familia, ricos lavradores, tinham libertado seus numerosos escravos.

Muitos lavradores, amigos delles, imitaram o bello exemplo. Começaram a libertar em massa os seus escravos.

O movimento augmentava cada dia. Os acontecimentos precipitavam-se mais rapidamente do que podiam esperar os mais ousados abolicionistas. Em certos pontos da provincia, escravos, cujos senhores não queriam ouvir falar de emancipação, deixavam tranquillamente as fazendas, a conselho de um agitador, o advogado Souza e Castro. (Antonio Bento).

Como impedir o movimento? O governo não podia resistir mais á vontade nacional.

Quando as autoridades, seguidas de praças, intimavam centenas de negros evadidos a voltar ás fazendas, elles respondiam:

“Atirae sobre nós, si quizerdes; não temos armas e não queremos nos defender. Mas somos homens como vós e queremos que nos restituam a liberdade que todo homem recebe de Deus. Vamos procurar trabalho onde nos receberem como homens livres!”

A attitude desses escravos insurrectos era calma e digna. Attravessavam povoações e cidades, sem praticar violencias, e iam procurar a protecção dos abolicionistas ou de fazendeiros que já houvessem libertado os seus semelhantes.

Correu o boato de que o governo tinha a intenção de empregar a força armada para sujeitar os escravos evadidos.

Immediatamente o senador Antonio Prado declarou, num discurso em S. Paulo, que não se devia empregar o exercito em tal serviço.

No prospero districto de Campos (provincia do Rio), os escravos abandonaram, em massa, as fazendas. Sua attitude era a mesma dos negros de S. Paulo.

Não havia tempo a perder. Era preciso agir promptamente.

Um anno atrás, uma lei fixando a emancipação total para 1890 contentára a todos. Agora, a emancipação immediata impunha-se, pois do contrario, — mesmo nas provincias do Rio e de Minas onde a resistencia energica dos lavradores se oppunha ao movimento abolicionista, — os escravos não libertados iriam abandonando, em massa, a lavoura, e se desorganizaria inteiramente o trabalho agricola.

Nesta melindrosa situação, a desharmonia entre a princesa Regente e seus ministros produziu uma troca de governo.

O gabinete apresentou demissão, e a princesa imperial encarregou o senador João Alfredo Corrêa de Oliveira de organizar novo ministerio.

O senador por S. Paulo, Antonio Prado, e o deputado pela mesma provincia, Rodrigo da Silva, fizeram parte desse ministerio constituido em 10 de março. (1)

1) Gabinete de 10 de março de 1888: — Presidente do Conselho e ministro da Fazenda, João Alfredo Corrêa de Oliveira, senador por Pernambuco; Interior, Costa Pereira, deputado pelo Espirito Santo; Justiça, Ferreira Vianna, deputado pelo Rio de Janeiro; Negocios Estrangeiros, Rodrigo da Silva, deputado (hoje senador) por S. Paulo; Guerra, Coelho de Almeida, senador pelo Rio de Janeiro; Marinha, Vieira da Silva, senador pelo Maranhão; Agricultura, Commercio e Trabalhos Publicos, Antonio Prado, senador por S. Paulo.

Os lavradores do Rio e de Minas resistiam á reforma.

O movimento abolicionista e o exemplo dado pelos paulistas ganharam, porém, importantes adhesões na provincia do Rio.

Os mais ricos lavradores dessa provincia, os que possuíam maior numero de fazendas, os condes de S. Clemente, de Nova Friburgo e de Araruana, assim como suas numerosas familias, compostas de ricos *landlords*, libertam os seus escravos.

A resistencia tornára-se impossivel. A opposição estava desmoralizada, confundida. A instituição da escravatura estava condemnada. Toda a imprensa encorajava essa nobre e generosa evolução.

A 3 de maio, a Regente abriu o Parlamento. Na "fala do throno" havia o seguinte trecho que não deixava duvidas sobre a intenção do governo:

"A extincção do elemento servil pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades dos particulares, em honra do Brasil, adeantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração acclamada por todas as classes, com admiraveis exemplos de abnegação por parte

dos proprietarios. Quando o proprio interesse privado vem, espontaneamente, collaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito patrio a unica excepção que nelle figura, em antagonismo com o espirito christão e liberal das nossas instituições”.

Com effeito, o numero de escravos, que era de 1.700.000 por occasião da lei Rio Branco, em 1871, desceu a 1.584.674 em 1873, a 1.133.228 em 1884, e a 733.416 no recenseamento de março de 1887.

No mez de maio de 1888, as libertações em massa tinham reduzido esse numero a menos de 600.000.

Desde 1871, mais de 500.000 filhos de escravos tinham nascido livres, em virtude da lei Rio Branco.

O quadro seguinte expõe, em dados eloquentes, a progressão que se operou no Brasil na diminuição do numero de escravos de 1873 a 1887.

Essa diminuição progressiva terminaria com a suppressão total da escravatura, e justi-

fica a resolução energia que honrará para sempre o governo da regencia:

Provincias	1873 Escravos	1887 Escravos	Valor legal (em mil réis)
Amazonas	1.716	0	0
Pará	31.237	20.535	6.825.539
Maranhão	74.598	33.446	22.449.874
Piauhy	24.016	8.970	6.331.973
Ceará	31.975	108	77.175
Rio Grande do Norte	13.634	3.167	2.134.987
Parahyba	27.651	9.448	6.259.230
Pernambuco	106.236	41.122	27.619.235
Alagoas	36.124	15.269	10.039.005
Sergipe	35.187	16.875	11.279.860
Bahia	169.766	76.838	52.054.767
Espirito Santo	22.297	13.381	9.061.922
Rio de Janeiro (cid. e distr.)	47.084	7.488	4.974.289
Rio de Janeiro (provincia) ..	303.807	162.421	105.869.250
São Paulo	174.622	107.329	73.557.811
Paraná	11.807	3.513	2.465.200
Sta. Catharina	15.250	4.927	3.379.200
Rio Grande do Sul	99.401	8.442	5.947.364
Minas Geraes	340.444	191.952	129.316.288
Goyaz	10.771	4.952	3.386.997
Matto Grosso	7.051	3.233	2.117.757
	-----	-----	-----
TOTAL	1.584.674	733.416	485.147.723

A 3 de maio abriu-se o Parlamento.

Os novos ministros e os demissionarios deram explicações sobre a mudança ministerial de 10 de março e, na discussão, falou-se da reforma annunciada pela "fala do throno".

O grande orador Joaquim Nabuco, em admiravel discurso, conseguiu collocar a questão acima da rivalidade dos partidos.

“Não é este o momento — disse elle — de se fazer ouvir a voz dos partidos. E’ este, incomparavelmente, o maior momento de nossa patria. A geração actual ainda não sentiu coisa semelhante e precisamos lembrar-nos do que nossos paes que viram o 7 de abril, ouviram aos nossos avós que viram a Independencia, para imaginar como na terra brasileira houve de geração em geração uma cadeia de emoções parecidas com esta.

“Dentro dos limites de nossa vida nacional, e feito o desconto da marcha de um seculo todo, 1888 é um acontecimento maior para o Brasil do que 1789 foi para a França. E’ literalmente uma nova patria que começa”.

Esta linguagem patriotica produziu nos deputados profunda impressão.

A 8 de maio, Rodrigo Silva, ministro da agricultura, apresentou, em nome do governo, a proposta da abolição da escravatura no Brasil.

Foi nomeada uma commissão especial. Esta redigiu immediatamente um parecer concluindo pela adopção do projecto. O conselheiro Duarte de Azevedo (outro collega do visconde do Rio Branco no gabinete de 1871) foi o relator dessa commissão. Alguns minutos depois, elle se apresentou deante da Camara:

“A commissão especial, convencida de que nesta materia não é possível retardar um só instante as aspirações do povo brasileiro, que quer satisfazer a uma necessidade social e politica que é, ao mesmo tempo, brilhante homenagem á civilização do seculo, e á generosidade de todos os que amam o bem da humanidade, pede á Camara permissão para lhe apresentar um requisitorio de urgencia, com dispensa de impressão, afim de que o projecto seja discutido amanhã.

“Eis o nosso parecer:

“A commissão especial, encarregada de examinar a proposta do governo sobre a extincção da escravidão, convencida de que esta proposta satisfaz plenamente as aspirações do povo, é de opinião que ella seja convertida no projecto seguinte.”

Vinha então o projecto.

O entusiasmo chegou ao cumulo no Rio e em todo o Imperio.

A discussão durou dois dias (9 e 10 de maio). Cinco discursos foram pronunciados, sendo tres contra a reforma. Na primeira discussão (9 de maio), 84 deputados votaram pela abolição e 9 contra. (1) Quatro deputados que

1) A Camara dos deputados compõe-se hoje de 125 membros, mas 22 conservadores e 7 liberaes, não estiveram presentes

se achavam ausentes no momento da votação, enviaram declarações favoráveis ao projecto. Na ultima discussão, a maioria foi ainda mais notavel.

A 11, o projecto chegou ao Senado. A comissão nomeada para examinal-o compunha-se de 3 liberaes, Dantas (relator), Affonso Celso (visconde de Ouro Preto) e general visconde de Pelotas, e 2 conservadores, Teixeira Junior (visconde de Cruzeiro) e d'Escragnolle Taunay.

As duas discussões regulamentares occuparam as reuniões de 12, sabbado, e 13, domingo. Foram pronunciados dois discursos contra a reforma, pelo barão de Cotegipe, antigo presidente do Conselho, e pelo conselheiro Paulino de Souza, antigo ministro. O projecto foi defendido pelos conselheiros Dantas, presidente do Conselho no gabinete de 1884, e por Manoel Francisco Corrêa, ministro em 1871 com Rio Branco. Era grande a impaciencia publica.

á votação e havia 3 cadeiras vagas. Os 84 votos favoráveis á reforma estavam assim distribuidos: 64 conservadores, 19 liberaes e 1 republicano.

Os nove contrarios pertenciam todos ao partido conservador; 8 eram deputados pelo Rio de Janeiro e 1 por Pernambuco.

Hoje (abril de 1889) a Camara dos deputados está assim constituída: 90 conservadores, 30 liberaes, 3 republicanos e duas cadeiras vagas.

Já dissemos que em 1871 Paulino de Souza tinha chefiado a opposição contra a lei Rio Branco. Durante o governo dos liberaes (1878-85), a resistencia ás idéas abolicionistas foi representada por elle, conservador, e por Martinho de Campos, liberal, ambos influentes nos partidos a que pertenciam. Martinho de Campos falleceu em 1887, e, com a elevação dos conservadores, Paulino de Souza tornou-se o principal arrimo do gabinete Cotegipe (1885-88) que, tendo conseguido a segunda lei de emancipação, achava que não era preciso fazer mais nada nesse sentido. Depois das campanhas parlamentares de 1871 e de 1884-85, muitos amigos politicos de Paulino de Souza mudaram de idéa. Elle achou, entretanto, que devia ser sempre o homem da resistencia, e nesse papel concorreu para que a grande reforma não se realizasse com precipitação. Terminou seu discurso, na reunião memoravel de 13 de maio, que foi o primeiro dia do regime de egualdade no Brasil, com as seguintes palavras:

“Mas não quero deter por mais tempo o prestito triumphal que já se acha enfileirado, na sua marcha festiva.

“Quando elle passar por mim, achar-me-á neste lugar, representando a minha provincia, os meus companheiros no trabalho agricola, coherente com os deveres, já preenchidos, da missão

que me incumbi de desempenhar, em nome e em defesa de grandes interesses nacionaes.

“Sejam quaes forem os sentimentos que no meu coração se possam expandir, na hora em que todos forem livres nesta terra, eu os guardarei commigo, silencioso, vencido, mas sem que se me possa contestar um titulo ao respeito publico: — o de ter preferido até hoje, como hei de preferir sempre, a lealdade, a integridade e a honra politica, a todas as glorias e a todas as grandezas.” (1)

Este discurso foi ouvido com todo o respeito pela multidão que enchia as tribunas do Senado.

A votação final realizou-se no mesmo dia: 43 senadores contra 6 pronunciaram-se a favor da lei (1) entre os applausos dos espectadores que o presidente do Conselho não podia conter. Como se deu em 1871, cobriu-se o recinto de flores, e o presidente do Conselho, João Alfredo, o senador Dantas e todos os que tinham contribuido para a grande victoria, fo-

(1) O conselheiro Paulino de Souza é o filho mais velho do illustre estadista de que já falámos, o visconde do Uruguay, brasileiro nascido em Paris.

(1) No Senado (61 membros), 43 senadores, sendo 19 conservadores e 24 liberaes, votaram a favor da lei, e 6 conservadores contra. Destes ultimos 3 eram do Rio de Janeiro, 1 de Minas Geraes, 1 da Bahia e 1 de Sergipe. Cinco conservadores e 4 liberaes estavam ausentes e havia 3 vagas.

ram aclamados com entusiasmo, á sahida, pela multidão que aguardava, nas immediações do Senado, o resultado da discussão.

No mesmo dia, 13 de maio, a Princesa Regente sancionou a lei.

Para celebrar esse acontecimento memoravel, realizaram-se muitas festas publicas em todo o Imperio. A nação brasileira estava feliz e orgulhosa. Era um verdadeiro sentimento de allivio que os brasileiros experimentavam.

Assim, desde 13 de maio de 1888, não ha mais escravos no Brasil...

A lei que supprimiu a escravidão era de admiravel simplicidade.

Continha dois artigos, apenas:

“Art. 1.º — E’ declarada extincta a escravidão no Brasil.”

“Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.”

CAPITULO XI

DEPOIS DA ABOLIÇÃO

SUMMARIO: — Despacho do ministro da França no Rio lido por Goblet. — Festas em toda a America. — Manifestação popular em Buenos Aires (17 de maio) e discurso do general Mitre — Conselhos do Papa Leão XIII aos antigos escravos. — Consequencias da emancipação. — A "Fala do Throno", em 1889. — Como D. Pedro recebeu, em Milão, a noticia da abolição. — "Grande povo!"...

O povo brasileiro celebrou com flores e regozijo publico o começo da reforma, em 1871, e seu feliz coroamento, em 1888.

Nosso ministro dos Negocios Extranjeros disse em seu discurso de 10 de julho ultimo:

"O ministro da França no Brasil (1), relatando-me a reunião da Camara dos Deputados

1) Conde Amelot de Chaillou.

em que a lei foi votada por aclamação, escrevia que do alto das tribunas eram atiradas flores em profusão no recinto da Camara invadida pela multidão em delirio, e que o presidente do Conselho a custo poude fugir á ovação de que foi alvo. E nosso ministro, tambem tomado de entusiasmo, terminava assim a carta:

“A data da emancipação será a mais memoravel da historia do Brasil. Esta pagina de seus annos foi escripta pela Nação inteira, na união intima do Povo, do Parlamento e da Corôa.”

A grande noticia, transmittida logo pelo telegrapho, foi celebrada em todos os paizes da America.

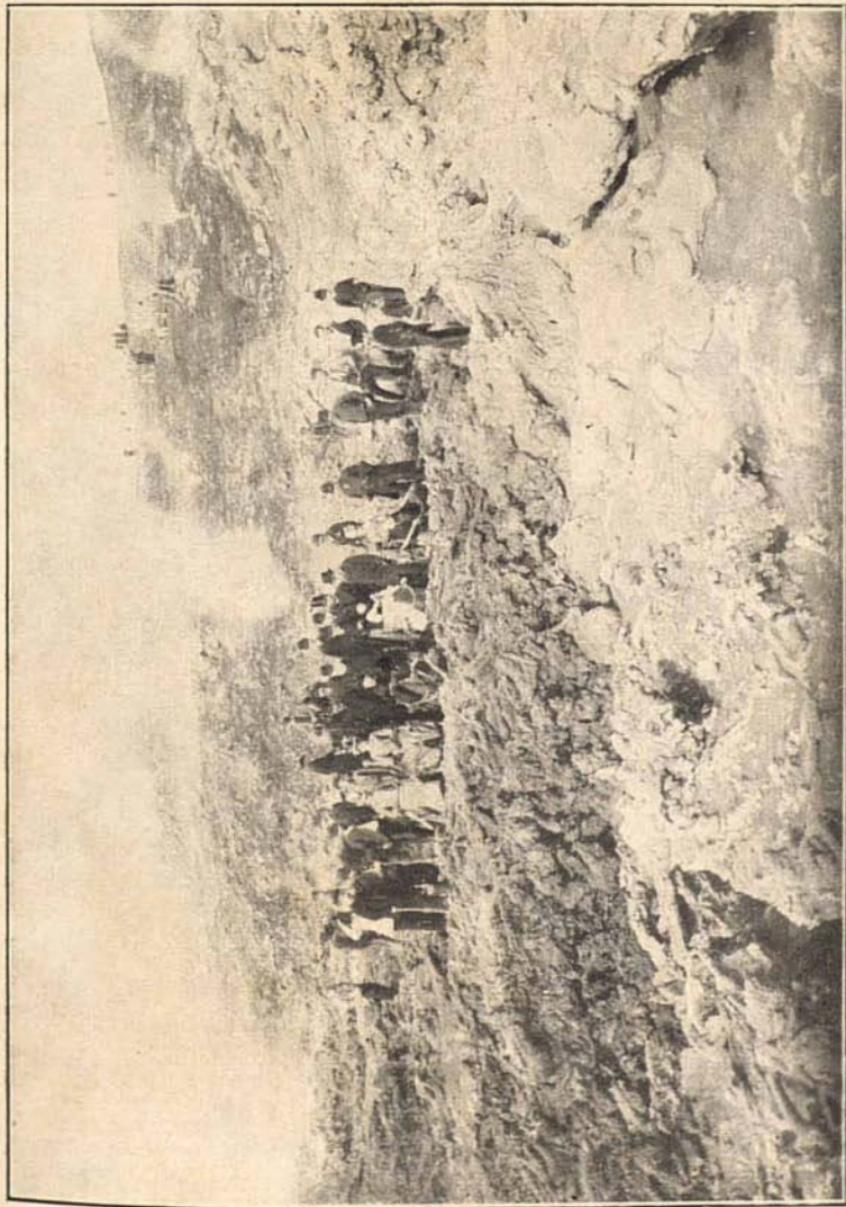
Em Buenos Aires, principalmente, as manifestações populares foram entusiasticas.

A 17 de maio, mais de 40.000 cidadãos, tendo á frente os generaes Bartholomeu Mitre e Domingo Sarmiento, antigos presidentes da Republica, dirigiram-se á residencia do barão de Alencar, ministro do Brasil.

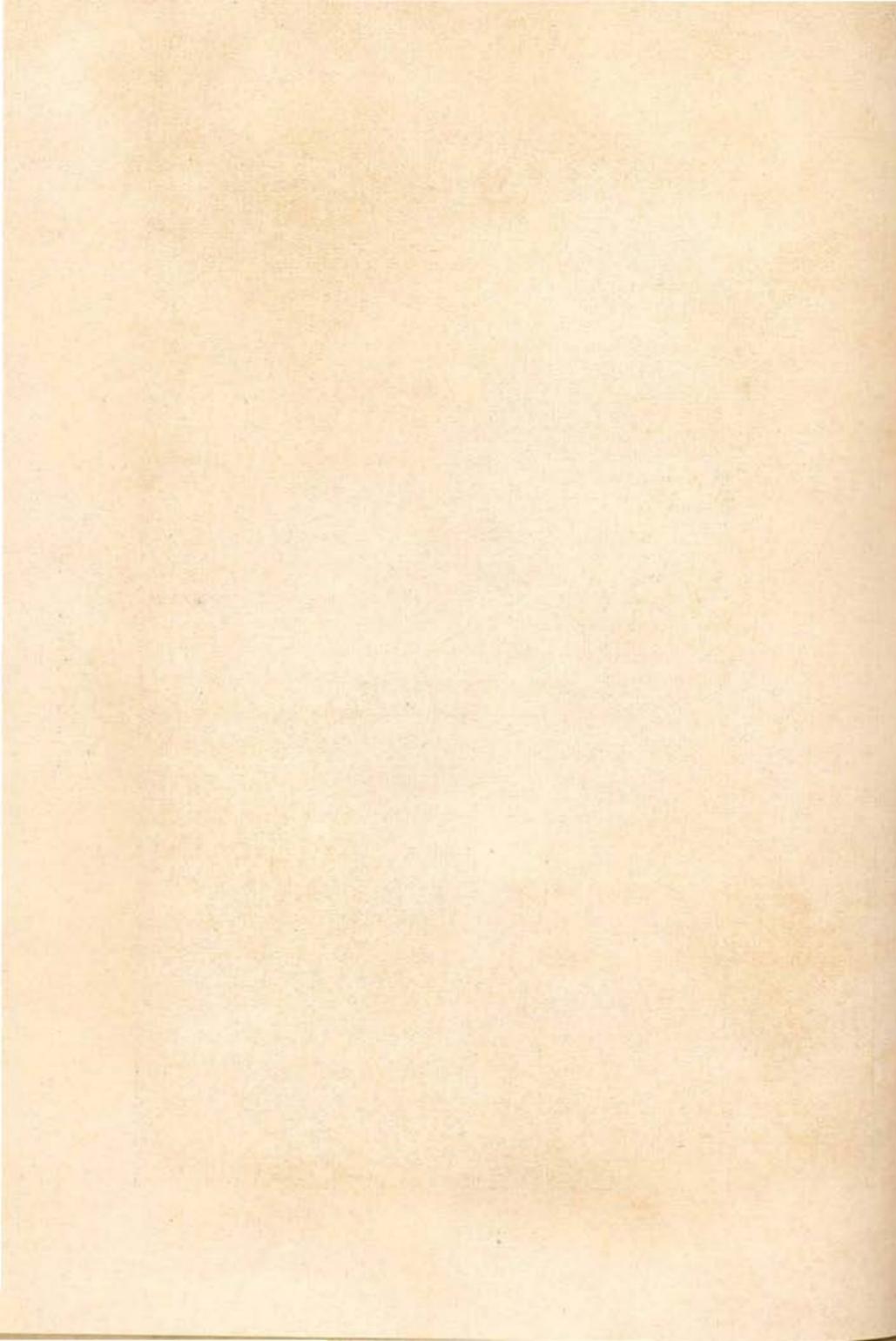
E' sabido que a prosperidade da Republica Argentina data da gloriosa presidencia do general Mitre, o maior estadista argentino do nosso tempo.

Foi elle o orador dessa grande manifestação, assim concluindo o seu discurso:

“O Imperio do Brasil era uma democracia coroada, tendo por principio fundamental de sua



D. Pedro II em visita ao Vesúvio. Photographia tirada na cratera
a 16 de Abril de 1888.



organização politica, como a nossa Republica, a soberania do povo; a egualdade só não existia por causa da escravatura.

Hoje, proclamando o grande principio da egualdade humana, transformando os escravos em cidadãos de um paiz livre, o Brasil apresenta-se como sociedade perfeitamente equilibrada, ornada de uma corôa de luzes inextinguiveis como as das estrellas do Cruzeiro do Sul, que brilham no céu de nosso hemispherio.

“Em honra desse grande acontecimento, que marcará época nos fastos eternos do progresso humano, o povo argentino saúda fraternalmente o povo brasileiro que o ajudou a destruir aqui uma tyrannia barbara (2); saúda com a mais viva sympathia os poderes publicos do Brasil que fizeram entrar na lei positiva do Imperio a grande lei moral da liberdade, da egualdade e da fraternidade entre os homens; saúda o chefe actual do gabinete brasileiro, João Alfredo Corrêa de Oliveira, que, inspirado no exemplo de seu mestre e amigo Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, teve a honra de presidir á abolição completa da escravidão no Brasil, acto final da evolução começada em 1871.

Saúda, tambem, o orador Joaquim Nabuco que, á testa da propaganda abolicionista desde

2) Allusão á intervenção brasileira de 1851-1852 contra Rosas.

1879, soube agitar a opinião e dar a esse movimento de generosidade nacional o impulso vigoroso que o tornou hoje triunfante.

“Em vossa alta personalidade, sr. Ministro, que tão dignamente representais o Imperio do Brasil junto ao nosso governo, o povo argentino saúda o vosso illustre soberano D. Pedro II, o principal promotor dessa grande reforma.

O imperador legará á posteridade, na abolição da escravatura decretada em seu nome pela princesa regente, a herança mais gloriosa, a mais fecunda do seu longo e prospero reinado.

“A gratidão dos brasileiros já ergueu a estatua de D. Pedro I, o libertador de dois povos, com a Constituição liberal do Imperio em uma das mãos e tendo em seus labios de bronze o grito retumbante do Ypiranga que, em 1822, annunciou ao mundo o nascimento de uma nova nacionalidade. A posteridade reconhecida levantará a estatua de D. Pedro II, tendo, em uma das mãos, a proclamação da liberdade dos ultimos escravos do mundo, e atirando, no abysmo do passado, as cadeias para sempre quebradas.

“Gloria e prosperidade ao povo brasileiro, aos poderes publicos do Imperio e ao seu Soberano!”

O papa Leão XIII enviou á princesa regente a *Rosa de Ouro* e, em carta dirigida aos bis-

pos brasileiros, (3) dava estes sabios conselhos aos antigos escravos:

“Que elles guardem religiosamente o sentimento de gratidão e se esforcem para proval-o com cuidado áquelles a quem devem a liberdade. Que não se tornem jamais indignos de tão grande beneficio, e que não confundam nunca a liberdade com a licença de paixões; que usem della, como convém a cidadãos honestos, para o trabalho de uma vida activa, para o progresso e para o bem da familia e do Estado.

Que cumpram sempre o dever de respeitar a majestade dos principes, obedecer aos magistrados e observar as leis, não pelo medo mas pelo espirito da religião.

Que se abstenham de invejar a riqueza e a superioridade dos outros, porque é muito para se lamentar que grande numero de pobres se deixem dominar pela inveja, origem de tanto mal.”

* * *

Quaes foram, porém, as consequencias da lei da emancipação?

3) Essa carta tem a data de 5 de maio de 1888, mas não foi publicada no Vaticano senão muitos dias após a abolição total. (Ver o *Monitor de Roma* de 23 e de 24 de maio).

Neste anno (1889), Leão XIII não se esqueceu do primeiro anniversario da abolição da escravidão no Brasil: a 13 de maio, enviou sua benção ao imperador, á princesa, a toda a familia imperial, ao governo e ao povo brasileiro.

Quando o governo de D. Pedro II se occupava da suppressão do ignobil trafico dos africanos, os negreiros prediziam que a agricultura pereceria. Um senador chegou a affirmar que a producção nacional diminuiria de 40%.

Ora, o trafico foi supprimido em 1850, e a producção e a exportação augmentaram. (4)

No fim de alguns annos, os lavradores reconheciam que não podiam queixar-se da lei de 1850.

Quando, em 1871, o visconde do Rio Branco defendia a primeira lei para a emancipação gradual, os escravagistas previam ainda que ella acarretaria a ruina do paiz e a desorganização do trabalho agricola.

Enganaram-se. Os numeros eloquentemente o demonstraram. A producção continuou na sua marcha ascendente, embora o numero de braços servís tivesse diminuido de modo consideravel. (5)

4) Até o anno de 1849-50, o valor da exportação não fôra além de 57.926 contos (1847-48). Depois de 1854, foi a mais de 100.000. Em 1865-66, attingiu a 157.016 contos.

5) A exportação das tres provincias que possuiam maior numero de escravos, Rio, Minas e S. Paulo, é feita pelos portos do Rio e de Santos. Em 1870, sahiram desses dois portos 200 milhões de kilos de café; hoje, exportam 350 milhões.

A medida das colheitas annuaes era de 40 milhões de kilos no periodo de 1835-40, de 126 milhões no periodo de 1855-60, e de 220 no de 1873 a 1877. Em 1886-87, a colheita foi além de 400

Finalmente, gritava-se que a abolição total seria a perda do paiz e o abandono de todas as grandes culturas.

Ora, os libertos não deixaram de trabalhar, e as grandes culturas não se perderam. Os embarques de café, no Rio e em Santos, foram mais consideraveis neste anno do que no anno precedente. (Discurso do Presidente do Conselho na Camara dos Deputados, a 27 de agosto de 1888) (6); os titulos brasileiros são cotados acima do par; o cambio subiu rapidamente, foi além do par e attingiu a uma taxa que não se conhecia ha muito tempo, (7) e o Imperio poudo contrahir, em Londres, um emprestimo mais vantajoso do que todos os que tinham sido feitos anteriormen-

milhões. Quanto ás receitas do orçamento geral, que eram de ... 101.000 contos em 1870-71, e de 111.016 em 1873-74, ellas sóbem hoje a 147.200 contos.

6) Acabámos de ler no *Retrospecto commercial de 1888*, publicado pelo *Jornal do Commercio* de 9 de janeiro ultimo, que a exportação de café no Rio foi de 1.088.430 saccas (ou sejam 62 milhões de kilos) a mais do que no anno precedente. Eis um dos resultados da emancipação!

Nos Estados Unidos, os numeros são tambem de grande eloquencia. A maior colheita de algodão no tempo dos escravos fôra de 4.824.000 fardos, em 1860; após uma crise de transição, — porque a guerra civil desorganizou completamente o trabalho agricola, — a colheita de algodão se elevou, em 1876, a 4.669.000 fardos, e em 1888, a 7.017.000.

7) O cambio ao par, sobre Londres, é de 27 dinheiros por mil réis. Ainda em 1886, o cambio tinha descido a 17 3/4, e em

te. (8) Ha mais ainda. A corrente de emigração para o Brasil augmentou de tal sorte que o numero de 1888 é seis vezes maior do que a media dos annos precedentes. (9)

Eis a prova brilhante dos bellos destinos que se abrem para o Brasil, e da confiança que este nobre paiz inspira, graças á fecunda reforma que realizou, — reforma que é, certamente, o maior ensaio de emancipação progressiva e de transformação do trabalho que se tem feito, conseguida sem abalos, sem perturbações, sem que a producção nacional se compromettesse e mesmo se atrasasse.

1888 não fôra alem de 23 1/2. Depois da emancipação começou a subir. Em outubro ultimo excedeu ao par, 27, e, hoje (março de 1889), está acima de 28. Desde 1856 não se dava tal cousa, a não ser em alguns meses de 1875.

8) Os dois melhores emprestimos do Brasil foram contrahidos em 1859 (taxa de emissão, 100%, juros de 5%), e em 1875 (taxa de 96 1/2 e juros de 5%).

O emprestimo contrahido no anno passado, quando era annunciada a emancipação total, foi a 97% com juros de 4 1/2%, o que corresponderia a uma taxa de 108% si os juros fossem de 5%. Todos os emprestimos exteriores do Brasil são feitos em Londres, por intermedio das casas **ROTSCHILD**.

Os **ROTSCHILD** são, desde a independencia do Brasil, os agentes financeiros do Imperio em Londres.

9) A média de 1878 a 1886 era de 20.000 immigrants por anno. Em 1887, esse numero subiu a 54.990; e em 1888, só nos portos do Rio e de Santos desembarcaram 131.268 immigrants.

E' admiravel que o Brasil tenha conseguido, em menos de dezeseite annos (1871-88), realizar pacificamente essa immorredoura transformação social que libertou cerca de dois milhões de escravos.

Não foi graças á sabedoria de D. Pedro II e aos sentimentos generosos do seu povo que o mundo civilizado poude applaudir *esse grande acto de moralidade*, segundo a expressão de Schoelcher?

A emancipação, grandemente favorecida pelo imperador, foi certamente a maior gloria do seu reinado.

No discurso pronunciado ha alguns dias, por D. Pedro II, na abertura do Parlamento (3 de maio de 1889), notam-se os trechos seguintes:

"As rendas publicas continuaram a crescer o anno passado, além das previsões do orçamento, e o mesmo se dá no exercicio corrente.

O desenvolvimento do commercio e das industrias vae attrahindo capitaes estrangeiros, em moeda metallica que circula com differença para menos em relação ao papel do Estado, agora acima do valor do nosso padrão monetario.

O Thesouro Nacional, livre da avultada divida fluctuante que veio de anteriores exercicios, tem disposto de meios mais que sufficientes para as despesas internas, sem necessidade de recorrer aos expedientes de antecipação de receita, e

conserva em Londres grande parte do ultimo emprestimo, para as suas applicações leaes.

“Em taes circumstancias, muito se recomendam ao vosso patriotismo instituições de credito que prestem recursos á maior actividade industrial, e operem a conversão do nosso meio-circulante collocando-o segura e definitivamente em bases normaes.

“Em virtude da emancipação que decretastes na sessão transacta, vai proseguindo regularmente a substituição do trabalho, sem os abalos profundos que em toda a parte succederam a crises desta natureza. A classe agricola comprehendeu que ficára inutil e sem valia uma propriedade que nem era mais susceptivel de posse, e inaugurou resolutamente o novo regimen, do qual provirão a regeneração e o augmento das industrias. O governo tem auxiliado, com os meios que lhe concedestes, esse movimento de transformação economica e social.

Assim é que tem posto o maior empenho em estender a rêde da viação ferrea, quer autorizando o prolongamento das estradas pertencentes ao Estado, quer concedendo garantia de juros ás que possam ser construidas em condições vantajosas por empresas particulares.

“Não têm sido menos sollicitos os altos poderes do Estado em auxiliar a agricultura e outras industrias, favorecendo a corrente immigratoria, já avolumada, e em grande parte espontanea, pe-

los exemplos de prosperidade dos estrangeiros que procuram a nossa patria. Ascenderam as entradas, o anno passado, ao numero de 131.000 immigrantes; as dos ultimos meses annunciam resultado maior.

Para fortalecer a immigração e augmentar o trabalho agricola, importa que seja convertida em lei, como julgar vossa sabedoria, a proposta para o fim de regularizar a propriedade territorial e facilitar a acquisição e cultura das terras devolutas. Nessa occasião resolvereis sobre a conveniencia de conceder ao governo o direito de desapropriar, por utilidade publica, os terrenos marginaes das estradas de ferro que não são aproveitados pelos proprietarios, e podem servir para nucleos coloniaes."

* * *

Quando se realizou a memoravel reforma, D. Pedro II se encontrava em Milão, gravemente enfermo. Fôra atacado de uma pleurisia, complicada com outra febre palustre contrahida, sem duvida, em Veneza ou no lago de Cômô.

Os despachos do Rio chegavam diariamente, mas os medicos occultavam as noticias ao imperador.

A 22 de maio, os medicos desesperaram de salvá-o. Declararam á imperatriz que chegára o momento de chamar um sacerdote.

O arcebispo de Milão assistiu a D. Pedro II, que após a confissão recebeu os ultimos sacramentos da Igreja Catholica Romana.

O imperador estava de tal modo enfraquecido que mal podia falar.

A imperatriz achou conveniente, então, informal-o da grande noticia recebida no dia 13.

Immediatamente seu olhar se reanimou.

— Não ha então mais escravos no Brasil? perguntou com voz quasi extincta.

— Não, respondeu a imperatriz, votou-se a lei em 13 de maio; a escravidão foi abolida.

— Rendamos graças a Deus! disse então; telegraphem immediatamente a Isabel enviando-lhe a minha benção com meus agradecimentos á Nação e ás Camaras.

Depois voltou-se ligeiramente. Os que o cercavam julgaram que estivesse elle moribundo.

Mas seu patriotismo deu-lhe forças para pronunciar estas palavras tocantes:

“Grande povo! grande povo! . . .”

E correram lagrimas de seus olhos.

A alegria profunda que experimentou ao saber que todos os seus subditos seriam livres para o futuro, produziu em todo o seu ser uma commoção efficaz e salutar.

Desde então se accentuam as melhoras.

Aos poucos desapareceu o perigo e não tardou a convalescença. Seu temperamento vigoroso triumphara da morte. (10)

Dois meses depois, D. Pedro II se encontrava em Aix-les-Bains onde completou a cura.

Foi então, num benefico repouso no *Splendid Hotel*, que nos foi permittido contemplar, pela segunda vez, esse glorioso soberano cuja acolhida cheia de bondade nos commoveu e desvaneceu.

Estava completamente restabelecido, prompto para regressar ao Brasil e rejubilar-se ao vêr todos os brasileiros livres e felizes.

10) O dr. HENRI HUCHARD affirma na sua conferencia feita na *Union des femmes de France*, que D. Pedro II deveu sua cura á *cafeina*, cuja acção maravilhosa é conhecida ha poucos annos apenas: — "Têm-se visto doentes que, cahidos em estado de adynamia e fraqueza extremas, prestes a succumbir, salvam-se graças a injecções subcutaneas de cafeina administradas em alta dose. Assim é que um principe amado e venerado, o imperador D. Pedro II, do Brasil, grande protector das sciencias e das letras, poude salvar-se do perigo que ameaçava os seus dias; e posso accrescentar, contente e com certo orgulho, que elle deve a vida á sciencia e ás descobertas francesas."

Além de seu medico assistente, o conde de Motta Maia, o imperador foi tratado em Milão por dois medicos italianos, os Doutores Semola e Giovanni, e por um medico francês, o celebre Dr. Charcot. Foi o Dr. Semola que applicou a cafeina. Os outros chegaram depois d'elle. O Dr. Charcot, velho amigo do imperador, quiz acompanhal-o de Aix-les-Bains a Bordeaux, quando Suas Majestades partiram para o Brasil. Ao despedir-se a bordo do Congo, em Pauillac, D. Pedro II o apertou em seus braços: — Adeus, Charcot, disse commovido, sois um homem de coração.

CAPITULO XII

PAPEL DE D. PEDRO II E DA PRINCESA IMPERIAL NA REFORMA EMANCIPADORA.

SUMMARIO: — Papel de D. Pedro II e da princesa imperial na reforma emancipadora. — Opinião de J. Nabuco sobre a acção do Imperador e da Princesa nesta questão.

Que papel desempenhou D. Pedro II na transformação social que, no Brasil, poz fim á escravidão secular e fez triumphar os grandes principios da egualdade humana e dignidade no trabalho?

Já o dissemos antes. O papel de D. Pedro II foi o de um rei constitucional que nada poderia fazer sem o concurso do povo, porém cuja autoridade moral, prestigio e popularidade, — fructos de uma longa vida de dedicação á patria, — são immensos.

Conhecemos os sentimentos pessoaes de D. Pedro II. Elle queria a abolição da escravatura, mas a queria pela emancipação progressiva, como todos os brasileiros, — com excepção de alguns lavradores.

Sua politica, a respeito, foi prudente, firme, perseverante, como em todas as questões difficeis que precisou resolver.

Joaquim Nabuco definiu perfeitamente o papel de D. Pedro II na evolução emancipadora. Em seu livro *O Abolicionismo*, lemos o seguinte trecho:

“E’ certo que a acção pessoal do imperador se exerceu, principalmente desde 1845 até 1850, no sentido da suppressão do trafico, e desde 1866 até 1871, em favor da emancipação dos filhos nascidos de mães escravas. Foi esta influencia que produziu a lei Eusebio de Queiroz em 1850, e a lei Rio Branco, em 1871. Este facto, si o soberano quizesse escrever as suas memorias e narrar a historia de seus diversos ministerios, poderia proval-o com grande numero de documentos.

“A parte que cabe ao Imperador em tudo o que se executou pela causa da emancipação, é muito grande, é essencial. (1)”

O mesmo autor lembra que quando a questão do trafico foi discutida pelo gabinete de

1) J. NABUCO, *O Abolicionismo*, p. 83 (Londres, 1883).

1849, o imperador, diante das objecções de um ministro que considerava perigosos para a ordem publica os meios de repressão pedidos por Eusebio de Queiroz, declarou que *preferia perder a corôa a soffrer a continuação do trafico*. (2)

Quanto á princesa imperial, Dona Isabel, digna herdeira do grande imperador, teve a gloria, em sua primeira regencia (1871-72), de presidir á discussão da reforma Rio Branco e sancionar essa lei que proclamou a liberdade dos recém-nascidos; e provocar o ultimo acto da grande campanha abolicionista, na terceira regencia, assignando, em nome do imperador, a lei gloriosa de 13 de maio votada quasi por unanimidade pelos representantes da nação.

Hoje a princesa é denominada — *Isabel, a Redemptora*.

Eis alguns trechos de um artigo (3) em que J. Nabuco, o ardente defensor da causa emancipadora, rende equal justiça ao papel glorioso do imperador, da princesa imperial e de seus ministros e conselheiros, na obra immortal da emancipação:

“Para certas pessoas, escreveu elle, a data de 28 de setembro se resume no nome de Silva Paranhos, visconde do Rio Branco. O Brasil deve muito a esse eminente bemfeitor para lhe

2) *O Abolicionismo*, p. 2.

3) *O Paiz*, do Rio, n.º de 29 de setembro de 1888.

conceder a gloria de ser nosso segundo patriarcha.

“A verdade, todavia, é que em 1871 o ministro foi o instrumento, tanto quando o pôde ser um grande estadista, da firme resolução do imperador, do mesmo modo que dezesete annos mais tarde seu successor e discipulo, João Alfredo, o foi tambem da inspiração e da humanidade da princesa regente.

“Em 1871, como em 1888, estavamos sob uma regencia, com a differença que em 1871 foi como uma doação de gloria feita pelo monarcha á sua filha, emquanto que em 1888 a regencia foi o effeito fortuito de uma enfermidade que tornava todo plano politico impossivel ao imperador. Negar, porém, a Sua Majestade, a maior parte na obra de 28 de setembro de 1871, seria uma espoliação historica tão flagrante como negar á princesa a mesma parte no que diz respeito á lei de 13 de maio de 1888.

“Possuo o autographo, escripto pelo imperador, da resposta que foi dada pelo ministro Martim Francisco de Andrada aos abolicionistas franceses em 1866. Essa resposta serviu de ponto de partida de todo o movimento abolicionista, de 1866 a 1871.

“Tudo prova que o imperador foi, desde o principio, o iniciador da grande reforma e, em seguida, o sustentaculo dos que se empregavam

em conseguir a liberdade dos recém-nascidos, a saber: S. Vicente, Nabuco, Inhomirim, Tavares Bastos, Teixeira Junior, até o dia em que, tendo encontrado o homem e as circunstancias opportunas, poude se desincumbir de sua promessa.

“Foi da parte do imperador uma grande e dobrada prova de confiança no homem de Estado e no povo, entregar ao mesmo tempo a Silva Paranhos a primeira regencia de sua filha, e a primeira campanha contra a escravidão.

“Si o ministro conseguiu cumprir a missão e immortalizar o seu nome, isto não é razão para diminuir a gloria que pertence ao governo imperial, desconhecendo a marcha do movimento que surgiu em 1865 e firmou-se nitidamente em 1871.

“Entre a lei de 28 de setembro e a de 13 de maio de 1888, a distancia é immensa. Mas a segunda não teria sido possivel sem a primeira, da qual é o complemento. . .

“A data de 28 de setembro marcará para sempre o começo do movimento em favor da reparação nacional effectuada em 13 de maio de 1888, e isto basta para que hoje o imperador e a princesa possam experimentar a satisfação de haverem igualmente concorrido para a libertação de sua patria.

“O modo de agir da princesa lhe valerá, para sempre, as homenagens do abolicionismo propriamente dito. A princesa, porém, abreviou

apenas a duração do captiveiro por uma prompta e rápida libertação da geração actual, emquanto que o imperador poupou ás gerações futuras da raça negra — a muitas gerações — seculos de captiveiro, graças ao trabalho de um Eusebio de Queiróz, de um Rio Branco e de um Dantas.”

Eis como o grande orador e jornalista, que Emile Levasseur appellidou com razão o *Buxton brasileiro*, caracteriza o duplo papel de D. Pedro II e de D. Isabel na grande reforma.

CAPITULO XIV

OS PROTESTOS.

SUMMARIO: — Opinião de Schoelcher a respeito dos agricultores. — Explicação necessaria. — Houve agricultores descontentes. — Pretenso direito de propriedade do homem sobre o homem. — Opinião de Rocha (1758), de Condorcet (1781) e de Mello Freire (1795.) — Opinião de Cochim e do senador brasileiro Salles Torres Homem (1871) — Relação dos paizes que aboliram a escravidão sem indemnização. — Qual seria a unica indemnização justa. — A abolição foi um beneficio para os agricultores. — Como pretensos republicanos comprehendem a divisa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. — Resposta de Salles Torres Homem aos ataques de escravagistas contra o imperador.

Em um trecho que reproduzimos anteriormente, Schoelcher fez o justo elogio dos agricultores brasileiros.

Estes mereciam, por certo, o louvor, pois muitos delles, e os mais ricos, os mais influentes

proprietarios ruraes, tinham libertado os seus escravos tornando assim possível, para o mês de maio de 1888, a abolição total que um anno antes os mais ardentes abolicionistas só poderiam prever para 1890 ou 1892.

Elles produziram, principalmente, essa corrente de opinião, esse movimento entusiastico e generoso que precipitou os acontecimentos e criou a semana memoravel que precedeu o 13 de maio.

Entre esses agricultores, citaremos os membros das poderosas familias Silva Prado, Moreira de Barros, Paula Souza, Souza Queiroz, e conde de Parnahyba, (Queiroz Telles) na provincia de S. Paulo; condes de S. Clemente, de Nova Friburgo e de Araruama, na provincia do Rio de Janeiro.

Seria preciso nomear centenas de lavradores favoraveis á abolição.

A verdade historica obriga-nos, porém, a reconhecer que, recentemente, e sobretudo em 1871, houve lavradores que gritaram bem alto que estavam sendo despojados de uma propriedade legitima.

Legitima, a propriedade humana! Que erro monstruoso, que abominavel preconceito!

E de que propriedade eram elles despojados em 1871?

De creanças recém-nascidas! . . .

E agora, que lhes era tirado?

Homens e mulheres que, durante annos inteiros, tinham pago já, com o seu trabalho, muito mais do que o capital despendido com a sua compra! (1)

São bem atrasados esses pobres agricultores que ainda hoje — em 1889 — têm sobre a escravidão idéas tão differentes das que foram prégadas em 1758 por Manoel Ribeiro da Rocha, o advogado bahiano de que já falámos. (2)

Dizia elle então:

1) Um negro colhia em media, por anno, 60 saccas de café, segundo Van de Laerne. Isso corresponde a 3.600 kilos. Avaliando ao preço baixo de 100 francos por 100 kilos, eram 3.600 francos pelo menos que esses infelizes faziam, cada anno, entrar no bolso dos seus senhores. E' verdade que nem tudo era lucro. Compreende-se, porém, que um senhor que houvesse explorado um negro durante dois annos sómente, já teria salvo o seu capital, e o que excedesse de dois annos daria para ganhar muitas vezes a somma gasta na compra do negro. Tirava, assim, do trabalho não remunerado de seu semelhante, lucros consideraveis. O mesmo pôde-se dizer dos escravos empregados nos serviços domesticos.

2) MANOEL RIBEIRO DA ROCHA, Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corregido, instruido e libertado, Lisboa, 1758 in 8.º 19 frs. e 367 paginas.

Um poeta bahiano, Francisco Gomes do Rego, disse então desse philanthropo:

“Que vós com a penna na mão
A todos haveis livrado;
Aos Brancos de peccado,
Aos Pretos de escravidão.

"Esta, pois, me metteo na mão a penna para a formatura do opusculo presente; na primeira parte do qual mostro que se não podem commerciar, haver e possuir estes pretos africanos por titulo de permutação ou compra, com aquisição de dominio, sem peccado e gravissimos encargos de consciencia" . . .

Elle não admittia o trafico senão para resgatar os escravos dos selvagens da África: "resgatado da injusta escravidão a que barbaramente o reduziram os seos mesmos nacionaes."

O senhor não devia guardar senão temporariamente esses negros resgatados — "a titulo de redempção, com aquisição sómente do direito de penhor e retenção, para nos servirem como escravos até pagarem seo valor ou até que com diuturnos serviços o compensem, ficando depois disso totalmente desobrigados, e restituídos á natural liberdade com que nasceram."

Quanto aos filhos de escravos, nasciam perfeitamente livres (*ingenuos*), dizia Rocha, e deveriam servir aos senhores de suas mães apenas até á idade de quatorze ou quinze annos. (1)

1) "E ultimamente, que os partos das escravas remidas nascem ingenuos, e sem contrahirem a causa de penhor e retenção em que ellas existirem."

(§ 13 da 2.^a parte, pag. 77) . . . "Deve-se observar esta ley, com a modificação de que fiquem servindo e obedecendo a seos patronos até terem a idade de quatorze ou quinze annos; não por

Que os antagonistas da abolição leiam ainda o que Condorcet escrevia em 1781 em suas *Réflexions sur l'esclavage dès nègres*, capítulo VII (*qu'il faut détruire l'esclavage des nègres*, (1) *et que leurs maitres ne peuvent exiger aucun dédommagement.*)

Assim começa o capítulo:

"Segue-se de nossos princípios que esta justiça inflexível á qual os reis e as nações estão sujeitos, como os cidadãos, exige a destruição da escravatura.

"Demonstrámos que essa destruição não prejudicaria ao commercio nem á riqueza de cada nação, pois não resultaria disso diminuição na cultura.

"Provámos que o senhor não tem direito sobre o escravo; que mantel-o em servidão não é gozar legitimamente de uma propriedade...; que libertando o escravo, a lei não ataca a propriedade mas deixa de tolerar uma acção que ella deveria punir com a pena capital.

O soberano não deve absolutamente indemnização ao senhor de secravos..."

escravidão, senão somente como recompensa e gratificação do beneficio da creação e educação que d'elles receberão."

(Ibid. § 18), pagina 81).

1) A primira edição dessa obra foi publicada em Genova, em 1781. O trecho acima é do t. VII das *Ouvrages de Condorcet*, edição de 1847, pag. 70.

Mello Freire, o maior jurisconsulto português, escrevia em 1795:

“A escravidão dos negros é tolerada no Brasil, mas eu confesso que ignoro completamente a que título e com que direito.” (1)

Os *quakers* da America do Norte tinham condemnado a escravidão desde o seculo XVII. Rocha publicou o seu livro em 1758, Condorcet em 1781, bem antes da *Declaração dos direitos do homem* de nossa gloriosa Revolução.

Essa minoria de descontentes, receando ser lesada em seus interesses, protesta justamente quando os povos livres vão celebrar o centenario de 1789! . . .

O respeito á lei que garantiu a propriedade foi invocado pelos agricultores que protestam contra a abolição da escravidão.

Entretanto, a lei brasileira de 4 de novembro de 1831 declarava “livres todos os escravos que entrassem no territorio ou nos portos do Brasil”, e, a despeito dessa lei, perto de um milhão de homens livres tinham sido reduzidos á escravidão!

Não ha no Brasil classe mais protegida pelos poderes publicos do que a dos agricultores.

Deixou-se mesmo sem execução, durante annos, a lei de 1831 que seus amigos tentaram revogar em 1848 e 1850.

1) MELLO FREIRE, *Direito Civil*, livro II, tit. 1.º, § 12.

Mas o voto da Camara, rejeitando essa proposta, veio augmentar a auctoridade moral dessa lei.

O escravo, diz Cochin, não é uma propriedade, e é precisamente por isso que se lhe dá liberdade. A emancipação não é a privação do direito de propriedade, é a negação della. E si fossemos fazer justiça, o escravo é que teria direito á indemnização, pois que foi privado violentamente do fruto do seu trabalho. (1)

A defesa dos direitos naturaes e legitimos do homem foi sustentada com eloquencia, no Senado do Brasil, na discussão da lei Rio Branco em 1871.

Foi o senador Torres Homem, visconde de Inhomirim que, na sessão de 4 de setembro de 1871, exprimiu-se nestes termos em um dos seus mais bellos discursos:

“Pois bem, senhores, si é possível provar-se que a propriedade humana, longe de se fundar em uma lei natural, é, ao contrario, a mais monstruosa violação e que, em lugar de se apoiar na justiça, esta propriedade se baseia na iniquidade e na força brutal, então a pretensa razão da sua inviolabilidade desapparecerá, e a lei que até hoje a protege, sendo um erro ou um crime social,

1) A. COCHIN, l'Abolition de l'esclavage, 2 vols. — Paris, 1861, pg. 145 do 1.º vol.

deverá ser supprimida como toda lei funesta aos interesses de uma nação.

“Ora, senhores, não é preciso que nesta augusta assembléa onde, ao lado de tantas luzes e de tanta experiencia, dominam os sentimentos mais elevados, eu próve que criaturas inteligentes, dotadas das mesmas faculdades que nós, tendo a mesma origem e os mesmos destinos, não poderiam ser comparadas, no ponto de vista da propriedade, ao potro ou ao touro, aos frutos das arvores e aos seres animados e inanimados da natureza, submettidos ao dominio do homem. Doutrina absurda e execravel!

“Os seres de que se trata não existem ainda; a poeira de que seus corpos serão organizados ainda fluctua dispersa sobre a terra; a alma immortal, que os tem de animar, ainda repousa no seio do Poder Creador, serena e livre, e já o impio esclavagista os reclama como sua propriedade, já os reivindica do dominio de Deus para o inferno da escravidão!

“Escutando as reclamações dos adversarios da reforma, ouvindo-os falar tão alto do seu direito de propriedade, fica-se realmente admirado de vel-os tão cedo esquecidos de que a maior parte dos escravos que trabalham em suas terras são os mesmos ou os descendentes dos infelizes que um commercio deshumano introduziu criminosamente em nossa patria, contrariando

leis e tratados ! Sim, esquecem que, de 1830 a 1850, mais de um milhão de africanos foram assim entregues ás plantações e que, para chegar a receber essa enorme quantidade de gado humano, foi necessario dobrar e mesmo triplicar o numero de victimas, regando com o seu sangue e cobrindo com seus cadaveres o fundo dos mares que nos separam da terra em que nasceram! . . .”

Houve quem dissesse que em todos os paizes onde foi abolida a escravidão pagou-se uma indemnização aos proprietarios prejudicados.

Não é verdade.

Já dissemos que nos Estados Unidos foi imposta a abolição aos lavradores do Sul a tiros de canhão e a golpe de baionetas, e que a indemnização foi paga pelos Estados do Sul aos do Norte.

Na America do Sul, o Chile, que, desde 11 de outubro de 1811, tinha decretado a liberdade dos recém-nascidos e prohibido a introdução de escravos no paiz, proclamou em 1823 a abolição total, immediata e sem indemnização. A 23 de junho essa lei foi votada pelo “Senado conservador”, proposta por José Miguel Infante. O director supremo da Republica, general Ramon Freire, annunciou á Assembléa que julgava dever sancionar a lei só si ella concedesse indemnização aos proprietarios.

Seria facil pagal-a porque havia apenas 5.000 escravos.

Os representantes do povo chileno rejeitaram esse projecto (1), a lei foi promulgada a 24 de julho.

Além destas duas republicas, em outras da America a abolição foi feita sem indemnização. Citaremos:

Republica Argentina. — Liberdade dos recém-nascidos, lei de 2 de fevereiro de 1813, da Assembléa geral constituinte.

Abolição total pronunciada pela Constituição votada em Santa Fé e promulgada a 1.º de maio de 1853. Houve promessa de indemnização mediante lei especial que nunca foi votada.

1) A resposta do Senado conservador traz a data de 3 de julho de 1823. Começa com estas palavras:

— "Quando V. E. confiesa cuan barbara, injusta y cruel es la esclavatura, no alcanza el Senado como los infelices esclavos pueden llamar-se una propiedad de los injustos poseedores, ni como pertenezcam exclusivamente á los ciudadanos de cuja propiedad particular no puedan ser despojados sin competente indemnizacion.

El Senado pregunta si la propiedad pecuniaria, suponiendo que existiese habia de ser mas sagrada que el derecho de libertad inherente á todos los hombres, y se este no es mas antiguo que el que pudo dar una ley absurda y tiranica".

Este documento é assignado pelo presidente *Agustin Eyzaguirre* e pelo secretario *Dr. Camilo Henriquez*.

Republica Oriental do Uruguay. — Liberdade dos recém-nascidos, lei de 7 de setembro de 1825 da "honorable". Sala dos Representantes da Provincia Oriental do Uruguay.

Abolição total, lei de 12 de dezembro de 1842 do Congresso da Republica. O artigo 4 declarava que uma lei posterior trataria da indemnização mas não foi votada essa lei.

Republica do Paraguay. — Liberdade dos recém-nascidos, decreto de 24 de novembro de 1842. Abolição total sem indemnização, decreto de 2 de outubro de 1869.

Republicas da America Central. (S. Salvador, Guatemala, Nicaragua, Honduras e Costa Rica.) — A abolição total e immediata foi votada pelo Congresso em 1824 (lei de 17 de abril) com promessa de indemnização; mas o Congresso de S. Salvador, um mez depois, decretou a liberdade sem indemnização (lei de 25 de maio) e nas outras quatro republicas que formavam a Confederação não passou a lei de indemnização.

Estados Unidos do Mexico. — A abolição total sem indemnização foi decretada a 6 de dezembro de 1810 por Hidalgo, chefe da revolução da Independencia. Por um decreto com essa data intimou elle os senhores a libertarem seus escravos no prazo de dez dias, sob pena de morte. A escravidão foi, porém, restabelecida, e extinta de novo pelo decreto de 15 de setembro de 1829

e pela lei de 5 de abril de 1837. Nesta lei havia promessa de indemnização que nunca foi determinada ou paga.

Ahi estão doze Estados da America que, como o Brasil, não indemnizaram os proprietarios por julgal-os sufficientemente reembolsados do capital empregado com os annos de trabalho não remunerado.

A *Colombia* (lei de 21 de maio de 1851), o *Equador* (lei de 27 de setembro de 1852), a *Venezuela* (24 de março de 1854) e o *Perú* (decreto de 9 de dezembro de 1854) aboliram a escravidão — o numero de escravos nessas republicas não era grande — e estabeleceram uma indemnização a ser paga aos antigos senhores, mas ignoramos si ella foi realmente paga.

No que concerne á Venezuela, informamos que os titulos dados em pagamento aos antigos proprietarios fazem parte, ainda hoje, da divida interna consolidada da Republica.

E' possivel que os portadores desses titulos sejam mais felizes do que os estrangeiros que têm empregado dinheiro nos emprestimos externos de muitos Estados hispano-americanos.

Quanto aos escravos das possessões europeas o caso era muito differente.

A emancipação não foi votada pelos representantes ou pelas legislaturas coloniaes, mas imposta ás colonias pela metropole.

Entretanto, em França, a Convenção Nacional proclamou, em 1793, a abolição immediata e incondicional. Portugal e Hespanha aboliram gradualmente a escravidão, sem indemnização, como o Brasil. A Dinamarca, a Suecia, a Hollanda, a Inglaterra e a França (a escravidão fôra restabelecida em nossas colonias) pagaram o que se chamou sem motivo uma indemnização, porque não era o preço de um escravo o que se pagava.

Essa questão de indemnização era importante apenas para as colonias inglesas e francesas, onde os escravos eram bastante numerosos. Nas outras colonias européas o numero era pequeno.

A Inglaterra pagou sommas que oscillaram entre 25 libras (625 fr.) e 14 (350 fr.) por escravo. A França pagou em média 500 francos por escravo.

Custou á Inglaterra 18.669.401 libras, 10 shillings e 7 dinheiros (466.735.040 fr.) além de 61.147 libras de despesas (empregados, etc.).

A França pagou 12 milhões.

Pensára-se em conceder não uma indemnização, mas um auxilio aos lavradores.

Foi um engano. O dinheiro da metropole não foi ajudar a agricultura; cahiu quasi inteiramente nas mãos dos corretores do Havre, de Paris, de Londres e de Liverpool, credores dos plantadores das colonias. Uma cousa é incontestada

vel; onde ha grandes propriedades exploradas por escravos (*latifundia perdidere Italiam*) dizia já Plinio, Naturalista), onde ha escravidão, a situação dos lavradores é má, em geral.

Disse Carlier a respeito dos proprietarios de escravos nos Estados Unidos: — E' o *Deus nobis hoec otia fecit*. Sua fortuna o occupa mediocrementemente. Ha um administrador para dirigir a cultura. Envia a colheita a um commissario que se encarrega de vendel-a. Sua preocupação unica é procurar negros quando tem necessidade delles, correr os olhos pela propriedade e contrahir empréstimos quando, imprevidente, nada economisa ante a perspectiva de más colheitas. . . .”

No Brasil, ha muito tempo, existem commissões de syndicancia “sobre o estado da agricultura”. Sempre houve grande numero de agricultores em más condições. Em regra geral, o homem que explora escravos desconhece a previdencia e a economia.

A derrocada da agricultura originava-se justamente na escravidão.

Os descontentes queriam que o Estado, isto é, a grande maioria não possuidora de escravos, pagasse uma indemnização de 500 milhões como o fez a Inglaterra, paiz rico, ás suas colonias. No caso do Brasil, o dinheiro não sahiria de uma metropole: seria pago pelos contribuintes brasileiros. . . .

Não haverá jamais um Parlamento, no Brasil, capaz de votar semelhante indemnização: isto é, impor ao povo tão pesado tributo, e todo bom patriota deve, como Andrade Figueira, dizer essa verdade aos lavradores descontentes para que elles não continuem a ter illusões a esse respeito. Os abolicionistas não encontraram adversario de maior talento e de mais tenacidade e energia do que Andrade Figueira.

Elle os cambateu sem tréguas até 13 de maio de 1888, mas no dia seguinte, quando se levantou a questão da indemnização, teve a nobre franqueza de dizer toda a verdade aos lavradores.

Entretanto, si uma indemnização, que, a nosso vêr, seria grande injustiça, fosse votada pelos representantes do povo brasileiro, D. Pedro II não recusaria sancção á lei; porque, já o dissemos, elle nunca usou do direito de *veto*. Conhece muito bem, como a princesa, o papel de um soberano constitucional. Certamente elles não manifestaram sua opinião, favoravel ou contraria á indemnização. Concordearão em todo caso com a vontade do povo.

Creemos que a unica lei razoavel e justa neste assumpto seria a que concedesse uma compensação aos antigos senhores de escravos comprados depois da lei de 28 de setembro de 1885, desde que ficasse provado que esses escravos não eram africanos importados depois da lei de 4 de novembro de 1831.

Sim, houve no Brasil, ultimamente, como em 1871, protestos contra a abolição.

Ha lavradores que se revoltam contra a nova lei porque são obrigados agora a pagar salarios... Ha cidadãos de um paiz livre e esclarecido que protestam porque estão actualmente na situação de todo industrial ou proprietario que, nas outras partes do mundo civilizado, empregam operarios ou trabalhadores livres.

Como é difficil vencer completamente os preconceitos e o espirito de rotina! . . .

Esta minoria, aliás, é insignificante, porque ha muito que a grande maioria dos brasileiros não possuia mais escravos.

Qualquer que seja esse pequeno numero, sempre grande para um paiz livre, os brasileiros descontentes com a emancipação acabarão por comprehender que ella foi um beneficio para o Brasil e para os proprios agricultores.

Depois da suppressão do trafico, os lucros dos fazendeiros augmentaram, apesar das sinistras prophcias, porque os escravos, tratados com mais humanidade, trabalhavam com mais ardor; do mesmo modo, hoje se notará que o trabalho do homem livre é muito mais productivo e mais fecundo do que o do escravo.

Ha mais ainda. As despesas dos agricultores serão menores com trabalhadores livres do que com escravos que elles compravam: alimen-

tavam, vestiam, tratavam nas enfermidades e protegiam quando invalidos.

Si alguns descontentes do Rio de Janeiro e de Minas visitarem S. Paulo, onde os fazendeiros estão inteiramente convencidos dessa verdade, compenetrar-se-ão da utilidade e da necessidade de imitarem os paulistas.

Desapparecerá toda illusão, todo preconceito e todo espirito rotineiro; não haverá mais no Brasil uma unica voz dissonante, e a grande data de 13 de maio será celebrada cada anno nas fazendas brasileiras, como ponto de partida de uma nova éra de prosperidade.

Terminando este capitulo, devemos dizer que entre os agricultores que protestaram, em 1889 como em 1871, alguns attribuiram ao imperador e á princesa toda a responsabilidade da grande reforma, responsabilidade que constitúe, a nosso vêr, um merito immenso, mas que não poderia caber toda a D. Pedro e a sua augusta filha, porque elles nada fariam sem o concurso do Parlamento e da Nação.

Houve mesmo descontentes que se declararam republicanos. . .

Singulares republicanos esses pequenos tyrannos para quem os termos gloriosos de nossa divisa francesa, — *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, — significavam. — *Escravidão, Desigualdade, Liberdade do chicóte*, entre suas mãos despóticas e crueis! . . .

Os injustos ataques lançados por aquelles que protestavam contra o imperador, que accusavam de impor sua vontade ao paiz e a quem desejavam vêr a serviço do escravagismo contra a vontade nacional, estes ataques, dizemos, foram eloquentemente repellidos, em 1871, pelo senador Salles Torres Homem, no seguinte trecho do discurso já por nós citado:

“Comprehendeis muito bem, Senhores, o que ha de humilhante e injurioso para o paiz nesta falsa e injusta apreciação de factos que são de todos conhecidos.

A cegueira dos adversarios da reforma não os deixa ver que censurando o imperador, porque apoiou moralmente a um grande progresso, não fazem senão elevar o glorioso pedestral em que a Europa o contempla na hora presente, (1) ao mesmo tempo que chamam o desprezo do estrangeiro sobre o povo brasileiro rebaixado aos olhos dos contemporaneos e deante do juizo da posteridade.

“Creio dever protestar aqui com todas as forças de minh'alma contra semelhante invenção da imprensa escravagista. Si Sua Majestade, como christão, se associou a esta aspiração de sua patria e da humanidade com o ardor de uma consciencia generosa; si, como soberano, protegeu esta grande causa, cercando-a de todo o

1) Já dissemos que em 1871 D. Pedro II visitava a Europa.

prestigio de seu alto cargo, sem sahir dos limites traçados pela Constituição, este unico facto seria sufficiente para immortalizar o seu reinado (muito bem); podeis estar certos, Senhores, de que as gerações futuras saberão apreciar com reconhecimento os beneficios dessa reforma e a sua influencia nos destinos do Brasil, e contarão no numero dos maiores dias de nossa historia aquelle em que os seus antepassados transpuzeram o abysmo da escravidão, tendo á frente um principe digno delles cuja gloria se confundirá com a sua nesta obra da rehabilitação do homem e da regeneração da patria. (Applausos.)”

E assim terminava o discurso:

“Os testemunhos de reconhecimento dos pobres infelizes valem bem mais que os anathemas do rico impenitente.

Valem bem mais que os ataques dos poderosos que não souberam achar outro meio de prosperidade senão a ignominia e os soffrimentos de seus semelhantes! . . .”

E' possivel que tenhamos desenvolvido muito o historico da grande reforma social que o Brasil acaba de realizar.

Este acontecimento é, porém, incontestavelmente, o mais consideravel do reinado de D. Pedro II, ao mesmo tempo que um dos mais gloriosos deste seculo.

Importava fazel-o conhecido na Europa, em suas minucias.

Não é elle que marca o fim da escravidão no mundo civilizado?

Agora, é para a Africa, para a Turquia e para a Persia que os abolicionistas de todos os paizes devem voltar os olhos, para combater e destruir essa chaga social que deshonra ainda a humanidade!

CAPITULO XIII

BANQUETE FRANCÊS COMMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS

SUMMARIO: — Banquete em Paris para celebrar a emancipação no Brasil — Um trecho de Victor Hugo sobre os brasileiros — Os oradores do banquete — Glorificação do Brasil, de D. Pedro II e da Princesa Imperial, Dona Isabel, por Goblet, Schoelcher, Gerville-Réache e Jules Simon, em nome da França.

A emancipação dos escravos no Brasil, certamente um dos maiores acontecimentos deste seculo, foi applaudida por todo o mundo civilizado. A França, patria de generosos sentimentos, não podia deixar de se manifestar tambem.

Na noite de 10 de julho de 1888, Paris reunia, em um banquete solenne, grande numero de sumidades politicas, literarias, scientificas e artisticas.

A comissão organizadora do banquete era presidida por Gerville Réache, deputado por Guadalupe. O banquete foi presidido pelo senador Victor Schoelcher, cidadão distincto, homem de coração, cuja vida foi toda consagrada á causa da emancipação dos escravos.

Em frente a Schoelcher sentava-se o príncipe D. Pedro Augusto, duque de Saxe-Cobourg, neto do imperador do Brasil. Seguiam-se Goblet, ministro dos Negocios Extrangeiros da Republica Francéza, Le Royer, presidente do Senado, Meline, presidente da Camara dos deputados, Jules Simon e Jules Ferry, antigos presidentes do Conselho, varios senadores e deputados, (1) membros do Instituto (2), literatos, sabios, viajantes celebres (3) jornalistas (4), artistas, commerciantes e industriaes.

No lugar de cada convidado encontrava-se o seguinte trecho de uma carta, com a data de 4 de novembro de 1860, dirigida, de Haute-ville-House, aos brasileiros, por Victor Hugo:

1) LÉON RÉNAULT, senador, G. HANOTAUX, BOISSY D'ANGLAS, PAILLARD-DUCLÈRE, DE HEREDIA, e muitos outros deputados.

2) D'ABBADIE, PAUL-LEROY-BEAULIEU, EMILE LEVASSEUR, G. DE MOLINARI, DAUBRÉE, almirante MOUCHEZ e outros.

3) BRAZZA, C. WIENER, etc.

4) DE BLOWITZ, correspondente do *Times*, e outros.

“Sois homens de sentimentos elevados; sois uma nação generosa. Tendes a dupla vantagem de uma terra virgem e de uma raça antiga. Um passado historico vos prende ao continente civilizador. Reunis a luz da Europa ao sol da America. E’ em nome da França que vos glorifico.”

No dia seguinte ao banquete, todos os jornaes de Paris e, graças aos despachos de seus correspondentes, todos os grandes jornaes das provincias e do estrangeiro, falaram sobre essa festa solenne que foi, seguramente, a mais bella glorificação do Brasil, a mais brilhante que se lhe pode fazer no estrangeiro como o disse ainda Victor Hugo:

“A funcção de Paris é a dispersão da idéa.

“Paris é um semeador!

“Paris é a bigorna das celebridades!”

Por occasião dessa grande solennidade, a comissão organizadora dirigiu um despacho ao imperador, então em Aix-les-Bains, o qual respondeu immediatamente com este telegramma:

“Aix-les-Bains, 10 de julho, 7 horas da tarde.

“Obrigado. Participo cordialmente desta festa que honra tanto a minha patria.

D. Pedro de Alcantara”.

Além das personalidades officiaes, não havia convidados para esse banquete. Os deputados francêses organizadores da festa fizeram

questão de dar-lhe um caracter de manifestação espontanea. Cada um pagou a sua quota, mesmo homens consideraveis como Jules Ferry, Jules Simon e outras summidades que tomaram parte na festa.

O primeiro brinde foi o do barão, hoje visconde de Arinos, digno representante do Brasil na França, "ministro muito distincto e muito querido em nosso paiz", segundo expressão de Goblet.

Esse brinde foi dirigido ao primeiro magistrado da França, o presidente da Republica, Sadi Carnot, neto do "Organizador da victoria" e filho de um abolicionista que escreveu um livro sobre a emancipação dos escravos.

Respondeu nosso ministro dos Negocios Estrangeiros, Goblet.

Não podemos reproduzir aqui, integralmente, esse admiravel improviso no qual foi feito o elogio do imperador e sua digna filha, a princesa imperial dona Isabel. Indicamos ao leitor a brochura luxuosamente impressa em que estão reunidos todos os discursos pronunciados nesse grande banquete. (5).

Seja-nos permittido entretanto, transcrever os trechos seguintes que não podem ser lidos sem emoção:

5) *L'abolition de l'esclavage au Brésil et compte rendu du Banquet commémoratif à Paris le 10 juillet 1888.* Paris, 1889, typographia Georges Charnerot.

...“ — Senhores, si o grande acto que acaba de lembrar merece aclamações, o soberano que o inspirou tem outros titulos ainda, dignos de nossa homenagem.

“Elle não libertou sómente o corpo. Em todo o seu reinado trabalhou pela emancipação das intelligencias, desenvolvendo a instrucção publica. Não darei senão uma prova disso. Como eu, vós a achareis bem tocante, por certo.

“Ha vinte annos, em 1870, em seguida á guerra do Paraguay, quizeram levantar-lhe uma estatua. Elle escreveu ao ministro do Interior e da Instrucção Publica pedindo que o dinheiro da subscrição fosse empregado na construcção de escolas. (6) — (Muito bem! Muito bem!)

“Poderia esse principe liberal e tão esclarecido deixar de ser amigo da França? Em todas as épocas de sua vida o imperador D. Pedro II deu-nos provas de estima e sympathia. Diversas vezes, em suas viagens ao velho e ao novo mundo, elle nos visitou; e ha um anno era nosso hospede, voltando depois de nos ter deixado, como si suas preferencias o arrastassem invencivelmente para nós. Estuda com uma curiosidade infatigavel as obras e as instituições francêsas, nossa industria, monumentos, artes,

6) Publicaremos mais adiante a carta escripta por D. Pedro II nessa occasião.

letras, sabios literatos, artistas, homens politicos, tudo aquillo, emfim, que honra o nosso paiz.

“Ninguem, na França, se esqueceu de que ha dez annos elle foi procurar em sua residencia este outro soberano, Victor Hugo, de quem les-tes agora mesmo palavras memoraveis dirigidas, em 1860, aos brasileiros. (Applausos)

“E como poderiamos esquecer que em sua ultima viagem elle se comprazia em assistir ás sessões de nosso Instituto Nacional mostrando com isso que julgava augmentar o brilho de sua corôa juntando-lhe o titulo de membro do Instituto de França? (Muito bem! Muito bem!)

“Por nossa parte, nós nos felicitamos por esta occasião de testemunhar-lhe o nosso respeito. A Republica Francêsa, orgulhosa de si mesma, a despeito dos ataques, desconfianças e invejas a que muitas vezes está exposta, sabe tambem honrar e amar os soberanos que lhe fazem justiça (Viva approvação). Ella admira acima de tudo aquelles que se tornam benemeritos do seu povo e procuram a gloria nas obras de paz, de progresso e civilização!” (Novos applausos)

Por sua vez, Victor Schoelcher, — um bem-feitor da humanidade, nome gravado na historia da emancipação dos escravos — levantou um brinde á nação brasileira.

Em bellissimo discurso, expoz a um auditorio attento como a lei de 13 de maio de 1888 foi

votada pelas Camaras e sancionada pela re-
gente.

“O voto da Camara dos deputados e do Senado do Brasil, voto que aboliu a escravidão nesse grande Imperio da America do Sul”, disse Schoelcher, é mais uma victoria da civilização sobre a barbarie, da razão, da philosophia, da força moral sobre a força brutal; é uma nova consagração ao principio da inviolabilidade do direito do homem á posse de si mesmo (Applausos.)

“Todo aquelle que tem o respeito da dignidade humana e se preocupa com o bem de seus semelhantes, bem diz no dia de hoje ao Brasil pelo acto de alta moralidade que acaba de realizar.

“A jornada do progresso social tem sido muitas vezes ensanguentada pela resistencia que encontra.

“Glorifiquemos o Brasil que escapou a esta fatalidade pelos sentimentos elevados que honram seu povo.” (Applausos)

E mais adiante:

“Ora, é preciso que se saiba o seguinte: as duas Camaras não fizeram mais do que sancionar legalmente uma obra que os proprios senhores de escravos, de acordo com a opinião publica, tinham começado magnificamente. Póde-se dizer, com segurança, que foram os senhores

que tiveram a honra de abolir a escravidão.
(Muito bem! Muito bem!)

“Rivalizavam no ardor de se despojar da horrorosa herança que haviam recebido do passado.

“Emfim, a princêsa regente, Dona Isabel, soube reunir toda a graça de mulher a esse entusiasmo de reparação e justiça; ella manifestava, ha muito, impaciencia pelo momento de assignar a lei da liberdade total, e quando teve de assignal-a, fêl-o sem esperar o dia seguinte, na mesma tarde de 13 de maio. (Applausos)

“Era, pois, com muita razão que eu dizia agora mesmo, e tenho o prazer de repetir: si 600.000 de nossos irmãos pretos que não eram hontem, nas mãos de seus senhores, mais do que ferramentas vivas, entraram hoje no gozo de todos os seus direitos de seres humanos, sem condições, sem restricções; si elles se tornaram homens, é á nação brasileira que o devem. (Applausos).

“Senhores, eu o digo, e todos os francêses que me ouvem gritarão commigo: Honra, tres vezes honra á nação brasileira! (Longos applausos).

“Ella acaba de hombrear com os povos mais esclarecidos. (Bravos) Conquistou a sympathia e a admiração de todo o mundo civilizado! (Novos applausos). Fez enorme sacrificio de interesses materiaes pela idéa, pelo bem.

"Sua purificação se operou sem uma lagrima e sem uma gota de sangue. Longe disso, ella foi acclamada, de um extremo a outro do paiz, com enthusiasmo.

"E' isto, senhores, o que celebramos neste banquete, verdadeira festa para os corações bem formados. Que a nação brasileira veja nisto uma homenagem que prestamos a seu acto glorioso. E posso dizel-o, quem lhe presta essa homenagem é a propria França! . . ."

Após este bello discurso, Gerville-Réache, mestiço de genio, deputado por Guadalupe e principal promotor do banquete, falou egualmente com enthusiasmo da reforma brasileira, em nome de sua raça e de toda a França.

"A data de 13 de maio, disse elle, será de agora em deante uma data memoravel na historia da civilização e da humanidade.

"Seria de desejar que tudo o que a França possui de grande, na esphera do pensamento, da politica e dos negocios, fosse aqui representado sem distincção de partidos, afim de que este banquete fosse a França festejando o Brasil".

"Penso que seria o sufficiente para honrar dignamente a grande nação latina e a grande obra que acaba de realizar!"

Seguiu-se Sant'Anna Nery, literato brasileiro, que agradeceu em nome de seus compatriotas na França as homenagens prestadas á sua patria.

“No Brasil senhores, temos tolerado a escravidão; nunca, porém, sympathizámos com ella, jamais a defendemos; e aquelles que entre nós foram chamados esclavagistas pediam apenas uma dilação de alguns annos. . .

“Vós tambem podeis reclamar a gloria desse acto retumbante. Essa gloria, com effeito, é a de todos os pensadores de nosso tempo. Na obra de nossos homens de Estado, no seu modo sabio de resolver esse problema formidavel, nas suas primeiras tentativas, na marcha prudente do principio, e na ousadia final de suas concepções, todos vós que nos honraes nesta festa com a vossa presença, reconhecereis facilmente uma boa parte de vossas idéas humanitarias, de vossas doutrinas economicas e de vossas reivindicções liberaes! (Applausos)

“Ha entre Eusebio de Queiroz cuja energia implacavel conseguiu extinguir o trafico; entre o visconde do Rio Branco, o grande homem que substituiu o velho direito romano — *partus sequitur ventrem* — pelo novo direito americano — *partus non sequitur ventrem*; entre João Alfredo, Antonio Prado e Rodrigo Silva, que tiveram a felicidade de ligar seus nomes á lei que hoje festejamos; ha, disse eu, entre esses homens e os abolicionistas de todos os tempos e de todos os paizes, um parentesco de coração e de espirito que vos deve tornar orgulhosos de nossa obra e de vossa obra!” (Applausos)

Nosso illustre academico, Jules Simon, falou. Não podemos reproduzir aqui senão alguns trechos do bello improviso do autor da *Liberté de Conscience*, que encantou a assistencia e deixou nos espiritos uma impressão profunda;

“... Vejo deante de mim Schoelcher de quem todos falam aqui com gratidão. Ambos assignámos a lei que destruiu a escravidão nas colonias francêsas.

“Sim, no paiz que produziu Descartes e a *Encyclopédia*, no paiz onde ha quasi cem annos a Assembléa Constituinte proclamou as grandes leis da razão e da philosophia, tínhamos, até o decreto da Constituinte de 1848, compatriotas escravos!

“Pergunto a mim mesmo como era isto possivel! E vós, senhores Brasileiros que me ouvis, daqui a alguns annos tereis difficuldade em comprehender como poudé até 1888 haver escravos em vossa patria!” (Applausos)

Falando de D. Pedro II e da princêsa, o grande orador assim se exprimiu: “... Esta grande data chama a nossa attenção para o principe que se honra no throno de ser liberal e que acaba de dar um passo tão decisivo para a liberdade.

“O imperador D. Pedro II foi, ultimamente, procurar saúde no sul de nosso paiz.

Não foram os medicos que lh'a restituiram, não foi o sol, foi o acto que acaba de praticar por seu povo e pela humanidade! (Applausos)

“Dizia-se ha pouco ser elle hospede e amigo da França. E' verdade, e nesta mesma mesa eu tive, ha alguns meses, o prazer de jantar ao seu lado. Não viera elle como imperador mas como membro do Instituto, como um dos nossos, como um collega, deixando de lado a majestade imperial e pensando apenas na grandeza que communica a um homem o culto assiduo da sciencia! (Applausos)

“Isso o fazia ainda maior! E si tivéssemos conhecido o que ia no seu pensamento, muito embora nos tivesse imposto a obrigação de não nos lembrarmos do imperador, creio que nada nos poderia impedir de nos lembrarmos do Libertador. (Bravos)

“Elle partilha este grande titulo com sua augusta filha. Eu queria ser um dos escravos libertos de hontem, — e meu coração não bateria mais agitado neste momento, (sensação) — eu o queria ser para dizer com mais autoridade, a esses dois poderosos que se lembraram dos miseraveis, o que dirá a posteridade, e para louvar esta princêsa que provocou o decreto, que o assignou, e que na sua generosa impaciencia não quiz dormir uma noite antes que elle fosse assignado e promulgado! (Applausos prolongados).

"Goblet acaba de recordar palavras da princesa que nos commoveram até as lagrimas! (Sensação) Elle fez bem em cital-as para que ellas sejam ouvidas nos dois mundos e conser-vadas para o futuro! (Bravos) . . . (7)

Finalmente, o principe D. Pedro Augusto, duque de Saxe, agradeceu a todos os oradores a homenagem que se prestara ao Brasil, ao imperador e á princesa. Terminou erguendo um brinde á França.

7) Em um artigo de JULES SIMON, publicado em *Le Ma-tin* (Paris, 24 de julho de 1888, n.º 1615), artigo intitulado *L'esclavage*, lemos o seguinte trecho: "A França purificou-se dessa mancha em 1848. SHOELCHER, o grande inimigo da escravidão, e WALLON, seu historiador, puderam presidir á Constituinte de 1848 ao lado de um escravo libertado um mês atrás, e passado sem transição do ergastulo á cadeira curul. Nós nos compadecemos dos russos, até o magnífico decreto de Alexandre II, e dos republicanos da America, até a guerra de seccessão. Ha um mês, quando D. Pedro II e sua filha, secundados pelos proprios senhores de escravos e levados pela onda poderosa da civilização e da philosophia, restituíram com um traço de penna 700.000 homens á humanidade, o mundo inteiro sentiu o seu proprio livramento. Elle disse a esses emancipadores: "Não purificaes sómente o vosso povo, mas toda a raça humana. Libertaes 700.000 homens da escravidão e o resto da humanidade da vergonha de ter escravos ao seu lado."

Poderiamos escrever varios volumes si quizessemos dar extractos dos artigos publicados na França e no mundo inteiro sobre o 13 de maio de 1888.

Um brasileiro, EDUARDO PRADO, dirigindo-se a uma agencia conhecida, reuniu uma collecção de mais de 400 artigos que

Falando sobre a reforma, exprimiu-se nos seguintes termos:

“O grande acontecimento que hoje festejamos é devido, vós o sabeis, á abnegação e ao patriotismo de todo um povo cujos sentimentos foram sempre compreendidos, partilhados e encorajados por seu soberano e pela princesa cujos sentimentos humanitarios conheceis.”

Essa festa brilhante e memoravel de 10 de julho, iniciada ao som da *Marselhesa* e do *Hymno nacional brasileiro* — composição do maestro F. Manoel da Silva, — terminou ao som do *Hymno da Independencia do Brasil*, obra do imperador D. Pedro I, que foi musico de merito. Bella e attraente musica inspirada nos acontecimentos de 1822, quando o Brasil conquistou um logar entre as nações soberanas, era digna de saudar a proclamação do regimen da egualdade humana nesse magnifico paiz.

As palavras desse hymno, que os soldados de Pirajá e Itaparica entoavam, são devidas á penna de um grande patriota, um dos mais illustres oradores e jornalistas brasileiros: Evaristo da Veiga.

enviou á Bibliotheca Nacional do Rio. Citamos apenas a memoria de E. Levasseur, lida no Instituto a 7 de junho de 1888, o artigo de De Malarce no “Petit Journal” de 10 de julho e o do senador Léon Renault, no “Jornal des Débats” de 22 de julho.

Assim começa esse hymno sublime e patriótico: "*Já raiou a liberdade no horizonte do Brasil.*" (8)

8) Na descrição do banquete vê-se uma formosa allegoria. Em baixo, a vista da entrada do Rio, tendo á esquerda a bella columnata formada pela alea de palmeiras do Jardim Botânico. No alto da pagina, no meio das nuvens, vêem-se as armas da cidade de Paris, o zimbório do Pantheón, e as torres de Notre-Dame. O Genio do Brasil, tendo nas mãos as cadeias quebradas, leva a grande noticia a Paris. O escudo brasileiro, sustido pelos dragões da familia de Bragança, está preso ás arvores. Sobre as montanhas do Rio, raia um sol com a data de 13 de maio de 1888. Lêem-se estas palavras de um verso de Virgilio: (Ecl. I, v. 27): "*Libertas... sera tamen respexit...*"

Sim!... sera tamen...

Capitulo XV

DEVOTAMENTO DE D. PEDRO II A SEU POVO

SUMMARIO: — Devotamento de D. Pedro II á instrucção popular. — “Si eu não fosse imperador quizera ser mestre escola”. — O Instituto Historico e Geographico — Protecção aos homens de letras e aos artistas — Opinião do principe Adalberto da Prussia, de Alexandre Herculano, de F. Wolf, de Pasteur e de Agassiz sobre D. Pedro II — Elle se oppõe á construcção de um novo palacio — Recusa uma estatua e pede que se applique a importancia na fundação de escolas — Carta de D. Pedro II nesse sentido — Erução de D. Pedro II — Opinião de Longfellow. — Audiencias publicas de D. Pedro II no Rio. O imperador e seu Conselho de ministros. — Justiça, clemencia e bondade de D. Pedro II — A imperatriz — Popularidade de D. Pedro II — Manifestações populares na sua partida para a Europa e no seu regresso. — Um artigo de J. Nabuco a respeito da popularidade do imperador.

Até aqui falámos dos grandes acontecimentos politicos e militares do glorioso reinado de D. Pedro II.

E' tempo de tratarmos de perto deste incomparavel imperador e contemplarmos sua belleza intellectual e moral e a influencia salutar que exerceu sobre o povo brasileiro.

A instrucção solida que D. Pedro II recebeu e completára com seus proprios esforços, o ensinara a avaliar o preço do saber para o homem e seu immenso valor para um povo.

Assim, a instrucção publica foi objecto de seus cuidados e constantes preoccupações.

Escolas primarias, ensino secundario, estabelecimentos scientificos, sociedades de cultura, foram successivamente fundados e organizados sob os auspicios do sabio imperador.

Na capital do Imperio, a instrucção primaria, secundaria e superior dependem do governo.

Nas provincias, as Assembléas provinciaes, creadas pelo Acto Addicional de 1834, fazem as leis sobre a instrucção primaria e secundaria. A instrucção superior em todo o Imperio está a cargo do governo central.

Em 1857 o Brasil possuia apenas 2.595 escolas publicas primarias com 70.000 alumnos; em 1886, havia 6.605 com 213.670 alumnos.

Para o ensino secundario, além dos estabelecimentos particulares, ha no Rio o Collegio Imperial D. Pedro II, e lyceus nas provincias.

Para o ensino superior e technico ha em S. Paulo e no Recife (Pernambuco) Faculdades

de Direito; no Rio e na Bahia, Faculdades de Medicina; nestas duas ultimas cidades e em Ouro Preto, Escolas de Pharmacia; no Rio a Escola Polytechnica; em Ouro Preto, Escola de Minas; no Rio, em Porto Alegre e em Fortaleza, Escolas Militares, além de collegios preparatorios; no Rio, Collegio Naval, Escola de Marinha e Escola Superior de Guerra; no Rio, Bahia, Recife e S. Paulo, Lyceus de artes e officios; no Rio, Academia de Bellas Artes, Conservatorio de Musica, Instituto de Surdos-Mudos, Instituto dos Jovens Cegos; no Rio e em diversas provincias, institutos agricolas; na provincia, muitas estações agronomicas e escolas agricolas. Ha no Brasil muitas escolas normaes: uma no Rio, duas na Bahia, sendo uma para professores, e uma nas principaes capitaes de provincias. Para o ensino religioso catholico ha dezenove seminarios.

Ha no Rio um Observatorio Astronomico que publica um "Anuario" e "Annaes" em que appareceram observações de astrónomos brasileiros sobre a passagem de Venus, feitas em S. Thomaz e no estreito de Magalhães. (1) Ha igualmente no Rio um Departamento Central Meteorologico, um Posto Hydrographico; mui-

1) Um desses astrónomos, o contra-almirante barão de Tefé, acaba de ser nomeado membro estrangeiro de nossa Academia de Sciencias.

tas Bibliothecas, entre as quaes a Bibliotheca Nacional (171.000 volumes, 8.000 manuscritos, 30.000 estampas) que publica "Annaes"; Museus, entre os quaes é preciso citar o Museu Nacional do Rio (dirigido pelo sabio conselheiro Ladislau Netto (2) que publica "Archivos" onde se encontram importantes estudos de historia natural e de ethnographia; ha tambem o Museu Escolar. Entre as sociedades scientificas citaremos o Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil, a Sociedade de Geographia (presidida pelo antigo primeiro ministro marquês de Paranaguá), a Academia Imperial de Medicina, o Instituto da Ordem dos Advogados, o Instituto Polytechnico (presidido por S.A.R. o conde d'Eu) uma sociedade para a propagação das bellas-artes (presidida pelo conselheiro João Alfredo, que acaba de ser primeiro ministro), muitas sociedades para a propagação da instru-

2) Ladislau Netto acaba de inaugurar no Campo de Marte (20 de junho de 1889) uma interessante exposição de ethnographia e de anthropologia. Um jornalista brasileiro, Gama, ouviu em um restaurante uma curiosa conversa entre dois membros da Sociedade de Anthropologia de Paris: "Quem é esse sr. Netto? perguntou um dos anthropologistas. "E' um polaco", respondeu o outro: "Chama-se Ladislas".

Podemos garantir ao nosso anthropologista: Ladislau Netto é um brasileiro nascido em Alagoas, e um brasileiro honrado pela confiança do Imperador que o nomeou, ultimamente, membro de seu Conselho e dignitario da Rosa, grau que não pôde ser conferido a mais de 32 brasileiros.

ção publica, uma das quaes presidida pelo antigo ministro conselheiro F. Corrêa.

Numa palavra, todos os estabelecimentos de educação que a França possuiu existem no Brasil; e, cousa lisongeira para a lingua francêsa, é sobretudo em livros escriptos em nossa lingua que se estuda no Brasil. (3)

Accrescentaremos que nas escolas publicas, como acontece hoje na França, as creanças de todas as religiões são admittidas, por espirito de tolerancia e liberdade, e que o ensino religioso é deixado aos cuidados da familia e dos sacerdotes da religião em que nasceram.

Note-se que no Brasil ha muito poucos collegios pertencentes a corporações religiosas e, além disso, embora a religião catholica seja a do Estado, todas as outras religiões são professadas livremente; o clericalismo não existe, mesmo de nome, nesse paiz cujo espirito é essencialmen-

3) - Todo brasileiro bem educado fala o francês. Ha algum tempo nenhum alumno podia inscrever-se nas Faculdades e outras escolas de ensino superior sem exames de francês e inglês. Hoje em dia exige-se além disso que os candidatos traduzam o allemão e o italiano. Conhecemos muitos brasileiros chegados ha pouco de seu paiz: todos falavam francês. Tivemos a felicidade de conhecer um jovem brasileiro, **DOMICIO DA GAMA**, que, recém-chegado a Paris, mostrou-nos, pela conversa, que conhece a França litteraria e artistica como um erudito francês. Jovem ainda, é um escriptor attraente e muito popular no Rio. A Gazeta de Noticias daquelle cidade acaba de nomeal-o seu correspondente em Paris.

te liberal e onde os sacerdotes catholicos não se occupam absolutamente de politica.

Dois bispos, sómente, em 1873, deram prova de intolerancia, querendo executar bullas do papa que não tinham recebido o *placet* do imperador.

Foram citados deante da Côrte Suprema de Justiça, condemnados a 4 annos de prisão e encerrados nas fortalezas do Rio onde, entretanto, foram tratados com todo respeito, com a maior generosidade; depois, foram amnistiados pelo imperador. (4)

A Constituição brasileira estabeleceu que as bullas e cartas apostolicas não serão executadas no Brasil sem o *placet* imperial, e os bispos brasileiros, nomeados pelo imperador e confirmados pelo papa, prestam juramento de obediencia á Constituição.

Aliás o papa Leão XIII, em seu discurso de 14 de janeiro de 1888, em resposta ao do digno ministro do Brasil, o conselheiro Souza Corrêa, proferiu as seguintes palavras que são bem significativas:

“Desde a Independencia do Brasil, nenhum dissentimento grave houve com a Santa Sé, nós o reconhecemos, e procuraremos sempre manter

4) Cada um dos bispos habitava uma casa confortavel no recinto de uma das fortalezas. Tinham á sua mesa, quasi todos os dias, senadores, deputados, jornalistas, etc.

relações que satisfaçam nosso coração de chefe da Igreja universal." (5)

Quanto á imprensa, o Brasil possuia apenas 31 jornaes em 1828; em 1876 publicavam-se mais de 271, e em 1884 o numero de jornaes e revistas ia além de 600 (uma estatistica incompleta, em que faltavam algumas provincias, accusava 533). Muitos desses jornaes são redigidos em sua lingua por francêses, italianos, allemães, inglêses, hespanhóes. Ha no Brasil jornaes tão grandes como os maiores de Londres e de New-York. O *Jornal do Commercio*, do Rio, fundado em 1827 por francêses e hoje propriedade de um brasileiro, o conde de Villa Nova, ministro em Bruxellas, é de formato maior que "*Le Temps*", de Paris, e publica todos os dias oito paginas, ás vezes dezeseis. O *Diario de Pernambuco* é duas vezes maior que "*Le Temps*."

Na historia do Brasil, o que causará de certo admiração na França, ha apenas um caso — e em 1826 — de expulsão de um jornalista estrangeiro. Durante a guerra do Paraguay, um de nossos compatriotas publicou regularmente, no Rio, um jornal em que não escondia suas sympathias pelo inimigo do Brasil, o ditador do Paraguay. Publicava mesmo caricaturas dos generaes brasileiros.

5) Este discurso foi publicado no *Monitor de Roma*, quarta-feira, 18 de janeiro de 1888, n.º 14.

A liberdade da imprensa e da caricatura não tem limites no Brasil.

O interesse de D. Pedro II pela sciencia revela-se principalmente em sua assiduidade às sessões do Instituto Historico e Geographico que se reune de quinze em quinze dias no palacio imperial onde se acha a bibliotheca dessa grande corporação scientifica. Esta sociedade foi presidida por tres sabios, todos tres honrados pela amizade do imperador: o visconde de S. Leopoldo, o marquês de Sapucahy e o visconde do Bom Retiro. (6)

6) O Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil foi fundado em 1838 sob a alta protecção de D. Pedro II, por iniciativa do visconde de S. Leopoldo, do general Cunha Mattos e do conego Januario da Cunha Barbosa, tres nomes dos mais notaveis na historia literaria do Brasil. Celebrou em 1888 o seu jubileu, com uma exposiçào e uma sessão solenne. E' a mais importante corporação literaria do imperio, e sua Revista, de que já appareceram 51 volumes, é justamente apreciada na Europa por todos os amigos da America. Nosso sabio compatriota d'Avezac, descrevendo uma discussào no seio dessa sociedade, assim se exprime: "Experimenta-se um profundo sentimento de respeito e de sympathia por este príncipe esclarecido que considera agradável passatempo essas lutas cortêses, esses torneios literarios em que se debatem, com proveito para a cultura intellectual e desenvolvimento do espirito nacional, questões que, para serem abordadas, exigem serios estudos preliminares e erudição especial". (D'Avezac, *Considérations geographiques sur l'Histoire du Brésil*, Paris, 1867, pg. 161).

Assiste, com o mesmo prazer, aos exames das escolas primarias e ás distribuições de premios feitas aos alumnos.

Liga, com razão, importancia fundamental á instrucção e á educação populares, que considera a base do edificio social e a origem da dignidade e da moralidade de um povo.

Na presença de alguns compatriotas nossos em Cannes, D. Pedro II pronunciou abertamente estas palavras que traduzem seus sentimentos no tocante é instrucção de seus subditos:

"Si eu não fosse imperador desejaria ser mestre escola. Nada conheço mais nobre do que dirigir intelligencias jovens e preparar os homens do futuro!"

Que outro soberano do mundo usou de linguagem semelhante?

D. Pedro II não se limita a palavras bonitas; seus actos confirmam admiravelmente o que diz.

Elle encoraja, no Brasil, as sciencias, as letras e as artes. Protege os artistas, os poetas e os literatos.

Os pintores Pedro Americo de Figueiredo e Victor Meirelles, o maestro Carlos Gomes cujas operas, "Guarany", "Fosca", "Salvador Rosa", são tão populares na Italia e no Brasil, devem a D. Pedro II todo o estimulo.

Foi amigo e protector do historiador Varnhagen, visconde de Porto Seguro, dos poetas

Gonçalves Dias, Magalhães, viscondes de Araguaya e Porto Alegre, barão de Santo Angelo. do poeta, romancista e historiador Macedo, e de grande numero de brasileiros eminentes.

Muitas vezes elle reune no Rio, em sessões literarias e scientificas, homens de letras e sabios brasileiros para examinar com elles alguma nova producção e palestrar sobre literatura, sciencia ou arte.

Grandes e illustres sabios prestaram homenagem a esse gosto pronunciado de D. Pedro II para os altos estudos e para as coisas do espirito e do coração.

Um principe que foi viajante illustre, Adalberto da Prussia, visitou o Brasil em 1842. Conheceu o jovem imperador, então com dezesete annos, e que ha dois annos apenas tomara posse do governo.

Eis o que se lê na descripção de sua viagem: (7)

"D. Pedro II tem um desenvolvimento e um vigor mental muito notaveis para sua idade. Não é de estatura elevada; é, antes, corpulento. Tem cabeça grande, cabellos louros e feições bem feitas. Seus olhos, expressivos e azues, são cheios de vivacidade e benevolencia. Embora com de-

7) *Travels of His Royal Highness prince Adalbert of Prussia.* Translated by sir Robert H. Schomburg and by John Edward Taylor; Londres 1849 (t. 1.º, p. 272, t. 2.º, p. 89.

zesete annos apenas, tem a gravidade e o porte de um homem completamente desenvolvido. Seu maior prazer é presidir ao crescimento e progresso da instrucção, applicando-se ao estudo de toda sorte de conhecimentos.

“A historia é seu estudo favorito, mas se interessa por outros assumptos, a botanica, por exemplo.

“O jovem soberano mostra muito talento para a arte, especialmente pintura, e a precocidade de seu character se revela no interesse por tudo que é grande e nobre. O assumpto predilecto de seu lapis é o retrato de grandes homens de Estado, celebres na historia, cujo exemplo deseja seguir.

“O imperador me offereceu, do modo mais gracioso, um retrato a oleo de Frederico o Grande, feito por S.M.

“Essa lembrança, á qual dou o maior valor, é hoje ornamento de meu salão de Monbijou, e lembrará sempre o acolhimento affectuoso que tive de seu autor que tornou tão agradavel a minha estadia na bella terra do Brasil.”

“O imperador levanta-se ás seis horas da manhã. O tempo que lhe sobra dos negocios de Estado, elle o emprega em leituras que lhe são muito proveitosas, graças a sua excellente memoria . . .

"Nota-se neste jovem imperador uma ambição que não se pode deixar de respeitar e admirar: é a de preparar-se cada vez mais para a sua alta mas difficil missão.

"Que felicidade para esse bello paiz ser governado por um chefe que tão bem conhece os deveres de sua posição e deseja tão ardentemente tornar feliz o seu povo!

"Que o céo abençõe os seus esforços! . . ."

Por sua vez, o celebre romancista e historiadador, Alexandre Herculano, a maior personalidade literaria deste seculo, em Portugal, espirito liberal, levando a independencia até a selvageria, e a quem, por consequencia, não se poderia accusar de adulação, dizia já de D. Pedro II, em 1847:

"Todos sabem que o jovem imperador do Brasil consagra ao culto das letras todas as horas vagas que lhe deixam suas occupações de chefe de Estado. . .

"Não se poderá ver nas tendencias do jovem principe um signal dos tempos, uma prophecia consoladora para o futuro do Brasil? (8)

8) Estudo de Alexandre Herculano sobre o futuro literario de Portugal e do Brasil, a proposito dos "Primeiros Cantos" do poeta brasileiro Gonçalves Dias, publicado em 1847, na *Revista Universal Lisbonense*, e reproduzido na 5.^a edição dos *Cantos* do mesmo poeta, Gonçalves Dias. (Leipzig 1877).

Emfim, Ferdinand Wolf, em sua *Histoire de la littérature brésilienne* (9), falando do desenvolvimento literario no Brasil depois de 1840, dá grande valor ao papel de D. Pedro II nesse bello movimento:

“Ao imperador, diz elle, cabe a maior parte nesse desenvolvimento.

“D. Pedro II não se contenta com amar e proteger as sciencias e as artes, reunir em sua côrte sabios e artistas, e favorecel-os, não por calculo, como Augusto, ou por vaidade egoista, como Luiz XIV, que pensava apenas em fazel-os concorrer para a grandeza de seu poder e para a gloria de seu nome.

“D. Pedro II não faz das sciencias e das artes o ponto de apoio de sua ambição, e conhece-lhes a fundo varios ramos. Raramente deixa de assistir ás reuniões do Instituto Historico e Geographico.

No seu reinado fundaram-se numerosos estabelecimentos de instrucção e sociedades literarias. Emquanto que antigamente só o jornalismo politico tudo invadia, viram-se, emfim, revistas consagradas unicamente ás sciencias e ás artes.”

Mais adiante (10), o mesmo escriptor, falando do poema *A Confederação dos Tamoyos*, de Magalhães, visconde de Araguaya, poema publicado em 1856, assim se expressa:

9) Berlim, 1863.

10) Pg. 42.

“O imperador D. Pedro II, monarcha de admiravel tino politico e gosto pela arte, não se contentou com acceitar a dedicatoria do poema. dignou-se fazel-o publicar por sua conta, em edição de luxo.”

A todas essas homenagens, justamente merecidas por D. Pedro II, *este imperador, homem de sciencia*, como o chamou Pasteur, ha alguns dias apenas, em um discurso celebre (11), o sabio Agassiz juntou estas palavras que completam o retrato do soberano, que elle conheceu no Rio em 1865:

“... D. Pedro II é ainda jovem; com quarenta annos apenas, já reinou mais de vinte no Brasil. Tambem seu rosto é pensativo e um pouco envelhecido. Tem a physionomia varonil e cheia de nobreza. A expressão de seus traços, um pouco severa em repouso, é animada e se ameniza quando conversa, e suas maneiras delicadas têm uma affabilidade seductora. (12)

11) Discurso pronunciado na inauguração do Instituto Pasteur e publicado no *Journal des Débats* de 15 de novembro de 1888. Nesse mesmo dia, o busto em marmore de D. Pedro II, por Guillaume, foi installado no Instituto Pasteur. O imperador do Brasil acaba de encommendar a um artista brasileiro, Bernardelli, o busto em marmore do sabio francês para o Instituto Pasteur, recentemente creado no Rio.

12) Sr. e Sra. Louis Agassiz — VOYAGE AU BRÉSIL. Traduzido do inglês por Felix Vogeby, p. 65, Paris, 1869.

Como D. Pedro II justificava largamente esse concerto de elogios, pelo seu devotamento apaixonado à sciencia e ardente protecção concedida à instrucção popular!

Sua solitudine alcança os jovens brasileiros desprovidos de recursos que desejam instruir-se. Custeia a educação de grande numero de estudantes de direito, medicina, engenharia e bellas-artes. Mantêm diversas bolsas de estudo na Europa, em favor de alumnos escolhidos e de futuro. Interessa-se principalmente, e elle mesmo o declarou, pelas escolas primarias. Seus ministros pensaram certa vez em construir um palacio imperial, porque a grande casa que traz esse nome é a antiga residencia dos vice-reis portugêses.

“Que! exclamou D. Pedro, pensar em um palacio quando não ha escolas sufficientes nem estabelecimentos de ensino! Havendo necessidade, tratareis disso mais tarde, nos termos da Constituição. No momento, é preciso que cuide-mos de estradas, immigração e escolas.”

Grande lição que serviria a mais de um monarcha, e até a mais de um presidente de Republica!

“Falamos bem de um imperador? exclama Charles de Ribeyrolles, narrando esse caso de D. Pedro: Ah! Comprehendem-se melhor na Euro-

pa os esplendores das cavallariças e as grandezas das caçadas! (13)

Mas a solitudine de D. Pedro II pela instrução popular manifestou-se principalmente ao terminar a gloriosa guerra do Paraguay.

Quando a noticia da victoria final dos brasileiros chegou ao Rio, o enthusiasmo foi geral, e a municipalidade e o povo decidiram levantar uma estatua a D. Pedro II.

Sabia-se que alguns membros do gabinete, alguns deputados e senadores, tinham perdido a esperanza de chegar á victoria, mas o Imperador nunca se desencorajou e, com seus ministros Muritiba, Cotegipe e Rio Branco, guardou inteira fé no successo; sabia-se que era principalmente á sua energia que o Brasil devia essa victoria gloriosa. Em um movimento generoso, o povo brasileiro queria testemunhar ao imperador sua alegria e reconhecimento.

D. Pedro II, não menos generoso, recusou o monumento e quiz que o dinheiro dessa grande subscrição popular fosse applicado na criação de novas casas de ensino. De acordo com seu desejo, numerosas escolas foram construidas no Rio com a importante somma destinada á estatua.

Esse acto está acima de qualquer commentario. Sómente um principe, ao mesmo tempo

13) LE BRÉSIL PITTORESQUE, de Charles Ribeyrolles, p. 139 do 1.º volume (Rio de Janeiro, 2 vols. 1859).

philosopho e philanthropo como D. Pedro II, o poderia realizar!

Damos abaixo o documento celebre que attesta a veracidade desse facto, que nosso ministro dos Negocios Extranjeiros, Goblet, mencionou no seu discurso, no banquete em homenagem á emancipação dos escravos do Brasil. E' a carta authentica do Imperador dirigida ao ministro da Instrucção Publica, e dos Cultos, o conselheiro Paulino de Souza. O *fac-simile* dessa carta acaba de ser publicado por distincto homem de letras, o conselheiro Azevedo de Castro, em sua edição das obras do poeta Garção. (1888)

Eil-a:

"Leio no Diario que se pretende fazer uma subscripção para elevar-me uma estatua. O senhor conhece meus sentimentos e desejo que declare, quanto antes, á commissão de que fala o mesmo Diario, que, se querem perpetuar a lembrança do quanto confiei no patriotismo dos Brasileiros para o desaggravo completo da honra nacional e prestigio do nome Brasileiro, por modo que não me contrarie na minha satisfacção de servir a minha patria unicamente pelo cumprimento de um dever do coração, muito estimaria eu que só empregassem seus esforços na acquisição do dinheiro preciso para a construcção de edificios apropriados ao ensino das escolas primarias, e melhoramento do material de outros estabeleci-

mentos de instrucção publica. O senhor e seus predecessores sabem como sempre tenho falado no sentido de cuidarmos seriamente da educação publica, e nada me agradaria tanto como ver a nova era de paz, firmada sobre o conceito da dignidade dos Brasileiros, começar por um grande acto de iniciativa d'elles a bem da educação publica.

"Agradecendo a idéa que tiverão da esttua, estou certo de que não serei forçado a recusar-a.

D. Pedro II.

19 de março de 1870."

Eis uma carta e um acto dignos do grande imperador que colloca a soberania da intelligencia acima de todas as soberanias, e prefere fundar sua gloria antes sobre a instrucção popular do que sobre um monumento de bronze.

Comprehender-se-á facilmente que o sabio monarcha tenha se orgulhado dos titulos scientificos de que o julgaram digno os sabios europeus, e dado grande apreço á sua nomeação de membro correspondente da Academia de Sciencias, com que o honrou, em 1872, o Instituto de França.

Sabe-se que sua instrucção é muito variada.

Entre as sciencias, o objecto de sua predilecção é a astronomia, como o disse nosso com-

patriota, Liaís, antigo director do Observatorio do Rio de Janeiro, em uma de suas obras, em que são citadas algumas observações feitas pelo proprio imperador.

Mais de um sabio lhe invejaria a erudição scientifica. Fala muitas linguas vivas: o francês como um parisiense, o italiano como um toscano.

Teve a paciencia prodigiosa e o raro merito de verter para o latim os livros mais difficeis da lingua de Moysés e dos prophetas: Isaias, Job, Psalmos, Ruth, Cantico dos Canticos, Esclesiastes, obras de extrema difficuldade e que só um hebraista consumado comprehenderia.

Como o grande Frederico, elle cultivava tambem as Musas. Ha num trabalho muito interessante sobre o Brasil, o seguinte trecho do reverendo Fletcher: (14)

“Em 1864 tive o prazer de remetter a Longfellow e a Whittier a traducção, feita pelo imperador, de dois dos seus mais bellos poemas. Nessas traducções S.M. mostrou perfeito conhecimento de nossa lingua.

“Longfellow disse-me que *The Story of King Robert of Sicily* fôra traduzida em portugûes por tres poetas, mas que a traducção feita pelo Imperador era a melhor.”

14) BRAZIL AND THE BRAZILIANS BY THE REV. JAMES C. FLETCHER AND REV. D. P. KIDDER, D.D., 2.^a edição, 1879, Boston (p. 233).

D. Pedro II traduziu tambem uma das mais bellas odes de Manzoni a Napoleão I, odé inspirada na morte do grande guerreiro e intitulada *Il Cinque Maggio* (15). Assegura-se que é uma traducção perfeita.

D. Pedro II manteve com o illustre poeta italiano uma correspondencia de alto valor. Essas cartas são cuidadosamente conservadas em Milão.

Não se limita, porém, a traduzir. Compõe poesias a que não falta merito literario. Não tem disso o menor orgulho, entretanto.

A uma pessoa de sua Casa que em nome do deputado J. Nabuco lhe pedia, em 1887, em Paris, no *foyer* da Opera, permissão para publicar em *face-simile* uma de suas peças em verso, respondeu modestamente:

“Sei muito bem que não sou poeta. Faço versos, de vez em quando, como exercicio intellectual, e sómente quando não tenho outra cousa a fazer. Isso, porém, não é poesia. Mostro aos amigos intimos esses trabalhos, mas por nenhum preço eu os queria vêr publicados.”

Quantos escriptores deveriam inspirar-se na modestia de D. Pedro II!

Esse grande monarcha, porém, só se occupa com a sciencia e a poesia nas horas de lazer

15) Esta ode, e 27 traducções em linguas differentes, encontra-se em uma collecção publicada em Milão em 1883 por Meschia.

que lhe deixam seus deveres de soberano, cumpridos com zelo e satisfação. Todas as manhãs dá ordinariamente audiencia a qualquer pessoa que se lhe apresente. E' na galeria que conduz de seu gabinete de trabalho aos salões de recepção da imperatriz, que recebe os visitantes, o que elle chama *receber sua familia brasileira*.

Como S. Luiz, sob o carvalho de Vincennes, é paternal para com os que o procuram, trata-os com affabilidade, ouvindo com equal attenção ao sabio, ao artista, ao commerciante, tomando nota das queixas, quando justas, para leval-as ao conhecimento dos ministros, responsaveis deante do Parlamento e do paiz.

Conta-se que certa vez denunciaram-lhe um dos seus ministros que não attendera a uma justa petição.

— Os meus ministros não fazem injustiça, respondeu promptamente D. Pedro.

Depois, mais calmo, accrescentou:

— Eu mesmo vou examinar a questão.

E deu razão ao reclamante que tão acertadamente confiára na sua equidade. (16)

Além dessas audiencias particulares em S. Christovam, ha no mesmo palacio audiencias publicas todos os sabbados, das 5 ás 7 horas da tarde.

16) ANFRISO FIALHO — D. Pedro II, pg. 90.

Nessas audiencias, cada qual se apresenta a seu modo, de casaca, de uniforme, roupa de trabalho, e todos são bem recebidos pelo imperador.

Os estrangeiros têm igual facilidade para falar a D. Pedro, e o mais humilde negro, de tamancos ou descalço, é recebido pelo soberano.

Attento ás menores questões que o povo submette á sua justiça, elle o é, muito mais, ás questões do governo, que passam todos sob seus olhos.

Uma vez por semana preside ao Conselho de Ministros.

A reunião começa ás 10 horas da manhã e termina ordinariamente ás 5 da tarde, quando o Parlamento não funciona. Durante os trabalhos legislativos, elle preside o Conselho ás 8 horas da noite, e a reunião se prolonga até a meia noite e algumas vezes até as duas ou tres horas da manhã. Cada ministro lhe expõe, por sua vez, os negocios de sua pasta. O imperador ouve e discute com elles. Examina tudo, e quando se trata de questão importante, não toma uma decisão antes de estudar ou ouvir o Conselho de Estado. Toda solução é assim justa e sabia.

Em tudo, porém, a justiça de D. Pedro II é paternal. E' sempre acompanhada de clemencia.

O imperador, já o dissemos, não permite no Brasil perseguição e execução capital.

Posto que o Codigo criminal brasileiro admitta a pena de morte, ella muito raramente foi

applicada no reinado actual. Nem uma vez desde 1856. (17) D. Pedro II conhece, de certo, a palavra do sabio antigo "que chamava *sangrento* o tribunal que pronunciasse a pena de morte mais de uma vez em trinta annos." (18) E não é D. Pedro II tambem um sabio?

Mostrou merecer esse titulo principalmente por occasião das diversas revoluções que surgiram no Brasil e das quaes elle sahiu sempre vencedor. Satisfeito com a victoria, sempre amnistiou os crimes politicos, sendo que muitos dos maiores revolucionarios occuparam, mais tarde, ao seu lado, altas posições. Porque elle jamais conheceu o sentimento de odio e vingança.

Conta-se que um escriptor de talento lançou, em 1849, contra D. Pedro II e a casa de Bragança, um pamphleto de extrema violencia, e esse pamphletario veio a ser depois deputado, ministro, conselheiro de Estado, senador vitalicio e visconde.

D. Pedro II, principe magnanimo, lembrou-se apenas das provas de dedicação á patria que foram dadas pelo seu insultador. (19) Isto é

17) O Brasil não tem emigrados ou exilados politicos. Não se pode dizer o mesmo da maior parte das Republicas hispano-americanas.

18) Talmud (Jurisprudencia israelita).

19) FIALHO, obra citada, p. 91. O autor prosegue:

"Mas a verdade é que elle deve a posição que occupa hoje, 1876, ao seu talento real e á magnanimidade de seu soberano que

mais do que clemencia, é grandeza, é bondade. E não é a bondade um dos traços característicos desse soberano magnanimo?

Precenciámos de que modo elle acolhe os pobres no palacio, com que solicitude se interessa pelo successo e futuro da mocidade estudiosa e necessitada, com que grandeza de alma se occupa com a instrucção das classes desherdadas. Citaremos ainda um facto que prova a sua bondade. Viajando, um dia, no interior do paiz, longe de qualquer estalagem, hospedou-se na casa de um homem bom, muito estimado, mas cujos negocios corriam mal. Este homem, obrigado a pagar, dentro de poucos dias, uma grande quantia, estava completamente desprevenido.

jamaiz poz obstaculos a que elle subisse, principalmente depois de sua retratação, e desde que poz o seu talento a serviço da patria em vez de o empregar em diffamar suas instituições e autoridade."

Nós nos permittimos acrescentar que o politico em questão não fez "retratação" alguma porque nunca se declarou autor desse pamphleto anonymo que escrevera na mocidade. Outros politicos atacaram o imperador pela imprensa e na tribuna, e apesar disso occuparam cargos elevados no governo e até o posto de ministro. No Brasil o insulto não é acto de coragem; os insultadores contam com a mais completa impunidade e muitos daquelles que foram aggressivos ou injustos para com o imperador fizeram isso apenas como meio de ser bem succedidos. Ha até politicos que dirigem alternadamente elogios ou ataques ao imperador conforme se acham no poder ou na opposição. Comprehende-se o pouco valor que se deve dar a taes elogios e ataques.

20) PINTO DE CAMPOS — O Senhor D. Pedro II. pag. 85-86.

Quando o imperador partiu, o pobre homem encontrou em uma gaveta da commoda do quarto occupado pelo soberano, o recibo devidamente formulado e assignado pelo credor. (20)

Nem só o imperador era bom na Côrte do Brasil.

Sua digna esposa, a imperatriz Dona The-reza-Christina-Maria, dirige no palacio, já o dis-semos, o departamento de caridade. Sua bon-dade é inesgotavel. Semeia a esmola e o conso-lo. Tambem, é adorada por seus subditos e abençoada como uma santa.

Nobre companheira do melhor dos soberanos, contribúe em grande parte para a immensa popu-laridade que cerca o imperador.

D. Pedro II é um rei que pode estar sozinho, sem perigo algum, no meio da multidão de seus subditos.

Sabe-se que elle se despoja voluntariamen-te do fausto de sua posição e gosta de se mostrar ao povo com modesta simplicidade. E' o rei po-pular por excellencia, cuja gloria consiste em ganhar os corações. Em seu gabinete ha um ad-miravel busto de Alexandre o Grande. A' vista da imagem desse heróe antigo, alguem lembrou a D. Pedro II estas palavras de Cesar ao contem-plar certa vez a mesma imagem:

— Elle não tinha ainda a minha idade e já conquistara toda a terra.

D. Pedro II, mais sabio que Cesar, exclamou:

— E eu conquistei o meu povo!

Doce e duradoura conquista que lhe attrae todas as sympathias e todos os respeitos!

Essa respeitosa sympathia do povo brasileiro por seu soberano tem-se manifestado ultimamente do modo mais tocante.

Quando, depois de sua enfermidade, foi ao arsenal de Marinha tomar o vapor que o levaria á Europa, a população toda do Rio lhe disse um adeus commovente, e seu regresso ao Rio, a 22 de agosto ultimo (1888), foi celebrado com grandes festejos.

No dia seguinte, descrevendo no O PAIZ, do Rio, a chegada de D. Pedro II, as provas de amor que S.M. recebeu, ainda uma vez, da população, e o enthusiasmo geral que sua volta provocou, o eminente jornalista e orador Joaquim Nabuco, deputado liberal, disse, com razão, que o imperador, após quarenta annos de reinado, podia repetir as palavras de Pericles:

“Vós não falais do que ha de mais glorioso em minha vida: não ter causado pesar a nenhum cidadão!”

E J. Nabuco accrescenta: “O Chefe de Estado que durante meio seculo de governo não fez um só inimigo, não entrou em antagonismo com o seu povo, possúe certamente, e no mais alto

grau, a mais difficil das virtudes, si bem que pareça a ma's facil, — a tolerancia.

“Esta virtude superior que se diria negativa, não é mais do que a reunião de todas as outras virtudes positivas, semelhante á luz que não tem côr porque é a fusão de todas as côres.

“Em um paiz onde existe a maior liberdade de imprensa, onde a penna do escriptor como o lapis do caricaturista gozam equal liberdade, onde o estrangeiro como o nacional podem impunemente publicar sua opinião, onde os jornalistas, implacaveis mesmo entre confrades, têm provado sufficientemente que não respeitam situação alguma e nenhuma posição, o imperador não teria conseguido reunir todas as opiniões, e conciliar, sem excepção, todas as sympathias, si houvesse imposto o silencio sobre seu reinado. Nunca o silencio produziu esse sentimento universal de deferencia e affeição que S. M. inspira.

“Ninguem o ignora: a pessoa do imperador foi sempre exposta ás violencias das lutas politicas, porque elle podia dizer como Luiz XIV: “O Estado sou eu!”

“Mas o povo brasileiro manifestou sempre pelo seu soberano sentimentos de profunda sympathia porque todos têm a convicção de que D. Pedro II possúe as tres qualidades que um povo se compraz em encontrar nos que a governam: patriotismo, desinteresse e tolerancia.

"Governar meio seculo sem ferir uma unica personalidade, é obra prima de tacto e habilidade governamental que suppõe, no soberano que a soube realizar, uma vida inteira de dominio de si mesmo e esforços para fazer absorver o homem pelo funcionario."

E J. Nabuco continua dizendo que, certamente, o imperador contrariou muitas pretensões e muitos interesses, mas, entre tantas pessoas contrariadas por S. Majestade, poucas lhe attribuiram a intenção de prejudical-as, persuadidas de que em todos os seus actos obedeceu sempre ao desejo de bem cumprir o seu dever.

"A ausencia de todo resentimento contra D. Pedro II, diz elle. é um facto incontestavel e universalmente constatado no Brasil."

Feliz esse principe adorado por seu povo! E, principalmente, povo feliz cujos destinos estão confiados a um rei sabio e generoso que consagra a vida inteira a fazer a felicidade dos seus subditos!

CAPITULO XVI

ACTIVIDADE FECUNDA DE D. PEDRO II. — SUAS VIAGENS.

SUMMARIO: — Vida de D. Pedro II no Rio e em Petropolis. — Uma conversa de D. Pedro II com Arsène Houssaye. — “O homem feliz sou eu, quando o meu povo está contente”. Fidelidade de D. Pedro II á Constituição. — Opinião de Ch. Ribeyrolles. — As tres viagens de D. Pedro II. — Seu amor ás sciencias, letras e artes. — Palavras de Charles Darwin a respeito do imperador. — Richard Wagner. — A Ristori — Adolphe Franck — Alexandre Dumas Filho. — Resposta de D. Pedro II a um general allemão em Rouen. — A ultima viagem do imperador foi realizada por uma questão de saúde. — Belleza physica e moral de D. Pedro — Um artigo de Henri Fouquier. — Repouso do imperador em Cannes. — Artigo do jornal LES E'CHOS DE CANNES. — D. Pedro II e o Felibrige. — Frederic Mistral. — Homenagem publica prestada por Gladstone ao imperador. — Nioac. — Entrevistas do autor

deste livro com D. Pedro II em Marselha e em Aix-les-Bains. — "Majestade, sois mais que um imperador, sois um philosopho e um sabio! — Homenagens de Lamartine e de Victor Hugo a D. Pedro II. — O jubileu do reinado de D. Pedro II.

D. Pedro II desenvolve ao serviço de seu povo uma actividade prodigiosa e infatigavel.

Grande trabalhador desde a infancia, adquiriu habitos laboriosos que nunca abandonou.

Em seu palacio da Boa Vista, em S. Christovam, no meio de um parque magnifico, está sempre rodeado de livros, os seus melhores amigos. Possui uma rica bibliotheca e muitas obras de arte. Seu gosto artistico faz delle um amator intelligente dos grandes mestres. Letras, sciencias e artes, nada escapa ás suas ardentés investigações.

Interessa-se tambem pela agricultura e jardinagem; acompanha com carinho o embellezamento dos parques e jardins. E' um compatriota nosso, Glaziou, quem dirige esses trabalhos. No verão, D. Pedro reside em Petropolis, a quatro horas do Rio, cidade encantadora, por elle fundada na serra dos Orgãos. Sulcada de cursos d'agua e dotada de clima delicioso, é o logar procurado pelos diplomatas, familias ricas, alta sociedade do Rio, na estação calmosa.

O imperador gosta immensamente dessa estancia, e ausenta-se apenas aos sabbados,

quando vae presidir no Rio, ao Conselho dos ministros.

Em Petropolis, como na Boa Vista, D. Pedro II leva tambem uma vida laboriosa.

Levanta-se ás 6 da manhã e deita-se sempre muito tarde; almoça rapidamente, ás 9 horas, e janta ás 5.

Logo que se levanta lê grande parte dos jornaes do dia e manda anotar ou resumir os outros. Expedido o correio, dá, regularmente, audiencia.

Depois, toma a carruagem e vae visitar escolas, hospitaes, fortalezas, navios de guerra, quartéis, estabelecimentos scientificos e beneficentes. Veste casaca ou uniforme militar e faz-se acompanhar sempre de um camarista. Traz o Tosão de Ouro na botoeira e a placa do Cruzeiro ao lado. Seis cavallos tiram a carruagem, quasi sempre a galope.

Dois cadetes (1) vão adiante para abrir caminho, um capitão galopa junto á portinhola.

1) No exercito brasileiro chamam-se cadetes certos soldados que se distinguem dos outros porque trazem em cada braço uma estrella de ouro.

Para ser cadete é preciso provar ser filho ou descendente de nobre, de alto dignitario do Imperio ou de official superior do exercito. No palacio do imperador, os cadetes tomam lugar á mesa com os camaristas e officiaes de serviço.

Não são sub-officiaes, como disse um jornalista parisiense, mas simples soldados que têm certos privilegios.

e um piquete de cavallaria, com alguns batedores, seguem a carruagem. (2)

Chega de improviso, ora em meio da reunião de alguma sociedade scientifica, ora em plena distribuição de premios, e toma nota dos laureados para os acompanhar e proteger em sua carreira.

Uma ou duas vezes por semana, já o dissemos, preside ao Conselho dos ministros; nos demais, vae ao theatro, que ama apaixonadamente, ou trabalha em seus estudos predilectos.

No primeiro sabbado de cada mês, ás 8 horas da noite, recebe em S. Christovam o corpo diplomatico.

A essas audiencias comparecem todos em uniforme: o proprio imperador traja o de marechal ou almirante.

2) No magnifico **Panorama da cidade e da bahia do Rio de Janeiro**, que se poderá admirar em Paris (avenida Suffren, 80), durante a Exposição Universal, vê-se a carruagem do imperador atravessando uma rua que foi aberta recentemente, a rua Senador Dantas — nome celebre na historia da abolição no Brasil. Esse trabalho é dos pintores Victor Meirelles, brasileiro, e Langerock, belga. E' um espectáculo verdadeiramente feérico o dessa bahia, incontestavelmente a mais bella do mundo. A vista panoramica foi tomada do morro de Sto. Antonio. Já em 1824, os parisienses tinham admirado uma vista do Rio, trabalho de Guillaume Frédéric Romny, conforme desenhos de FELIX ÉMILE TAUNAY, pae do senador brasileiro d'Escragnolle Taunay e filho de Nicolas-Antoine. Neste ultimo trabalho, o morro do Cas-

As recepções de gala realizam-se nas grandes datas historicas, no Palacio Imperial, tambem chamado Paço da Cidade.

Nesses dias, o imperador e a imperatriz vêm de S. Christovam ao Paço, em grande cerimonia, precedidos dos altos dignitarios da côrte e escoltados por um regimento de cavallaria.

As carruagens de apparato são as mesmas que serviram na côrte de D. João V e ficaram no Rio depois da partida de D. João VI. Foram feitas em Paris e pintadas por Martin. Restauradas em 1816 pelo pintor Manoel da Costa, foram retocadas em 1822, na época da proclamação da Independencia, por Jean Baptiste Debret e Francisco Pedro do Amaral. (3)

Só duas vezes por anno o imperador se apresenta com o manto imperial, o sceptro e a corôa: na abertura e no encerramento das Camaras.

tello foi o ponto de vista escolhido. Uma acqua-tinta de Frédéric Salathé conservou a lembrança desse panorama, tambem fixada pela brochura da época: *Notice historique et explicative du panorama de Rio de Janeiro*, por Hippolyte Taunay e Ferdinand Denis. (Paris, 1824). Entretanto, Ferdinand Denis, antigo bibliothecario de Sainte-Géneviève, que os brasileiros appellidaram "o mais antigo brasileiro de Paris", declara não ter escripto uma só linha dessa noticia. Com effeito, a parte historica deixa muito a desejar.

3) DEBRET — *Voyage pittoresque au Brésil.*

Com excepção das grandes datas historicas, a vida na côrte de D. Pedro II é calma, simples, patriarchal. Para receber o seu povo o imperador dispensa a etiqueta.

Num artigo assignado por *Pilgrim* — pseudonymo bem conhecido de um dos nossos mais estimados escriptores —, encontramos o seguinte trecho de uma conversa de D. Pedro II com Arsène Houssaye (4):

“Gaston Calmette havia escripto no *Figaro* que D. Pedro II se parecia com Arsène Houssaye.

“Ora, o imperador e o poeta são velhos conhecidos.

“Quando D. Pedro, alguns dias depois, reviu Arsène Houssaye, disse-lhe em ar de brincadeira, conduzindo-o deante de um espelho: “Vejamos si nos parecemos!”

— Sim, disse o poeta, excepto nisto: que eu gostaria de ser de vez em quando D. Pedro II, ao passo que vós não gostaríeis de ser jamais Arsène Houssaye.

— Quem sabe? Todo homem traz sua corôa de espinhos. Fariamos comtudo uma troca inutil, não trariamos a corôa do homem feliz.

4) *Revue de Paris et de Saint-Pétesbou.g*, Paris, numero de 15 de novembro de 1887.

4) *Le Bresil pittoresque*, de CH. RIBEYROLLES, t. III, p. 139.

— Vossa Majestade encontrou o homem feliz?

— *Sim, sou eu, quando meu povo está contente.*

Compreende-se que os brasileiros se orgulhem de tal soberano.

D. Pedro II pôde ausentar-se e fazer longas viagens ao estrangeiro: está certo da fidelidade dos seus subditos á Constituição liberal do Imperio, á qual elle mesmo se submetteu sempre, escrupulosamente.

Um republicano francês, Charles Ribeyrolles, de quem já falámos, faz justiça a esse amplo respeito do imperador e do povo brasileiro á Constituição que os rége:

“Aqui o contracto não foi violado. A lei geral é sempre demorada, respeitada e obedecida. Nada de interpretações arbitrárias; portanto, nada de crises. E' que o homem que prestára juramento guardou escrupulosamente a immacula probidade de sua palavra; é que elle tem a religião do dever e, sem subterfugios ou reservas, praticou e manteve a fé jurada.

“Era jovem e só. Podia, como o pequeno Xerxes, deixar-se levar pelos ardores do sangue, pela febre do orgulho, pela embriaguez do poderio.

“Onde estão suas temerarias iniciativas, violencias e impiedades?

“Nenhuma velha cabeça de rei foi mais tranquilla e accessivel ao respeito humano.

Auserite D. Pedro II, a lei não deixa de existir, e essa lei é respeitada sob a regencia de uma princesa tão habil quanto sábia, digna filha de seu pae.

D. Pedro II tem podido, assim, com toda segurança, vir lêr no mundo europeu as regras de nossa civilização e comparal-as com as que tem dado ao seu paiz, sem que a satisfação dessa judiciousa e sabia curiosidade se confunda com a negligencia. Por onde passe, estuda e examina todas as cousas; procura a sociedade dos sabios testemunha seu amor pela sciencia, pelas letras e pelas artes.

Em Paris, recebia todos os dias, das 4 ás 6 da tarde. E quão differentes eram essas recepções das de quasi todos os outros principes e soberanos! Não se viam os elegantes ou aristocratas que muitas vezes só têm o merito do titulo nobiliarchico, ou um nome mais ou menos historico. Os representantes do genio francês se acotovelavam nessas reuniões. Viam-se nellas as summidades das sciencias, das letras e das artes.

D. Pedro II é um homem encantador, de palestra agradavel, de rara simplicidade, extremamente accessivel.

Nenhuma literatura lhe é desconhecida. Os sabios, os homens de letras, os artistas que delle

se aproximam, admiram-lhe a espantosa erudição e a memoria invejavel.

A seu amor á sciencia prestam justa homenagem os maiores sabios do Universo.

“O imperador tem feito tanto pela sciencia”, — escrevia, em 1887, Charles Darwin ao illustre botanico sir Joseph D. Hooker, — “que todo sabio lhe deve o maximo respeito; e espero que lhe exprimireis, da melhor maneira, quanto me senti honrado pelo seu desejo de me vêr, e quanto lamento ter estado ausente de casa”. (5)

Todo sabio lhe deve o maximo respeito! Tal é a opinião de Darwin. E', igualmente, a de todos os outros sabios, literatos e artistas que tiveram a felicidade de se aproximar desse grande soberano.

Em um livro recentemente publicado, vemos que esse principe esclarecido, grande apreciador da musica e protector do maestro brasileiro Carlos Gomes, foi tambem um dos primeiros a adivinhar o genio musical de Richard Wagner, a quem propoz, em 1857, a composiçao de uma opera para o Theatro Lyrico do Rio. (6)

5) *Vie et correspondance de Charles Darwin*, publicadas por seu filho Francis Darwin. — Traducção francesa de Varigny. Paris, 1888, t. II, pg. 577.

6) ADOLPHE JULIEN, *Richard Wagner, sa vie et ses oeuvres* (Paris, 1886, pg. 114).

Si quizermos conhecer a impressão que o imperador do Brasil causou no espirito da celebre tragica Ristori, cantada por Lamartine e Musset, basta abrir seus *Ricordi artistici*:

“... Quale anima gentile, quale spirito eccezionalmente colto trovai nel'imperatore. Egli mi onoró della sua amicizia, della quale mi sinto orgogliosa; né tempo, né lontananza l'hanno potuta scemare nell'anima mia. Ricevuta a corte con mio marito ed i miei figli, non mi attento a descrivere quanta bontà ed affabilità abbia incontrate in quell'angelica famiglia. Quante occasioni non mi ebbi d'ammirare la coltura, l'ingegno profondo di sua Maestà! Tutte le letterature gli sono famigliari. Per la rettitudine dé principii, per la giuustizia nel governare, egli é adorato dai suoi subditi, non mirando che allo svillupo e al benessere di essi... ”

“Ma trovo superfluo l'enumerare qui le doti infinite ch'egli possiede. La fama le ha propalate.”

— “Que alma generosa e que espirito excepcionalmente culto encontrei no imperador! Elle me honrou com sua amizade, de que me sinto orgulhosa. O tempo e a distancia não con-

O autor accrescenta: “Este offerecimento vindo do Rio de Janeiro parecia ter fundamento, porque o imperador do Brasil, mais tarde um dos patronos do theatro de Bayreuth, foi assistir á primeira execução de *Nibelungen* (1876).”

seguirão desvanecer a sua lembrança no meu coração. Recebida na côrte com meu marido e meus filhos, é-me impossivel descrever a bondade excessiva e a affabilidade que encontrei nessa familia angelica. Quantas occasiões tive de admirar a cultura e a profunda intelligencia de Sua Majestade! Todas as literaturas lhe são familiares. A rectidão dos seus principios e a justiça do seu governo fazem-n'o adorado dos subditos cujo progresso e bem estar são o objecto de sua preocupação. Acho superfluo enumerar as muitas qualidades que elle possui. A fama já as fez conhecidas em toda parte."

D. Pedro II deixou tambem profunda impressão no espirito de um dos nossos maiores philosophos modernos, Adolphe Franck, do Instituto, o autor immortal de *La Kabbale* e do *Dictionnaire Philosophique*, professor de Direito das gentes no Collegio de França.

Em 1871, quando de sua primeira viagem á nossa patria, Sua Majestade recebeu com viva sympathia o illustre professor que lhe foi apresentado pelo fallecido conde de Gobineau, então ministro da França no Brasil e que estava de férias em Paris.

A partir desse dia cada vez que D. Pedro assistia ás reuniões do Instituto, de que era membro correspondente, procurava a sociedade e a conversação do sabio professor, collocando-se sempre ao seu lado.

Não lhe perdia as lições publicas no Collegio de França, onde se conservava incognito, como simples discipulo.

Um dia estava assim entre a multidão de ouvintes, e Franck tratava precisamente do problema da escravidão. Percebendo a presença de D. Pedro II, o illustre professor exclamou:

“Um grande imperador moderno tomou a peito supprimir, em seu vasto Imperio, a chaga social que deshonra a humanidade.

“Esse imperador philanthropo e sabio não é um mytho: existe realmente, está cheio de vida, e percorre todas as capitaes da Europa, estudando as instituições e os costumes occidentaes. Não, esse imperador não é um mytho; podeis, Senhores, vel-o, falar-lhe, e contemplar-lhe a face augusta; elle está na Europa, na França, entre vós; elle está ao vosso lado! . . .”

Immediatamente, todos os espectadores voltaram-se para o augusto condiscipulo cuja estatura elevada dominava o auditorio; bravos e applausos freneticos partiram de todos os lados.

Foi uma scena tocante e admiravel, de que Sua Majestade se queixou ao illustre amigo que lhe revelara a presença e ferira a modestia.

O sabio professor não resistira, porém, á tentação de exprimir publicamente sua admiração pela obra gloriosa e pelo nobre character do mais sabio dos reis.

A seguinte carta de Franck completa esta narrativa:

“Meu caro senhor Massé.

“Não me esqueci de que me pediu uma exposição das minhas relações com S. M. o imperador do Brasil, D. Pedro de Alcantara. Tentarei satisfazer o seu desejo relembrando factos antigos. Si o tempo os empallideceu, não os destruiu, e não me impede de falar nelles com exactidão.

“Foi em 1871 que o meu amigo conde de Gobineau, ministro da França no Brasil, que se encontrava em gozo de licença em Paris, apresentou-me ao imperador, installado por algum tempo no *Grand Hôtel*.

D. Pedro II recebeu-me como velho conhecido, fazendo-me a honra de affirmar que lêra a *Kabbale*, o *Dictionnaire des sciences philosophiques* e outros trabalhos que eu não sei si merecem ser lembrados.

“Desde essa primeira entrevista, que foi longa, D. Pedro pediu-me que voltasse, e perguntou-me o horario das minhas lições no Collegio de França.

“Tornei a vêl-o pouco tempo depois, e conversámos longamente sobre a pena de morte. Elle sabia que eu estava cuidando dessa questão, que tratara disso mais ou menos amplamente em um dos meus livros e no *Journal des Débats*, e que

eu não via no cadafalso uma instituição immutavel. Declarou-se inteiramente de acordo comigo e disse-me que, embóra não ousasse propor no Parlamento a abolição immediata da pena capital, usava do seu direito de graça para conceder commutação de pena aos criminosos a quem a justiça do paiz condemnava á morte.

Confiou-me ao mesmo tempo que nutria a esperança de conseguir muitos attenuantes ás leis criminaes do Brasil.

— E aquellos que não são culpados, ousei perguntar, e entretanto são submettidos, em nome da lei, a todos os soffrimentos que a crueldade humana pôde imaginar, que fareis delles?"

Mal terminei a pergunta, e elle me respondeu:

— Eu vos comprehendo. O problema da escravidão me preoccupa mais ainda do que o da pena de morte. Trataremos disso, entretanto, em outra occasião.

"Poucas semanas depois dessa segunda entrevista, li nos jornaes que uma lei brasileira, adoptada por proposta do governo, declarava livre para o futuro todo filho de escravos.

Não era ainda a abolição completa, mas a sua promessa para breve prazo.

"No mesmo dia em que tive essa notic'ia, fui, como de costume, dar minha lição no Collegio de França. Assim que me viu, disse-me o bedel

estar no auditorio uma cabeça coroada que recusára logar de honra. Não me foi difficil adivinhar que se tratava de D. Pedro II, aliás facil de reconhecer pela elevada estatura e pela barba majestosa.

“Tomei para assumpto da lição o direito natural do homem á liberdade, e as consequencias perigosas e immoraes da escravidão consagrada pelos costumes ou pelas leis. Antes de terminar, dirigi ao publico estas palavras de que garanto o sentido, si não o texto: “Esta horrivel instituição toca a seu termo, até no Novo Mundo. Hoje mesmo ella foi ferida de morte por um soberano daquella região. E esse soberano se encontra em França neste momento, está em Paris, no meio de vós neste recinto. . .”

Immediatamente D. Pedro foi reconhecido, todos os olhos se voltaram para elle, e exclamações entusiasticas o seguiram até que, refugiado em meu gabinete, poudé eximir-se á manifestação.

— Sabeis, disse-me, quando nos vimos a sós, que vos considero um traidor? Eu vos recommendára tanto, e vós me havieis promettido, não tratar de minha pessoa. . .

“O Imperador não guardou resentimento. Num sabbado, dia da reunião semanal da Academia de Sciencias Moraes e Politicas, D. Pedro nos fez uma visita no Instituto. Segundo a praxe, foi-lhe designado um logar de honra.

— Não, respondeu o imperador, dissei-me sómente qual é o lugar de Mr. Franck; peço permissão para sentar-me ao lado d'elle.

“Foi-me necessario dizer-lhe os nomes de todos os meus confrades e citar-lhe os titulos dos trabalhos.

A sessão terminou muito antes de cumprida a minha tarefa.

“Não quero enumerar todas as circumstancias em que o imperador me testemunhou quanto me estimava e quanto lhe agradavam as minhas opiniões espiritualistas e liberaes. Ha uma, entretanto, que não posso deixar em silencio. Quando soube que se fundara em Paris uma liga contra o atheismo e que era eu o presidente, foi um dos primeiros a inscrever-se entre os membros honorarios dessa associação, e escreveu-me nessa época uma carta desenvolvendo elevadas considerações politicas e sociaes. Procurava provar-me que, na grande questão das relações da alma humana com a causa primaria de todas as existencias, seu espirito era guiado pela razão philosophica tanto quanto pelo sentimento religioso.

Amava, não direi a tolerancia, mas a liberdade. Elle a praticava a respeito de todas as crenças e systemas; não supportava, porém, o atheismo e o materialismo, nos quaes via o rebaixamento da humanidade e uma ameaça perpetua á ordem social.

Falo delle no passado porque o imperador não existe para mim senão no limite das relações que tive a ventura de manter com elle. Desejo que haja muitos republicanos tão dedicados como esse imperador á causa da justiça e da humanidade. Si Platão o tivesse conhecido, prender-se-ia com dobrada confiança á sua maxima favorita: — “Os homens serão felizes quando os reis forem philosophos ou quando os philosophos forem reis.” Entretanto, julgo-me obrigado a accrescentar que a philosophia de D. Pedro nada tem de commum com a do prussiano Frederico II.

“Meu caro sr. Mossé, entrego estas linhas incompletas a sua inteira discrição, dando-lhe liberdade de destruil-as ou aproveital-as no livro que pretende publicar. Seja qual fôr a sua decisão, receba a affirmação dos meus sentimentos dedicados.

Ad. Franck.

Paris, 31 de março de 1889.”

Por sua vez, Alexandre Dumas Filho, um dos quarenta immortaes, e um dos nossos escriptores mais populares, professa por D. Pedro II a maior admiração. A seguinte carta com que nos honrou sinceramente o confirma:

“Caro Senhor,

“Eu era, com effeito, director da Academia, quando S. M. o Imperador do Brasil, D. Pedro II, nos deu, em 1877, a honra de assistir a duas

sessões nossas, na terça-feira, 24 de abril, e na quinta, 26 do mesmo mês. Em sua primeira estadia em Paris, a Academia, por uma decisão especial, o admittiu em seu seio para tomar parte nos trabalhos. Fui eu que, como director, tive a honra de recebê-lo ao pé da escada e conduzi-lo á sala das sessões. Na primeira vez, a 24 de abril, Sua Majestade, depois de apertar a mão a todos os seus confrades, que Camille Doucet lhe ia apresentando, tomou logar entre elles como simples collega. Justamente nesse dia, o conde de Haussonville estava lendo uma parte da interessante noticia que publicou, depois, sobre seu pae, e o imperador o applaudiu diversas vezes, como nós.

“Terminada a sessão, elle partiu, a pé, fazendo-se acompanhar da carruagem, muito simples, conversando com alguns de nós.

“Voltou no dia 26, pedindo que desta vez o recebessemos como se fosse realmente um dos quarenta. Tomou parte no trabalho que faziamos, o dictionario historico, e prometeu voltar. Em sua ultima viagem, tornou a visitar-nos.

“Tendes razão, Senhor, em escrever a historia desse monarcha liberal que reina desde a idade de seis annos e cuidou sempre do progresso, da liberdade e felicidade do seu paiz. Tambem, elle pôde ausentar-se para vir estudar na Europa, sem receio de que lhe usurpem o logar. E suas grandes distracções, nas viagens, são os

congressos scientificos e as sessões da Academia.

“Feliz monarcha!

“Povo feliz!

“Crêde, Senhor, nos meus sentimentos dedicados.

A. Dumas Filho.”

D. Pedro II justifica plenamente essas altas e sympathicas apreciações, tanto do ponto de vista de sua bella alma como de seu gosto apaixonado pela procura da verdade e do bello. (8)

Dirigiu seus passos e seus olhares investigadores, principalmente para o Egypto, Grecia, Italia e França.

“Approximou-se piedosamente, diz Arsène Houssaye, da mesa dos Pharaós, e interrogou a Roma antiga e a Italia da Renascença.

“Em Paris, todos os dias o imperador visitava tres ou quatro monumentos e recebia tres ou quatro homens de escol.

8) D. Pedro excita sempre a admiração dos sabios, dos homens de letras e dos artistas. Os philanthropos de todos os cultos rendem-lhe as mais respeitosas homenagens. Um homem de coração, Mr. Osiris, cuja piedade e grande munificencia são conhecidas pela communitade israelita de Paris, que lhe deve a construcção do templo magnifico da rua Buffaut, bem como o da estação balnearia de Arcachon, sabendo que D. Pedro II visitara, em 1871, as ruinas do templo de Jerusalém, teve a lembrança tocante de offerecer-lhe a primeira prova do admiravel desenho de Bida, representando os judeus em oração deante da muralha de Salomão. Em Nice, em 1888,

"Despojava-se, com uma graça perfeita, do manto imperial; e este homem, que governa o Imperio mais vasto do globo, depois da Russia e da China, tornava-se um simples viajante espiritual e erudito.

"O que surprehendia um pouco aos que tinham a fortuna de conversar com elle, era conhecer todos os franceses notaveis como si tivesse vivido entre nós. Lembrava-lhes obras, livros, discursos, de que elles mesmos não raro se haviam esquecido.

"Falava a lingua francesa como verdadeiro dilettante.

"D. Pedro II não perdeu jamais o tempo em suas viagens. Viu tudo, na França, esse homem que crê apenas na soberania da intelligencia, e, duas vezes imperador, apresenta-se com a simplicidade de um espartano."

Nós, que tivemos igualmente a honra de nos aproximar desse sabio coroadado, associamo-nos plenamente á apreciação vinda de um escriptor imparcial.

Osiris teve a honra de ser apresentado ao imperador por seu amigo, o conde de Nioac. Sua Majestade o acolheu muito bem. O grande philanthropo, que agora mesmo (1889) acaba de fazer á Exposição Universal uma dadiva de cem mil francos para recompensar o autor da obra mais interessante do ponto de vista da arte, da industria ou da utilidade publica," conserva dessa entrevista de Nice a mais agradável e reconhecida lembrança.

As palavras precedentes são de uma absoluta verdade; expõem perfeitamente o caracter scientifico das viagens de D. Pedro II.

Sabe-se que elle fez tres viagens ao estrangeiro.

Não nos referimos ás que realizou nas provincias do seu vasto Imperio, tendo visitado quasi todas por diversas vezes.

Sua primeira viagem transatlantica foi em 1871. Visitou a Europa e o Oriente, em companhia da imperatriz.

A princesa imperial, Dona Isabel, herdeira do throno, ficou regendo o Imperio, tendo como primeiro ministro o visconde do Rio Branco.

Esta viagem, iniciada em 25 de maio de 1871, terminou a 30 de março de 1872.

D. Pedro II visitou então toda a Europa, o Egypto, a Palestina e a Asia Menor.

Entre os altos dignitarios da cõrte que o acompanhavam, citaremos os senadores visconde de Itaúna, dois homens notaveis pelo saber e muito particularmente estimados por D. Pedro II.

Foi nessa viagem que o imperador provou sentimentos de rara delicadeza a respeito da França, que lhe offerecia, aliás, sympathica hospitalidade.

Era alguns meses depois da Communa.

Encontrando-se o imperador em Rouen durante a occupação allemã, o general-commandan-

te da praça foi apresentar seus respeitos a S. M. e annunciar-lhe que uma guarda de honra seria collocada á porta de hotel, sendo-lhe offerecida uma serenata militar pela musica allemã. D. Pedro II recusou a guarda de honra e a serenata, exprimindo ao commandante da praça viva gratidão pela homenagem que lhe queriam prestar.

— Si eu estivesse na Allemanha, disse elle, não me opporia, absolutamente. Estou, porém, na França, e não posso acceitar que a musica dos vencedores venha me saudar no sólo dos vencidos.

O general prussiano inclinou-se: fizêra o seu dever para com o imperador, e este cumprira o seu para com a França, attrahindo com esse gesto as sympathias e o reconhecimento do povo francês.

A segunda viagem de Sua Majestade (26 de março de 1876 a 26 de setembro de 1877) foi aos Estados Unidos, por occasião da Exposição Universal de Philadelphia, seguindo depois para a Europa.

A princeza regente teve então por primeiro ministro o marechal duque de Caxias; na terceira viagem, o barão de Cotegipe, até 10 de março de 1888, e, a partir dessa data, o conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira.

A ultima viagem foi recommendada a D. Pedro II por seus medicos.

Partiu do Rio a 30 de junho de 1887, e a 5 de agosto de 1888 embarcava em Bordeus para chegar ao Rio a 22 do mesmo mês.

Um anno de repouso e tratamento, sob um céu clemente, foi bastante para restabelecer a saúde do melhor dos imperadores e do mais vigoroso dos homens. Tão preciosa aos brasileiros e aos que na Europa conheceram a grandeza de alma de D. Pedro, sua saúde alterou-se desde o mês de fevereiro de 1887. Os medicos attribuiram ao cansaço, ao excesso de trabalho e á grande actividade, o enfraquecimento e a molestia do imperador, obrigando-o a interromper a vida laboriosa que levava, para vir á Europa refazer-se.

Uma congestão do figado, seguida de febre palustre, tinha abalado aquella saúde até então inalteravel. E no mês de maio ultimo, em Milão, mal se restabelecia da molestia do anno anterior, eil-o atacado de uma pleurisia.

Antes dessa dupla enfermidade, D. Pedro era de constituição robusta, e, ainda hoje, tal como tivemos a honra de vê-lo em Marselha e em Aix-les-Bains, recuperou grande parte de sua belleza physica.

Alto, de nobre apparencia, olhos azues, olhar profundo, physionomia franca e leal, tem um aspecto imponente; os cabellos e a barba, que eram louros, embranqueceram depois da guerra do Paraguay.

Seu acolhimento sympathico e cortês, palavra facil e persuasiva e sua bondade, o tornam quasi familiar.

Tal é o hospede augusto, a quem o clima benigno da França restituiu o antigo vigor.

Naturalmente, os francêses se alegram com isso porque amam o principe generoso e popular.

"Instruidos pela experiencia, disse um distincto escriptor, Henry Fouquier, (9) sabemos agora, melhor que antigamente, não exaggerar o valor das sympathias que nos testemunham, e, ao mesmo tempo, sabemos mostrar-nos mais tocados e reconhecidos.

"Demos prova disso por occasião da enfermidade de D. Pedro II.

Paris mostrou-se profundamente interessada, porque sabia que o imperador era um amigo da França. Paris ama D. Pedro porque este ama Paris, e o ama bastante, como queremos que elle seja amado."

Mais adiante (10) Fouquier acrescenta:

"Não sómente D. Pedro II ama Paris, mas nella se integrou.

"Quando aqui chega, dirige-se logo ás Academias, á Sociedade de Geographia, ás uzinas

9) *Revue de la Famille*, 15 de junho de 1888, p. 264.

10) *Pag.* 265.

dos grandes industriaes, ao "atelier" dos artistas e ao gabinete dos sabios.

"Ainda ha poucos dias, rodeado de compa-
nheiros de escól, visitava nosso Observatorio de
Nice.

"Ao sentir-se doente, chamou um sabio
francês, o doutor Charcot, seu amigo.

"Despido de pompas e regeitando cerimo-
nias officiaes, tomado de curiosidade tão nobre e
sympathia ardente por todas as cousas do espi-
rito em Paris, dir-se-ia um desses grandes senho-
res que os romances philosophicos do seculo pas-
sado nos mostram, a percorrer o mundo á pro-
cura da verdade.

"Investigador das idéas, mais do que amigo
de espectaculos e prazeres, elle ama o ardor fran-
cês que jamais se extinguirá, ardor de luz, e não
de incendio como querem os nossos inimigos.

"Leva sempre alguma cousa daqui para o
seu jovem paiz. Leva, sobretudo, um pouco da
alma francêsa, alma apaixonada pela justiça e
pelo ideal. De modo que no leito, onde se chegou
a crer que agonizava, recebeu a noticia da aboli-
ção do captiveiro no Brasil, ultima conquista e
coroamento de seu reinado.

"E' para nós uma grande alegria ver esse
imperador liberal, nosso hospede, sobreviver ao
remate de sua obra, e poder ouvir o merecido
louvor..."

Que filho da França deixaria de associar-se ás vivas expressões de respeitosa sympathia, dirigidas a D. Pedro II, homem de espirito e coração, cuja existencia é preciosa a todos os amigos do genero humano?

Voltemos, porém, ás etapas da terceira viagem do imperador.

Nosso illustre hospede provocou uma corrente de sympathia e veneração em todos os lugares por onde passou.

A convivencia com os sabios, o estudo dos factos historicos, a apreciação dos costumes locais, numa palavra, a curiosidade scientifica, presidiu sempre a essas visitas e pesquisas.

Em Cannes, onde D. Pedro II fez uma estadia de cinco meses, todos puderam admirar-lhe a distincção, os sentimentos elevados, a modestia e popularidade.

O jornal *Les E'chos de Cannes* interpreta fielmente a impressão geral a respeito do imperador do Brasil, nestas linhas publicadas em 1.º de abril de 1888:

“Vimos, durante a sua estadia em Cannes, o imperador e a imperatriz despojarem-se de todo o fausto que costuma cercar os potentados.

“Viveram, por assim dizer, uma vida toda burguêsa, tomando parte em nossas festas, que se dignavam patrocinar.

“S. M. D. Pedro II é grande amigo das sciencias e, ao mesmo tempo, um philanthropo. Nos logares por onde passa, informa-se de todos os factos historicos locaes, conversa com os sabios, toma notas que guarda religiosamente, informa-se das instituições beneficentes e dá-lhes auxilio.

“Nós o vimos, em Cannes, assistir duas vezes ás sessões de nossa Sociedade de Sciencias e Letras, cuja presidencia de honra acceitou, e cujos trabalhos dirigiu, nessa qualidade.

“Todas as nossas sociedades philanthropicas foram objecto de sua nobre solitudine.

“Infatigavel em suas excursões, D. Pedro II visitou todas as nossas localidades que lhe podiam offerecer qualquer recordação historica.

“Recebia com a mesma sympathia os principes, os sabios, os artistas, os literatos e os industriaes.

“Liberal por principio, ama o povo, e um dos seus maiores prazeres era passear no meio da nossa população que adivinhava, por instincto, seus sentimentos democraticos.”

Por occasião da ultima viagem, D. Pedro II ficou encantado com a magnifica alvorada de quatorze tamboris que lhe foi offerecida pelos Félibes de Cannes, sob a direcção do Doutor Geoffroy.

Essa alvorada fôra organizada por Mr. Mouton, da escola de Lérius. (11)

Após a alvorada, Mouton dirigiu à imperatriz, em lingua provençal, o seguinte cumprimento que Suas Majestades ouviram com visível emoção:

“Counplimen (12).

“A Sa Majesta l'Emperatris dou Brasil à l'oucasion di flour e de l'aubado que l'Escolo Lerinenco i'oufriguè em'a soun espous, lou 14 de janvié 1888.

11) **Programma da alvorada:**

- 1 — Hymno nacional do Brasil. — F. M. da Silva — (banda municipal).
- 2 — Faï te veïre ben soulen. — Mistral (cantores provençaes).
3. — Magali — Mistral (tamboris).
- 4 — Mireio — Mistral (banda municipal).
- 5 — La Ruaco latino. — Mistral e Mager. (cantores provençaes).
- 6 — Li Tambourin. — Rebel (tamboril).
- 7 — La Prouvençalo. — Habay (cantores provençaes).
- 8 — Viro Vouto — X. (tamboris).
- 9 — La Festo de Félibre Astoin. (banda municipal), (dedicado a S. M. D. Pedro).

Faï te veïre ben souleu, pelos cantores provençaes, conduzidos por Habay, interessou vivamente a D. Pedro II, que o demonstrava acompanhando, com a mão e a cabeça, os valentes cantores.

12) Extrahido do **Armana Provençau**, pèr lou bél an de Dieu. En Avignon, encó de Roumanille, libraire — editour. (1889) (pag. 99).

"Majesta.

Sias la digno mouié d'aqueu que vou tout éstre,
E que cerco pertout pèr trouba lou bonur,
Qu'à soun pople devot voudrié leissa segur,
Emé la douço pas, lou prougrès, lou bèn éstre.
Longo-mai segoundês l'eisemplé de vertu
Que mostro un tant bèu paire
A l'Univers tout esmougu:
Es bèn, à nostis iue, lou Rèi des Empeaire.
Cano de Prouvenço.

J. Mouton."

"Saudação.

"A Sua Majestade Imperatriz do Brasil, por ocasião das flores e da alvorada que a Escola de Lérins lhe offereceu, e a seu esposo, em 14 de janeiro de 1888.

Não admira a immensa alegria de Suas Magestades, sabendo-se que D. Pedro II era um soci (membro associado) do félibrige provençal desde 1873, época de sua primeira viagem à França.

Esse titulo, precioso aos olhos do imperador, lhe foi conferido pelos Félibres depois de sua entrevista com o grande mestre da lingua provençal, o autor de *Calendal* e de *Mireio*: Frédéric Mistral de Maillanes.

Em termos encantadores, o *Armana Provençau* de 1873 narra essa interessante entrevista do imperador com o poeta.

“D. Pedro II, em visita á Europa afim de estudar *in loco* a civilização e as artes do Velho Mundo, não quiz deixar a França sem conhecer a Provença.

“Nos primeiros dias de fevereiro de 1872 chegou a Marselha, e mandou logo chamar o poeta Mistral.

“O Félibre attendeu immediatamente ao chamado, e manteve com Sua Majestade uma agradável entrevista.

“O Imperador começou cumprimentando Mistral pelos seus trabalhos. Disse-lhe que fizêra a viagem de Nimes a Nice lendo os seus dois poemas; que visitára a Crau, Cassis e o Estêrel, e reconhecera as diversas paisagens descriptas e illustradas pela musa da Provença.

“Conversou, depois, com o *capoulié* (chefe dos Félibres) sobre as idéas do Félibrige e sobre a importancia do movimento, e quiz saber quaes as obras e qual o numero dos poetas provençaes, especialmente os jovens poetas.

“D. Pedro II declarou que as nações estrangeiras, mesmo na America, seguiam com interesse o renascimento provençal: primeiro, porque a Provença, pelo brilho de sua poesia, é *sympathica* a todos os povos, e, depois, porque o despertar e a perpetuação das pequenas nacionalidades são necessarios á vida e á liberdade do mundo.

“Perguntou si tinhamos bons prosadores. Insistiu muito nesse ponto. Aconselhou-nos a empregar a lingua de todos os modos, e principalmente em trabalhos historicos, si desejamos a victoria de nossa causa.

“A imperatriz tomou, então, a palavra. Dis-se graciosamente a Frédéric Mistral que *Magali* fôra cantada no palacio do Rio de Janeiro, e que a alvorada provençal tinha alegrado muitas vezes as estrellas do Brasil.

“Depois, a palestra versou sobre Camões. D. Pedro II falou com verdadeiro entusiasmo. Pediu a opinião do illustre autor do *Mireio* sobre os mais bellos trechos do Homero portuguez.

“Emfim, apertou a mão do poeta provençal pedindo-lhe que lhe enviasse todos os seus trabalhos dahi em diante, e especialmente a collecção completa do *Armana Provençau*.”

Este facto deu-se em 1872. E' mais uma prova do amor de D. Pedro II a todas as literaturas, seu espirito universal e profunda sympathia que inspirou ás generosas populações de nossa bella Provença.

O imperador só recebeu, em Cannes, manifestações populares.

Illustre visitante foi, um dia, apresentar-lhe seus respeitos. Era um dos mais celebres estadistas ingleses, Gladstone.

O grande orador liberal e sabio hellenista, affectuosamente recebido pelo Imperador, com este conversou o dia todo, quer nos apartamentos de S. Majestade, quer em passeio.

E' conhecida a grande estima de Gladstone por D. Pedro II, manifestada em um discurso pronunciado em Londres a 1.º de julho de 1877, por occasião da abertura da *Caxton Exhibition*, exposição organizada em honra de William Caxton, introductor da imprensa na Inglaterra.

D. Pedro II foi um dos primeiros visitantes dessa exposição.

Gladstone presidiu o banquete que se realizou nesse mesmo dia; após o *toast* usual, — o *loyal toast* dos ingleses —, erguido á Rainha, ao Principe de Galles e á familia real, levantou-se de novo e propoz um segundo brinde que o *Times* (13) resumiu nestes trechos:

“Propondo o segundo *toast*, Gladstone disse que pedia permissão para desviar-se do programma official dos *toasts*, certo de que teria a approvação geral; desejava saudar o imperador do Brasil, que honrara a Exposição com sua presença.

“Pedia que se bebesse á saúde de D. Pedro II, não sómente pela amabilidade da visita, mas por motivos de ordem mais elevada. E continuava:

13) *The Times*, Londres, 2 de julho de 1877, p. 7, 3.ª col.

“Esse homem, e posso falar com mais liberdade por estar ausente, — é um modelo para todos os soberanos do mundo, pela sua dedicação e esforços em bem cumprir os altos deveres. (14)

“E’ um homem de notavel distincção, possuidor de raras qualidades, entre as quaes uma perseverança e uma capacidade de trabalho herculeos; muitas vezes começa o seu dia ás 4 horas, para terminal-o tarde da noite.

“Actualmente, essas dezoito ou vinte horas de actividade diaria, elle as emprega em adquirir, através do mundo, e em esforços constantes, conhecimentos de todo genero, que saberá aproveitar no regresso á patria; e continuará a promover, assim, o bem estar do seu povo. (Applausos).

“E’ o que eu chamo, Senhoras e Senhores, um grande, um bom Soberano, que, pelo seu procedimento no alto cargo que occupa, é um exemplo e uma benção para a sua raça. (15)

“Bebo á saude de Sua Majestade, o Imperador do Brasil!” (Applausos.)

14) “He is a man, being absent I can say it more freely than if I spoke it in his presence, — who is a model to all the Sovereigns of the world in his anxiety for the faithful and effective discharge of his high duties.”

15) “That is what, ladies and gentlemen, a great and good Sovereign, who, by his conduct, is enabled to make the high station which he holds a pattern and a blessing to his race.”

Como em Londres e em Cannes, receberam-no assim em toda parte.

Em Paris, Baden-Baden, (16) Bruxellas, Marselha, Florença, Napoles, Milão, viram esse príncipe, que se despoja de boa vontade do manto imperial, revestido da modestia e simplicidade de um philosopho. Não se apresenta como imperador, mas como simples cidadão, sobrepondo a intelligencia a qualquer outra superioridade humana.

Cercado dessa aureola philosophica, dessa grandeza moral, deu-nos a honra de nos receber duas vezes, primeiro em Marselha, alguns meses depois em Aix-les-Bains.

Seu amor á literatura hebraica nos proporcionou a extraordinaria satisfação de uma longa palestra com Sua Majestade.

Tendo recebido em Cannes nossa traducção literal e literaria dos Psalmos, com um pedido de audiencia, o imperador dignou-se mandar o seu sympathico camarista, conde de Nioac, escrever-nos para Avignon, marcando encontro em Marselha, antes de sua partida para o Egypto.

Tivemos, então, a felicidade de conversar durante duas horas com o mais amavel e instruido dos monarchas, e, ao nos despedirmos, não

16) Em Baden-Baden, o companheiro de D. Pedro II, em quasi todos os passeios, foi **Maxime du Camp**, do Instituto.

pudemos deixar de lhe dirigir estas palavras que elle acolheu com benevolencia.

“Majestade, sois mais que um imperador, sois um philosopho e um sabio!”

Alguns menses depois dessa primeira entrevista, nas vespervas da sua partida de Aix-les-Bains, onde fôra restabelecer a saúde ameaçada em Milão, quando se preparava para voltar ao Brasil, fomos apresentar-lhe as despedidas e exprimir-lhe nossos votos de feliz regresso ao seio do seu povo.

Recebeu-nos ainda uma vez com a bondade habitual. Tivemos a satisfação de vê-lo completamente restabelecido, disposto novamente a consagrar a sua saúde ao bem estar de seus subditos.

Em Aix-les-Bains encontrava-se nessa occasião o celebre esculptor Guillaume, do Instituto. Era hospede, por alguns dias, do imperador, a quem se referia sempre com admiração.

Fôra a Aix-les-Bains terminar o busto de D. Pedro II, para o Instituto Pasteur de que o imperador é generoso bemfeitor.

Alguns dias depois da preciosa entrevista de que nos lembraremos sempre com gratidão e orgulho, D. Pedro II partia. Sahiu de Aix-les-Bains a 3 de agosto e de Bordéus a 5, chegando no dia 22 ao Rio de Janeiro, onde o aguardavam imponentes manifestações populares.

Não será digno de todos os títulos esse grande soberano, a cuja altura intelectual e moral os dois genios da poesia franceza, Lamartine e Victor Hugo, renderam a mais justa homenagem?

Na biographia do imperador, publicada em 1871 por Pinto de Campos, encontra-se uma carta de Lamartine dirigida a D. Pedro, carta que termina com estas palavras:

“... Todos os subditos de Vossa Magestade, que vêm do Brasil ou que dahi nos escrevem, felicitam-se de viver sob o governo de um principe que extinguiu no Novo Mundo, por seu character e suas virtudes, a eterna disputa entre as naturezas do governo republicano ou monarchico: a liberdade das republicas sem a instabilidade, e a perpetuidade das monarchias sem o despotismo.

“Accrescento que o amor ás letras illustrará esse reinado, por benevolencias de que tenho a felicidade de ser um exemplo.

“Voltaire foi encorajado por aquelle a quem chamaram o grande Frederico; Voltaire, porém, era jovem e feliz. Eu sou consolado nas minhas adversidades e na minha velhice pela munificencia de V. Magestade.

“Voltaire distribuia a gloria, e eu só posso offerecer o meu reconhecimento.

“Os beneficios de Frederico eram retribuidos; os de V. Majestade são gratuitos.

“O principe philosopho ultrapassa o poeta coroado de Potsdam.

“Tenho a honra de ser, com profundo respeito, de V. Majestade Imperial, o mais humilde e obediente servidor.

(assignado) *Alphonse de Lamartine*

Castello de S. Luiz, junto a Mâcon, 24 de setembro 1861.”

Esta homenagem do autor de *Graziella* e de *Les Méditations*, deve ter sido bem doce ao coração do imperador.

Mas, o que deve, acima de tudo, ter alegrado a alta intelligencia que preside aos destinos do Brasil, são as palavras que Victor Hugo dirigiu um dia ao seu augusto visitante.

Foi na segunda viagem de D. Pedro II. Estava em Paris, e foi fazer, ao rei dos poetas, uma visita de que falaram todos os jornaes parisienses.

O grande critico dos reis e dos povos, autor de *Les Misérables* e de *L'Année Terrible*, o implacavel flagellador de todas as injustiças e tyrannias, cantor divino do patriotismo, da philanthropia, do progresso e da liberdade, depois de longa entrevista com o illustre principe, exclamou:

— Majestade, sois o neto de Marco Aurelio!

D. Pedro, homem de espirito e coração, prestou, por sua vez, justa homenagem ao genio do grande poeta.

A pequena Jeanne, chamada pelo avô, abraçou o imperador.

— Sabes, perguntou-lhe o poeta, que acabas de abraçar uma majestade?

— Aqui só ha uma majestade; eil-a, — disse D. Pedro, apontando o poeta.

Acompanhando-o até á porta, disse Victor Hugo ao imperador que se despedia:

— Acompanho Vossa Majestade até os limites do meu Imperio!

— O Imperio de Victor Hugo é o Universo! replicou espirituosamente D. Pedro II, um dos mais fervorosos admiradores das obras do genial poeta.

D. Pedro II, embóra no throno desde 1831. e á frente do governo desde 1840, não chegou, felizmente, ao fim da carreira.. A 2 de dezembro de 1888 completou 63 annos. Continuará por muito tempo ainda a fazer a felicidade do seu povo.

Dentro de um anno, a 23 de julho de 1890. os brasileiros e todos os admiradores estrangeiros desse grande principe, celebrarão o jubileu do seu reinado glorioso.

A Historia, na sua justiça imparcial, consagrará plenamente o juízo que delle fizeram os dois maiores genios poeticos venerados pela França; e a posteridade bemdirá, para sempre, esse imperador incomparavel que é um philanthropo, um sabio, um amigo da Justiça, da Verdade e da Liberdade, esse soberano philosopho que se utiliza do poder apenas para a felicidade e para a gloria do povo brasileiro.

F I M

NOTAS:

NOTA N.º 1

Vimos que Dom Pedro II, nascido no Rio de Janeiro a 2 de Dezembro de 1825, imperador desde 7 de Abril de 1831, é, pelo lado paterno, um Bragança e um Bourbon, e pelo materno, um Habsburgo. Único herdeiro masculino de Dom Pedro I do Brasil, IV de Portugal, é o chefe da casa de Bragança.

Casou-se por procuração a 30 de maio, e em pessoa a 4 de setembro de 1843, com a princesa Dona Thereza-Christina-Maria de Bourbon, nascida em Napoles a 14 de março de 1822, filha de Francisco I, rei das Duas Cecílias.

Desse consorcio nasceram os principes Dom Affonso e Dom Pedro, mortos poucos annos depois do nascimento, e as princessas Dona Izabel e Dona Leopoldina.

A herdeira do throno, Sua Alteza Dona Izabel, princesa imperial do Brasil, nasceu a 29 de Julho de 1846 no Rio de Janeiro. Casou-se a 15 de outubro de 1864 com S. A. o principe Gastão d'Orleans, conde d'Eu, nascido em Neuilly a 29 de abril de 1842, primogenito do duque de Nemours, netto de Luiz-Phelippe I, rei de França.

Como vimos, a princesa Izabel exerceu por trez vezes a regencia do Imperio brasileiro, de 25 de maio de 1871 a 30 de março de 1872, de 26 de março de 1876 a 26 de setembro de 1877, de 30 de junho de 1887 a 22 de agosto de 1888. Partilhou ella, com seu augusto pae, a gloria da abolição da escravatura no Brasil. Seu nome, como o de Dom Pedro II, terá um bello destaque na historia da civilisação, figurando entre os bemfeitores da humanidade.

A educação da princesa imperial do Brasil, bem como da sua irmã, foi feita, sob a direcção do imperador Dom Pedro II, pela condessa de Barral e Pedra-Branca, que toda Paris conhece, illustre filha de um dos mais illustres homens de letras e diplomatas brasileiros; por sabios brasileiros como os marquezes de Sapucahy e São Vicente, e o professor Macedo, poeta, romancista e historiador.

Quanto ao conde d'Eu, basta dizer que foi um brilhante official do exercito hespanhol, durante a campanha de Marrocos, e, mais tarde, á frente dos brasileiros, o vencedor das batalhas de Piribebuy e Campo-Grande; o general que poz termo á guerra do Paraguay, o philanthropo que obteve em 1869, do governo provisório da republica do Paraguay a abolição da escravatura; emfim, o principe intelligente, instruido, bravo, devotado á sua patria adoptiva, de uma conducta sempre correctamente pautada dentro das normas constitucionaes durante as trez regencias de sua esposa, inspirando-se sabiamente nos exemplos do principe Alberto da Inglaterra.

O conde d'Eu educou-se na Inglaterra e na Espanha.

Do seu consorcio nasceram:

1.º S. A. I. o principe Dom Pedro, principe do Grão-Pará, nascido a 15 de outubro de 1875, em Petropolis;

2.º S. A. o principe Dom Luiz, nascido a 26 de janeiro de 1878, em Petropolis;

3.º S. A. o principe Dom Antonio, nascido a 9 de agosto de 1881, em Paris.

Esses trez principes foram educados no Rio, no Collegio Imperial Pedro II, onde se bacharelaram, para tornar-se, pela sua cultura intellectual, dignos do seu glorioso avô.

A princesa Dona Leopoldina, nascida no Rio a 13 de julho de 1847, casada a 15 de dezembro de 1864 com S. A. o principe Augusto, duque de Saxe, fallecido a 7 de fevereiro de 1871 em Vienna, deixou quatro filhos:

1.º S. A. o príncipe Dom Pedro Augusto, duque de Saxe, nascido no Rio a 19 de março de 1866. Bacharel em letras pelo Collegio Imperial Pedro II, prestou exames de engenharia civil em 1886 na Escola Polytechnica do Rio. Acompanhou o imperador na sua terceira viagem. E' um distincto mineralogista, cujo saber foi apreciado pelo sr. Daubrée, do Instituto. Apresentado á Academia de Sciencias por esse sabio, o príncipe Dom Pedro Augusto de Saxe teve occasião de ler um Memorial, que foi publicado nos Annaes dessa secção do Instituto.

2.º S. A. o príncipe Dom Augusto, duque de Saxe, tenente da marinha imperial do Brasil, nascido no Rio a 6 de dezembro de 1867.

3.º S. A. o príncipe Dom José-Ferdinando, duque de Saxe, nascido em Vienna a 21 de maio de 1869 e morto, faz pouco tempo, a 13 de agosto de 1888, em Wiener-Neustadt.

4.º S. A. o príncipe Dom Luiz-Gastão, duque de Saxe, nascido em Vienna a 16 de setembro de 1870.

Vimos um numero do "Correio Imperial", jornalzinho escripto e impresso pelo príncipe do Grão-Pará e o príncipe Dom Luiz, de que se tirou reduzido numero de exemplares, distribuidos sómente entre seus collegas e alguns personagens da Côrte. Os jovens príncipes ensaiam-se assim na arte de escrever e, ao mesmo tempo, praticam a arte typographica, sob a sabia direcção do seu preceptor, o barão de Ramiz, antigo director da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, e organizador da Exposição de Historia do Brasil de 1881, cujo catalogo em dois grossos volumes, forma um livro precioso para todo americanista. No numero do "Correio Imperial", que nos foi mostrado por um brasileiro, os sentimentos abolicionistas dos jovens príncipes, marcados do mais puro liberalismo, resaltam bem antes da promulgação da grande lei de 13 de maio de 1888, a proposito da libertação dos escravos da cidade de Petropolis, conseguida por subscripção publica ou acto expontaneo dos seus senhores.

Sr. Paramaribo

Recdo. ajm (7^o 50m)
e pleu poderi om
anipul - wje tm M^o
muru grand entu.

Deo ne excellente
viagem e fice caro
diligente missão
se eno ad d mais feq
resultado. Muito fe
no me tem illudis n^o
ta questada honra pu
e exas Brazileira
Luz hada se captar
ou expellir de Xente
rio Ouzago brevemente

e com meu pai
na vizinhança de um
Pauzão.

Até lá! Boa viagem!

D. Pedro II

1 de Fevereiro de 1869

"Fac-simile" de uma carta endereçada por D. Pedro II ao visconde do Rio Branco, e datada de 1 de Fevereiro de 1869.

O imperador Dom Pedro II tem duas irmãs vivas, S. A. I. a princesa Dona Januária, nascida no Rio de Janeiro a 11 de março de 1822, casada a 28 de abril de 1844 com S. A. R., o príncipe Luiz de Bourbon, conde d'Aquila, e S. A. a princesa Dona Francisca, nascida no Rio de Janeiro a 2 de agosto de 1824, casada a 1.º de maio de 1843 com S. A. R. o príncipe de Joinville.

Dona Maria II, rainha de Portugal, irmã mais velha de Dom Pedro III, já não pertence ao numero dos vivos. O actual soberano de Portugal, S. M. Dom Luiz I.º, é sobrinho do imperador do Brasil, bem como SS. AA. RR. o duque de Penthièvre e a duquesa de Chartres.

NOTA N.º 2

Incluimos nesta obra, em "fac simile", a reproducção de uma carta endereçada pelo imperador, durante a guerra do Paraguay, ao conselheiro J. M. da Silva Paranhos, então ministro dos Negocios Estrangeiros, depois visconde do Rio Branco, (1870) e presidente do Conselho de Ministros (1871-75). Essa carta foi escripta na vespera da partida do illustre homem de Estado, em missão especial, ao Prata e ao Paraguay.

Pela leitura desse documento, vê-se a confiança que Dom Pedro II alimentava sobre o feliz desenlace da guerra reencetada contra o Brasil pelo dictador do Paraguay. Eis o seu texto:

"Sr. Paranhos. Recebo agora (7h.50m) os plenos poderes para assignal-os, e vou-lh'os mandar quanto antes. Desejo-lhe excellente viagem, e fico certo de que sua missão ha de ser coroada do mais feliz resultado. Minha fé não me tem illudido n'esta questão de honra para a Nação Brasileira, e Lopez ha de ser capturado ou expellido do territorio paraguayano brevemente, e sem a menor quebra da dignidade de nossa Patria.

Adeos! Boa viagem!

1 de fevereiro de 1869

D. Pedro II"

BIBLIOGRAPHIA

- MORA (José Maria de) — Dom Pedro II, emperador del Brazil, no fasciculo 43 da obra *Reyes contemporaneos*, Madrid, 1852, in-4.º.
- PEREIRA DA SILVA — Le Brésil sous l'empereur Dom Pedro II, no tomo XIV da "Revista dos Dois Mundos", abril, 1858.
- PEREIRA DA SILVA — O Brasil no reinado do Senhor Dom Pedro II, 1 vol. in-4.º. Rio, 1858.
- PINTO DE CAMPOS — O Senhor Dom Pedro II, imperador do Brasil. Biographia. Com um prefacio de Camillo Castello Branco, Porto, 1871.
- MOREIRA — Cenni Biografici di Dom Pedro II, imperatore del Brasile, 1 vol. in-8.º. Roma, 1871.
- ANFRISIO FIALHO — Dom Pedro II, empereur du Brésil, noticia biographica. Bruxellas, 1876.
- BOULANGER — Auguste parenté de LL. MM. l'empereur D. Pedro II et l'impératrice Dona Thereza Christina, in-4.º. Rio, 1876.
- A declaração da maioridade de S. M. I. o Senhor Dom Pedro II** (Discursos e documentos por Salles Torres-Homen). 1 vol. in-8.º. Rio, 1840.
- Le Brésil**, in fol., Paris, 1889 (H. Lamirault & Cia.), edição especial correctea e augmentada do artigo publicado no tomo VII da Grande Encyclopedia, por M. E. Lavasseur, do Instituto, com a collaboraço dos senhores barão do Rio Branco, barão d'Ourém, Ed. Prado. P. Maury, Gorceix, E. Trouessart e Zabrowski. Segunda edição da separata, com um mappa e diversas gravuras.
- Le Brésil en 1889**, in-8.º. Paris, 1889 (Delagrave), com um mappa e graphics, por Sant'Anna Nery, com a collaboraço dos senhores Morize, Gorceix, conselheiro barão do Rio Branco, Favilla Nunes, Ed. Prado, conselheiro Ladisláo Netto, contra-almirante barão de Tefé, socio correspondente do Instituto de França, conselheiro Mac-Dowel, deputado Leitão da Cunha.

Ferreira de Araujo, A. Rebouças, Fernandes Pinheiro, conselheiro barão de Itajubá, Rodrigues de Oliveira, Amaro Calvanti, etc. etc.

BARÃO DO RIO BRANCO — *Resumé de l'histoire du Brésil depuis la découverte jusqu'au 13 de mai 1888*, nova edição correcta e augmentada do capitulo V da obra acima citada, 1 vol. in-8.º, com duas plantas do Rio em 1711, Paris, 1889, Livraria Delagrave.

FERDINAND DENIS — *Brésil*, Paris, 1837.

DEBRET — *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 3 vol. grande formato in-folio, Paris, 1839, e Rugendas, *Voyage pittoresque dans le Brésil*, traducção de Golbert, Paris, 1835. Estas duas obras encerram um grande numero de gravuras, e a de Debret historia no 3.º volume os acontecimentos politicos do fim do reinado de Dom Pedro I, e o começo do reinado actual. Ambas as obras, pelo que demonstram haver o Brasil ganho nas suas relações com a civilisação, interessam aos que conhecem actualmente esse bello paiz.

ARMITAGE — *Historia do Brasil desde a chegada da real familia de Bragança em 1808 até 1831*, Rio, 1837, 1 vol. in-8.º, traducção de J. Teixeira de Macedo.

AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE — *Précis historique des Révolutions du Brésil, depuis l'arrivé de Jean VI en Amérique jusqu'à l'abdication de l'empereur Dom Pedro I*, publicada na *Voyage dans le district des diamants*, Paris, 1833.

PRINCE ADALBERT OF PRUSSIA, *Travels in the South of Europe and Brazil*, Londres, 1849, 2 vol.

DANIEL KIDDER — *Sketches of residence and travels in Brazil*, Londres, 1845, 2 vol.

MOREIRA DE AZEVEDO — *Historia Patria — O Brasil de 1831 a 1840*, Rio, 1 vol. in-8.º.

MELLO MATTOS — *Paginas d'Historia Constitucional do Brasil, 1846-1848*. Rio, 1870, in-8.º. (Publicado sem o nome do autor).

BARÃO D'OURÉM — *Notice générale sur les sessions parlementaires de 1877 à 1887*, nos *Annaires de Législation Étrangère* publicados pela Société de Legislation Comparée, t. VII a XVII.

CHARLES REYBAUD — *Le Brésil*, Paris, 1856.

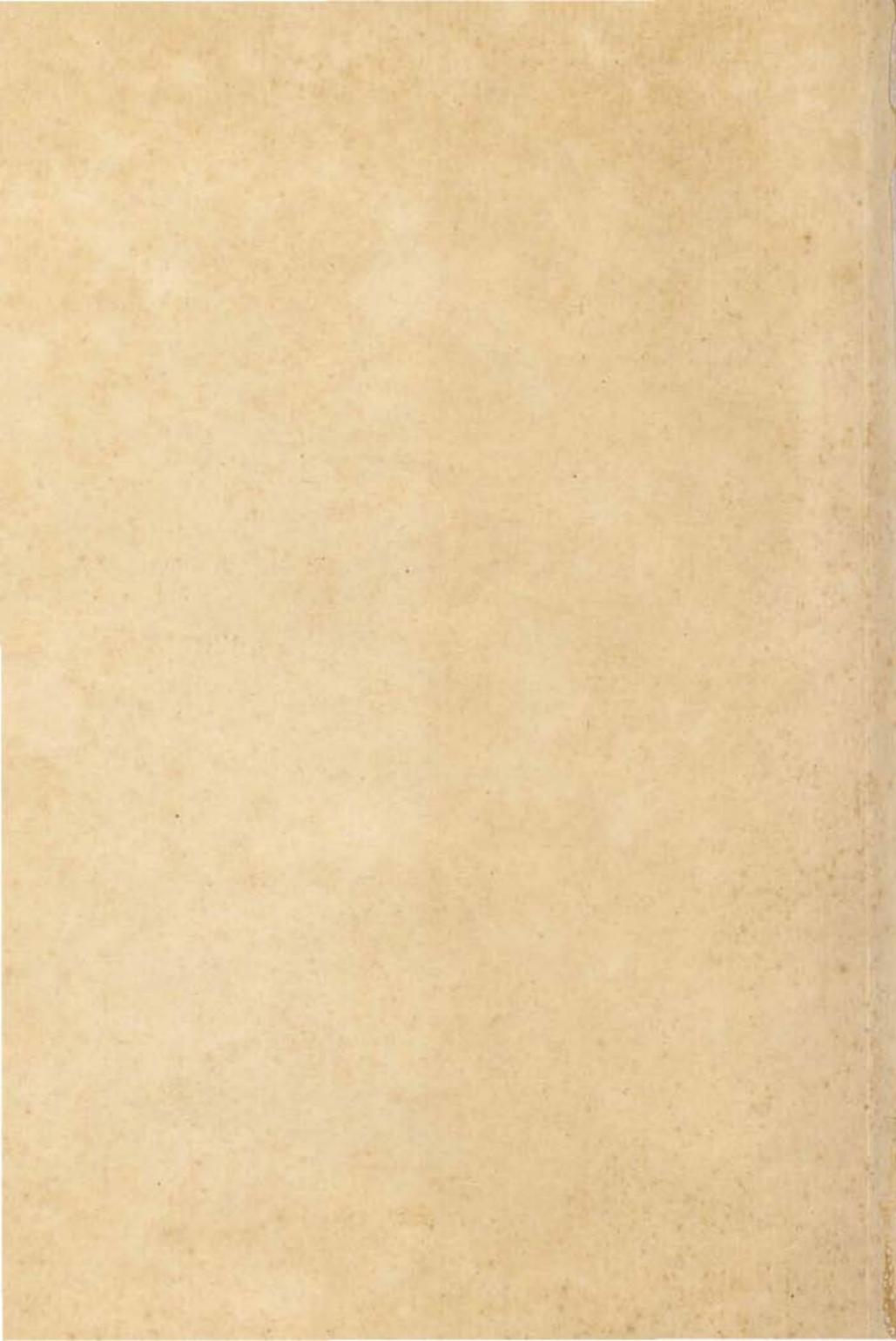
- CHARLES RIBEYROLES — *O Brasil pittoresco* (obra em duas linguas, francez e portuguez, com um album de vistas do paiz. por Victor Frond) — Rio de Janeiro, 1859.
- CASAL LUIZ AGASSIZ — *Voyage au Brésil*, traduzido do inglez por Felix Vogeli, Paris, 1869.
- L'EMPIRE DU BRÉSIL À L'EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1876 À PHILADELPHIE, Rio de Janeiro, 1876.
- FLETCHER AND KIDDER — *Brazil and Brazilians*, nona edição, Boston, 1879.
- LE BRÉSIL À L'EXPOSITION DE SAINT-PÉTERSBOURG, 1884 — São Petersburgo, 184, 3.^a edição.
- F. WOLF — *Le Brésil littéraire*, 2 vol., Berlim, 1863.
- ÉMILE ALAIN — *Rio de Janeiro — Quelques donnés sur la capitale e sur l'administration du Brésil* — Paris, 1886.
- TITARA — *Memorias do Grande Exercito Alliado*, Rio Grande, 1852.
- TH. FIX — *Histoire de la guerre du Paraguay* — (Traducção modificada da historia da guerra da Triplice Alliança, escripta em allemão por L. Schneider) publicada pelo *Spectateur Militaire*, vol. II
- L. SCHNEIDER — *A Guerra da Triplice Alliança contra o governo da Republica do Paraguay*, annotada por J. M. da Silva Paranhos, barão do Rio Branco, 1.^o e 2.^o volumes, Rio de Janeiro, 1875-1876; 3.^o volume, Paris, 1889. Esta traducção ainda não foi terminada.
- JOURDAN — *Guerra do Paraguay*, Rio de Janeiro, 1871, 1 vol. in-8.^o e mappas.
- CAMARA LIMA (Patricio Augusto da) *Manuscripto de 1869*, ou resumo historico das operações militares dirigidas pelo marechal do exercito, marquez de Caxias, na campanha do Paraguay — Rio, 1872 (Publicada sem o nome do autor.)
- EXERCITO EM OPERAÇÕES NA REPUBLICA DO PARAGUAY — *Ordens do Dia*. — 1865 - 70, Rio, 11 volumes, 1877.
- DIARIO DO EXERCITO EM OPERAÇÕES NO PARAGUAY — Primeira parte, 1867-1868 (Commando do marechal duque de Caxias); Segunda parte, 1869-1870 (Commando do marechal conde d'Eu).
- AFFONSO CELSO — *A esquadra e a opposição parlamentar* — Rio, 1868.

- RAIOL (barão de Guajará) *Motins politicos do Pará*, 1.º vol., Rio, 1884.
- MAGALHÃES (Visconde de Araguaya), *Memoria historica e documentada da revolução da provincia do Maranhão, de 1839 a 1840*, publicada na Revista do Instituto Historico do Brasil, 1848.
- PINTO DE SOUSA — *Quadro chronologico das peças mais importantes sobre a revolução de Minas-Geraes em 1842*; 1 vol. in-4.º, Ouro Preto, 1844 (Retrato do general Caxias e plano da batalha de Santa Luzia).
- ALENCAR ARARIPE — *Guerra civil do Rio Grande do Sul*, publicada na Revista do Instituto Historico do Brasil, tomos XLIII, XLV, XLVI, XLVII.
- REFLEXÕES SOBRE O GENERALATO DO CONDE DE CAXIAS, Porto Alegre, 1845.
- FIGUEIRA DE MELLO, *Chronica da rebelião praieira em 1848 e 1849*, 1 vol. in-8.º, Rio, 1850.
- A OPPOSIÇÃO E A CORÔA, por Salles Torres—Homem, in-8.º, Rio, 1847.
- O BOM SENSO, por Firmino Rodrigues Silva, in-4.º, Rio, 1849.
- J. DE ALENCAR, *O Marquez de Paraná — Traços biographicos* — Rio, 1856.
- ROCHA, (JUSTINIANO JOSE' DA) *Acção, Reacção, Transacção*, in-8.º, Rio, 1885.
- RAIOL — *O Brasil politico*, in-4.º, Pará, 1858.
- PINTO DE CAMPOS, *Sermão prégado no "Te Deum Laudamus" celebrado na igreja do Divino Espirito Santo, por occasião da chegada de SS. MM. á cidade do Recife*, in-4.º, Recife, 1856.
- PINTO DE CAMPOS — *Os Anarchistas e a Civilisação*, in-8.º, Rio, 1860.
- ROCHA, (JUSTINIANO J. DA) *Monarchia, Democracia*, in-4.º, Rio, 1860.
- RESPOSTA DE UIM FLUMINENSE AO FOLHETO: *A Opinião e a Corôa*, in-4.º, Rio, 1861.
- CALAZANS, (PEDRO DE) — *A Demagogia entre nós*, in-8.º, Rio, 1861.
- PEREIRA DA SILVA — *Situation sociale, politique et économique de l'empire du Brésil*, in-8.º, Rio, 1865.

- ERASMO, (JOSE' DE ALENCAR) — *Cartas ao Imperador*, 3.^a edição, pequeno volume in-4.^o, 1866; *Cartas ao povo*, ao marquez de Olinda, ao visconde Itaborahy, Rio, 1866.
- O IMPERIALISMO E A REFORMA, anotado por, um constitucional do Maranhão, in-8.^o, 1865.
- SCALIGER (ED. DE SA') Resposta á primeira carta de Erasmo, in-4.^o, 1865; Resposta á segunda carta de Erasmo, in-4.^o, 1866.
- J. DE ALENCAR — *Pagina de actualidade — Os partidos —* Rio, 1866.
- MICHAUD-BELLAIRE, advogado do Conselho de Estado — *Considerations sur l'abolition de l'esclavage et sur la colonisation au Brésil*, Paris, 1876.
- PINTO DE CAMPOS — *Vida do duque de Caxias*, Lisboa, 1876, 1 vol. in-8.^o
- L. COUTY — *L'Esclavage au Brésil*, Paris, 1881.
- E. LOVASSEUR, (do Instituto) — *L'abolition de l'Esclavage au Brésil —* tiragem especial da communicacão feita á Academia de Sciencias Moraes e Politicas, na sessão de 9 de junho de 1888.
- DISCUSSÃO DA REFORMA DO ESTADO SERVIL, NA CAMARA DOS DEPUTADOS E NO SENADO, Rio, 1871, Typ. Nacional, 2 vol.
- MATTOSO RIBEIRO, (MANOEL DE QUEIROZ) *Apontamentos sobre a vida do conselheiro Eusebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara*, 1 vol. in-8.^o, Rio de Janeiro, 1885.
- ROZENDO MONIZ BARRETO — *José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco — Elogio Historico —* Rio, 1884, 1 vol. in-8.^o
- L'ABOLITION DE L'ESCLAVAGE AU BRÉSIL, E COMPTE RENDU DU BANQUET COMMÉMORATIF, À PARIS, LE 10 JUILLET 1888 — Paris, 1889, Typ. G. Chamerot.
- EXTINCCÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL — *Discussão na Camara dos Deputados e no Senado*, Rio, 1889, Typ. Nacional.

INDICE

	Pag.
Capitulo 1 — O Brasil e D. Pedro I	15
" II — Começo do Reinado de D. Pedro II.....	27
" III — Um pouco de Geographia Physica e Politica do Brasil	45
" IV — Pacificação do Imperio	58
" V — A Guérra de 1851 a 1852	66
" VI — Civilização e Progresso	79
" VII — Politica externa	91
" VIII — Guerra do Uruguay e do Paraguay.....	103
" IX — A emancipação dos escravos, começo da reforma	147
" X — A abolição completa	168
" XI — Depois da abolição	191
" XII — Papel de D. Pedro II e da Princesa Imperial na reforma emancipadora	204
" XIII — Os protestos	210
" XIV — Banquete Francês commemorativo da emancipação dos escravos	230
" XV — Devotamento de D. Pedro II a seu povo..	245
" XVI — Actividade fecunda de D. Pedro II. — Suas viagens	273



Historia da Literatura Brasileira

(Seus fundamentos economicos)

por Nelson Werneck Sodré

Depois d' **A Historia do Romantismo no Brasil**, contribuição das mais felizes para o estudo da evolução do pensamento brasileiro, **Edições Cultura Brasileira** sente-se satisfeita em poder annunciar aos seus selectos leitores a **Historia da Literatura Brasileira**, cujos fundamentos economicos e politicos o sr. Nelson Werneck Sodré expõe com admiravel clareza e penetração.

O autor não é desconhecido; quem quer que se interesse pelas letras no Brasil, leu, de certo, as suas criticas literarias no "Correio Paulistano", onde se revela um espirito atiladissimo e informadissimo. O ensaista admiravel expande-se nas paginas da **Historia da Literatura Brasileira**, denunciando invulgares aptidões para o mais difficil de todos os generos intellectuaes. Official do Exercito Brasileiro, o sr. Werneck Sodré honra sobremaneira a classe a que pertence. Não esquecer que a carreira das armas tem fornecido á literatura brasileira nomes de destacado relevo, entre os quaes o grande Euclides da Cunha.

As influencias exoticas da nossa formação espiritual, as peculiaridades da origem lusitana, a lenta elaboração do sentimento nativo, projectando-se na ampla architectura do pensamento brasileiro, de tudo nos dá perfeita conta o jovem autor de "**Historia da Literatura Brasileira**", obra que occupará um logar honroso entre as que já fõram realizadas.

Preço
8\$000



EDIÇÕES
CULTURA BRASILEIRA S/A